

Leonardo Sacramento

# O NASCIMENTO DA NAÇÃO

como o liberalismo produziu  
o profascismo brasileiro

Volume 2



**EDIFSP**



Leonardo Sacramento

**O NASCIMENTO  
DA NAÇÃO**  
como o liberalismo produziu  
o protofascismo brasileiro

Volume 2

---

O OVO DA SERPENTE

  
**EDIFSP**

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO**

Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé, São Paulo, SP  
Cep: 01109-010 . Telefone +55 (11) 3775-4502 . <https://www.ifsp.edu.br>

---

**Elaboração, distribuição e informações:**

Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo • EDIFSP

**Coordenação:**

Rubens Lacerda de Sá e Cristiane Freire de Sá

**Revisão:**

Marcia Filipak e Nathalia Rafaella Marcondes Camargo

**Design e diagramação:**

Ana Márcia Zago

**Ilustração de capa:**

Cordeiro de Sá

**Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo(s) autor(es).**

---

S123n Sacramento, Leonardo  
O nascimento de uma nação [livro eletrônico]: como o  
liberalismo produziu o profascismo brasileiro / Leonardo  
Sacramento -- São Paulo - SP, 2022. v. 2  
2 v. ; pdf.

Inclui índice e bibliografia.  
ISBN: 978-65-5823-065-6

1. Liberalismo. 2. Fascismo. 3. Profascismo. 4. Brasil. I. Título.

CDD 148

---

Catálogo na publicação: Aline Ap. da Silva Quintã Dupin – CRB 8/8429

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0  
Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite [https://creativecommons.org/licenses/  
by-nc-nd/4.0/legalcode.pt](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt)



# APRESENTAÇÃO

A presente obra é uma continuação do volume anterior. Almeja-se nesse volume especificar os condicionantes estruturais e superestruturais estabelecidos no primeiro volume, detalhando os elementos constituintes do protofascismo, assim como a sua relação com o liberalismo.

Pretende-se detalhar as nuances do liberalismo brasileiro e das Políticas de Estado no século XX, concatenando-as com as bases instituídas no século XIX e na República Velha. A questão é desvelar como se deu a acomodação de classes e por quais caminhos, estruturas e dinâmicas a classe dominante e a classe média tradicional construíram seus instrumentos de dominação, recorrendo a movimentos conservadores e fascistas em momentos considerados perigosos à manutenção do status quo, como a redução da desigualdade econômica e da concentração de renda.



Volume 2

---

O OVO

DA SERPENTE



# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>A ACOMODAÇÃO DAS CLASSES E DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS I: OS IRREFUTAVELMENTE LIBERAIS</b> .....	9
	<b>1.1 Interregno</b> .....	68
<b>2</b>	<b>A ACOMODAÇÃO DAS CLASSES E DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS II: O BIG STICK DOS IRREMEDIAVELMENTE LIBERAIS</b> .....	77
<b>3</b>	<b>A ACOMODAÇÃO DE CLASSES E DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS III: A “FILOSOFIA NEOLIBERAL”</b> .....	105
<b>4</b>	<b>A ACOMODAÇÃO DE CLASSES E DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS IV: A PRÁXIS NEOLIBERAL</b> .....	129
<b>5</b>	<b>A ACOMODAÇÃO DE CLASSES E DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS V: O CASAMENTO HUMANITISTA DOS CONSERVADORES LENTZIANOS COM OS LIBERAIS PIETRÓVITCHIANOS</b> .....	165
<b>6</b>	<b>A ACOMODAÇÃO DE CLASSES E DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS VI: O ANTIPETISMO E A ASCENSÃO CONSERVADORA SOB O MODELO RENTISTA-AGROEXPORTADOR</b> .....	195
<b>7</b>	<b>A ACOMODAÇÃO DE CLASSES E DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS VII: EMPREENDEDORISMO, TEOLOGIA DA PROSPERIDADE E PÓS-MODERNISMO</b> .....	237
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	281



# 1

## A ACOMODAÇÃO DAS CLASSES E DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS I: OS IRREFUTAVELMENTE LIBERAIS

Matéria sempre difícil é o persistente e pertinente conceito de acomodação de classes. É pertinente por expressar uma acomodação precedida por um processo de formação das classes tipicamente capitalistas, o que é correto historicamente, economicamente e socialmente. A República iniciou-se com a repressão de dois presidentes militares, demonstrando alguma continuidade conservadora com as estruturas formadas no Império; concomitantemente, a repressão racializada se tornou institucionalizada à classe trabalhadora, espalhando-se em menor medida aos estrangeiros indesejados.

O aparato jurídico-repressor foi construído de maneira bastante acelerada. Em 1907, promulgou-se o Decreto n. 1.641 que estabeleceu a deportação de imigrantes que comprometessem “a segurança nacional ou a tranquilidade pública”. Em 12 de agosto de 1927, às portas da Revolução de 1930, foi promulgado o Decreto n. 5.221, determinando a prisão de forma inafiançável às tipificações arroladas no Decreto n. 1.162, de 12 de dezembro de 1890. Um Decreto de 1927

que regulamentou e tornou mais rígido um decreto de 1890 e outro de 1907 comprova que algumas coisas, nos 37 anos que separam o primeiro do último ato, não ocorreram como os legisladores de 1890 esperavam.

O Decreto de 1890 era duro e implacável. Era uma mudança dos artigos 205º e 206º do Código Criminal com o objetivo de estabelecer uma lei antigreve. Considerava crime “desviar operários e trabalhadores dos estabelecimentos em que forem empregados” e “provocar cessação ou suspensão de trabalho com ameaças e violências para impor aos operários ou patrões aumentos ou diminuição de serviço ou salário”. A pena era prisão de um a três meses e multa. Desviar os operários e trabalhadores dos estabelecimentos com cessação ou suspensão do trabalho, objetivando impor aumento de salário, costumava e ainda costuma resultar em alguma prisão, como mostram a judicialização e a criminalização contemporâneas do ato de greve. Em 1927, os legisladores se viram obrigados a impor o termo inafiançável. Hoje ao menos, o mata-leão do policial militar, os gritos do delegado e a audiência de custódia.

O Decreto de 1927 alterava o artigo 12º da Lei n. 4.269, de 17 de janeiro de 1921. Esta lei regulamentava “a repressão do Anarquismo”, autorizando “o Governo” a “ordenar o fechamento, por tempo determinado, de associações, sindicatos e sociedades civis quando incorram em atos nocivos ao bem público”. O Decreto procurou combater a inserção do Partido Comunista, à época uma sessão da IIIª Internacional, vinculando o combate contra as organizações políticas dos trabalhadores à censura.<sup>1</sup>

Do ponto de vista da repressão, dificilmente pode-se falar que Vargas tenha inventado algo. Reprimiu o que já era reprimido, com o adendo de ter usado habilmente entre as classes médias o fantasma do golpe comunista. A construção de parâmetros mínimos da institucionalidade republicana foi uma construção árdua e complexa compartilhada em graus distintos por todos os governos. É mais factual concluir que Vargas tivesse alguma semelhança com Júlio Prestes e Júlio Prestes alguma com Vargas do que grandes diferenças. Parafra-

---

<sup>1</sup> “O Governo poderá ordenar o fechamento, por tempo determinado, de agremiações, sindicatos, centros ou sociedades que incidam na prática de crimes previstos nesta lei ou de atos contrários à ordem, moralidade e segurança públicas, e, quer operem no estrangeiro ou no país, vedar-lhes a propaganda, impedindo a distribuição de escritos ou suspendendo os órgãos de publicidade que a isto se proponham, sem prejuízo do respectivo processo criminal”.

seando Caetano Veloso, é mais provável que Narciso achasse feio o que não é espelho. A confusão entre imagem, correspondentismo e autorrepresentação é comum.

Nesse meio do caminho, ligando um decreto de 1890 a um de 1927, uma greve geral em 1917, mesmo ano da Revolução Russa, a criação do Partido Comunista em 1922 e as atividades tenentistas, com três revoltas importantes, como a Revolta Paulista em 1924 e uma coluna épica iniciada em 1925 e terminada no ano do fatídico Decreto, percorrendo quase todos os cantos do país, feito repetido somente em 1934 pelos chineses com Mao Tsé Tung.

Os imigrantes europeus continuaram a vir a todo o vapor, diminuindo apenas na década de 1920. Passaram a ter a companhia de imigrantes japoneses, libaneses, sírios e, em menor quantidade, muitas vezes de forma regionalizada, eslavos. A crise de 1929 decretou o *quase* fim da política imigratória, registrada de maneira explícita no Decreto Presidencial n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930. Em meio à crise de reprodução de força de trabalho, a solução seria a proibição, pelo menos parcial, da entrada de imigrantes. Os considerandos de uma lei são sempre muito importantes, pois traduzem um consenso da época, o qual, com o tempo, se transformou na idiossincrasia de um ano que nunca termina:

CONSIDERANDO que as condições financeiras em que a revolução encontrou o Brasil reclamam medidas de emergência, capazes de, melhorando a situação, permitir o prosseguimento da sua obra renovadora e reconstrutiva;

CONSIDERANDO que a situação econômica e a desorganização do trabalho reclamam a intervenção do Estado em favor dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que uma das mais prementes preocupações da sociedade é a situação de desemprego forçado de muitos trabalhadores, que, em grande número, afluíram para a Capital da República e para outras cidades principais, no anseio de obter ocupação, *criando sérios embaraços à pública administração*, que não tem meios prontos de acudir a tamanhas necessidades;

CONSIDERANDO *que somente a assistência pelo trabalho é recomendada para situações dessa natureza*, porquanto não vexa nem desmoraliza os socorros;

CONSIDERANDO, também, *que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para aumento da desordem econômica e da insegurança social;*

CONSIDERANDO, ainda, que os recursos financeiros ordinários não permitem ao Governo praticar, por si só, a aludida assistência (grifos meus);

Apesar da responsabilização do polo trabalho sobre a crise de capital, o consenso atemporal dos liberais, não se pode deixar de constatar que o artigo 3º foi um alento aos trabalhadores negros, pois obrigava todas as empresas (associações, governos, companhias etc.) a contratar ao menos 2/3 de trabalhadores nacionais. Na ausência deles, a proporção deveria seguir os naturalizados para, somente depois, empregar os estrangeiros. É lógico que Getúlio Vargas e a classe dominante não acreditavam no trabalhador nacional não branco, como mostra a autorização de Vargas para que apenas imigrantes de “ascendência europeia” viessem ao Brasil após o término da II Guerra Mundial.<sup>2</sup> Estado e governo são elementos/instrumentos da classe dominante na relação entre capital e trabalho e, por isso, podem polarizar o racismo com a xenofobia sobre a classe trabalhadora, ainda mais em uma revolução nacional de caráter acomodacionista (Revolução de 1930). Como a classe trabalhadora é o polo passivo, a xenofobia trouxe alento a quem sofria racismo, assim como o racismo foi e é estratégia reprodutiva dos trabalhadores que podem ser racistas. O capital pode lidar com diferentes estratégias sociais sobre a força de trabalho, visando reproduzi-la de acordo com uma demanda de um contexto específico.

Contraditoriamente, como regra sobre a força de trabalho, os trabalhadores negros passaram a ter alguns espaços bastante reduzidos, precarizados e racialmente demarcados quando da diminuição abrupta do valor da força de trabalho, como captam o Censo de 1940 sobre a cidade de São Paulo e Bastide e Florestan (2009). É o segundo estágio do racismo estrutural: na crise sobrepõe-se elementos da miséria para parte dos trabalhadores responsáveis por aplicar objetivamente e subjetivamente o racismo. Uma espécie de parasitagem do capital sobre o trabalho.

---

2 Decreto-Lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Entretanto, como já versado aqui de forma mais particularizada, na prática os imigrantes instalados, como os italianos que se metamorfosearam em ítalo-brasileiros e em brasileiros brancos – o que vale para todos os imigrantes de outras nacionalidades nas médias e grandes cidades –, empregavam basicamente imigrantes da mesma nacionalidade. Assim sendo, o efeito foi pequeno. E a década de 1920 em diante é o momento da primeira grande onda de formação da classe média tradicional, a bem da verdade uma grande expansão, com a formação expressiva dos primeiros formados imigrantes e alguns brasileiros brancos que alçaram voos, entrelaçando de vez a mobilidade econômica com a mobilidade educacional e a mobilidade simbólica.<sup>3</sup>

Essa desigualdade estruturou a formação de cidades no interior paulista. Um exemplo são as cidades de Sertãozinho e Pontal no século XX. Analisando-se dados das relações de trabalho e da inserção do maquinário no Engenho Central, pertencente a Francisco Schmidt, cuja produção de açúcar era basicamente para exportação, pesquisadores pertencentes ao hoje *Museu da Cana* registraram desigualdades estruturantes das relações de trabalho a partir da raça.<sup>4</sup> O processo de trabalho era setorizado na entrada da cana de açúcar, pesagem e moagem. Havia trabalhos mais técnicos, como o de controle do caldo e do maquinário, e trabalhos mais manuais, como ensacamento, limpeza do bagaço e corte da cana. Os trabalhos mais técnicos eram destinados aos imigrantes europeus e os trabalhos mais pesados aos negros e nordestinos.<sup>5</sup>

Um dos grandes fatores da relação entre racialização e desigualdade nas duas cidades foi a mesa alimentadora do Engenho, consistindo em um espaço onde a cana caía na esteira para o processo de moagem. Havia tanques para fazer a lavagem da cana queimada, o que provocava acúmulo na moenda. A solução técnica foi colocar trabalhadores deitados embaixo da moenda para retirar a palha. A água quente caía sobre os trabalhadores, provocando queimaduras. O pro-

3 Para uma análise recheada de casos sobre o município de São Paulo, ver Domingues (2004), especialmente os capítulos II e III.

4 Agradece-se aos historiadores e educadores do *Museu da Cana* (antigo Engenho Central) que se localiza em Pontal (SP). Esse ponto específico do qual reproduzo é de autoria e sistematização deles. Destaco a prontidão de Clark dos Santos Alves, responsável pela sistematização dos dados apresentados. Se houver qualquer lacuna, deve-se a limitações minhas.

5 A migração de nordestinos provocaria uma recomposição étnica da população paulista, contrapondo-se ao projeto do embranquecimento e da europeização. Daí a predileção por imigrantes japoneses, sírios e libaneses.

cesso foi apelidado de *despela porco* por provocar graves queimaduras – termo ainda usado nas usinas –, além de mutilações e mortes em virtude da moenda. Na parte de cima ficava outro trabalhador sentado em uma mesa controlando o guincho que recolhia as taliscas para alimentar a mesa.

Aqueles que trabalhavam na parte de cima da mesa alimentadora eram imigrantes europeus e brasileiros brancos e, na parte de baixo, trabalhadores negros. Essa desigualdade fabril foi fundamental para a formação das duas cidades. Pontal pertencia a Sertãozinho, ou melhor, ambos eram Sertãozinho, mas divididos em dois povoados. O Engenho Central fabricava peças e moldes com o objetivo de reproduzir as peças dos processos de produção, pois não havia empresas especializadas, por óbvio. Os trabalhadores imigrantes responsáveis pelas peças e moldes começaram a fundar as suas próprias empresas no povoado de Sertãozinho, ao passo que os trabalhadores negros passaram a residir mais no povoado de Pontal, mais barato e menos elitizado. Muitas das indústrias e usinas compostas pelo setor sucroalcooleiro de Sertãozinho foram fundadas por esses imigrantes, especialmente italianos. Assim sendo, o Proálcool, após a década de 1970, quando da crise do Petróleo, fomentou uma desigualdade estruturada historicamente, enriquecendo os grupos sociais organizados no setor instalado nas cidades de Sertãozinho e Ribeirão Preto.

Essa demarcação histórica entre imigrantes brancos e trabalhadores negros estruturou processos distintos de desenvolvimento, pois Sertãozinho vinculou-se mais fortemente ao capital industrial. Segundo dados do IBGE até março de 2020, o salário médio de Sertãozinho é de 3,1 salários mínimos, a segunda da microrregião de Ribeirão Preto, ao passo que de Pontal é de 2,7 salários mínimos, a sexta da microrregião; a população ocupada em Sertãozinho é de 36,5%, e em Pontal é de 21,6%; o percentual de receitas oriundas de fontes externas é de 61,2% em Sertãozinho, enquanto corresponde a impressionantes 83,1% em Pontal; o PIB per capita da primeira cidade é de R\$ 43.728,51, e o da segunda é de R\$ 25.478,32, algo em torno de apenas 58% da primeira; o dado de incidência de pobreza, feita em 2003, é de 23,51 e 42,12 respectivamente, o que reforça o dado do PIB per capita.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Há dados conflitantes entre as duas cidades, como o de óbito infantil, que é de 15,19 óbitos por mil habitantes em Sertãozinho e de 5,36 em Pontal, o que colide com a quantidade de internações por diarreia, um índice importante sobre saneamento básico e políticas de saúde, de 0,3 internações em Sertãozinho e de 0,7 em Pontal. Esses dados podem indicar deslocamentos para outras cidades em busca de estabelecimentos de saúde (29 em Sertãozinho e 11 em Pontal, sem contar os hospitais de média e alta complexidade da

Mas é na composição racial das cidades que a história do Engenho Central sobre a formação das cidades se faz presente. Em Sertãozinho há 58,75% brancos na população, 6,09% pretos e 34,59% pardos, totalizando 40,68% negros. Em Pontal, há 45,19% brancos, 5,13% pretos e 49,09% pardos, resultando em 54,22%.<sup>7</sup> Esse dado é bastante ilustrativo da forma pela qual a formação da classe trabalhadora e o projeto nacional do embranquecimento estruturaram o território e a forma de ocupação do solo pela classe trabalhadora em que o exemplo mais ilustrativo é a ocupação do solo em morros, encostas e periferias. O que aconteceu com Sertãozinho e Pontal pertence ao mesmo processo da ocupação de solos em morros, encostas e periferias nas grandes cidades. Decorre do projeto nacional, da nacionalidade brasileira e da aplicação do projeto modernizador e supremacista, como feito por Pereira Passos. A forma de ocupação do solo obedeceu a relação que os trabalhadores segmentados possuíam com o mundo do trabalho. Como os trabalhadores negros foram precarizados e jogados para os trabalhos mais árduos, quando foram, ocorreu uma imbricação entre a segmentação de renda e a ocupação do solo e território em que os destinados aos brancos deveriam ser limpos de negros. Ao lado de Jabaquara, Bexiga e Lavapés, a Barra Funda foi ocupada por negros na cidade de São Paulo no começo do século XX por estar relacionada “à proximidade dos armazéns da estrada de ferro, ligando a capital a Santos”. E na divisão racial do trabalho, os negros nesse setor trabalhavam predominantemente como “ensacadores e carregadores de café”, dando o tom da forma pela qual os poucos negros se inseriam nas atividades econômicas formais sistematizadas no Censo de 1940. As mulheres realizavam “serviços domésticos nas casas dos bairros vizinhos aburguesados: Campos Elíseos e Higienópolis” (DOMINGUES, 2004, p. 320), o último atualmente avesso a metrô e a pessoas diferenciadas – empregadas sim, desde que cheguem a pé. Com o tempo, nesses bairros, os negros foram expulsos em processos formais e infor-

---

cidade de Ribeirão Preto), dificuldades e inconsistências de registro entre o local da morte e o local da residência e composição familiar que se estende pela região.

7 Tais dados não significam que Sertãozinho não tenha passado por uma imigração indesejada de nordestinos negros e brancos. Essa ponderação é reforçada pelo percentual de brancos, abaixo da média da cidade de Ribeirão Preto, que é de 65,74%. Essa imigração deve-se justamente à indústria sucroalcooleira, à usinagem e às atividades secundárias pertencentes a ela, principalmente da década de 1980 em diante, após a Ditadura Civil-Militar ter criado o Proálcool. Não se pode deixar de citar que Sertãozinho possui um distante Distrito, Cruz das Posses, ocupado sobretudo por descendentes de nordestinos negros que trabalham predominantemente no corte da cana.

mais de expulsão. Hoje, Bexiga é um dos bairros italianos e Liberdade é o bairro japonês.

O nacionalismo não foi fechado com José de Alencar e seus contemporâneos, apenas pavimentado. Essa questão se tornou, em meio aos nacionalismos que resultaram no nazifascismo, em uma questão central. A República Velha foi um período difícil. De messiânicos a embates militares entre frações das forças armadas, como a Revolta da Chibata, quase destruindo a cidade do Rio de Janeiro. João Candido, por exemplo, de herói dos marinheiros negros que eram chibatados, tornou-se muito próximo ao Integralismo 20 anos depois, sem nunca deixar de ter uma relação reciprocamente complexa com a Marinha, demonstrando em entrevista décadas depois otimismo pela Ditadura Civil-Militar de 1964.<sup>8</sup>

O Integralismo, por sua vez, não é uma importação indevida dos movimentos nacionalistas europeus. Longe disso, é uma produção tipicamente nacional nunca vista em qualquer parte do planeta. É o produto dos embates do “instinto de nacionalidade”. Teve seu início formal na Semana de Arte Moderna de 1922 e na divisão que se deu ao longo da década entre antropofagistas e verde-amarelistas, mas tem os seus antecedentes, como diriam os criminalistas. Antonio Arnoni Prado (1983) demonstra, em *1922 – itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o Integralismo*, acompanhando, sobretudo, Elísio de Carvalho e Graça Aranha, como a consolidação do conservadorismo entre os pré-modernos foi fundamental para os “revolucionários estéticos”.<sup>9</sup>

O *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* pautou-se pela construção da identidade nacional fundamentada na apropriação de tudo e de todos, a qual promoveria uma espécie de recontextualização epistemológica em conformidade com as relações ontológicas supostamente brasileiras. O *Manifesto Nhangaçu Verde-Amarelo*, ou *Manifesto da Anta*,

---

8 Ver NETO, José Miguel Arias. João Cândido 1910 – 1968: arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros. PDF. Disponível em <http://www.uel.br/pessoal/jneto/argtxt/JoaoCandido1910-1968.pdf>.

9 Elísio de Carvalho defendia a proeminência natural dos paulistas, a pedra fundamental da chamada *Comunhão Paulista*. Mas o essencial é que o contato com os modernistas deixou marcas indeléveis que resultaria anos depois no Integralismo: “Desde o primeiro contato com os jovens modernistas, ficarão algumas palavras de ordem que produzirão amplos efeitos na germinação do projeto hegemônico que acalantar por muito tempo a obsessão de construir o Brasil-nação a partir de um nacionalismo integrador, antijacobinista e voltado para a reavaliação de seus fundamentos históricos” (PRADO, 1983, p. 34-grifo meu).

ou *Verde-Amarelo*, produzido por Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, compreendeu a arte brasileira e a antropofagia oswaldiana como um afrancesamento imperdoável, levando Alfredo Bosi a classificá-lo como xenófobo.<sup>10</sup> A crítica ao afrancesamento é uma construção pré-moderna, como evidencia Elísio de Carvalho com as suas denúncias, por supostamente não apreender as características nacionais para expressar um jacobinismo imperdoável, algo defendido por José de Alencar em suas *Cartas*. Ser tupia no manifesto conservador significava ser jacobino, enquanto ser tupi consistia em defender o produto tipicamente nacional, de um nativo dócil por ter sido aculturado.

A coerência não foi uma marca daqueles que buscaram a institucionalização de uma dada nacionalidade cujo tipo ideal sempre cai – verdade que em momentos e formas diferentes – na Europa. Ambos buscavam um nacionalismo sensitivo, ou o que Antônio Candido chamou de “a nossa aufklärung”, perdida no romantismo e no Brasil imperial, donde o “intelectual considerado como artista cede lugar ao intelectual considerado como pensador e mentor da sociedade, voltado para a aplicação prática das ideias” (CANDIDO, 1971, p. 238).

Tanto um manifesto como o outro gozavam de uma visão científica vinculada à construção romântica da nacionalidade brasileira. O *Manifesto Poesia Pau-Brasil* estruturou-se sobre uma naturalização da colonização e da aculturação com base no par antitético inculcação/ativismo cuja resultante seria uma síntese supostamente brasileira: “Nunca fomos catequizados. Fizemos foi o Carnaval. O índio vestido de senador do Império. Fingindo de Pitt. Ou figurando nas óperas de Alencar cheio de bons sentimentos portugueses” (ANDRADE, 1983, p. 356).<sup>11</sup> Nesse aspecto, não foge da romantização da dominação do século XIX sob uma defesa acrítica do proselitismo cultural e religioso. Ou melhor, proselitismo é apropriação e resistência. Tudo passa a ser caricatural, como o aplumado Porfírio Diaz em *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, um burguês aplumado tipicamente brasileiro; e assim como os imigrantes italianos criavam atividades caricaturizadas do que seria a cultura italiana, como processo de construção de uma nacionalidade em solo estrangeiro concomitante à própria construção nacional italiana como elemento de pertença grupal, a elite intelectu-

<sup>10</sup> Bosi (1974, p. 417).

<sup>11</sup> ANDRADE, Oswald de. *O manifesto antropófago*. In: *TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

al brasileira procurava forjar o nacional por meio da criação de caricaturas sertanistas, amazônicas e regionais sobre aquilo que ela, distante, representava e se representava. É uma espécie de paz porfiriana, na qual o analista fala descompromissadamente sobre algum “Brasil profundo” como se fosse bossa-nova. Até chegar a Graciliano Ramos e Guimarães Rosa muitas águas rolariam, o que provavelmente somente poderia ser feito por escritores nordestinos e *nordestinados* por uma Minas Gerais nordestina, fugindo do sotaque forçado típico dos atores paulistas e cariocas em novelas de temática nordestina.

Já para os verde-amarelistas, o “carnaval” seria um resquício de uma evolução que deu errado, típica do calor e do litoral (cientificismo e ambientalismo). Basicamente a divergência entre ambos se deve à construção do nacional por meio da romantização da aculturação, da apropriação e da suposta essência oculta da nacionalidade perante os estrangeirismos (in)devidos:

Entre todas as raças que formaram o Brasil, a autóctone foi a única que desapareceu objetivamente. Em uma população de 34 milhões não contamos meio milhão de selvagens. Entretanto, é a única das raças que exerce subjetivamente sobre todas as outras a ação destruidora de traços caracterizantes; é a única que evita o florescimento de nacionalismos exóticos; é a raça transformadora das raças, e isso porque não declara guerra, porque não oferece a nenhuma das outras o elemento vitalizante da resistência (MANIFESTO VERDE-AMARELO, 1983, p. 363).<sup>12</sup>

Portanto, o nativo é o tipo ideal resistente a nacionalismos exóticos sem ser jacobino. O Manifesto Verde-Amarelo faz uma polarização entre tupi e tapuia em que o último é negativo por ser jacobino. O tupi seria o brasileiro que preservaria a essência definidora da nação, ou melhor, o “tupi significa a ausência de preconceitos”, enquanto o “tapuia é o próprio preconceito em fuga para o sertão”. Mas não é o tupi do manifesto oswaldiano, em que tem alguma ação sincrética sobre o objeto, mas um ser passivo – e, por isso, sincrético – que teria sido coautor da formação nacional. É interessante notar um fio condutor que leva o manifesto a alguns escritos de José de Alencar.<sup>13</sup> O

12 MANIFESTO VERDE-AMARELO. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

13 Em *Iracema*, quando Poti tenta acalentar o “guerreiro branco”, esse lhe responde: “teu irmão pensa que este lugar é melhor do que as margens do Jaguaribe para a taba

jacobinismo seria um estrangeirismo, um fator exógeno à construção nacional: “Todas as formas do jacobinismo na América são tapuias, jacobinismo quer dizer isolamento, portanto desagregação, o nacionalismo tupi não é intelectual. É sentimental” (MANIFESTO VERDE-AMARELO, 1983, p. 362).

A construção do nacionalismo sentimental compreende uma das mais bem sucedidas teorizações sobre o nacionalismo. Para o Manifesto, o Brasil é o produto de “agentes históricos”, como o “índio, o negro, o espadachim, o jesuíta, o tropeiro, o poeta, o fazendeiro, o político, o holandês, o português, o índio, o francês, os rios, as montanhas, a mineração” e até os “oito milhões de quilômetros quadrados”. Note-se, todos, menos a escravidão e os genocídios de africanos e nativos. O objeto do Manifesto é o tipo, os grupos sociais e raciais e o meio. Mas como aceitar todos esses “fatores”? Simplesmente “não concedendo a predominância de nenhum”. Mas como? Basta constatar que a “filosofia tupi tem de ser forçosamente a ‘não-filosofia’” (MANIFESTO VERDE-AMARELO, 1983, p. 363). A não-filosofia teria sido descoberta pelo movimento da Anta quando reconheceu que não há “preconceitos de raça”, pois havia “negros ocupando já as altas posições no país” no 13 de Maio; não há “preconceitos religiosos”, sendo o “nosso catolicismo” algo “demasiadamente tolerante”; não há “preconceito político”, porque “os teóricos da República foram os que menos influíram na organização prática do novo regime”, no qual o “sistema parlamentar só se efetivou pela interferência do Poder Moderador”, restando ao brasileiro somente o interesse pela “administração”. Portanto, o Manifesto conclui que, para um “país sem preconceitos, podemos destruir a nossas bibliotecas, sem a menor consequência no metabolismo funcional dos órgãos vitais da Nação”, em razão “do nacionalismo tupi, da não-filosofia, da ausência de sistematizações” (MANIFESTO VERDE-AMARELO, 1983, p. 364).

Dessa forma, sob um radicalismo que desemboca em um sectarismo anti-intelectualista, o Manifesto propõe um nacionalismo sentimental supostamente tramado pelas relações tipicamente brasileiras. O Manifesto aprofunda uma compreensão quando relaciona tira-

---

dos guerreiros de sua raça. Nestas águas as grandes igaras que vêm de longes terras, se esconderiam do vento e do mar, daqui elas iriam ao Mearim distribuir os brancos tapuias, aliados dos tabajaras, inimigos de tua nação”. Poti pede ao “guerreiro branco” que busque os seus “guerreiros”. Ao fim, quando da chegada da expedição de Jerônimo de Albuquerque, Martim partiu para as margens de Mearim para “castigar o feroz tupinambá e expulsar o branco tapuia” (ALENCAR, 1994, p. 45). Tapuia significa inimigo. O tupinambá “feroz” e o “branco tapuia” estão em patamares muito próximos.

nia à ideologia, fazendo, provavelmente, uma relação com a ascensão do anarquismo e do comunismo entre a classe trabalhadora, espécies de jacobinismo.

O grupo “verdamarelo”, cuja regra é a liberdade plena que cada um tem de ser brasileiro como quiser e puder; cuja condição é cada um interpretar o seu país e o seu povo através de si mesmo, da própria determinação instintiva; – o grupo “verdamarelo”, à tirania das sistematizações ideológicas, responde com a sua alforria e a amplitude sem obstáculo de sua ação brasileira. Nosso nacionalismo é de afirmação, de colaboração coletiva, de igualdade dos povos e das raças, de liberdade do pensamento, de crença na predestinação do Brasil na humanidade, de fé em nosso valor de construção nacional (MANIFESTO VERDE-AMARELO, 1983, p. 367).

Os elementos unificadores de todos os movimentos modernistas são o modernismo estético como elemento antecessor e a tentativa de rompimento com o classicismo e o romantismo, ao estilo feito pela vanguarda europeia. Entretanto, enquanto para os antropofagistas os tapuias, não civilizados e cristianizados, seriam uma espécie de tipo ideal aceitável da nacionalidade brasileira, portanto, o brasileiro seria ativo e apropriador de tudo e de todos, porque supostamente fora assim na colonização, devendo sê-lo para as produções artísticas europeias, os verde-amarelistas propunham os tupis como tipos ideais por ser o produto da síntese histórica do povo brasileiro que estaria finalizado: *índio* tipicamente brasileiro, não cabendo mais qualquer afrancesamento, pois o projeto nacional já estava terminado pela colonização e junção natural das raças; praticamente um “cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós”.<sup>14</sup> Em síntese, a oposição ao estrangeirismo devia-se à inserção indevida do “jacobinismo” em um terra formada por homens dóceis e cordiais. Como já estava terminado, de fato a xenofobia era uma consequência quase natural sobre ideologias com uma visão crítica, sendo o grande fio condutor racional para o encontro de parte dos verde-amarelistas com o fascismo.

---

<sup>14</sup> Frase dita por Jair Bolsonaro no dia 23 de janeiro de 2020. A todo o momento, recorre a figura verde-amarelista e do movimento fascista brasileiro para referenciar os nativos brasileiros. Provavelmente sem consciência histórica, já que confessadamente é avesso à História, algo coerente com os postulados verde-amarelistas, mas por ser um dado epistemológico compartilhado no senso comum da extrema-direita (sentimentalismo).

Os dois movimentos são anti-intelectualistas, para os quais o instinto de nacionalidade é uma síntese sentimental, embora os verde-amarelistas fossem mais explícitos na passividade da apropriação, mais próxima conceitualmente a uma assimilação supostamente natural e evolutiva. A exceção foi Mário de Andrade que chegou a fundar, em certo sentido, uma terceira tendência do modernismo, repousada em um estudo rigoroso das culturas brasileiras, como fica patente em seu *Ensaio sobre a Música Brasileira*, publicado em 1928, e em seus registros de viagens etnográficas para o norte, o que não significa que tenha conseguido contornar as análises generalistas sobre o brasileiro, como se evidencia em seu *Macunaíma*.

Como resultado da cisão dos verde-amarelistas, forjaram-se dois movimentos, o Bandeirismo e o Integralismo. A cisão se deu pelo advento e crescimento internacional do nazi-fascismo, fazendo com que Cassiano Ricardo fundasse o Bandeirismo cuja revista *Anhanguera* foi fechada em 1937 pelo Estado Novo. É equívoco tratar o Integralismo como uma construção exógena à construção nacional brasileira, pois é similar ao Bandeirismo<sup>15</sup> e advém de uma cisão entre os modernistas de 1922, no mínimo, com base em uma longa discussão sobre o que é a nacionalidade brasileira.<sup>16</sup> Entretanto, é comum ler o Integralismo como uma importação exógena à nacionalidade brasileira, à brasilidade:

Pelo contrário, o Integralismo foi o sucedâneo daquele nacionalismo abstrato que, em vez de sondar as contradições objetivas das nossas classes sociais, tais como se apresentavam às vésperas da Revolução de 1930, preferiu fanatizar-se pelos mitos de Sangue, da Força, da Terra, da Raça, da Nação, que de brasileiros nada tinham, importados como eram de uma Alemanha e de uma Itália

15 O Bandeirismo, ou bandeirantismo, será abordado quando da análise da *Comunhão Paulista*. O bandeirantismo é produto de movimentos iniciados na década de 1910 sobre a formação de uma raça eugênica paulista que daria ao estado primazia para liderar o desenvolvimento nacional. É uma teoria racial.

16 Outro resultado foi a institucionalização da brasilidade feita por Getúlio Vargas que tornou o samba e a até então criminalizada capoeira em símbolos nacionais. A segunda em dança desvinculada da religiosidade, da luta e do seu papel histórico de resistência à escravidão, aspectos negados pelo cristianismo e pela narrativa da confluência harmoniosa das raças. Descriminalizada em 1937, tornou-se um esporte tipicamente brasileiro. Muitos modernistas dos dois grupos trabalharam para Getúlio, inclusive Mário de Andrade. Com o recrutamento das perseguições e da explicitação do caráter político-ideológico do getulismo, intelectuais vinculados aos verde-amarelistas e aos higienistas raciais ocuparam mais cargos em instituições estatais estaduais e federais.

ressentidas em face das grandes potências (BOSI, 1974, p. 417).

Entender o Integralismo como uma importação de características as quais nada tinham a ver com os brasileiros, é uma das fugas da realidade mais comuns da academia e da intelectualidade brasileiras. O movimento integralista foi um movimento nacionalista que radicalizava algumas premissas alencarianas, como a formação de uma raça nova. Afinal, para os verde-amarelistas, baseados na “opinião bem fundamentada do sociólogo mexicano Vasconcelos”, seria “entre as bacias do Amazonas e do Prata” que sairiam “a ‘quinta raça’, a ‘raça cósmica’”, realizando “a concórdia universal” (MANIFESTO VERDE-AMARELO, 1983, p. 364).<sup>17</sup> Defendia o retorno ao primitivo (primeiro) da nacionalidade, e como tal, embarcou no mito do bom selvagem e na constituição unívoca das raças, cuja raça nativa teria sido o elemento fundante de um árduo processo evolutivo para a formação de uma *nova raça branca*. Portanto, é uma faceta, poderosa por sinal, do Tradicionalismo brasileiro, operada de forma eficaz pelo bolsonarismo. Era fascista, supremacista e higienista, fundado na perspectiva do embranquecimento enquanto instrumento de criação do brasileiro, mas admitia não brancos entre os seus quadros, desde que se subsumisse ao projeto e à perspectiva de construção do novo homem. A questão é: por que os brasileiros não fanatizariam os mitos de sangue, força, terra, raça e nação? As explicações mais comuns são que a fanatização supremacista não teria relação com o Brasil, crendo em uma docilidade natural do brasileiro e em uma simbiose racial e nacional que impediria os paroxismos. Em suma, Democracia Racial, mais uma faceta do Tradicionalismo brasileiro.

O Integralismo não divergia em essência do tratamento dispensado aos negros, mas, como os admitia na construção da Nação, pode-se dizer que era considerado, aos olhos de muitos, algo menos ruim na realidade do mundo do trabalho e da relação do negro para com as instituições republicanas, como a polícia, o presídio, as chicotadas – no caso de João Cândido – e a escola – comprovadamente vedada. Em suma, é plenamente possível que a narrativa integralista fosse mais razoável aos negros do que a realidade republicana, embora o Integralismo tenha sido resultado da própria República e do liberalismo brasileiro. É o que demonstra Petrônio Domingues com o seu clássico e belo artigo *O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos*

---

<sup>17</sup> Sobre uma análise de movimentos contemporâneos que se apropriam do imaginário fascista das décadas de 1920 e 1930, ver <https://aterraeredonda.com.br/o-aldolavismo/>.

(1902-1978).<sup>18</sup> Domingues remonta a trajetória de Arlindo Veiga dos Santos, líder negro fundador do movimento patrianovista, movimento de cunho monarquista que teve dada interface com o Integralismo utilizando-se do conceito de Raça brasileira como elemento fundante da nacionalidade brasileira. Para isso, utilizava o exemplo do partido nazista:

Que nos importa que Hitler não queira, na sua terra, o sangue negro? Isso mostra unicamente que a Alemanha Nova se orgulha da sua raça. Nós também, nós Brasileiros, temos RAÇA. Não queremos saber de ariano. QUEREMOS O BRASILEIRO NEGRO E MESTIÇO que nunca traiu nem trairá a Nação. Nós somos contra a importação do sangue estrangeiro que vem somente atrapalhar a vida do Brasil, a unidade da nossa Pátria, da nossa raça da nossa Língua.

Hitler afirma a raça alemã. Nós afirmamos a Raça Brasileira, sobretudo no seu elemento mais forte: O NEGRO BRASILEIRO.<sup>19</sup>

A hostilidade ao europeu, ou à imigração europeia, vinha da percepção e constatação de privilegiamento do branco europeu em detrimento do negro brasileiro, sendo uma “reação que refletia a perda de espaço do negro no mercado de trabalho formal no pós-abolição, cada vez mais monopolizado pelos ‘oportunistas’ ou ‘alienígenas’ imigrantes” (DOMINGUES, 2006, p. 529). Havia, portanto, a defesa da raça brasileira, um cruzamento das três raças que se tornaria uma construção freyriana. Os dois são contemporâneos, mas Arlindo defendia essa tese antes da publicação de *Casa Grande e Senzala*, reforçando o dado de que a premissa nacionalista da Democracia Racial já estava devidamente capilarizada na sociedade brasileira, como demonstra a Semana da Arte Moderna e a defesa de José de Alencar e dos verde-amarelistas do surgimento de uma nova raça americana. O tipo de racialização feito por Arlindo se voltava contra a imigração europeia. Portanto, a racialização cumpria a função política de reação na disputa por capitais e trabalho no modo de produção capitalista no Brasil. Para tanto, defendia a instituição de um “estado orgânico-sindicalista” comandado por uma monarquia, um braço-forte, impedindo que as raças inerentes à raça brasileira, sobretudo a negra, fossem vilipendiadas. Daí o antirrepublicanismo de parte significativa do movi-

18 Há uma sistematização de Arlindo Veiga dos Santos em Moura (2020, p. 252-256).

19 Domingues (2006, p. 528-529).

mento negro da época, fruto de uma percepção de que a República, feita pelos ex-escravocratas paulistas, tornou-se um obstáculo ao negro em que chibatadas, prisões e mortes eram a regra. E ao menos essa percepção era correta, cabendo parte da indagação existencial de Mandeville, de Lars Von Thiers, quarenta anos depois do fim da escravidão. Se a monarquia fora derrubada por ex-escravocratas, se ex-escravocratas comandavam a República, e se a família real fora derrubada no auge de sua popularidade, sobretudo entre negros – o que explica em parte, a baixa adesão popular à instituição da República –, por que não retornar à monarquia? A pergunta essencial é: o que havia de tão ruim na República aos negros?<sup>20</sup> A resposta é: políticas, leis e práticas segregacionistas tão negativas que faziam uma parcela do movimento negro pretender o retorno à monarquia, ou como lembra Adam Smith (LOSURDO, 2006, p. 20),<sup>21</sup> a tirania esclarecida, porque a democracia não conseguiria dar fim ao escravagismo, ou, no caso, dar fim às políticas, leis e práticas segregacionistas, pois era justamente a sociedade dos “brancos livres” que as criava.

Bosi (1974) tem razão quando afirma que o Integralismo não sondava as contradições das classes sociais, e nem poderia, como qualquer perspectiva conservadora, mas se aproximava mais delas do que as instituições republicanas. Além do mais, Sangue, Força, Terra, Raça e Nação foram construções tipicamente nacionais de qualquer Estado-Nação nos séculos XIX e XX, e é por isso que teve e tem apelo social, pois são os elementos constituintes e fundantes. É assim que movimentos conservadores como o fascismo, o neonazismo e o Integralismo ganham mentes e corações.

O discurso de posse do ex-ministro das Relações Exteriores do governo Bolsonaro, Ernesto Araújo, com uma Ave Maria em tupi, pode e deve ser compreendido à luz desse debate histórico dos conserva-

---

20 Ou melhor, o que há de tão ruim em todas as fases da República Brasileira aos negros?

21 Como disse Smith (2004, p. 173), “the freedom of the free was the cause of the great oppression of the slaves” (A liberdade dos livres foi a causa da grande opressão aos escravos). Da mesma forma, para que uma parcela da população viva as benesses da democracia e do capitalismo, uma quantidade significativa de pessoas deve ser oprimida todos os dias. Faz sentido, na conjuntura da década de 1930, parte do movimento negro ter embarcado em projetos políticos antirrepublicanos. A República construiu a liberdade daqueles que tinham acesso ao capital e ao trabalho que, por sua vez, estava assentada na opressão sobre aqueles que não tinham acesso ao capital e ao trabalho. A falta de acesso, por sua vez, não era por falta de integração e “inclusão”, termo da moda, mas de medidas segregacionistas que vedavam o acesso, como as relativas ao trabalho formal e à escola, a promoção da imigração europeia como instrumento de substituição do negro e as cotas fechadas para brancos.

dores brasileiros. Primeiro, nota-se um apelo a uma aproximação imediata com os interesses e ao que considerava ser a atual orientação política do povo brasileiro, assim como fez José de Alencar ao conchamar ao Imperador que dissolvesse a Câmara a fim de eleger deputados mais alinhados aos novos tempos:

Nos apegamos muito à nossa própria autoimagem e fizemos dela uma espécie de um ídolo. E ficamos nos olhando no espelho dizendo que somos o máximo, dizendo que os governos não nos entendem, mas que o Itamaraty está acima dos governos. Deixemos de olhar no espelho e passemos a olhar para a janela. Ou melhor ainda, vamos sair à rua, para o Brasil verdadeiro. Não tenhamos medo do povo brasileiro; somos parte do povo brasileiro.

O final do discurso é de uma transposição quase mecânica dos pressupostos do *Manifesto Verde-Amarelo*. A realidade humana não pode ser aprisionada pelo *logos*, pela racionalidade, limitando a realidade à “palavra”. A realidade só pode ser liberdade com “amor” e “coragem”, com sentimento:

A realidade, pelo menos a realidade humana, está estruturada em torno da linguagem, da palavra, do verbo. Portanto, do *logos*. Tudo que temos, tudo do que precisamos é a palavra. Ela está aprisionada, mas com amor e com coragem, havemos de libertá-la. Que Deus abençoe a todos vocês, os que creem e os que não creem, os que estão conosco, os que ainda não estão conosco. Que Deus abençoe o presidente Jair Bolsonaro e que Deus abençoe o Brasil. Anuê jaci. Muito obrigado.<sup>22</sup>

---

22 Chama a atenção no governo liberal-conservador as possíveis relações com o passado conservador brasileiro. Ernesto Araújo proferiu palestra na primeira *Conferência da Ação Política Conservadora (CPAC)*, em 12 de outubro de 2019, na qual criticou Voltaire. Segundo Araújo, “Voltaire ‘começou a querer lacrar’ quando contrapôs ideologia com a verdade e desrespeitou a fé e a monarquia francesa”. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/palestra-de-ernesto-araujo-em-evento-tem-ataques-onu-greta-thunberg-voltaire-24014033>. Acesso em 12 de outubro de 2019. Como não remeter a José de Alencar que indagara indignado “Que valeu a censura à aristocracia francesa?” e afirmara que “o primeiro enxurro nunca abala o edifício social; apenas varre o lixo que se amontoou na superfície do poder. São as represas desse escoamento natural das paixões populares que produzem os grandes aluviões, como o de 1640 na Inglaterra e de 1789 em França”. Também não deixa de ser instigante a afirmação da ministra Damarens no mesmo evento oferecendo a vitória de Bolsonaro a Tupã: “Tupã ouviu o choro dos curumins e disse: chega! E então elegemos Jair Bolsonaro. A eleição dele interrompeu um ciclo de sofrimento e dor.

A nacionalidade se sente, não se racionaliza. Uma ode ao anti-intelectualismo, à anti-ciência e, por que não, à anta.<sup>23</sup>

Os dois grupos, especialmente os antropofágicos, não fizeram nada mais do que reestruturar a literatura e as artes no âmbito da linguagem e da metalinguagem representadas com base em suas limitadas experiências populares, no qual o pressuposto foi o de que a forma aproximaria o povo da arte e a arte do povo. A forma legitimou uma representação conservadora da elite sobre o povo. Quem nunca se deparou com a eterna discussão de que a forma deve ser palatável à linguagem popular, como se, em si, fosse elemento estrutural e determinante? O conteúdo esteve longe de provocar alguma revolução.

Nelson Werneck Sodré possui razão quando constata que muitos “pré-modernos” produziram obras nas quais os conteúdos objetivavam compreender e analisar muito mais o popular e a realidade brasileira do que os modernistas. Na prática, por mais que tenha um samba aqui e um “pajé” acolá, a realidade social estava longe dos escritos dos modernistas. Lima Barreto já havia feito o que os modernistas se propuseram, contudo, o trabalhador negro e pobre fora esquecido por não ter se amulutado; caso se amulutasse, sem perder o conteúdo – seria um milagre –, a obra de Lima Barreto provavelmente teria representado na época algum predicado revolucionário artístico, o qual acabou ficando para o grupo de modernistas, um protótipo *pré-uspiano* que *revolucionou* apenas o método:

---

Este país não vai mais suportar ser governado por sanguinários da esquerda. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/em-evento-conservador-damares-compara-esquerda-ao-diabo-atribui-eleicao-de-bolsonaro-tupa-24014460>. Acesso em 12 de outubro de 2019. É mais provável que os conservadores estejam construindo racionalmente uma base teórica do conservadorismo brasileiro do que simplesmente “importando” modelos, porque se estaria tão-somente sob uma ascensão internacional conservadora. É um retorno do Tradicionalismo brasileiro.

23 Em 2020, surgiram os escritos de Ereto da Brocha, possivelmente um diplomata aposentado que escrevera um livro de crônicas chamado *Um ornitorrinco no Itamaraty: crônicas do Itamaraty bolsolavista*. Na Crônica *O Anti-Barão* o autor percebeu a relação aqui estabelecida: “Ernesto está a destruir toda a nossa boa tradição diplomática, todo nosso prestígio no exterior. Hoje, nós, diplomatas brasileiros, somos vistos com desconfiança. Nos olham ressabiados. Somos excluídos dos processos decisórios. Nos acreditam terraplanistas, negacionistas do clima, excludentes à migração. Destruidores da Amazônia. Um país sem soberania que apenas reproduz posições de outros países. Um país que defende o interesse nacional alheio. Anti-racionalistas. Não inspiramos confiança. Somos, por anti-científicos, epicentro de uma pandemia, e, por falta de amor próprio, o reprodutor de um proto-fascismo tosco, verdeamarelado” (2020, p. 12).

O esforço na interpretação do Brasil, no ensaio e na ficção, é pois, anterior a 1922. A subversão da Semana foi, antes, no nível estético, na área da linguagem. Não no nível do conteúdo (o que viria depois). A renovação interpretativa, a busca do conhecimento da realidade brasileira, por exigência das condições objetivas, existe, antes do Modernismo” (SODRÉ, 2002, p. 586).

As duas características, conteúdo e forma, “por exigência das condições objetivas”, estão em Lima Barreto, não em Elísio de Carvalho, Graça Aranha, Euclides da Cunha, Oswald de Andrade ou mesmo em Mário de Andrade, todos voltados a uma análise essencialista e pitoresca em detrimento da análise sociológica e histórica. Alfredo Bosi, por seu turno, imputava a Graça Aranha a possibilidade de transitar entre o pré-modernismo e o modernismo, não somente pela sua participação que deu legitimidade e peso para a Semana de Arte Moderna de 1922, mas também por ter construído, ao lado de Euclides da Cunha, João Ribeiro e o próprio Lima Barreto, uma literatura crítica “às estruturas mentais das velhas gerações e um esforço de penetrar mais fundo na realidade brasileira” (BOSI, 1974, p. 373). Contudo, do ponto de vista da crítica, há uma grande diferença entre Graça Aranha e Lima Barreto, o qual conseguia fazer uma crítica contra-hegemônica à racialização e às relações de poder. Em suma, enquanto em Lima Barreto é possível constatar a análise dos elementos sociais, sintetizando-se em uma literatura que objetivava entender como o brasileiro *está e vive*, nos modernistas (e pré-modernistas) houve uma tentativa generalizada e generalizante de responder o que brasileiro *é*. Apelar a uma suposta essencialidade do homem brasileiro cai, inexoravelmente, em graus distintos, na raça, na tipologia e na estereotipação.

A rigor, a cisão entre verde-amarelistas e antropográficos expressou algumas agruras presentes na classe dominante que ensejariam a Revolução de 1930. Entretanto, o principal grupo conservador hegemônico não foi o movimento integralista. Apesar de aprofundar e radicalizar parte da pauta do grupo hegemônico, o movimento integralista foi um movimento politicamente restrito. Foi na década de 1920 que se estruturou definitivamente o principal grupo conservador no Brasil, autoafirmando-se profundamente liberal no sentido da modernidade. Foram árduos defensores do escravagismo e se tornariam árduos anticomunistas e defensores dos Golpes de Estado: a elite paulista (burguesia e classe média tradicional) vinculada à burguesia

mundializada.<sup>24</sup> Essa elite originalmente paulistana substituiu a elite paulista capitaneada por Campinas e demais cidades do interior paulista, assumindo-se como a “elite paulista”.

Esse grupo se estruturou no e a partir do jornal *Estado de São Paulo*, cuja figura aglutinadora foi Júlio de Mesquita Filho, e se organizou quando as políticas dos governadores e do café com leite davam sinais de desgaste. Um dos seus resultados foi a criação da Universidade de São Paulo (USP), a primeira universidade de fato, uma vez que antes existiam apenas faculdades isoladas. A USP foi o resultado de um processo iniciado na década anterior a sua fundação, pelo menos. Iniciou-se quando da criação de um movimento político de difícil caracterização. A *Comunhão Paulista*, como ficou conhecida, consistiu na formação de um grupo político detentor de um projeto de poder em que os paulistas seriam protagonistas do desenvolvimento nacional. Irene Cardoso (1982) analisou detalhadamente o projeto. Começou com Júlio de Mesquita Filho proclamando o grupo de “irredutivelmente liberais”. Como pertencia ao grupo, também foi uma autopromoção. Passou por uma acomodação após 1932 com Getúlio em que o denominador comum foi o anticomunismo e a “aliança com os setores mais intransigentemente reacionários”, o que consistiu em dar “cobertura a toda a sequência de ações de Vargas (estado de sítio, estado de guerra, desrespeito a imunidades parlamentares, prisões e perseguições arbitrárias e violentas)” (CARDOSO, 1982, p. 18). Essa omissão, assim como a do *Estado de São Paulo* sobre o seu passado escravagista, vendedor de anúncios de africanos e árduo defensor do direito à propriedade privada sobre o africano e das benesses da economia baseada no trabalho escravizado, faz parte da construção do mito em torno da elite paulista. Como lembra Irene Cardoso (1982, p. 18),

omite-se, que é o que mais interessa no caso, que durante esta época, da implantação e primeiros passos da Universidade, os liberais postaram-se contra a liberdade de pensamento e expressão, apontando para a necessidade de fiscalizar o que se ensinava nas universidades e escolas secundárias, o que publicavam os jornais e o que se editava em livros e revistas.

A censura escolar foi política de Estado no Estado Novo e na Ditadura Civil-Militar. Da mesma forma, no começo da universidade

24 Não há qualquer contradição entre liberalismo e a defesa, apoio e participação nos eventos arrolados. Procurar-se-á demonstrar essa relação ao longo dos capítulos.

a censura escolar foi uma medida abertamente defendida pelo grupo *O Estado*, assim como o é pelo movimento contemporâneo *Escola sem Partido*, e embora tenha passado a existir recentemente de forma orgânica notadamente nos EUA com fundamentalistas cristãos, tem os seus princípios aplicados no Brasil ao longo do século XX, sobre os quais se infere que o controle sobre a escola e o trabalho docente é uma tradição do liberal-conservadorismo. Mas, visto mais de perto, com uma lupa, conclui-se estar longe de ser uma construção do século XX. A tentação pela censura pedagógica ocorria à solta contra o abolicionismo. É mais uma demanda de controle sociometabólico e político dos grupos da classe dominante controladores do Estado, do que uma necessidade contemporânea baseada em algo extraordinário que seria fruto de mudanças comportamentais supostamente novas ao “cidadão de bem”. É uma demanda ordinária:

Na Câmara dos Deputados não faltaram protestos contra essa crescente agitação. Andrade Figueira, líder do escravismo, atacava os professores da Escola Politécnica, que tinham recebido com discursos e festas a emancipação do Ceará. Na sua opinião, ao invés de se dedicarem a educar a mocidade, esses professores ocupavam-se em celebrar, ‘dentro do próprio edifício da escola’, festa abolicionista, e não contentes com isso formavam associações com os alunos, aniquilando assim a disciplina escolar e ‘pervertendo’ a mocidade, instigando-lhes hábitos de desordem e anarquia (VIOTTI DA COSTA, 1986, p. 64).

Essa reclamação dos proprietários de escravizados ocorreu em meio à aprovação da Lei dos Sexagenários e à abolição da escravatura no Ceará (primeiro estado a abolir completamente a escravidão): “Ao invés de se dedicarem a educar a mocidade”, esses anarquistas formavam associações com os alunos, “aniquilando a disciplina escolar”.<sup>25</sup>

Analisemos o início do movimento das frações da elite paulista, datado exatamente em 1922, com a publicação de a *Comunhão Paulista*-

25 O argumento é o mesmo dos defensores do movimento *Escola sem Partido*. A conclusão é razoavelmente simples. Ontologicamente *Escola sem Partido* não é um movimento essencialmente novo – é apenas a expressão moderna de uma demanda atemporal do liberal-conservadorismo. Não o é em sua essência, em sua razão de ser. Sempre existiu e atendeu aos interesses da elite e da classe dominante. O importante é a disciplina e a ordem. Para a elite e a classe dominante, esses dois fatores conjugados provocariam o progresso, nem que seja com a escravidão no século XIX, ou com a superexploração e a desigualdade econômica e social nos séculos XX e XXI.

ta, por Júlio de Mesquita Filho, na *Revista do Brasil*, dirigida por Monteiro Lobato. O texto inicia-se com a construção do mito dos bandeirantes para o qual existiria uma ligação histórica entre a bravura e o destemor sertanistas e os paulistas de 1920. Haveria uma ligação impossível de negar, da qual os paulistas seriam o fio condutor da nacionalidade brasileira: “Não vemos bem como negar-se visão política aos paulistas dos primeiros séculos que, aos domínios da coroa, reconhecidos pelo Tratado de Tordesilhas, juntaram área cinco vezes superior àqueles”<sup>26</sup>

O Sul e o atual Mato Grosso também seriam resultados do trabalho dos paulistas. Os paulistas teriam forjado os fundamentos do nacionalismo em ação “disciplinada e quase consciente”, como os marcos territoriais, os quais foram, na verdade, estabelecidos pela centralização em torno da monarquia ao longo do século XIX:

Os pródromos dessa gigantesca tentativa, que poderíamos chamar de ratificação histórica da ação do bandeirante, já são perfeitamente discerníveis no conjunto de aspirações com que se preocupa atualmente São Paulo. A política de expansão ferroviária, seguindo, nas suas linhas gerais, os roteiros de penetração do passado, mostra-nos de sobejo a ação calculada do paulista.

Sem entrar no mérito de sua sanha assassina e escravagista, o que é ignorado pela *Comunhão*, na prática os chamados bandeirantes nada têm a ver com os paulistas de 1920. São Paulo foi uma província abandonada e esquecida por longos séculos, e a população estruturou-se no final do século XIX e começo do século XX sob a mais aguda acumulação de capitais até então no país, resultando na formação da grande burguesia brasileira. Aliás, muitos foram migrantes de outros estados. Porém, o argumento cumpriu o papel de criar um mito, e projetos de poder necessitam de mitos, mesmo que muitos deles não correspondam com os fatos. Nada que uma omissão aqui, uma inclusão exagerada acolá e uma má-fé intelectual de vincular bandeirantes com o ciclo do café, com ampla propaganda, não resolvam. O mito estava criado:

A realização deste legado do passado há de, por força, mobilizar-lhe todas as regiões.

(...)

---

26 *Revista do Brasil*, 1922, ano VII, v. XXI, nº 84. A paginação está inelegrável.

Somos fortes, somos ainda dignos do passado das bandeiras, justamente porque às enganosas vitórias da política militante, sabemos ainda preferir as rudes vitórias que pontilham a história da nossa evolução. As sadias emoções da vida livre da lavoura, das tentativas audaciosas de que todos os dias temos notícias, empolgam a visão segura e afoita do paulista, desviando-o da estagnação acabrunhadamente niveladora dos nossos partidos políticos. Nos momentos capitais da história nacional, de São Paulo sempre partiu a palavra que haveria de decidir os destinos da nacionalidade. José Bonifácio e Feijó – o mais paulista de todos os paulistas – marcam os dois grandes ciclos da evolução nacional.

O mito consiste na ideia segundo a qual o bandeirante é o fundador, alargador e mantenedor do território nacional. Para tanto, fundamentava-se nos estudos de Afonso Taunay e Alfredo Elis Junior sobre o bandeirantismo, tendo como uma das expressões o Bandeirismo de Cassiano Ricardo, uma dissidência dos verde-amarelistas. Acreditavam, sobretudo Alfredo Elis Júnior, que estavam em confronto com a imigração nordestina, sob o risco de enegrecer o paulista, a raça “eugênica paulista”, o suposto descendente de bandeirante, eugenicamente melhorado pela imigração europeia.<sup>27</sup>

É difícil conceituar a *Comunhão Paulista*. Sinteticamente, foi a formação de uma elite política e econômica que, por meio da criação e fomento de instituições fundamentais a sua reprodução, como a universidade, pavimentou os mecanismos institucionais (republicanos) e sociais com o fito de estruturar uma dada acomodação de classes na qual fosse protagonista. A ligação extemporânea entre um passado glorioso dos bandeirantes e as elites cafeicultora e urbana foi feita a fim de criar uma autoprojeção mítica sobre uma vanguarda que deveria exercer o papel de guia da nação para o desenvolvimento urbano e

27 “A imigração europeia fazia parte da construção do melhoramento da raça paulista, a mestiçagem eugênica paulista, que eliminava a passos largos o elemento africano. Alfredo Elis Júnior, em *Populações Paulistas*, obra de 1934, compreendia que, nos tempos coloniais, ‘o negro era muito mais numeroso do que o branco’, que, mesmo com o término do “tráfico africano, reproduziam-se ‘com grande fecundidade’. Todavia, ‘essas condições evoluíram em São Paulo’, pois ‘recebemos grandes massas imigratórias da Europa, e os negros com seus mestiços começaram então a minguar’. Com ‘a luta social, caíram em decadência’. Por fim, ‘a diminuição alarmante da natalidade e o aumento da mortalidade provocam seu desaparecimento’”. De fato, a população negra no começo do século XX registrou crescimento demográfico negativo, como demonstrou Petrônio Domingues (2006). Para uma análise sobre o supremacismo do movimento bandeirantista, ver <https://aterraeredonda.com.br/borba-gato-aldo-rebelo-e-ru-i-costa-pimenta/>

industrial. Em suma, os paulistas de 1920 completariam o que faltava à nacionalidade brasileira. Daí a necessidade da liderança dos paulistas, ou melhor, do grupo sobre as outras elites regionais. Irene Cardoso (1982, p. 40) concluiu que a *Comunhão Paulista* foi forjada sobre três características:

a) A Comunhão é constituída por aqueles elementos que têm “visão política”, isto é, visão dos grandes problemas da nacionalidade (a política militante partidária seria destituída desta visão); b) a Comunhão é paulista porque apenas alguns Estados da Federação teriam capacidade política, dado o seu nível de desenvolvimento; dentre estes, São Paulo seria a chave; c) a Comunhão é paulista, ainda porque de São Paulo deverá partir, porque sempre partiu, por uma “fatalidade histórica”, um projeto político para a nacionalidade: “é o mesmo ideal a absorver o mesmo paulista”, na realização de um “legado do passado”.

Assim como Benjamin Franklin é o tipo ideal weberiano para o *ethos* capitalista, Júlio de Mesquita Filho é o tipo ideal do *ethos* liberal-conservador paulista. Júlio de Mesquita Filho, um *irredutível liberal*, é a prova de que dissociar liberalismo de conservadorismo é uma falácia. Quando da ascensão de Getúlio Vargas, negociou a escolha de Armando de Sales Oliveira como interventor em troca do compromisso de apaziguamento com a elite paulista. Esse acordo permitiu a criação da Universidade de São Paulo. Mas antes havia se inserido na famigerada Revolução Constitucionalista, síntese de um agrupamento de frações das elites paulistas desgostosas com a perda do protagonismo nacional, solapadas pela Revolução de 1930 e a entrada de novas frações de elites regionais outrora ignoradas. Finda a revolta de 09 de julho de 1932, apoiou a repressão getulista aos comunistas e aos trabalhadores em nome do anticomunismo, mudando apenas em 1936 quando a candidatura de Armando de Sales Oliveira sofreu restrições para as eleições que ocorreriam em 1938.

Com o Golpe de 1937, todo baseado no anticomunismo e na criação de um plano de golpe comunista, anunciado pomposamente na Rádio Nacional – o que seria retomado em 1964 e, de forma distinta, de 2013 em diante, assim como o foi em quase toda a segunda metade do século XIX contra os abolicionistas e defensores da reforma agrária, gerando um medo coletivo semelhante ao pânico ante a invasão de marcianos transmitida por rádio nos EUA em 1938 –, Júlio de Mesquita

Filho foi detido; mas como bom membro da elite, foi liberado logo em seguida. Exilou-se na França. O jornal, que havia ficado a cargo de seu irmão, foi invadido e fechado em 1940 e reaberto cerca de um mês depois com o controle acionário da ditadura varguista. Que atentado contra a liberdade de imprensa!

Após o fim do Estado Novo, quando definhava enclausurado em sua propriedade rural, apoiou o brigadeiro Eduardo Gomes à presidência em 1945, retomando o controle acionário do jornal *Estado de São Paulo*. Ganhou Eurico Gaspar Dutra em uma coligação entre PTB e PSD. Tornou-se um antigetulista, não somente em função da intervenção sofrida, mas pela aproximação imperdoável de Getúlio ao trabalho no fim do Estado Novo.

Esse é um ponto contraditório da narrativa semioficial. Embora a CLT tenha sido promulgada, o Estado Novo foi um dos períodos com as políticas mais regressivas do capital sobre o trabalho, destoando da narrativa semioficial cercando o getulismo. Ou seja, além das perseguições, prisões e mortes, em coalizção com as elites econômicas e políticas, a Segunda Guerra, que promoveu uma das maiores concentrações de riqueza na história do Brasil (SOUZA, 2018), na contramão dos países europeus e dos EUA, contribuiu para alicerçar políticas sobre o trabalho baseadas em uma hipotética situação de guerra, como o retorno da jornada de 10 horas em alguns setores industriais e a Lei de Mobilização Industrial, um conjunto de leis que retirou boa parte dos direitos estabelecidos na década anterior, introduzindo o trabalho compulsório em feriados, trabalho noturno de adolescentes e a impossibilidade de mudar de trabalho sem o consentimento do patrão.<sup>28</sup>

Na eleição de 1950, Júlio de Mesquita Filho apoiou Eduardo Gomes em oposição a Getúlio. Perdeu novamente. Com o suicídio de Getúlio, mergulhou no udenismo, primeiro apoiando Café Filho e depois Juarez Távora em oposição a Juscelino Kubitschek. Perdeu novamente. Inaugurou a conhecida e folclórica incapacidade paulista de ganhar alguma coisa no voto sem expediente autoritário, como a política dos governadores. Cansado das derrotas que descaminhavam a sua visão elitista e liberal de mundo, partiu para o golpismo, apoiando o movimento que procurou impedir a posse de Juscelino. Perdeu novamente. Juscelino foi empossado após a ação do Movimento 11 de Novembro, fazendo com que o empresário se realinhasse à oposição de extrema-direita.

<sup>28</sup> Souza (2018, p. 295-298).

Articulou a candidatura de Jânio Quadros, presidente que reuniu todas as características mais caricatas do conservadorismo e do liberalismo brasileiros, amalgamados no udenismo mais barato. Com uma vassoura na mão, Jânio Quadros prometia limpar a corrupção do governo anterior, aproximadamente como fizeram José de Alencar e Bolsonaro, este último ajudado pelo udenismo da Lava Jato. Afastou-se de Quadros em virtude de sua política externa e se aproximou de Lacerda, o principal quadro da direita de então, que recebia prodigiosa cobertura do jornal *O Globo*. Após a renúncia de Jânio Quadros, de certa forma balizada pela própria oposição lacerdista, portanto de Júlio de Mesquita Filho, endossou a tentativa dos militares e de frações da burguesia de impedir a posse de João Goulart. Mais uma vez perdeu. Com a posse de Jango, fez-lhe oposição ferrenha com medo de uma socialização dos meios de produção ante os objetivos mercantis de sua empresa e a sempre redentora liberdade de imprensa.

Júlio de Mesquita Filho integrava o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), uma organização criada em 02 de fevereiro de 1962 por empresários paulistas e cariocas para se oporem ao governo Jango. A percepção do empresariado era a de que o Brasil caminhava para uma ditadura do proletariado, mesmo algumas das reformas propostas serem relativas ao século XIX e tenham sido feitas por países um pouco distantes do socialismo naquele momento, como os EUA. Alfabetização e reforma agrária eram duas delas, reformas que Rui Barbosa, José Bonifácio e Joaquim Nabuco concordariam e provavelmente seriam mais uma vez chamados de socialistas e comunistas. As reformas tributária e bancária ocorriam à solta nos EUA e na Europa, como mostra Souza (2018) e Piketty (2014), assim como a universitária.<sup>29</sup> Júlio de Mesquita era alinhado, segundo Dreifuss, a dita linha dura do instituto, abertamente anticomunista e fincada no combate udenista à corrupção: além da defesa da exploração e da sacralização da propriedade, era elevadamente moralista e apegada à pauta conservadora dos costumes. Dreifuss descreve três grupos em que Júlio de Mesquita Filho filiara-se ao que chamou de “extremistas de direita”:

Os extremistas de direita eram, basicamente, um grupo marginal, com posições fanáticas anticomunistas e antipopulistas, a favor da modernização industrial conservadora, um ponto que tinham em comum com

---

29 A reforma universitária merecerá uma análise mais pormenorizada, pois é uma das razões da adesão da classe média tradicional ao Golpe Civil-Militar de 1964.

a corrente central do movimento civil e militar anti-Goulart (...) Esses oficiais, na realidade, estavam ligados a alguns dos mais agressivos membros do IPES-São Paulo e a Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*. O grupo paulista de “linha dura” (...) pregava uma forte mensagem anticorrupção e anticomunismo (...) (DREIFUSS, 1981, p. 370).

Membro da extrema-direita, participou ativamente da conspiração nos meios militares. Redigiu um documento intitulado *Roteiro da Revolução*. Com o Golpe Civil-Militar de 1964, enfim venceu, ou não perdeu. Foi para a oposição ao regime sem ser da oposição quando percebeu que o golpe se voltaria contra os seus interesses econômicos e políticos, com algumas censuras e proibições a editoriais, assim como a *Província de São Paulo* deixou de ser abertamente escravagista sem ser abolicionista no momento em que depreendeu a virada do jogo. Morreu logo após o AI-5 como mártir da defesa da liberdade de imprensa e do liberalismo brasileiro, o que não deixa de ser correto. Liberalismo e conservadorismo unificaram-se formalmente na Ditadura Civil-Militar, e nunca mais se descasaram em favor da liberdade econômica de gerir o fundo público para os capitais privados. Júlio de Mesquita Filho representa como ninguém a forma como o liberalismo brasileiro caminha com o conservadorismo brasileiro, ora de mãos dadas como casados, ora abraçados como namorados. O irrefutável liberal estava mais próximo dos escravagistas do século XIX e dos fascistas do século XX. Nada que o liberalismo utilitarista inglês já não tenha feito, corporificando a subsunção formal e violenta sobre os africanos e asiáticos ante o imperativo liberal da propriedade privada.

Para Júlio de Mesquista Filho, o jornal deveria cumprir uma função primordialmente informativa e formativa para desenvolver uma elite. Por isso, em *Opinião sobre a Situação Nacional*, publicado em 18 de agosto de 1961, entendia que deveria engendrar esforços para o surgimento de obras, como *Os Sertões*. Opunha-se formalmente ao que chamava de oligarquia brasileira, embora não negasse o seu vínculo ideológico com o ideário da *Província de São Paulo*. Irene Cardoso lembra do caráter racial de seu *A Crise Nacional*, quando estabeleceu uma correspondência entre a crise social e moral na República e a abolição:

(...) entrou a circular no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável

de 2 milhões de negros subitamente investidos das prerrogativas constitucionais. A esse afluxo repentino de toxinas provocado pela subversão total do metabolismo político e econômico do país, haveria necessariamente de suceder grande transformação na consciência nacional que, de alerta e cheia de ardor cívico, passou a apresentar, quase sem transição, os mais alarmantes sintomas de decadência moral (MESQUITA FILHO apud CARDOSO, 1982, p. 34).<sup>30</sup>

O “quase sem transição” o coloca de mãos dadas com José de Alencar e José Bonifácio, o moço, embora o desejo e a autoprojeção recaiam sobre o outro Bonifácio que se mostrou mais iluminista mais de 100 anos antes. Mas ser jacobino é proibido! Ele foi bastante honesto sobre o liberalismo brasileiro:

Estão errados os que apregoam a morte do liberalismo e afirmam que já não há lugar na sociedade contemporânea para os espíritos liberais. O liberalismo transformou-se, mas não desapareceu. Nem desaparecerá. Não será mais o que foi na época do romantismo – a aspiração utópica de um individualismo absoluto em face da sociedade e do Estado – mas é, e continuará a ser, e com esta metamorfose ganhou um vigor que lhe torna duradoura a existência – um sistema de princípios destinados a estabelecer o equilíbrio entre o Indivíduo e o Estado, entre a autoridade e a lei, entre a ordem e a justiça, entre o poder e a liberdade. (MESQUITA FILHO apud CARDOSO, 1982, p. 49).

---

30 Parte da construção do mito nacional em que caberia aos paulistas o papel de centro irradiador da cultura nacional e guia do desenvolvimento urbano e industrial, devia-se também a apropriação dos estudos de frenologia e a apreciação que os povos do Norte, Nordeste e algumas outras regiões estariam em estágio evolutivo inferior: “Agrupamentos humanos primitivos na fase mental a que a escola durkheimiana denominaria mística, dominam em quase todo o território dos estados do Amazonas e do Pará e em grande parte dos estados do Maranhão e Goiás. Nessas regiões, onde a própria terra parece não ter adquirido ainda a sua feição definitiva, a civilização, dada ao termo sua significação vulgar, é que é a exceção. Mais abaixo, em direção ao Sul, muda o cenário, e, com este, o aspecto social chamado Nordeste. Aí, se fizermos abstração de pequenos grupos imersos na massa da população, pouca coisa falta para que reconheçamos na sua plenitude os traços característicos do feudalismo” (MESQUITA FILHO, s.d., p. 157). Esse discurso, proferido em 25 de janeiro de 1937 à primeira turma de licenciados da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, foi finalizado com a conclusão de que a turma, majoritariamente formada por paulistas, teria a responsabilidade de espriar e universalizar a civilização para todas as regiões. Uma espécie de neocolonialismo belga ou inglês a ser empreendida pelos paulistas sobre os atávicos e os desajustados.

A síntese conceitual é perfeita, como prova a Constituição liberal de 1934 de Vargas e Mesquita Filho, comemorada pela elite paulista após a sua revolta constitucionalista. A Constituição tinha o seu apego messiânico à propriedade e ao “estímulo” à “educação eugênica” (Artigo 138º, alínea b), uma obrigação de todos os entes federados. O liberalismo brasileiro é aquele que objetiva, ao longo da história, equilibrar um jogo sinuoso entre pares antitéticos de acordo com o contexto político-econômico, sendo demasiadamente pragmático. Quando a ascensão dos trabalhadores e a diminuição da desigualdade colocam em risco um conjunto de subsistemas de exploração e de concentração de renda, o Estado ganha força por meio de regimes ditatoriais. Quando a democracia representativa comporta uma regularidade do sistema e do conjunto de subsistemas de exploração e de dominação, preservando os mecanismos de concentração de renda, o indivíduo passa a ter mais massa na balança, bastando a gravidade fazer o seu papel para transformar o trabalhador em peso morto. A representação democrática e a meritocracia *laissez-faire* são suficientes.

Fernando de Azevedo, que redigiu o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* em 1932 e realizou o *Inquérito sobre a Educação Pública em São Paulo* em 1926, financiado pelo grupo *O Estado*, procurou, mais ou menos tentando se pautar pelo que considerava ciência, subscrever na mentalidade paulista o mito do papel da elite na democracia, reproduzindo uma mitificação platônica do papel da elite ateniense:

A democracia consiste, praticamente, não no “governo do povo pelo povo” que em última análise é uma ficção, mas no governo por elementos “diretamente” tomados do povo e preparados pela educação. Não há salvação para a democracia senão na escolha e pela escolha de capacidades. O problema da educação sobreleva, por isso, em alcance social e político a todos os outros problemas, numa república dedicada a entregar seu governo a uma ‘aristocracia de capacidades’, aberta inteiramente ao povo “renovando-se (...) e recrutando-se largamente em todas as camadas sociais, até nas inteligências operárias” (AZEVEDO apud CARDOSO, 1982, p. 49-50).

Aqui nasceu a sentença que ficou no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932: a democracia como a construção da hierarquia das capacidades sobre a hierarquia das classes. Levando em consideração o mundo do trabalho até então, no qual a classe trabalhadora

foi formada de forma segmentada e racializada em que negros viviam das migalhas da aquarela *Um jantar brasileiro*, de Jean Baptiste Debret, a sentença nada mais fez do que ratificar o papel institucional da mobilidade educacional para a reprodução desigual das relações de produção, ou seja, reafirmar o espaço estratégico que os membros do *Estado* possuíam monopolisticamente, mistificando o seu lugar de classe (fetichismo da meritocracia). Para tal grupo, o desenvolvimento seria fruto do acerto cognitivo das elites, em que a constatação da existência dos processos de exploração seria a expressão apologética do ideário comunista. Por óbvio, a discussão também era o que fazer com trabalhadores, os negros e o povo de uma forma geral. A resposta foi a gestão da vida pela elite (burguesia e classe média tradicional), de forma razoavelmente aproximada com *A República*, de Platão, a quem cabia ao filósofo organizar virtuosamente as classes sociais. Em nada diverge da relação entre Eduardo e Pedro, em *O Demônio Familiar*, muito menos de Olavo Bilac,<sup>31</sup> objeto de grande estima de Júlio de Mesquita Filho. Em sua conferência intitulada *A Defesa Nacional*, Bilac (1917) trata a educação para o povo como um instrumento de efetivação de defesa da mesma importância da atividade militar, porquanto a nacionalidade ensinada por meio da higiene “do corpo e da alma”, é o pressuposto da defesa:

Para que haja pátria, é necessário que haja consciência, coesão e disciplina. Mas, para que isto exista, é necessário que haja instrução, intensa e extensamente disseminada, fácil e gratuitamente, distribuída, constante e sabiamente dirigida. Não trato de instrução secundária e superior. Trato apenas da instrução elementar, d'aquela que se

---

31 Irene Cardoso (1982) expõe essa relação. O livro *A Defesa Nacional* remonta a fundação da *Liga de Defesa Nacional*, na qual Bilac foi fundador. A liga foi montada como resultado da campanha de serviço militar obrigatório. Bilac percorreu o Brasil fomentando a criação de ligas regionais. Em 1917, foi fundada a *Liga Nacionalista de São Paulo* por membros das faculdades isoladas que seriam integradas à Universidade de São Paulo em 1934. A *Liga Nacionalista de São Paulo* defendia a tríade escola, voto e serviço militar, e teve em seu conselho deliberativo e diretoria Monteiro Lobato, Amadeu Amaral, Nestor Rangel Pestana e o próprio Júlio de Mesquita Filho. Sobre o assunto, ver Silvia Levi-Moreira (1984). Disponível em [http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61361/pdf\\_5](http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61361/pdf_5). Acesso em 22 de outubro de 2020. Para Irene Cardoso (1982, p. 57), inegavelmente a liga estruturou o que chamou de “universo ideológico”, uma espécie de missão nacionalista de modernização conservadora, cujo projeto consistia na “sagrada missão de governar e dirigir a multidão”, o qual pertenceria “à Comunhão”, também detentora de “um projeto de criar uma instituição (a Universidade) que reproduz aquele projeto”.

deve dar a todos os homens do povo, com a higiene do corpo e da alma, e com a capacidade para trabalhar e viver, se não com fartura, ao menos com o necessário e a dignidade. Com a higiene do corpo e da alma, a instrução primária, cívica e militar; com a capacidade para o trabalho, a instrução profissional. É necessário, enfim, para que haja pátria, que haja cidadãos (BILAC, 1917, p. 135).

Depois, a divisão em castas:

Mas, que é “cidadão”?

Há na multidão das criaturas humanas, que povoam um país, quatro categorias, progressivamente restritivas: 1- todos os habitantes ou residentes, englobadamente compreendidos; 2- entre os habitantes, os homens adultos, que já têm a idade e a capacidade jurídica tendo o direito de voto; 3- entre os homens adultos, aqueles a quem chamaremos verdadeiramente “homens”, isto é, aqueles que já chegaram a um certo grau de desenvolvimento intelectual, com a consciência da sua razão, dos seus direitos e dos seus deveres; e, enfim, 4- entre os verdadeiros “homens”, os “cidadãos”, aqueles que, investidos de completa cultura intelectual e moral, tendo elevação de espírito, sendo capazes de sobrepor-se aos interesses próprios, aos interesses partidários de classe ou de campanário, podem destinar-se à sagrada missão de governar e dirigir a multidão (BILAC, 1917, p. 136).

Essa estruturação social, praticamente em castas, de acordo com a suposta capacidade intelectual, é liberal e é conservadora. Por sinal, foi utilizado para restringir o voto na República, visto que o eleitor deveria ser alfabetizado quando a escola era segregada e não obrigatória. Não à toa, a quantidade de eleitores na década de 1880 para 1930 praticamente não aumentou, revelando uma estabilidade proposital, uma vez que a ampliação do eleitorado desestruturaria a política dos governadores. Ao mesmo tempo que permitia o voto apenas para os homens maiores de 21 anos alfabetizados, reduziu a maio-

ridade penal de 14 para 9 anos. Nem todos são cidadãos, ou uns são mais, por serem mais distintos entre todos e mais iguais entre os seus. Tanto o hegelianismo evolucionista de Euclides da Cunha e o platonismo de Júlio de Mesquita Filho e Olavo Bilac, quanto o nacionalismo de Plínio Salgado e o pragmatismo reacionário de Roberto Marinho, são faces da formação ideológica das elites e da burguesia brasileira: o controle sobre a formação da classe trabalhadora, chamada sempre de povo, termo genérico, cabendo qualquer coisa e que, por isso, mostrasse epistemologicamente limitado. Como compreender a Revolução Francesa pela utilização do *conceito* de povo? É possível chamar burgueses e *sans-culottes* de povo, ou melhor, compreender os burgueses e *sans-culottes* com base no conceito de povo? Em todos os casos, a autoprojeção da elite paulista fundamentava-se em um apelo otimista ao dirigismo messiânico sobre os trabalhadores, cabendo-lhes o papel de agricultores na hierarquia platônica. Assim sendo, a distinção feita entre liberalismo e conservadores no Brasil, constitui-se em asoberbamento. Essa distinção é incabível. Os criadores da elite intelectual paulista nunca vislumbraram tal divisão. Assim como não é possível separar plenamente Júlio de Mesquita Filho, fundador da USP, do Júlio de Mesquita Filho apoiador de Getúlio na década de 1930 e do Golpe Civil-Militar de 1964, não é possível separar Fernando de Azevedo do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, entusiasta da construção de um sistema nacional de educação, do Fernando de Azevedo apoiador da democracia das elites e ufanista bandeirante e jesuítico; muito menos o escravagista *A Província de São Paulo* do republicano *A Província de São Paulo*; ou o anticomunista *O Estado de São Paulo* do *O Estado de São Paulo* convertido em defensor das liberdades democráticas quando alguma ditadura se voltou contra os interesses do jornal.

Bilac enxergava a instrução primária como parte do nacionalismo, como instrumento do higienismo em que o serviço militar obrigatório seria a sua *solução final* ao problema da nacionalidade e da cidadania.<sup>32</sup> Júlio de Mesquita Filho vislumbrou anos depois um nacionalismo

32 Em discurso intitulado *A Marcha*, feito aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1915, Bilac (1917, p. 7) defendeu a instrução primária como elemento fundante do higienismo e o exército para os “ociosos”: “É a instrução primaria obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória. As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de ‘abc’ e do banho, — animais brutos, que de homens têm apenas a aparência e a maldade. Para esses rebotalhos da sociedade a caserna seria a salvação. A caserna é um filtro admirável, em que os homens se depuram e apuram: d’ela sairiam conscientes, dignos, brasileiros, esses infelizes sem consciência, sem dignidade, sem pátria, que constituem a massa amorfa e triste da nossa multidão... Mas nada se

com base em uma dedução das premissas bilaquianas: se cabe à elite guiar a nação, cabe aos paulistas, estado mais desenvolvido da nação, guiá-la ao desenvolvimento. E essa simplificação infantilizada, já formulada por Alberto Sales em 1887, levou a formação da principal elite político-econômica do país. Tal simplificação escamoteou um dado óbvio: o estado de São Paulo assumiu relevância econômica por ter sido o estado que mais explorou e exauriu africanos na segunda metade do século XIX. A mitificação eliminou esse dado da história autoprotetida e colocou no lugar a fibra, a perspicácia, a coragem e a inteligência da elite paulista, dos bandeirantes e do imigrante europeu que se *paulistanizava* e ao mesmo tempo *uropeizava* o paulista e o estado de São Paulo, eliminando-se o “afluxo repentino de toxinas provocado pela subversão total do metabolismo político e econômico do país”, ou melhor, a existência de negros desgrilhoados pela abolição a manchar a República e a puxar a marcha do desenvolvimento nacional.

Essa mitificação teve o seu percurso fantástico. Da mesma maneira para com o abolicionismo em que Antônio Prado foi alçado a herói do abolicionismo, Júlio de Mesquita foi tronado baluarte da Revolução de 1930 pelo próprio filho. As relações políticas da família Mesquita sempre foram complexas. Estabelecia oposição à oligarquia paulista, mas não admitia a perda de protagonismo do estado, como mostram os princípios da *Comunhão Paulista*. Opôs-se a Vargas, mas não deixou de procurá-lo e torná-lo outro herói liberal da Aliança Liberal. Aproximou-se de Luís Carlos Prestes, mas desconfiava dos tenentistas que em 1924 tomaram a capital paulista em evento até hoje escondido nas datas e eventos oficiais do estado pelos atuais herdeiros da elite paulista de 1920. A única coisa que defendia com suor e sangue era o anticomunismo. Como solução de tudo, defendia a máxima harmonia entre o capital e o trabalho à luz do legalismo autoritário, chamando de “onipotência da autoridade” e “onipotência do direito” (CARDOSO, 1982, p. 84).

Depositou o apoio do grupo a Getúlio à luz de uma análise sub-reptícia do governo riograndense, consubstanciada no jornal em editorial de 07 de janeiro de 1930, segundo o qual o programa varguista contemplou as demandas populares impostas pelas “circunstâncias”,

---

fez.” Importante destacar que a defesa de Bilac para o alistamento obrigatório devia-se à defesa do desaparecimento dos “ociosos” e dos “animais brutos”. Assim, coaduna-se com a perspectiva da Lei antivadiagem da Lei do Sexagenário, do Código Criminal de 1890 e da racialização republicana.

porque “a sua índole pessoal e a sua educação política o levam, naturalmente, para os métodos do governo de feição liberal” (CARDOSO, 1982, p. 83).<sup>33</sup> As divergências entre Rio Grande do Sul e São Paulo ao longo de toda a República Velha eram notórias. Pinheiro Machado, por exemplo, foi uma liderança sul-rio-grandense que chegou a exercer influência significativa no governo Hermes da Fonseca, tendo adquirido incrível poder por meio do mecanismo de verificação de poderes. Ele promoveu movimentos de intervenção nos estados a fim de desalojar grupos políticos próximos aos paulistas, espalhando uma aversão aos paulistas e cristalizando-a em grupos políticos regionais, embora parte das intervenções tenha ocorrido em estados politicamente próximos ao Rio Grande do Sul, como Pará, Ceará e Alagoas, o que o obrigou a revê-las.<sup>34</sup>

Mesmo com a tentativa de aproximação, o mal-estar sempre foi um dado razoavelmente irreversível. O manifesto *O Rio Grande, de pé, pelo chão*, de Getúlio Vargas, publicado em 04 de outubro de 1930, flertava com a narrativa do grupo *O Estado*, quando inicia com a afirmação de que “jamais acenei para a revolução, nem sequer preferi alguma ameaça”, uma vez que teria se esforçado para que “o prélio eleitoral se mantivesse rigorosamente no terreno da ordem e da lei”. Porém, convocatórias no manifesto como “Rio Grande, de pé, pelo Brasil!” e “Não poderás falhar ao teu destino heroico!” davam conta da disputa que se avizinhava entre as elites regionais.

A Revolução de 1932 foi um acerto de contas da elite paulista unificada em torno da perda de prestígio e poder, tanto pelo fim da política do café com leite, quanto pelo descumprimento dos itens que o grupo *O Estado* esperava ver como programa no governo de Vargas. Ao mesmo tempo, foi o processo pelo qual o grupo *O Estado* tornou-se o grupo dirigente da burguesia paulista, transformando-se em sua elite hegemônica. Defender essa revolta como um elemento

---

33 Em um momento da obra, esse raciocínio será aplicado a Bolsonaro em que a formação da equipe econômica a partir de Paulo Guedes denotaria “a índole liberal” do governo. Volta e meia a mídia perdia o seu tempo procurando convencer o leitor que Bolsonaro não seria liberal o suficiente quando fala ou faz algo de seu desgosto. Lógico que as reformas econômicas passaram longe das críticas da imprensa e do mercado, e foram, na maior parte do tempo de seu governo, suficientes para afastar a ideia de qualquer impeachment do presidente. É o que se viu logo em seguida à eleição de Artur Lira e Rodrigo Pacheco às presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente. O mercado (investidores, especuladores e rentistas), por sinal, respondeu positivamente, uma vez que o risco de impeachment se afastara de vez. À época, o país contabilizava 230 mil mortos por Covid-19.

34 Perissinotto (1994, p. 224-225).

democratizante consiste em alimentar os adornos liberais-conservadores e racializados da *Comunhão Paulista*, dos interesses específicos do grupo que se transformaram em interesses gerais.

Mas esses movimentos políticos não poderiam ser feitos sem antes construir o mito. Depois do mito da verve abolicionista dos jornais paulistas, o *Estado de São Paulo* criara o mito do Júlio de Mesquita pai como revolucionário. Examinando a assunção das premissas da Revolução de 1930 em editorial de 02 de novembro de 1930, Irene Cardoso (1982, p. 89) faz a seguinte constatação que, de tão representativa, merece a extensa citação:

De fato, haverá um editorial de “encampação”, o que transcrevia declarações da despedida de Plínio Barreto, redator-chefe que se afastava de *O Estado* para assumir o cargo de secretário da Justiça do governo provisório, como representante do “grupo do *Estado*”. Barreto afirmava que cumpriu seu dever de visitar a sepultura de Júlio de Mesquita, para prestar-lhe contas do que havia feito e do que viria a fazer, como seu delegado póstumo e de *O Estado*, no governo de emergência. Em resposta também transcrita, Júlio de Mesquita Filho fazia um retrospecto de todo o processo que culminou na revolução, acentuando o papel relevante de Júlio de Mesquita, o “inspirador da campanha do O ESP pela regeneração do país, campanha já agora vencedora”. Agregava, ainda, que “antes que a morte o arrebatasse e nos privasse de suas luzes, já depois de 1924, dele muitas vezes ouvi que o Brasil precisava de uma transformação completa, que o remodelasse de alto a baixo, e que esta só poderia vir de forma revolucionária”. *A revolução aparecia como obra póstuma de Júlio de Mesquita* (grifos meus).

Assim como o abolicionismo, a Revolução de 1930 aparece plasmada como legado da família Mesquita e de seu grupo político. Mas, a bem da verdade, a mudança da composição política que dirigiria o país estava razoavelmente apontada com a crise ou declínio das oligarquias e a formação das dissidências oligárquicas, dentre elas o próprio grupo *O Estado*. O grupo deve ser compreendido como um fio desencapado da formação das dissidências oligárquicas, mais aberto ideologicamente às pautas do capital industrial do estado sem negar as demandas do capital cafeeiro.

De certa forma, desde Rodrigues Alves, quando da política de valorização do café por meio da desvalorização da moeda e da sua recusa em aceitar os itens do Convênio de Taubaté, notadamente a indiscreta Caixa de Conversão que estabelecia um câmbio específico para os cafeicultores, a crise das oligarquias estava dada pelas limitações típicas de uma *commodities*, pelas contradições entre capital cafeeiro e lavoura e entre capital industrial e capitais bancários nacionais e estrangeiros, resultando nas valorizações e desvalorizações cambiais e nas disputas políticas entre as elites regionais. As articulações em torno de Afonso Pena, que aplicou o programa da Convenção de Taubaté em meio a crises econômicas e políticas, expuseram a fragmentação dos grupos e induziram a formação de oligarquias e frações regionais dissidentes.

As revoltas passaram a ocorrer em intervalados cada vez menores: Revolta da Chibata (1910), Revolta do Juazeiro (1914), Guerra do Contestado (1912-1916), Greve Geral de 1917, fundação do PCB (1922), tenentismo, Revolta do Forte de Copacabana (1922), Revolta Paulista (1924), Coluna Prestes (1925-1927) e estado de sítio decretado por Artur Bernardes em todo o seu governo. A década termina com uma crise econômica e uma mudança radical da composição e na relação entre as elites. Em 1921, a Reação Republicana que apresentou a candidatura de Nilo Peçanha, representando um bloco das oligarquias de Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Distrito Federal e Pernambuco, pode até ser considerada um ensaio geral para 1930. Havia uma perda da legitimidade das instituições republicanas. Os interesses imediatos das elites paulista e mineira eram demasiadamente explícitos. Artur Bernardes, por exemplo, instituiu o estado de sítio junto com uma reforma constitucional que aumentava ainda mais a centralização do poder do governo federal, controlado por paulistas e mineiros. Em suma, os paulistas, defensores da autonomia em 1889, por terem maior capacidade econômica de se tornar uma fração hegemônica da classe dominante brasileira, volveram-se a árdus defensores da centralização política, uma vez que controlavam institucionalmente a União.

A distinção entre capital cafeeiro e o capital vinculado estritamente na lavoura havia se estruturado na escravidão, distinguindo-se entre aqueles que conseguiram se inserir na solução imigrantista e branca e aqueles defensores ardorosos da manutenção do escravismo até 1888. A Lei do Sexagenário foi um instrumento efetivo de distinção entre o grande capital cafeeiro e a lavoura. O republicanismo

paulista, vencedor ante o republicanismo popular do Rio de Janeiro, não passava de uma defesa da autonomia federalista, primeiro para a manutenção do escravagismo, depois para ter o controle sobre os custos políticos da produção do café. A política dos governadores, baseada no coronelismo e no mandonismo, consolidou a vitória paulista sobre as elites regionais por intermédio da construção de uma aliança institucional com Minas Gerais, dona de uma grande bancada que trocava a direção da política econômica por investimentos e obras no estado. Na conjuntura do governo de Artur Bernardes, a centralização política favorecia abertamente os paulistas.

A política de desvalorização cambial colidia com os interesses da burguesia industrial paulistana. Ao contrário dos cafeicultores, essa fração necessitava de importação de determinados insumos e maquinários. As três valorizações do café, a primeira e a terceira baseadas em empréstimos do capital estrangeiro e de banqueiros nacionais e a segunda na emissão de papel-moeda, provocaram uma financeirização baseada em uma contradição insuperável ao capital cafeeiro, expressada na crise de 1929. Essa relação do capital estrangeiro com o capital cafeeiro foi cimentada na República por Campos Sales quando instituiu o *funding loan* em resposta ao Encilhamento, um acordo com a casa Rothschild para reduzir a emissão de papel-moeda na circulação.<sup>35</sup>

Quando Washington Luís assumiu, impôs uma reforma financeira objetivando estabilizar a moeda por meio do lastro com o ouro que seria depositado em Londres e Nova York. A estabilização da moeda favoreceu tanto cafeicultores quanto industriais, pois, mesmo que a moeda não fosse tão desvalorizada quanto os cafeicultores gostariam, os preços continuavam altos em virtude do controle exercido pelo *Instituto do Café do Estado de São Paulo*, o qual conseguia empréstimos externos com os quais financiava a lavoura e controlava os mercados por meio da restrição da oferta e da estocagem do excedente. A segunda valorização, por exemplo, entre 1917 e 1918, ocorreu basicamente com a compra de 3,1 milhões de sacas de café pelo Comind, um banco pertencente ao capital cafeeiro paulista, que realizou a transação por meio da ajuda da União. No fim da Primeira Guerra Mundial, “São Paulo estava com a metade dos estoques mundiais, enquanto as reservas dos principais consumidores estavam baixas” (PERISSINOTTO, 1994, p. 78). Mas a bonança foi por pouco tempo. Em *O problema do*

35 Perissinoto (1994, p. 63).

*café* (2009), Delfim Neto constata que, na década de 1920, a produção brasileira passou a ter concorrência mais acirrada com o café colombiano e africano,<sup>36</sup> o que nos volta ao fato de que toda *commodities* depende mais de fatores externos do que fatores internos, mesmo com mecanismos férreos de controle de preços.

A crise de 1929 colocou o combalido sistema nas cordas. Os banqueiros internacionais exigiram o pagamento dos empréstimos e os cafeicultores foram bater na porta do presidente, o qual se recusou a servir café. O atrelamento do capital cafeeiro com o capital estrangeiro criou um paradoxo ao próprio capital cafeeiro, pois possivelmente a “postura de Washington Luís [...] pode ser também interpretada como a impossibilidade política de assumir uma atitude de confrontação em face dos banqueiros internacionais” (PERISSINOTTO, 1994, p. 186). Os empréstimos e a prorrogação das dívidas foram negados. Uma outra porta foi aberta para a mudança. Veio a Revolução de 1930, movimento que Júlio de Mesquita Filho afixava o pai como o seu intelectual orgânico:

Os democráticos e nós, os paulistas do chamado grupo d’ “O Estado”, que não aceitamos participar do movimento revolucionário, fizemo-lo na convicção de que desempenhávamos uma missão que nos haviam delegado nossos maiores, aqueles que, trinta anos antes, se haviam rebelado contra a deturpação do regime que a política de Campos Sales significava. Estávamos certos de que, vitorioso o esplêndido movimento, veríamos estender-se a todo o Brasil os benefícios da democracia real, daquela pela qual haviam lutado os grandes de São Paulo, os Andradas, os Feijó e os Prudente (MESQUITA FILHO, s.d., p. 118-119).<sup>37</sup>

A autoprojeção narcísica é ato deveras curioso. Feijó, por exemplo, publicou em *O Justiceiro*, em 11 de dezembro de 1834, crítica ácida sobre os perigos da liberdade de imprensa, sobretudo privada, em que a lei deveria prever a regulamentação das pessoas que poderiam se constituir em “diretores do espírito público” (1999, p. 142). A construção do mito é ato de bruxaria, sempre procura mudar o passado e relacioná-lo a algum presente insólito. Mas, para Mesquita, um diretor

<sup>36</sup> Delfim Neto (2009, p. 147). O café africano é referente às colônias francesas.

<sup>37</sup> *Os ideais democráticos na Revolução Brasileira*, publicado no jornal em 19, 20 e 27 de junho de 1954; e 4 e 9 do mês seguinte.

do “espírito público”, após todas as suas derrotas políticas e eleitorais, a entrada na Revolução de 1930 teria sido um erro: “Erramos ao supor que os Andradas, Feijó, Prudente e o Brasil fossem uma coisa só, quando, na realidade, *ele* se achava muito mais próximo de Getúlio Vargas e seus sequazes” (MESQUITA FILHO, s.d., 119-grifo meu). Em outras palavras, os paulistas eram bons demais para o Brasil, o “ele”.

Júlio de Mesquita Filho expôs todo o seu anticomunismo em pronunciamento na Faculdade de Direito de São Paulo em 24 de novembro de 1948. Dissertou sobre o sucesso político e econômico norte-americano aos jovens como modelo de sociedade e de desenvolvimento, garantindo “a todos a felicidade” e o “bem-estar” (s.d., p. 73). Além de ignorar por completo a situação dos trabalhadores negros norte-americanos, como se não existissem, o que faz parte de quem defende a instituição de um Estado Racial (embranquecido), ignora que, nesse momento, os EUA aplicavam um imposto de renda de aproximadamente 90% em determinados setores da sociedade (SOUZA, 2018), e que a guerra foi instrumento de redução das desigualdades, enquanto no Brasil ocorreu justamente o contrário. Aliás, o liberalismo para o empresário seria fruto de uma reflexão do bom uso da ciência que “fora a religião dos povos brancos” (MESQUITA FILHO, s.d., p. 65).

A responsabilização sobre os males brasileiros a Campos Sales é evidente em todo o texto, pois criara a política dos governadores. Quando da tentativa de impor a São Paulo, o que não foi uma imposição, mas uma construção de parte significativa da elite paulista, cita “insignes paulistas” que teriam formado um grupo de dissidência do Partido Republicano Paulista, defendendo “a prática honesta e intransigente da verdade eleitoral” (s.d., p. 70). Um desses “insignes paulistas” era Cincinato Braga, um dos pioneiros do grupo que em 1921 havia feito o projeto de lei objetivando proibir a entrada de negros norte-americanos ao Brasil quando da atuação da *Brazilian-American Colonization Syndicate*, em Mato Grosso. Faz sentido encarar os EUA como paraíso na Terra. Anticomunismo misturado a racismo transformou-se em varinha mágica no Brasil: basta balançar e emitir algumas palavras mágicas, como “sistema de princípios”, “liberdade” e “democracia”, e tudo passa despercebido. Cincinato Braga também foi responsável, como representante do capital cafeeiro, de selar o Pacto de Ouro Fino em 1913, acordo entre paulistas e mineiros que aprofundou a políti-

ca dos governadores frente ao crescimento de Pinheiro Machado (Rio Grande do Sul).<sup>38</sup> Logo, o discurso é falso.

No seu *Roteiro da Revolução*, Júlio de Mesquita Filho explicita seu compromisso com o conservadorismo. O documento, publicado em 12 de abril de 1964, em *O Estado de São Paulo*, é uma espécie de carta aberta em defesa do Golpe Civil-Militar. Segundo o autor, o texto foi iniciado em 1962, demonstrando a sua participação de muitas etapas do golpe. É um testamento golpista.

Segundo o empresário, o fim da ditadura varguista ocorreu em função dos militares que, de forma equivocada, transmitiram rapidamente o poder. O articulista do IPES afirma: “Precisamos agir com absoluta segurança, definindo, antes que as unidades militares entrem em ação, o que se pretende e o que se vai fazer”, a fim de que “desta vez corram as coisas de outro modo” (MESQUITA FILHO, s.d., p. 121). Isso porque os militares tiveram “medo” das “responsabilidades, longe de ter beneficiado a Nação”, sendo “a causa da decepção mais uma vez sofrida pela opinião pública” (MESQUITA FILHO, s.d., p. 120).

Diante do anúncio dos militares pretenderem ficar cinco anos, Mesquita Filho defendeu que as forças armadas deveriam agir por três anos por meio de uma junta militar, porém considerava “aconselhável (...) não fixar prazo algum, confiando-se ao tempo e aos resultados da ação do novo governo o amadurecimento do critério pelo qual se decidirá a limitação ou o prolongamento do governo discricionário” (s.d., p. 121). Essa junta deveria reabilitar a Constituição de 1946 e impor “uma limpeza radical dos quadros da Justiça” (MESQUITA FILHO, s.d., 122), uma vez que o “expurgo dos quadros do Judiciário é absolutamente necessário”, no qual ocorreria por etapas “mediante uma ação metódica da Junta Militar” e “sem recorrer a processos só aconselháveis em última instância”, como “exonerar a pedido dos próprios juízes corruptos e inidôneos” (MESQUITA FILHO, s.d., 123-grifos meus). O corrupto e inidôneo são figuras indelévels do arquétipo do conservador. Quando uma coisa vai mal segundo os olhos de frações da burguesia, da elite política e midiática e da classe média tradicional, recorre-se à luta contra a corrupção, construindo-se a mitificação da “limpeza radical”. Sobre o Legislativo, para Júlio de Mesquita Filho seria melhor a “decretação do estado de sítio” e a suspensão das “imunidades parlamentares” até o momento de se confiar que “a opinião pública” estives-

---

38 Perissinotto (1994, p. 219).

se “nos propósitos e nos atos do governo revolucionário” (MESQUITA FILHO, s.d., 123).

Na sessão intitulada *Prestígio Nacional*, o autor se debruçou sobre a relação entre Ditadura Militar e liberalismo. Segundo o empresário, o Brasil teria se afastado de sua origem filosófica, na qual os fundamentos se relacionariam com o Congresso da Filadélfia e a Revolução Francesa. Pelo menos no que se refere à Revolução Francesa, vimos com a análise do conservadorismo desde a Independência que as figuras mais proeminentes do século XIX afastavam-se, com certa ojeriza, do que chamavam de jacobinismo. Para José de Alencar, os pré-modernos, os verde-amarelistas e os integralistas, jacobinismo seria uma marca de estrangeirismo antibrasileiro. Alencar confundia estrangeirismo com abolicionismo, e abolicionismo com a quebra das tradições seculares brasileiras, todas escravagistas. Para Mesquita, a verdadeira origem filosófica seria os fundamentos da fase conservadora da Revolução Francesa.

O Brasil teria modificado a sua diplomacia, destoando dos fundamentos do liberal-conservadorismo e desmoronando-se em “uma desastrosa modificação de rumos imprimida ao Itamarati pelo Sr. Jânio Quadros” (MESQUITA FILHO, s.d., p. 125). Ele não cita qual mudança, mas analisando o restante do texto, todo baseado no medo do golpe comunista, vislumbra-se estar abordando a condecoração de Ernesto Chê Guevara, o reconhecimento de Cuba e a equidistância mantida entre os dois blocos, tornando-se uma marca da diplomacia brasileira destruída por Ernesto Araújo. O que pensaria, se vivo, quando os militares brasileiros reconheceram Angola, que alcançou a sua independência com a vanguarda de um bloco marxista e, após tentativa de contragolpe, obteve apoio militar de Cuba? Júlio de Mesquita Filho pertencia à linha dura, rompendo com a Ditadura apenas quando esta se voltou contra o próprio jornal.<sup>39</sup>

---

39 Como se vem abordando ao longo do texto, é plenamente possível vincular o passado do conservadorismo com o presente liberal, apresentando-os como corrente política mais coerente com o que se costuma apresentá-la. Ernesto de Araújo assumiu com o projeto de *retomar* o papel histórico da diplomacia brasileira, afastando-se dos “governos bolivarianos”. Júlio de Mesquita Filho (s.d., p. 125) entendia que uma das funções do golpe de 1964, além de impedir qualquer influência comunista, era a de consolidar a moeda, “objetivo que não alcançaremos sem o concurso largo e decidido que só os Estados Unidos e as Nações integrantes do Mercado Comum Europeu nos poderão proporcionar”. A visão do ex-chanceler é também simples e direta: somente os EUA e alguns países europeus (retirando os considerados socialistas e *islamizados*) poderão proporcionar desenvolvimento ao Brasil. Em sua visão, são os redutos do ocidentalismo em oposição ao globalismo, representado ora pelos imigrantes, inclusive brasileiros nos EUA, ora pelos

Na última sessão, Mesquita Filho expõe sua crença no livre mercado. Para o autor a Junta Militar deveria deixar a economia para a iniciativa privada, não significando que deveria se declarar contra a intervenção do Estado, mas revise “o conjunto de autarquias que foram criadas entre nós e que tão profundamente abalaram o crédito brasileiro e tão decisivamente concorreram para impedir a mobilização de nossas riquezas potenciais” (MESQUITA FILHO, s.d., 126). O empresário do jornalismo estava abordando um período da história brasileira de queda real da apropriação da renda nacional pelos mais ricos, conforme pesquisa de Pedro H.G. Ferreira de Souza (2018), com a maior redução da desigualdade econômica e social da história do Brasil.<sup>40</sup>

Na questão social, a junta deveria conceder “respeito incondicional” a *Encíclica Mater et Magistra*, do Papa João XXIII, para a resolução do “problema agrário”, combatendo-se “a infiltração do pensamento marxista na política brasileira”. A Encíclica estabelece que operários e burguesia devem construir uma rede de solidariedade, sendo a propriedade privada um direito natural, desde que exercido para o direito de todos – aqui o direito não é universal, mas específico de cada classe e grupo, como se fosse um organismo em que as partes possuem funções específicas.<sup>41</sup> Continua o empresário:

Se quisermos combater o comunismo dentro das nossas fronteiras, o primeiro passo a ser dado pelo futuro governo será o que tenda a conter dentro do razoável a ingerência do Estado naquele delicado terreno estudando, ao mesmo tempo, a maneira de aliviar as responsabilidades financeiras do Tesouro, devolvendo à iniciativa privada tudo quanto esta esteja em condições de gerir melhor (MESQUITA FILHO, s.d., p. 126).

---

islamitas na Europa, bloco político e cultural que estaria a permitir a destruição da tradição judaico-cristã ocidental.

40 A obra, vencedora do Prêmio ANPOCS 2017, será detalhadamente abordada, pois esmiúça uma tese importante. As duas ditaduras, a varguista e a civil-militar, foram responsáveis pela interrupção de uma série histórica de diminuição da desigualdade, aumentando exponencialmente a apropriação da renda nacional pelos mais ricos.

41 Em 06 de maio de 2011, Patrus Ananias, ex-Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e um dos idealizadores do Fome Zero, concedeu uma longa entrevista ao *Instituto Humanitas Unisinos*, onde teceu grandes elogios à Encíclica. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/43013-mater-et-magistra-uma-sintese-entre-comunismo-socialismo-e-capitalismo-entrevista-especial-com-patrus-ananias>. Acesso em 30 de outubro de 2019.

O texto poderia ser compreendido como uma defesa dos princípios filosoficamente liberais, mas o mais provável, pela quantidade de empresários no IPES, é que a defesa seja por negócios freados ou imobilizados pela atuação estratégica do Estado na economia, sendo um bom princípio liberal, representando um caso clássico de princípios casados com a defesa dos negócios pessoais.

De acordo com Júlio de Mesquita Filho, a economia brasileira deveria seguir uma surpreendente “filosofia neoliberal” (s.d., p. 127). Não é possível saber cabalmente se Júlio de Mesquita tenha tido contato com a literatura econômica austríaca ou a Escola de Chicago, mas o contexto político, como provaria Chile anos depois, a forma como o empresário discorre sobre a relação entre economia e Estado, com endosso à diminuição do Estado, a publicação brasileira de *O Caminho da Servidão* em 1946 e a relação com empresário Paulo Ayres Filho, fundador do IPES e membro da Mont Pelerin Society (ROCHA, 2017, p. 103),<sup>42</sup> enseja para a altíssima probabilidade de ter tido contato e a ter como pano de fundo em seus escritos e discursos, especialmente na década de 1960. A autoproclamada elite política e intelectual era quantitativamente pequena, como se fosse uma republiqueta platônica. Conjugando com a análise dos textos e pronunciamentos do empresário, a possibilidade é mais real do que uma mera ponderação cuidadosa.

Apresentado o pai, analisemos alguns irmãos. Em 1926, o grupo *O Estado* produziu um inquérito sobre a instrução pública. Fernando de Azevedo ficou a cargo da *pesquisa* que consistia basicamente em aplicar um questionário a um grupo de intelectuais, método condizente com o ideário e o seu *resultado*. As perguntas foram divididas em ensino primário, ensino técnico, ensino profissional, ensino secundário e ensino superior. A compilação e análise das respostas, todas abertas, é o resultado.

Não é uma pesquisa propriamente dita. Dados da realidade inexistem. O método reproduz o sentimento da formação da elite: in-

42 A revista *Fortune* publicou cinco meses após o golpe extensa reportagem sobre a atuação de Júlio de Mesquita Filho, Paulo Ayres Filho e do coronel Rubens Resstel na embaixada dos Estados Unidos para a preparação do Golpe Civil-Militar de 1964. Júlio de Mesquita Filho “gastou cerca de US\$ 10 mil em armas, incluindo uma série de metralhadoras”. Para mais informações, ver *Revista Fortune revela já em 64 elo entre empresários de SP e embaixada dos EUA para dar golpe*. Disponível em <http://operamundi.uol.com.br/amp/politica-e-economia/33603/revista-fortune-ja-revela-em-64-elo-entre-empresarios-de-sp-e-embaixada-dos-eua-para-dar-golpe>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

dagar aos que se ajuízam intelectuais sobre aquilo que julgavam ser o problema. O resultado é um apanhado de opiniões, correspondendo necessariamente à expectativa, transformado em fundamentação puramente estética daquilo que havia sido estabelecido previamente. É um *estudo* baseado no discurso da autoridade, para o qual “os pareceres emitidos por autoridades acima de qualquer suspeita” deveriam bastar (AZEVEDO, s.d., p. 110).<sup>43</sup>

O inquérito *prova* que a educação deve ser filosoficamente e administrativamente dividida em duas frentes, embora o livro esteja formalmente dividido em três. A escola primária deveria estar relacionada com os ensinamentos *técnico e profissional*, pois ambos seriam adaptativos. Enquanto a escola primária deveria formar o cidadão com vistas à solidariedade social e à “coesão assegurada às mais diversas realizações individuais, no trabalho e na profissão”, o ensino técnico seria uma continuação da escola primária, devendo a primeira dar um sentido mais prático a fim de formar a continuidade e, por conseguinte, a organicidade social:

Por isto mesmo à escola primária, que não pode ser propriamente profissional, se tem de dar uma direção mais prática no sentido de preparar o aluno ao seu papel social e fornecer os fundamentos das escolas profissionais, prepostas à preparação imediata para “a vida em sociedade”. Daí, ao lado da tendência de se tornar obrigatório o ensino técnico elementar, em continuação à escola primária, a preocupação de se introduzir esse próprio ensino nas escolas primárias, em que se procura dar a maior importância no quadro das disciplinas, ao desenho e aos trabalhos manuais (AZEVEDO, s.d., p. 172).

Sob a perspectiva do cientificismo, muitos daqueles que se arriscavam a escrever e analisar educação, conhecidos por escolanovistas, por pertencerem ideologicamente ao movimento internacional de renovação da educação que se opôs ao ensino tradicional, propuseram testes vocacionais não muito diferentes dos estudos frenológicos. Lourenço Filho, um escolanovista eugenista responsável pela reforma do ensino em Ceará, criou o *Teste do ABC*, baseado em seus estudos de psicologia relacionados à maturação cognitiva, criando salas seletivas de acordo com a “idade mental” (LOURENÇO FILHO, 2008).

43 O inquérito está no livro *A educação na encruzilhada*.

Na prática, a proposta era construir um sistema de ensino bifurcado em que o vocacionamento fosse dado por testes que dissimulam as relações econômicas, direcionando o corpo social à “preparação útil e efetiva à vida real”, hoje pateticamente transmutada para “educação do século XXI”, justamente o século em que avança o trabalho precarizado e informal. Conclui o inquérito sobre o ensino técnico, ou a sua relação com o ensino primário, com uma defesa da educação para a vida aos alunos trabalhadores e pobres:

Em vista dessa preparação útil e efetiva à vida real, dessa preparação para a vida em sociedade, é que se instituiu também a educação vocacional, aparelho complementar de seleção, que tem por fim, no mecanismo do ensino, dar ao aluno a possibilidade de sentir a sua vocação e encaminhá-lo às carreiras e aos ofícios a que os predestinam as suas aptidões, não prejudicadas, mas sondadas, descobertas e desenvolvidas nas escolas. *Onde está a solução do problema da educação popular é, pois, na aprendizagem para a vida, procurada nas escolas de trabalho em que ao lado do ensino da escrita, da leitura e da aritmética, se ministre o ensino técnico elementar, agrícola ou fabril, conforme a variedade das condições locais* (AZEVEDO, s.d., p. 172-grifos meus).

Nesse nível de ensino, caberia uma educação para o trabalho, vocacionando as crianças *selecionadas* para os ofícios relativos ao trabalho manual desde cedo. Dessa forma, a seleção profissional ocorreria “de acordo com as aptidões, investigadas pelos métodos psicotécnicos, e a educação moral dos aprendizes”, evitando-se “a adoção errônea do ofício” (AZEVEDO, s.d., p. 178).<sup>44</sup> Essa era a “solução do problema da educação popular”.

A análise muda completamente quando o objeto é o ensino secundário. Esse pertenceria a outro subsistema que deveria se desvincular das “preocupações utilitárias e profissionais” para se direcionar ao desenvolvimento de “uma classe média” como “elemento assi-

44 Às mulheres restaria o “ensino doméstico”, para que cumprissem “o papel que lhes cabe, na preparação elementar da dona de casa e da mãe de família” (AZEVEDO, s.d., p. 179). Em editorial publicado em 13 de setembro de 1931, defendendo os princípios da Revolução de 1930 chafurdados pelo tenentismo, o jornal *O Estado de São Paulo* elogiou o projeto de lei eleitoral, mas criticou a inclusão do voto feminino: “A projeção brusca da mulher brasileira no cenário tumultuoso da política sem um largo período de preparação, parece-nos uma temeridade” (CARDOSO, 1982, p. 134). A obrigatoriedade de um “largo período de preparação” é uma lei do liberalismo brasileiro.

milador e propagador das correntes de ideias e de opinião". Os centros universitários, espaço precípua da elite, formariam as "ideias e verdades" que, por meio da classe média, a classe propagadora, se transformariam em "correntes de opinião" (AZEVEDO, s.d., p. 189).<sup>45</sup>

Não é que Azevedo negasse o caráter profissional desse subsistema, mas o profissional aqui tem sentido praticamente antagônico do empregado para o ensino primário. No ensino secundário é sinônimo de formação erudita mesclada com uma profissão dita liberal e minimamente intelectualizada; no ensino primário é uma formação adaptativa para o trabalho. O pressuposto é que toda sociedade produz uma elite guiadora e uma massa intelectualmente amorfa que deveria ser guiada. Por isso, na literatura científica educacional, a relação dos escolanovistas com a filosofia platônica é um dado irrefutável.<sup>46</sup> O profissional é o *profissional* do pensamento e da erudição, peça considerada chave para a construção da democracia.

Esse é o momento mais explícito da construção das bases da democracia representativa brasileira. Azevedo e Mesquita Filho, como quase todos os escolanovistas, com exceção mais notória de Anísio Teixeira, influenciado pelo pragmatismo de John Dewey, filósofo norte-americano considerado comunista pelos educadores católicos brasileiros, defendiam uma concepção de educação que apresentava a mobilidade educacional encerrada nas relações de poder constituídas na classe social. A crítica a esse sistema consistia muitas vezes em propaganda comunista a ser combatida, como fica mais evidenciada em Júlio de Mesquita Filho e pelos educadores católicos, como Tristão de Athayde.

Fernando de Azevedo concluiu em seu estudo que as universidades deveriam se constituir sobre a essência do nacionalismo brasileiro, ou melhor, do que seriam os "instrumentos de cultura nacional" (AZEVEDO, s.d., p. 191). O pressuposto é a universidade como o verdadeiro instrumento da cultura nacional, pois nela residiriam a investigação e a ciência. Evidente que, em perspectiva bourdeuniana, Azevedo

---

45 "As conclusões a que chegamos são, por este lado, animadoras e denunciam esse movimento de opinião francamente favorável a um curso sólido de cultura geral (não no sentido enciclopédico), integral e seriado, comum a todos, sem preocupações profissionais ulteriores. Todos exigem que, extirpado dos ginásios esse caráter acentuadamente utilitário, sejam eles reintegrados dentro de sua finalidade de aparelho *eficaz de formação e preparo das classes médias*" (AZEVEDO, s.d., p. 263-grifos meus).

46 Marcus Vinicius da Cunha e Tatiane Silva realizam uma relevante análise sobre a relação entre Platão e Lourenço Filho no artigo *O discurso de Lourenço Filho em defesa da Pedagogia do Estado Novo* (2013).

está construindo um instrumento de mobilidade educacional fundamental para a consolidação da classe média tradicional e de parte da burguesia brasileira, ou melhor, o discurso legitimador da construção do monopólio de um instrumento estatal de mobilidade educacional, a qual possui o objetivo de legitimar a desigualdade econômica (mobilidade econômica). A construção da universidade e a consolidação do ensino secundário como níveis de ensino supostamente desligados do mundo do trabalho, distante do trabalho manual e refém do elitismo, tornaram-se instrumentos tão eficientes quanto os testes de quociente de inteligência de Lourenço Filho.

Para Azevedo e o grupo *O Estado*, a civilização é mensurada pelo “valor de suas classes dirigentes”, pois a “preparação das elites intelectuais precedeu sempre, em toda a parte, à instauração das massas” (AZEVEDO, s.d., p. 268). A síntese entre educação popular e formação das elites consiste na “formação da cultura nacional” (AZEVEDO, s.d., 269). Portanto, o resultado do inquérito consiste na constatação de que o Brasil deveria criar um sistema de ensino baseado em dois subsistemas, um para a classe trabalhadora e outro para a formação das elites com uma classe média de puxadinho intelectual propagadora da verdade produzida pela elite intelectual.

A universidade seria o centro formador e irradiador da verdade e da ideia de modernidade emanada do “instinto de nacionalidade”, embora a classe média, formada majoritariamente no ensino secundário, fosse a propagadora. Tanto o ensino superior quanto o ensino secundário deveriam estar desvinculados do utilitarismo e do trabalho. O ensino primário, ao contrário, deveria formar para a adaptação ao mundo do trabalho, lembrando a encíclica papal e o desejo de Júlio de Mesquita Filho sobre a solidariedade entre capital e trabalho. O ensino técnico influenciaria o ensino primário, que submeteria os alunos a exames psicotécnicos e de vocação profissional. Essa é a reforma educacional, a construção estatal da mobilidade educacional para além dos grupos escolares e das faculdades isoladas.

É lógico que há uma relativa autonomia entre o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932* e a *Comunhão Paulista*, como defende Irene Cardoso; porém, é inegável que boa parte do manifesto seja produto e acúmulo da *Comunhão*, a começar pelo redator de ambos, Fernando de Azevedo. No Manifesto, pode-se ler que a educação nova “se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vincula-

ção da escola com o meio social”, tendo “o seu ideal condicionado pela vida social atual” (1932, p. 191).<sup>47</sup>

Contudo, o interesse do indivíduo costuma ser o da classe. Ocorre também que vincular ao meio social é reproduzir o “meio social”, cujo uso constrangido ao longo do texto denuncia que há uma avaliação de que há alguma determinação do meio, não devidamente descrita e analisada, porque granjeia em todo o documento a reprodução “da vinculação da escola com o meio social”.

No inquérito há uma longa apreciação de Fernando de Azevedo sobre a escola primária reproduzir e amalgamar o campo e as necessidades produtivas no currículo da instrução e da formação, reproduzido no Manifesto; há no inquérito, assim como nos textos de Júlio de Mesquita Filho, a perspectiva de regionalização do ensino primário a partir do ensino técnico e profissional, devidamente amparada no manifesto.

Os pressupostos filosóficos do grupo *O Estado* estão no Manifesto materializados na famigerada “hierarquia das capacidades”, uma mitificação da elite sobre a elite para a elite, chamada por ela de meritocracia:

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, *preparando-se para formar “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”,* recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de “dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento”, de acordo com uma certa concepção do mundo (1932, p. 191-grifos meus).

O conceito de elite vinculado à universidade, restrito às “aptidões naturais”, citadas em quase todas as seções, é o outro dado que completa a meritocracia:

---

47 O texto utilizado está na revista Histedbr, preferindo-se utilizar a paginação da revista. Disponível em [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf). Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

De fato, a Universidade, que se encontra no ápice de todas as instituições educativas, está destinada, nas sociedades modernas a desenvolver um papel cada vez mais importante na formação das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos, e educadores, de que elas precisam para o estudo e solução de suas questões científicas, morais, intelectuais, políticas e econômicas. Se o problema fundamental das democracias é a educação das massas populares, os melhores e os mais capazes, por seleção, devem formar o vértice de uma pirâmide de base imensa (1932, p. 198).<sup>48</sup>

Formando o vértice de uma pirâmide, os membros da elite, não formados supostamente por determinação econômica, dando o ar de meritocracia independente das condições objetivas, como se o indivíduo se sobrepusesse à sociedade por ser a mera reunião de indivíduos, teriam a atribuição platônica de rejeitar as peças que não executassem as suas funções em conformidade com o esperado:

Certamente, o novo conceito de educação repele as elites formadas artificialmente “por diferenciação econômica” ou sob o critério da independência econômica, que não é nem pode ser hoje elemento necessário para fazer parte delas. A primeira condição para que uma elite desempenhe a sua missão e cumpra o seu dever é de ser “inteiramente aberta” e não somente de admitir todas as capacidades novas, como também de *rejeitar* implacavelmente de seu

---

48 Em *O Estado e a Educação*, Fernando de Azevedo desenvolve melhor a sua tese sobre a relação entre indivíduo, classe e Estado. Irene Cardoso (1982, p. 115) expõe o seguinte raciocínio de Azevedo, registrado na obra citada: “Se o ‘público’, que conseguiu coordenar-se, articulando as suas forças, para dar existência ao Estado, se colocar, não do ponto de vista estrito de suas finalidades particulares, mas no ponto de vista largo de uma vida variada, mais livre e mais ampla, dos interesses comuns de todo o agregado social, desaparece, na política educacional, como nas outras atividades públicas, o conflito entre os interesses da classe dominante e os da sociedade, harmonizados pela força coordenadora e reguladora do Estado que deixou de encerrar-se em fórmulas herméticas para exercer a sua função, com a cooperação de todos os elementos e de acordo com as necessidades de todos os grupos sociais”. A função do Estado seria harmonizar e superar os conflitos entre a classe dominante e a sociedade. Muitos intelectuais escolanovistas e do grupo *O Estado* apoiaram o Estado Novo por ele representar uma síntese de uma visão de mundo cristalizada coerente e próxima com a noção defendida por parte hegemônica do grupo. Azevedo foi um grande entusiasta e apoiador do ensino técnico e profissional implantado no Estado Novo. Já a Reforma Capanema criou o ensino bifurcado, tão propalado nos textos de Júlio de Mesquita Filho e no *estudo* realizado por Azevedo. Azevedo, portanto, admite a polarização política e cognitiva entre a classe dominante e a sociedade.

seio todos os indivíduos que não desempenham a função social que lhes é atribuída no interesse da coletividade (1932, p. 198-grifo meu).

A máxima é: quanto mais selecionada pela elite, melhor a sociedade. Quanto mais selecionada, maior a capacidade de conferir o desempenho e a função social de cada órgão no corpo social. As reformas de Gustavo Capanema reproduziram boa parte das medidas contidas em quase todos os documentos educacionais desde a década de 1920. Os dois subsistemas do sistema nacional foram criados por um conjunto de Decretos-lei: o Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, relativo ao ensino industrial; o Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, instituiu o SENAI; o Decreto-Lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942, organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial com quatro anos e o colegial com três anos, criando um ensino secundário em acordo com a visão conservadora sobre a formação da classe média; o Decreto-Lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943, reformou o ensino comercial, mais vinculado às classes populares; o Decreto-Lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, organizou o ensino primário a nível nacional; o Decreto-Lei n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946, organizou o ensino normal; os Decretos-Leis n. 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, criaram o SENAC; e o Decreto-Lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946, organizou o ensino agrícola. Esse conjunto de decretos-leis organizou o sistema de ensino até as reformas na Ditadura, as quais atualizaram alguns pontos com o novo contexto político-econômico para preservar e fortificar as raízes dos subsistemas construídos no Estado Novo.

Após a Revolução Constitucionalista de 1932, o grupo O *Estado* implantou, após negociações e aproximações com o poder central, o seu principal projeto: a criação da Universidade de São Paulo. A universidade paulista foi um projeto de poder nacional de uma elite regional. Foi um produto do acúmulo do capital cafeeiro, uma vez que, sem o acúmulo de capital e de poder do capital cafeeiro desde 1860, à época com trabalhadores africanos escravizados, a elite paulista não pautaria ou não teria condições objetivas e políticas para impor algo na primeira metade do século XX. A negociação pós-1930 pautou-se no acúmulo de poder das elites regionais no Império e na República Velha. Umbilicalmente vinculada à elite paulista, a universidade transformou-se em uma universidade nacional.

Entretanto, a universidade não foi tão-somente fruto da crença. Longe de um ato de fé, a universidade saiu do papel justamente como resultado da conciliação entre o grupo *O Estado* e Getúlio Vargas. O primeiro passo foi a indicação e a nomeação de Fernando de Azevedo para a chefia da instrução pública de São Paulo, sob o beneplácito de Júlio de Mesquita Filho e Vargas; o segundo foi o aceno de Vargas com a nomeação do interventor Armando de Sales Oliveira. Esse foi o resultado prático da Revolução Constitucionalista. Ela foi a forma pela qual o grupo *O Estado* transformou-se na fração politicamente hegemônica da elite paulista por meio da conciliação com Vargas, substituindo de vez a antiga oligarquia e se transformando em porta-voz dos interesses financeiros das burguesias paulistas, sobretudo a industrial, a agrária, a imobiliária e a bancária. Primeiro com a formação da Frente Única Paulista, depois com a guerra em si e ao fim, com a subordinação das outras frações por meio da aproximação do grupo com o lado vencedor, Getúlio Vargas.

Essa elite tratou de isolar o tenentismo a quem nutriam desconfiança por aproximar-se ao comunismo e às demandas populares. Antes da Revolução de 1932, fora o substrato da unificação das frações da elite paulista. Deixou de gozar da autonomia pré-1930, mas amplificou ao máximo possível a nova autonomia de São Paulo, norteadas pelo mito do paulista e do bandeirantismo. Júlio de Mesquita Filho ganhava destaque nas edições do jornal em 25 e 26 de janeiro de 1932:

O gênio paulista agora ofuscado pela passagem fugaz de uma nuvem sem consistência, reflete-se, luminoso, em todos os campos da atividade nacional. O seu poder criador se mede pela própria grandeza da comunhão brasileira. Centro aglutinador da nacionalidade, São Paulo resistiu a uma prova quatro vezes secular.

(...) nos cabe como um imperativo histórico o direito de primogenitura no concerto da nacionalidade.

(...) o império da lei e da justiça só poderá ser restabelecido no dia em que, tomado o fio da nossa evolução, São Paulo voltar ao seu lugar de "leader" insubstituível da nação (CARDOSO, 1982, p. 135).

A palavra povo não é usada nenhuma vez. No lugar de povo, paulistas. Os paulistas são a elite ilustrada, o "gênio", o "leader", não o trabalhador. Após a revolta, o jornal apoiou quase incondicionalmente

Vargas. Com o interventor civil nomeado, pautas até então não muito bem estabelecidas, como a autonomia dos entes federados, passaram a sofrer acirrada oposição, reproduzindo a histórica defesa do federalismo da oligarquia paulista em que conferia poder total aos estados e uma subordinação total dos municípios, sob o prisma de uma disputa entre o grande capital cafeeiro e a lavoura, a qual chegou a tentar criar um partido, o Partido da Lavoura, para ver seus interesses representados fora do Partido Republicano Paulista (PRP).<sup>49</sup> A autonomia defendida pelo *O Estado* era a autonomia estabelecida por Campos Sales a partir da política dos governadores. Não havia rompimento, mas uma tentativa de repactuar com o antigo a nova posição dos paulistas após 1930. A defesa foi prerrogativa do interventor que organizou a posição da bancada paulista na Constituinte contrária à autonomia dos municípios.

Em nome do anticomunismo, São Paulo, ou melhor, a fração dominante da elite, balizou e sacramentou toda a construção do aparato repressor varguista entre 1935 e 1937. É o que Júlio de Mesquita Filho chamava de mística nacional. A mística nacional, o substrato da nacionalidade brasileira, seria anticomunista, paulista e liberal. Anticomunista porque se voltaria à construção do aparato repressor ao movimento operário e ao PCB, em conjunto com Vargas – transbordasse o fanatismo anticomunista do grupo e de Júlio de Mesquita Filho, justificando a sua ida e a sua filiação à extrema-direita no IPES décadas depois –; é paulista porque constrói uma narrativa cujo fio condutor ligaria os bandeirantes a eles próprios, cabendo-lhes a consolidação do projeto nacional supostamente iniciado pelos sertanistas, a projeção à liderança nacional e o comando no processo de desenvolvimento urbano e industrial da nação; e é liberal porque defendia não somente as linhas mais gerais do liberalismo na economia política, mas porque defendia uma sociedade dividida hierarquicamente, na qual o sistema de ensino seria o grande instrumento de seleção dos mais capazes, cabendo à elite coordenar e gerir a base da pirâmide, uma massa amorfa de ignorantes distantes do requinte intelectual. Como o sistema de

---

49 “Referimo-nos também à subordinação do poder local, isto é, os municípios, ao poder regional. Esta subordinação foi consagrada na Constituição de 1891 que feriu gravemente a autonomia municipal. Com a República, como vimos, o controle do erário público, dos cargos, da polícia etc., isto é, dos elementos que garantiam condições mínimas de governabilidade, se encontrava plenamente nas mãos do governo do estado. O poder local e os que o dominavam, ou seja, os fazendeiros ou coronéis, tinham que se curvar, dando apoio, sobretudo eleitoral, para receber as benesses do poder regional. Caso contrário, este último manteria o dissidente a pão e água, dando apoio àquela facção que porventura o estivesse enfrentando naquele momento” (PERISSINOTTO, 1994, p. 109-110).

ensino reproduz a desigualdade das relações econômicas, os filósofos da elite platônica seriam eles mesmos.

Como lembra Irene Cardoso (1982, p. 166), o grupo chamava a luta contra o comunismo de “cruzada”, como se constata em editorial em 18 de dezembro de 1935. Em nome da cruzada, apoiou a Lei de Segurança Nacional e se filiou à Comissão de Repressão ao Comunismo, criada em 1936. E, assim como os escravocratas e o movimento político-religioso *Escola Sem Partido*, passou a denunciar as “casas de ensino” após a criação da Universidade de São Paulo, onde supostamente defendia a liberdade de ideias. Conforme editorial em 19 de janeiro de 1936, a

devastação que o comunismo tem feito no espírito dos moços, é razoável a suspeita de que, tanto nos estabelecimentos de ensino secundário, como nos de ensino superior, haja professores que pregam o comunismo livremente. (...) Olhemos para as escolas. Delas é que nascem, para a sociedade, o bem e o mal (1982, p. 169).

E por quê? Qual seria a função da escola? A visão organicista liberal-positivista explicou em editorial dois dias depois: “é a formação de cidadãos capazes de servir a sua terra e defender eficientemente as instituições sociais e políticas que a regem” (CARDOSO, 1982, p. 169). É um programa integralista? Verde-amarelista? Fascista?

Apoiou uma espécie de Estado de Guerra até 1937. O grupo costumava dizer que se opunha tanto ao fascismo quanto ao comunismo, como se fossem polos antagônicos. Mas, na prática, destinava todo o arsenal ao comunismo e eventualmente alguns elogios ao nacionalismo dos movimentos fascistas e nazistas, como o fez Armando de Sales Oliveira em discurso de 18 de outubro de 1936, em São José do Rio Pardo:

Peçamos à Itália, à Alemanha e a Portugal os poderosos métodos de propaganda por meio dos quais levaremos aos últimos recantos do país a palavra de união e de fé em volta da bandeira da Pátria. Imitemos dessas admiráveis nações a exaltação patriótica, o espírito de renúncia, a força de organização, a capacidade renovadora.

Conservemos, porém, a nossa roupa, permaneçamos  
brasileiros (CARDOSO, 1982, p. 174).<sup>50</sup>

Plínio Salgado poderia ser, tranquilamente, o autor do discurso. A democracia defendida pelo grupo é aquela que se subordina ao que chamava de disciplina e ordem, baseadas na razão, um sinônimo de hierarquia. Como defendeu em editorial de 21 de outubro de 1936, “a democracia verdadeira assenta na disciplina e na ordem e não exclui a razão e a hierarquia” (CARDOSO, 1982, p. 174). O grupo tinha certa ojeriza ao povo, marca indelével de frações da burguesia e da classe média brasileiras, especialmente a paulista. Em seu conceito de democracia, o jornal afirma que “do povo emanam os poderes, não é, porém, o povo que os exerce. O governo do povo, pelo povo, governo dos membros sem o concurso da cabeça, seria o caos” (CARDOSO, 1982, p. 174). O povo não tem cabeça, órgão monopolizado pela elite. E esse é o conceito fundante de democracia defendida pelos meios de comunicação dos bilionários que se tornaram bilionários com o apoio da Ditadura Civil-Militar.

O grupo, transformado em os paulistas, tentou um salto audacioso, quase que ornamental. Lançou a candidatura de Armando de Sales Oliveira à presidência. Desfez o acordo. De uma hora para outra, passou a defender a temporalidade do período ditatorial e a ser “in-

---

50 O entendimento, segundo o qual o fascismo é um mal menor, um meio necessário, com características positivas, foi, ao longo dos anos, compartilhado por muitos liberais. Mises, por exemplo, em seu livro *Liberalismo: segundo a tradição clássica*, compreendeu o fascismo italiano como o salvador temporário do liberalismo ante o avanço das pautas do movimento operário e do comunismo – esse, com variantes do seu real significado, sempre a depender dos interesses imediatos da classe dominante. Como é de conhecimento, muitos liberais italianos apoiaram o fascismo, assim como muitos liberais brasileiros apoiaram o Golpe de 1937, o Golpe de 1964 e o bolsonarismo, sendo os dois últimos sustentados abertamente pelos “agentes do mercado”. Assim como na Itália, a oposição real à Ditadura Civil-Militar foi feita por comunistas, anarquistas e socialistas. A oposição pontual dos liberais é mais bem compreendida com Mises quando discorreu abertamente sobre a necessidade do fascismo para os interesses liberais: “Não se pode negar que o fascismo e movimentos semelhantes, visando ao estabelecimento de ditaduras, estejam cheios das melhores intenções e que sua intervenção, até o momento, salvou a civilização europeia. O mérito que, por isso, o fascismo obteve para si estará inscrito na história. Porém, embora sua política tenha propiciado salvação momentânea, não é do tipo que possa prometer sucesso continuado. O fascismo constitui um expediente de emergência. Encará-lo como algo mais seria um erro fatal” (MISES, 2010b, p. 77). É um meio necessário, quase sempre tolerado por liberais, ou a sua grande maioria. Daí a explicação fantasiosa dos proprietários dos meios de comunicação, com o objetivo de se fazerem tão vítimas quanto um executado nos porões do DOPS, de que o “apoio” ao Golpe de 1964 teria sido dado sob uma emergência da qual acreditavam que os militares rapidamente entregariam o leme para um governo civil. Como visto, Júlio de Mesquita Filho, em *Roteiro da Revolução*, condenava abertamente a entrega rápida do leme aos civis.

transigentemente” constitucionalista, como se autoproclama em editorial de 12 de março de 1937, sem deixar de defender a continuidade do Estado de Guerra. Como resultado da conciliação, fundamental para o avanço do grupo enquanto fração de classe no estado de São Paulo e no Brasil, ganhou um Golpe de Estado que se voltou contra o jornal. Mas havia conseguido criar, por meio da conciliação, representada por Armando de Sales Oliveira e pelo apoio irrestrito a Vargas, a Universidade de São Paulo e o controle sobre os mecanismos de dominação de classe, como o da mídia.

A Universidade de São Paulo foi criada pelo Decreto Estadual n. 6.283/1934. Nos considerandos estão consubstanciados a *Comunhão Paulista* e a mística nacional dessa fração da elite paulista. Estão evidenciadas as diretrizes político-filosóficas, assim como os pilares que alicerçariam a universidade para com a sociedade:

considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica-científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a *liberdade* e a grandeza de um *povo*;

considerando que, somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos, de *cultura livre, desinteressada*, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos;

considerando que a formação das *classes dirigentes*, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes;

considerando que, em face do grau de cultura já atingido pelo *Estado de São Paulo*, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão. (ESTADO DE SÃO PAULO, Decreto-Lei n. 6.283/34, grifos nossos).

Irene Cardoso (1982, p. 122-123) sintetiza os considerandos da fundação da USP em seis pilares: a) a formação das classes dirigentes;

b) a irradiação da consciência nacional; c) a universidade voltada para a resolução dos problemas nacionais; d) a cultura livre e desinteressada, na qual o produto é de interesse geral; e) a preparação para o exercício de todas as profissões; e, f) a responsabilização do Estado. O essencial está na formação das classes dirigentes, que irradiariam a cultura nacional criada com base nos estudos científicos desinteressados sobre os problemas brasileiros. Ao mesmo tempo, a mesma elite, as classes dirigentes, supervisionaria o restante da pirâmide, selecionando e discricionando sobre as capacidades à luz dos objetivos supostamente ontológicos do organismo social, os quais somente ela compreenderia.

A fundação filosófica platônica, entendida pelos autores como iluminista, reproduz a ideia de que não há liberdade sem conhecimento, o que transforma a USP em fomentadora e produtora de conhecimento e, por conseguinte, de liberdade. Esmiuçando os dois primeiros considerandos, constata-se serem expressões do pensamento urbano e industrial que reproduz um tipo ideal de desenvolvimento nos moldes do pensamento europeu e supostamente iluminista, “pois refletem o pensamento de que a liberdade se faz na modernidade, única sociabilidade capaz de gerar conhecimento que possibilita à sociedade conhecimento de si mesma. Ao ter conhecimento de si mesma, a sociedade poderia trilhar o seu ‘destino’” (SACRAMENTO, 2019, p. 119).

O terceiro considerando evidencia o papel da universidade em selecionar a elite, a quem é destinada o papel de trilhar o destino do país. Júlio de Mesquita Filho, no discurso feito como paraninfo à primeira turma da FFCL, afirmou que a missão da Universidade e dos formandos seria a de frutificar para o país “um cérebro poderoso e coordenado que, a coberto da transitoriedade dos governos, pudesse gerar os sentimentos, a vontade, a organização e a disciplina intelectual que os povos verdadeiramente fortes devem as suas melhores vitórias” (MESQUITA FILHO, s.d., p. 165).

A visão é simples, podendo ser filosoficamente resumida da seguinte forma:

De certa forma, reproduz-se a República platônica e a figura do filósofo-rei, o qual, por ter mais amizade com a sabedoria, poderia estipular os rumos da República. No caso, pode-se falar que São Paulo criara a figura do Estado-Rei, em que São Paulo, por ser o Estado da

federação mais talhado no conhecimento humanístico, cimentaria para o resto do país o caminho a ser transposto para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural (SACRAMENTO, 2019, p. 120).

O último considerando enfatiza que São Paulo teria chegado ao nível de desenvolvimento considerado ideal, metamorfoseando-se em um imperativo histórico, como explicitou Júlio de Mesquita Filho em duas edições do jornal, em 25 e 26 de janeiro de 1932, e Alberto Sales em 1887. O conhecimento produzido pela universidade iluminaria o caminho do desenvolvimento, que, uma vez apropriado pela elite ou classes dirigentes, guiaria a nação ao desenvolvimento. Como São Paulo era o único apto para essa tarefa, caberia a ele o papel de guia histórico (e espiritual) da Nação.<sup>51</sup> É a mística nacional forjada pelos paulistas. Movimento separatista contradizendo politicamente a *Comunhão Paulista*, mas não a sua essência inaugurada pelos escravocratas republicanos, fomenta o sentimentalismo como expressão da superioridade paulista em que apreciações xenófobas são cristalizações dessa perspectiva na práxis social.

A Universidade de São Paulo não foi pensada como uma universidade, mas como um *think tank* da elite paulista que desencadearia a criação do sistema nacional de ensino superior no Brasil. Inclusive, era uma das missões da universidade paulista, historicamente realizada, podendo ser constatada pela relação desta com a formação dos professores universitários de outras instituições:

Essas circunstâncias, a que deveria a vossa qualidade, de elite dentro dos próprios domínios da nossa Universidade, vos conferem as necessárias credenciais para imprimir à totalidade dos institutos que constituem o organismo universitário, o mesmo entusiasmo e a mesma fé criadora

51 Fernando de Azevedo, em *A Cultura Brasileira*, é mais taxativo sobre papel e a sua relação com a acadêmica platônica: “Foi, porém, a Universidade de São Paulo a primeira instituição que se verteu, no Brasil, a caudal de inquietação que os homens possuem em face da natureza, da vida e de seus problemas, e que nasceu, como a Academia Platônica, na Grécia e a Universidade, na Idade Média, da convicção de que homens de responsabilidade cultural devem ser despertados interiormente para a especulação, a pesquisa e o método experimental ou, em poucas palavras, ‘para viver da verdade e de sua investigação’. Eminentemente professores e alguns entre os mais notáveis em suas especialidades, foram contratados na França, Itália e Alemanha para professar cursos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cuja direção o governo de São Paulo confiou a Teodoro Ramos, professor da Escola Politécnica e um dos maiores matemáticos brasileiros” (AZEVEDO, 1963, p. 679-680).

que vos anima e vos distingue (MESQUITA FILHO, s.d., p. 165).

A citação acima deve ser interpretada levando em consideração que o público deveria ser um instrumento irradiador dentro e fora da universidade. As linhas seguintes do discurso não deixam dúvida de que o pensamento era nacional, como afirma o último considerando do Decreto de criação da universidade. A atribuição dada aos licenciados por Júlio de Mesquita era instalar a “mística nacional”. Mas por quê?

Será isso empresa acima de vossas forças? Não nos parece. Sois na quase totalidade nascidos em São Paulo e se porventura alguns dentre vós não viram pela primeira vez a luz do Sol dentro de nossas fronteiras, aqui formaram o seu caráter e amadureceram para a vida do pensamento. Nessas condições, basta que volvais o olhar para o passado, basta que vos apliqueis a penetrar o verdadeiro sentido da nossa história, para que não vos assalte a sombra de uma dúvida sobre a rota a indicar às gerações de amanhã. Se a tanto vos dedicardes, vereis que ao paulista de hoje o destino cometeu uma única tarefa: a de completar a obra iniciada pelo paulista do ciclo da penetração (MESQUITA FILHO, s.d., p. 166).<sup>52</sup>

Um imperativo histórico iniciado pelos bandeirantes e finalizado pelos fundadores da Universidade de São Paulo, fazendo os não nascidos em São Paulo *naturalizarem-se* paulistas por meio da formação do “caráter” e do “amadurecimento” do “pensamento”. Tornar-se paulista consistia em se tornar brasileiro, pois nascer no Brasil não significava ser brasileiro, na medida em que não era paulista. Daí a positividade da imigração europeia para substituir os negros *apenas* nascidos no Brasil. Uma missão civilizatória e neocolonial. Um projeto de poder que não poderia ser criticado, inclusive pelos professores franceses convidados, como Claude Lévi-Strauss. O antropólogo escrevera um artigo no *O Estado de São Paulo* criticando o próprio jornal e Júlio de Mesquita Filho por serem contrários à Frente Popular. Quando foi a campo para realizar pesquisa entre os nativos, a universidade, umbilicalmente ligada ao dono do jornal, contratou Roger Bastide em seu

---

52 Em palestra feita aos licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 26 de dezembro de 1945, Júlio de Mesquita Filho citou uma fala de Armando de Sales Oliveira defendendo que cabia à universidade “exercer a sua influência não sobre uma região, mas sobre toda a nação” (MESQUITA FILHO, s.d., p. 170).

lugar.<sup>53</sup> A liberdade de ensino e a de realizar crítica não poderiam colidir com a ordem e a disciplina da razão que *coincidentemente* sincronizavam-se com a ordem e a disciplina da racionalidade anticomunista do grupo *O Estado*.

A ordem e a disciplina se alicerçariam em uma sociedade rígida de classes e castas, segmentada racialmente em que o sistema de ensino, particularmente a universidade, realizaria a “seleção” como expressão de uma lógica “puramente democrática” (MESQUITA FILHO, s.d., p. 177). A democracia liberal, assentada na produção das classes dos mais capazes, nada mais é do que a reprodução da ditadura do capital econômico correlacionado com os outros capitais. A defesa do grupo *O Estado* é uma defesa de si próprio. Somente a classe dominante e grupos privilegiados economicamente podem defender, a seu bel prazer, que relações de poder não existem e fatores individuais se impõem como se fossem uma dada condição ideal da realidade que se sobredeterminaria às relações econômicas, como um Espírito Absoluto. Essa negação, calcada no que chamam de democracia e meritocracia, constituiu-se em efetivo instrumento de composição das relações de poder que dominam. É cientificamente uma falácia, mas é um instrumento poderoso de dominação.

Enquanto as relações econômicas à época segmentavam-se em extratos desiguais na classe trabalhadora, criando um polo marginalizado e precarizado que serviria, ao longo da história, como fator de limitação de valorização média da força de trabalho, o grupo *O Estado* criou o principal sistema de controle político sobre as mobilidades educacional e simbólica, a universidade, que ficaria por duas a três gerações restrita à classe média tradicional e à parte mais bem posicionada da classe trabalhadora. A ascensão dos grupos preteridos no sistema de ensino criaria problemas políticos aos governos nos anos vindouros. A Ditadura Civil-Militar se deparou com esse problema, chamado de crise dos excedentes, resolvendo-a por meio da Reforma Universitária de 1968. Esse episódio será analisado logo adiante. Por ora, resta concluir que a universidade, nos moldes criados, nas relações econômicas que se hegemonizavam, em um contexto de solidificação da desigualdade de renda (SOUZA, 2018), tornou-se um dos instrumentos da meritocracia brasileira ao longo do século XX, metamorfoseando-se em monopólio da mobilidade educacional para frações da burguesia e da classe média tradicional, detentoras do

53 Cardoso (1982, p. 182-183). Informação obtida em entrevista com Roger Bastide, em 18 de agosto de 1973.

capital econômico e das mobilidades concernentes. Pode-se concluir também que a elite paulista desse tempo incorporou profundamente elementos fundamentais do Integralismo e do Verde-Amarelismo no programa liberal paulista, contextualizados de acordo com as demandas políticas e econômicas. O liberalismo brasileiro, capitaneado pela elite paulista, foi programaticamente um amálgama dos movimentos conservadores no século XX cujo ápice se daria no Golpe de 1964 ante o mal-estar conservador e o perigoso avanço das pautas dos trabalhadores aos olhos dos liberais. O grupo *O Estado* promoveu, não somente a incorporação dos elementos fundantes dos movimentos conservadores no programa liberal, mas agenciou a sua legitimação e a sua domesticação em momentos cruciais aos interesses do grupo e de outros que surgiriam ao longo do século XX.

## 1.1 Interregno

É digno de nota os negros deixarem de ser quantitativamente citados como o eram no final do século XIX e começo do século XX na década de 1950 em diante. A hipótese mais razoável é que parte significativa das elites políticas e intelectuais consideravam um assunto do passado ou que se transformaria do passado em algum futuro próximo. Em suma, estavam mais preocupadas com a consolidação dos mecanismos institucionais de reprodução.

Seguindo as discussões sobre a colonização de norte-americanos negros em 1921, ambos os lados, favoráveis e contrários ao projeto, acreditavam que o racismo fosse artifício estrangeiro, um estrangeirismo indevido ao nacionalismo brasileiro, como no Manifesto Verde-Amarelo. Assim como José de Alencar acreditava que o escravismo acabaria naturalmente por meio de relações tipicamente brasileiras, boa parte da burguesia e da classe média tradicional acreditava que o racismo desaparecera ou estava em desaparecimento junto com o definhamento do elemento africano no Brasil. E essa eugenia não era vista como algo negativo, mas como uma dádiva evolutiva da Natureza e dos acertos das Políticas de Estado.

Em 1933, Gilberto Freyre lançou *Casa Grande e Senzala*. Pode-se dizer que a obra freyreiana sintetizou um longo processo de formação da nacionalidade brasileira. Da mesma forma que o comunismo e o anarquismo eram aspectos considerados exógenos à nacionalidade brasileira pela elite paulistana, devendo ser extirpados por prisões, de-

portações e duas ditaduras formais, sem contar as informais, como as que antecederam a Revolução de 1930 e o Estado Novo, acreditava-se (praticava-se) que o racismo era outro artifício exógeno e estrangeiro. O racismo desaparecera ou estava em vias de desaparecimento com a subsunção do negro na formação alencariana do homem brasileiro. Logo, o negro era o fator exógeno, ao lado do comunismo. Eliminando o elemento africano, o racismo desaparecia. O sonho alencariano de desaparecimento da escravidão mediante o embranquecimento consolidara-se no sonho da elite política e econômica brasileira, formada hegemonicamente pela burguesia industrial, parte outrora imigrante. Esse sonho passava pela *imposição* de uma brasilidade harmoniosa. E por que não decretar o fim oficial das raças? Ou pelo menos, da africana?

A decretação do fim das raças ou da africana veio com a decretação *definitiva* da Democracia Racial. Em *Casa Grande e Senzala*, todas possuem aspectos positivos e negativos amalgamados no homem brasileiro, ou no homem americano de José de Alencar e dos verde-amarelistas. Tudo é adocicado pelas relações comezinhas e simples do cotidiano veranil. O negro na obra freyriana é um elemento subjacente na formação de algo maior, como denuncia os próprios títulos dos capítulos. Destaca-se *o escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro*. O negro (escravo) existiu e existe como elemento de composição do brasileiro, o qual, portanto, não é negro, pois inexistente como elemento autônomo com alguma perspectiva de sujeito político. É o negro *na* vida sexual do brasileiro não negro.

O começo do capítulo consiste, em certa medida, na conclusão. Seria a síntese do homem brasileiro:

Todo o brasileiro, mesmo alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Mina Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano.

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos

embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolegando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-do-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo (FREYRE, 1963, p. 331)

O objeto não é o negro. É o branco, “mesmo alvo”, que teria elemento do negro e do nativo. Esse é o brasileiro. Portanto, é o branco miscigenado, fruto de um processo eugênico, e não o miscigenado em si. Todo o brasileiro possuiria influência direta ou indireta do africano e do nativo; para além do fenótipo, o africano transmitiria, por *osmose existencial*, a ternura, a musicalidade e o comportamento (“andar”), podendo ser entendidos por sentimentalismo em oposição à racionalidade. O brasileiro possuiria malemolência inculcada pelo africano que “nos embalou”. O pronome pessoal do caso reto na primeira pessoa do plural “nos” denuncia que Gilberto Freire fala para um público exatamente como ele, que ouvira história de “bicho e mal-assombrado” e que fora iniciado sexualmente por “mulatas”, adocicando o estupro que o fez sentir “a primeira sensação completa de homem”.<sup>54</sup> O público (*pathos*) de Freyre é o branco da elite intelectual, para quem constrói uma narrativa (*logos*) que não destoa do embranquecimento e de práticas segregacionistas, pois a importância do negro estaria em um legado genético-cultural que já estava dado na relação servil com as famílias. Por isso, a oposição entre embranquecimento e Democracia Racial é uma falácia, pois a Democracia Racial sempre pressupôs o embranquecimento em que o legado africano estaria na relação de servilidade transmitida pela *ginga* e *malemolência*. Nunca houve um rompimento com a hierarquização racial, de modo que, desde a década

---

54 O estupro foi precificado no Brasil-Colônia e no Brasil-Império. Antonil não deixou de *constatar* que “fornar mulatas desinquietas é perdição manifesta; porque o dinheiro, que dão para se livrarem, raras vezes saem de outras minas, que dos seus mesmos corpos, com repetidos pecados: e depois de forras continuam a ser ruína de muitos” (1837, p. 32-33). A passagem demonstra a “perdição” dos brancos e a de Antonil – não se pode esquecer da perdição confessada de Nina Rodrigues. Antonil apresentou uma tabela de preços na qual demonstra uma precificação do estupro. Enquanto para um negro “bem feito, valente e ladino”, o proprietário de escravizados tinha que gastar trezentas oitavas, e por uma negra “ladina cozinheira” trezentas e cinquenta oitavas, para comprar uma mulata não saia por menos de seiscentas oitavas (1837, p. 156). Gilberto Freire e boa parte dos leitores da época prosseguiram uma tradição de estupro, devidamente precificada no escravagismo e romantizada pela “mulata” que teria *abrasileirado* Freyre em seu estupro.

da de 1930 até os dias atuais, é plenamente factível encontrar alguém defendendo a racialização do embranquecimento e a Democracia Racial pela miscigenação, argumentando que, até mesmo possui “um pé na cozinha”, como alegou Fernando Henrique Cardoso sobre si. Desse modo, quando um negro de pele clara se declara negro, reforçando a sua africanidade, destoa da expectativa e da causalidade provável construídas pelo embranquecimento de quem se constrói branco.

Joaquim Nabuco, que teria se tornado solidário à causa abolicionista pela proximidade com sua ama de leite, como ele diz em *Minha Formação*, já devidamente analisada,<sup>55</sup> jamais esquecera o seu elo sentimental, podendo-se dizer que, o que havia de sentimental e voluptuoso sobre si, devia a sua ama de leite. Mas a história não termina assim. Certa vez, quando morrera a sua madrinha, o grande consolo de Joaquim teria sido “a velha ama negra continuar a servi-lo como dantes” (FREYRE, 1963, p. 395). Seu pai, comovido, escreveu a um amigo: “o menino está mais satisfeito (...) depois que eu lhe disse que a sua ama o acompanharia” (NABUCO, 1998, p. 187).

Compreendamos a subsunção genética do negro, tão propalado pela ideologia da miscigenação. O projeto *DNA do Brasil*, da Universidade de São Paulo, sequenciou 54 populações espalhadas no planeta que compõem geneticamente a população brasileira. Do sequenciamento, constatou-se haver predominância de 36% de populações africanas e 34% de populações nativas pela matriz materna, enquanto a herança masculina europeia corresponde a 75%.<sup>56</sup> Traduzindo, o povoamento brasileiro se deu predominantemente por mulheres negras e nativas com o homem branco. Relacionando com os dados estabelecidos no presente texto, como o baixo índice de africanas na população escravizada comparado com a quantidade de africanos, assim como o dado da pesquisa que a predominância genética de mulheres brancas corresponde a apenas 14%, não se é difícil constatar o que aconteceu: o estupro da africana e da nativa pelo homem branco com base na relação de propriedade e de poder cujos filhos não são as-

55 “Quanto a mim, absorvi-a no leite preto que me amamentou; ela envolveu-me como uma carícia muda toda a minha infância; aspirei-a da dedicação de velhos servidores que me reputavam o herdeiro presuntivo do pequeno domínio de que faziam parte... Entre mim e eles deve ter-se dado uma troca contínua de simpatia, de que resultou a terna e reconhecida admiração que vim mais tarde a sentir pelo seu papel” (NABUCO, 1998, p. 183).

56 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/amp/ciencia/2020/09/estudo-com-1200-genomas-mapeia-diversidade-da-populacao-brasileira.shtml?>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

sumidos pelos mesmos, voltando-se às mulheres brancas e aos seus filhos brancos como instrumentos de coesão dos capitais social e econômico por meio do matrimônio oficial.

Quando se fala em miscigenação, convém apontar que a miscigenação espontânea ocorre na classe trabalhadora, mas é praticamente nula na classe média tradicional e, principalmente, na burguesia. É sempre interessante ouvir ou ler alguém dessas classes sociais apontar para a miscigenação como elemento da sociabilidade brasileira quando tal elemento é objetivamente repellido da classe média tradicional e da burguesia por ser um instrumento efetivo de coesão social e econômica. Será que Joaquim Nabuco teve algum filho com sua ama de leite e Gilberto Freyre com a “mulata” que o fez “homem”? Se tiveram, não foram incorporados em suas famílias, em nome da coesão social e econômica da reprodução do *status quo* familiar. É a sina do novo homem americano de Alencar, do brasileiro de Freyre, do paulista de Mesquita Filho ou simplesmente do homem branco da elite: “mais um filho pardo sem pai”, como lembrou Racionais Mc’s.

Para Freyre, o negro vindo ao Brasil teria sido de espécime superior à de outros rincões da América, o que teria permitido a introdução de técnicas artesanais, industriais e de organização sobre a produção e as relações sociais – uma divergência com Caio Prado Júnior. Fundamentando-se em Nina Rodrigues, o autor de *Casa Grande e Senzala* concluiu que o negro brasileiro seria superior ao negro norte-americano. E são exatamente esses dados que seriam um dos grandes motivos para que a escravização brasileira tivesse sido adocicada, pois o conhecimento teria sido transmitido ao homem brasileiro branco de bom grado:

O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manchas de massapê. Vieram-lhe da África “donas de casa” para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos. Por outro lado, a proximidade da Bahia e de Pernambuco da Costa da África atuou no sentido de dar às relações entre o Brasil e o continente negro um caráter todo especial de intimidade. Uma intimidade mais

fraternal que com as colônias inglesas (FREYRE, 1963, p. 353).

Sem levar em consideração a *tecnologia* das “donas de casa” para com os colonos brancos sem mulheres brancas, a intimidade teria sido construída pela *proximidade* geográfica atlântica transposta pelos chamados navios negreiros. Não à toa Skidmore afirma que o impacto da obra de Freyre nos EUA foi o de reforçar no imaginário estadunidense – e brasileiro – a ideia de que o escravagismo norte-americano fora demasiadamente sangrento em oposição ao adocicado escravagismo brasileiro. Cumpre lembrar que esse mito foi destruído, de forma constrangedora, por brasilianistas, provando a violência do escravagismo brasileiro.

A miscigenação possui a função social de negar o racismo. Mas a miscigenação expõe um dado para além de sua função social propriamente dita. A sua estrutura política, social e cognitiva está na branquitude, na ideia-força de que o branco regula as relações sociais entre negros/nativos e brancos. Frantz Fanon (2008), em *Máscaras Brancas, Peles Negras*, trabalhou exaustivamente essa estruturação cognitivo-comportamental nas relações sociais de forma materialista. A tarefa deve ser a de estabelecer a máscara branca no Brasil.

A função social da miscigenação é a de negar ideologicamente o racismo para praticá-lo na práxis enquanto elemento estruturante das relações de produção e das relações sociais. A miscigenação para os brancos sobre os brancos cumpre a função social de reafirmar o passado freyriano sem deixar de ser socialmente branco, mesmo que, reconhecidamente, sejam imigrantes orgulhosos de sua ascendência europeia que negam o vínculo com o elemento africano; dos brancos para os negros, a de reafirmar a imposição de que não existiriam negros, de que o negro de pele clara não deveria se qualificar como negro quando socialmente é qualificado como negro (racismo), especialmente quando reivindica algo ou reage; dos negros para os negros, a de reafirmar a possibilidade de se amulatar e se embranquecer em busca de melhores posições nas relações sociais; dos negros para os brancos, a de se ver socialmente igual ou próximo do branco, como se fosse um escape psicológico de uma psicopatologia.<sup>57</sup> Todas as funções são entrecruzadas pela dinâmica das classes sociais e das relações de poder. Portanto, a Democracia Racial é uma ideologia, que cumpriu

57 Muitos papéis são criados e recriados nas relações sociais à luz da função social da miscigenação na racialização brasileira.

e ainda cumpre funções sociais superestruturantes importantes para o controle sociometabólico sobre a classe trabalhadora.

A classe trabalhadora é plurirracial, da qual a miscigenação obedece aos preceitos da identidade branca (branquitude). Quanto mais próximo fisicamente e comportamentalmente ao branco, melhor. A branquitude é o polo legitimador. A questão do liberal-conservadorismo é que os novos movimentos sociais negros quebraram e quebram com a branquitude como polo legitimador, implodindo a hierarquização da cor, estabelecida oficialmente desde a proposta de lei de José Bonifácio em 1823. O incomodo está na transformação dos outrora “miscigenados” em “negros” e/ou “pretos”, independentemente da coloração da pele, atacando frontalmente um mecanismo psicossocial e econômico de controle. Assim, a elite branca (burguesia e classe média tradicional), que exclui e tem ojeriza a relacionamentos interraciais em sua composição familiar, sob o risco de perder a “ascendência europeia”, perde não somente um mecanismo de biopoder, mas uma projeção sobre si, na medida que a “ascendência europeia”, a porta do supremacismo branco no Brasil, perde valor social e simbólico.

Em meio à proibição formal e informal em muitas cidades de negros prosseguirem os seus estudos, da impossibilidade de terem trabalho em função da cota fechada imposta pelos imigrantes europeus e brancos, pela vedação para ocupar espaços públicos, pelo aprisionamento à luz de leis específicas para o encarceramento de negros, demonstrando um conjunto ordenado de leis e práticas segregacionistas, a elite intelectual brasileira e Gilberto Freyre decretaram o fim do racismo. O embranquecimento vencera como Política de Estado. Desde então, denunciar o racismo consiste em se opor à brasilidade defendida em 1921 quando da proibição de norte-americanos negros em Mato Grosso e ao imaginativo legado humanitário da miscigenação brasileira. Em última instância, a Democracia Racial é uma síntese elaborada com o mesmo argumento, em essência, que impediu a criação da *Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor*: “Os homens de cor, livres, são no Império cidadãos que não formam classe separada, e quando escravos não têm o direito de associar-se. A Sociedade especial é pois dispensável e pode trazer os inconvenientes da criação do antagonismo social e político” (MATTOS, 2004, p. 243).<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> Embora com uma perspectiva equivocada que, muitas vezes, compreende o racismo como uma via de mão dupla, *constatando* (sic!) um suposto “racismo” e “preconceito” dos negros contra os brancos, Bastide e Florestan (2008) arrolam, no capítulo 5, a forma

Os negros não são classes separadas, embora “escravos” não tenham “o direito de associar-se”. Sem antagonismos, por favor! Somos todos brasileiros!, diriam Júlio de Mesquita Filho e Bolsonaro. Afinal, o que é a sociedade se não a junção de indivíduos com os seus interesses, sentimentos e “gostos” (FRIEDMAN, 1985). Se João Alberto foi morto espancado, o foi por ações individuais, pois só existe o indivíduo e o seu gosto. Se 37 negros foram mortos no Jacarezinho e no Salgueiro, o foram porque mereciam.

---

pela qual os movimentos negros eram vistos pelos brancos. Argutamente, os autores conseguiram sistematizar os meios com os quais os negros deveriam ascender na estratificação social: sempre individualmente por meio do apadrinhamento e da mediação do bom negro, jamais coletivamente, corroborando a lógica da meritocracia paulista que produz exemplos apadrinhados concomitante à crítica aos movimentos coletivos.



# 2

## A ACOMODAÇÃO DAS CLASSES E DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS II: O BIG STICK DOS IRREMEDIAMENTE LIBERAIS

O fim da República Velha, a ascensão de Vargas no Estado Novo e a sua queda na década de 1940 correspondem a um dos três momentos históricos de maior aumento da desigualdade no Brasil nos últimos cem anos (SOUZA, 2018, p. 287). As valorizações artificiais do café, a volatilidade da moeda e a vinculação da economia aos credores internacionais evidenciaram contradições produtivas e financeiras que foram agudizadas pela crise de 1929, criando espaço para a Revolução de 1930. A interrupção de influxos financeiros impedia o financiamento da dívida externa e o pagamento de juros. Vargas procurou interromper os pagamentos externos, retomou o monopólio sobre o câmbio logo no primeiro ano, arrochou a política fiscal e negociou as dívidas dos cafeicultores.

A volatilidade pós-1929 e a própria Revolução de 1932 contribuíram para que o controle fiscal fracassasse – já que um conflito armado tem os seus custos econômicos e políticos – abrindo espaço para o Decreto n. 23.533, de 1 de dezembro de 1933, chamado de *Re-*

*ajustamento Econômico*. As dívidas dos cafeicultores foram perdoadas em 50%, o que o carioca mais paulista do que um paulista nato, Washington Luís, se negara quatro anos antes. Mais uma vez os considerandos do Decreto entregam a visão política do momento:

Considerando que para as medidas nacionais de defesa cambial contribuiu a produção agrícola com a quase totalidade do sacrifício exigido ao país;

Considerando que, em virtude da situação criada pela generalização da crise, a terra e todos os seus produtos sofreram uma redução considerável de valor;

Considerando que tal redução de valor criou uma situação de graves dificuldades para a quase totalidade dos agricultores, ou seja, a própria economia nacional, que na agricultura assenta as suas bases;

Considerando que em tais casos cabe ao poder público providir, tomando as providências para a defesa dos interesses nacionais, confundidos com os dos particulares.

Vargas representa a modernização conservadora na historiografia nacional, a industrialização mediada pelo Estado distante do rompimento abrupto com os oligopólios pré-1930. É a acomodação de classes, onde há espaço para todos, ou melhor, para todas as frações da classe dominante, como coração de mãe. Todos os filhos são acolhidos, inclusive os perdidos e boêmios. Ao mesmo tempo, os sindicatos foram regulamentados pelo Decreto n. 19.770, em 1931, com objetivos distintos. A regulamentação dos sindicatos patronais e de trabalhadores expressara a lógica que vinculava formalidade aos direitos, uma vez que parte dos direitos sociais dependia da inserção do trabalhador no mundo do trabalho regulamentado. Somente assim se poderia ter acesso aos direitos estabelecidos em leis.

Disso se segue que a lei dos sindicatos no Brasil, que instituiu em seu artigo 1º o dever de serem formados sob “profissões idênticas, similares ou conexas”, resultou em um recrudescimento das desigualdades na classe trabalhadora sobre aqueles que não conseguiam ter acesso a esse tipo de emprego, relegando-os à informalidade, à precariedade e à miserabilidade, na medida que a formalização se deu sobre marcos mais restritivos da segmentação racializada e segregada estabelecida na República Velha. Logo, não foi o direito que potencializou a desigualdade, como apregoa o liberalismo de Paulo Guedes,

mas foi a restrição (a não universalidade) do direito sobre uma classe segmentada e desigual que potencializou a desigualdade.

Essa desigualdade foi acentuada pela expansão dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, que à época eram estritamente vinculados às profissões. Destacam-se o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), criado em junho de 1933; o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), em maio de 1934; o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), em julho de 1934; e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), fundado em dezembro de 1936. Se não fizesse parte dessas e de algumas outras profissões, restritíssimas ante o conjunto da população, não se teria acesso à aposentadoria e às pensões.

A política de perdão e controle das dívidas dos cafeicultores e a diminuição da capacidade de importação, em virtude do balanço de pagamentos e da guerra, fez com que se atenuasse a crise de liquidez. A renda dos cafeicultores foi preservada diante da diminuição da importação, e a indústria nacional gozou do protecionismo necessário e suficiente para a atenuação da crise. Para além de um simples protecionismo, um direcionamento com base em um capital social bem restrito, no qual a burguesia industrial se retroalimentava, fez com que os empréstimos seguissem a mesma lógica da realizada à agricultura, perseguindo-se alguma autossuficiência de classe. Um exemplo de Warren Dean demonstra a retroalimentação restrita ao capital social da própria burguesia, com Chateaubriand e Klabin, impedindo-se que a classe fosse indevidamente alargada:

No intuito de estancar a sangria de divisas provocada pela importação de papel de jornal e da pasta de papel, Vargas prontificou-se pessoalmente a procurar um empresário que se dispusesse a erguer uma nova fábrica de papel. Assis Chateaubriand, dono da maior cadeira de jornais, foi o primeiro a ser abordado, mas declinou da oportunidade. Em seguida, de acordo com o relato de Chateaubriand, Vargas pediu-lhe a opinião acerca da adequabilidade de vários industriais paulistas. Chateaubriand recomendou a família Klabin. [...] O ditador aceitou a indicação e encarregou Chateaubriand de ir a São Paulo oferecer-lhes um empréstimo e a necessária cobertura cambial, bem como um monopólio, se eles se dispusessem a construir a fábrica. [...] Vargas lhes prometera também um ramal

ferroviário e um mercado garantido (DEAN, 1991, p. 229-230).

O que esse fato revela? pergunta Dean. Revela a intenção de Vargas de “evitar a alternativa de criar uma firma inteiramente nova, que teria hostilizado as empresas existentes” (DEAN, 1991, p. 230). Uma linda história de superação do *espírito do empresário empreendedor* da família Klabin. Para a ciência, uma fatídica história de como esse período foi extremamente concentrador e de como a burguesia se retroalimentava, impedindo a entrada de novos *players*, para usar o jargão mercantil contemporâneo. Alargava-se a produção de novas mercadorias, mas sem alargar a classe, fazendo com que socialmente se concentrasse e, por conseguinte, houvesse um processo generalizado de concentração de capitais e de renda. A construção de barreiras a novos burgueses é um mecanismo institucional e político efetivo para a concentração e centralização de capitais por impedir a divisão do bolo dos lucros e da renda nacional em um momento de aumento da apropriação da renda nacional pelos mais ricos.

Souza (2018) e Picketty (2014) tratam a queda de desigualdade na Europa como algo produzido por um grande choque, inexistindo exemplos históricos de processos políticos lentos e institucionais que teriam rompido com a sina da alta desigualdade. Ao contrário do que se comumente acredita, o Estado de Bem-Estar Social europeu teve uma mãozinha maior da Guerra do que da Razão, pois impactou a renda dos mais ricos de forma abrupta e possibilitou a reconstrução econômica a partir de um nível baixo e menos desigual. No Brasil, a Guerra teve impacto contrário. Foi fator de aumento da concentração de renda dos mais ricos e de aumento da desigualdade econômica. Um dos efeitos da crise foi, com a dificuldade de pagar os credores, ceder à pressão exercida sobre o Brasil para que revisse a sua política cambial e os tratados internacionais com a Alemanha, o terceiro parceiro comercial do Brasil.<sup>59</sup> A partir de 1941, o Brasil aumentou as exportações aos EUA, basicamente materiais de suprimentos considerados estratégicos para a guerra.<sup>60</sup>

59 Para um histórico da relação entre Brasil e Alemanha entre 1870-1945, ver Stefan Rinke (2014).

60 Apesar de se estar abordando os impactos da II Guerra, não se pode deixar de apreender uma dada lógica de superexploração quando da I Guerra Mundial. Warren Dean (1991, p. 114) conclui o seguinte sobre o seu impacto na industrialização brasileira: “(...) a Primeira Guerra Mundial aumentou consideravelmente a procura de artigos manufaturados nacionais mas tornou quase impossível a ampliação da capacidade produtiva para satisfazer a essa procura. As fortunas que se fizeram durante a guerra surgiram de novos

Os EUA consideravam fundamental cortar as exportações de matérias-primas ao Eixo. Para isso, ofereceram o próprio mercado para a exportação das matérias-primas brasileiras e negociaram bases militares concomitante à concessão de financiamento para a modernização das forças armadas brasileiras. O governo brasileiro trocou borracha, em crise no sudeste asiático, por rearmamento das forças armadas. É o início de uma longa relação entre a visão estratégica norte-americana e a visão subestratégica brasileira. A direita brasileira sempre considerou protetiva por ser anticomunista.

Em 1940 foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Os norte-americanos insistiram no rompimento das relações com os países do Eixo, principalmente a Alemanha. Eurico Gaspar Dutra, presidente e ex-ministro da Guerra no Estado Novo, defendia nas rodadas de negociações que o Brasil sofreria impactos significativos em sua balança comercial. Dois anos depois, Brasil e EUA assinaram um acordo em que o primeiro forneceria matéria-prima em troca de rearmamento das forças armadas e da construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Autorizou-se assim a concessão para os EUA utilizarem as bases na costa brasileira, permitindo-lhes desembarcarem com a naturalidade de quem crê fervorosamente na doutrina *América para os americanos*. Ao menos contrapartidas, pois o acordo de 1919 para conceder a Base de Alcântara aos EUA não havia nenhuma.

Essa aproximação permitiu a Vargas uma reforma sobre o trabalho. Em virtude da guerra, Vargas impôs uma legislação de “indústria de guerra”, suspendendo direitos trabalhistas em alguns setores. A introdução da Lei de Mobilização Industrial permitiu o trabalho de mulheres e jovens em jornada noturna, trabalho contínuo aos finais de semana e feriados, proibição de trocar de emprego sem a anuência do patrão, restauração da jornada de 10 horas e abandono por oito faltas punidas com prisão. Essas reformas, usadas sob o pretexto do estado de guerra, engendrou uma superexploração justamente quan-

---

ramos de exportações, da produção durante vinte e quatro horas por dia, ou de fusões e reorganizações. Novas fábricas e novas classes de manufaturas não eram importantes. Poder-se-á até perguntar se a industrialização de São Paulo não se teria processado mais depressa se não tivesse havido guerra”. Por um lado, a guerra impôs a industrialização concentrada, dando-lhe forma e conteúdo, inclusive do rol de manufaturados a serem produzidos. Isso permitiu a sua aceleração e, ao mesmo tempo, uma dada limitação. Por outro lado, a guerra possibilitou que se construísse uma economia de guerra sobre o trabalho, uma economia de “vinte e quatro horas por dia”. E, de fato, impôs uma determinada superexploração sobre o trabalho que resultou na Greve Geral de 1917.

do a guerra também reduziu as importações e criou um ambiente favorável à acumulação sobre o mercado interno e as exportações:

Nesse contexto, é fundamental ressaltar que todo esse esforço de propaganda e apelo políticos, dirigido especialmente aos trabalhadores, era feito *pari passu* à decretação de uma série de leis que, respondendo às pressões dos industriais (em particular dos têxteis), suspendia a vigência de diversos direitos trabalhistas. Em agosto de 1942, por exemplo, o governo decretou a restauração da jornada de dez horas de trabalho, proibindo a utilização do instrumental legal capaz de contestar tal medida, sob o argumento do “estado de guerra”. Em outubro do mesmo ano, outro decreto suspendia o direito de férias em todas as indústrias consideradas essenciais à segurança nacional. Em dezembro, mais um decreto impedia a mobilidade do trabalho nas chamadas “indústrias de guerra”, o que transformava literalmente seus empregados em “desertores” em casos de falta e desistência do emprego (GOMES, 1994, p. 208-209).

Souza (2018) registra que nesse momento, a alíquota de imposto de renda estacionou em 20% no Brasil, ao passo que, nos EUA, disparou para 94%, permitindo concluir que o financiamento da guerra nos EUA passou pela taxaço dos mais ricos, fomentando as bases do Estado de Bem Estar Social. No Brasil, o financiamento se deu pela taxaço dos trabalhadores, sob uma legislação que permitiu uma superexploração sobre o trabalho, consolidando mecanismos estruturais e institucionais de intensificação da exploração e, por conseguinte, do aumento da desigualdade.

Nesse momento de intensa acumulação e exploração, o salário-mínimo sofreu quedas reais. Apenas no fim do Estado Novo, quando frações da burguesia se afastaram de Vargas, houve a proposição de uma aliança efetiva com frações da classe trabalhadora, criando, apenas nesse momento, o trabalhismo, como mostra Angela de Castro Gomes em *A invenção do trabalhismo* (1994). Não que desde 1930 não tivessem sido implantados dispositivos de proteção ao trabalho, como aponta a autora, mas fora a partir do fim de 1942 que houve “um aumento de gastos efetivos, sendo que quase todas as entradas se destinavam à previdência social e a programas de bem-estar conexos” (GOMES, 1994, p. 230). Essa injeção de recursos foi da ordem de 3,2% do orçamento entre 1942 e 1945, o que é muito substanti-

vo. Acrescenta-se o ingresso da CLT, em 1943, com a introdução do imposto sindical, demonstrando que “a partir de 1942-3 (...) o Estado brasileiro se esforçou para implementar um projeto de organização sindical corporativista” (GOMES, 1994, p. 237). Vargas foi empurrado ao trabalhismo “depois de uma desvalorização real de quase 30%” do salário-mínimo “desde sua implantação”, permitindo, “na segunda metade de 1943”, “reajustes reais em mais de 40%, voltando para o (baixo) patamar original” (SOUZA, 2018, p. 298).<sup>61</sup>

A partir de 1945, ocorreu o que Souza chamou de “mininivelamento” no Brasil, longe do percebido nos países centrais, em que “a fração de renda recebida pelo centésimo mais rico nas séries imputadas despencou de 30% para 20%, puxada pela fatia apropriada pelos mais ricos entre os ricos, como o 0,1% no topo da distribuição” (SOUZA, 2018, p. 299). Foram duas décadas de aumento de renda dos trabalhadores e diminuição da fatia apropriada da renda nacional pelos mais ricos.

Dutra procurou aplicar, talvez pela primeira vez, uma política liberal pura, como o mercado de hoje gostaria. Diante da alta inflacionária, Dutra liberou o câmbio concomitante à organização do crédito bancário e à abertura de bens manufaturados. As reservas de ouro, acumuladas no Estado Novo, foram queimadas, vinculadas a um processo desenfreado de importação. A política foi um desastre, na qual a indústria nacional que até então aumentava a passos largos o controle quase absoluto sobre a força de trabalho e a limitação da importação, foi acometida por uma grave crise que obrigou Dutra, em 1947, a retomar o controle cambial.

Aliado ao controle cambial, o governo passou a selecionar os produtos que seriam importados, vedando parte dos bens de consumo, ao passo que artigos de capital constante (circulante), maquinários e equipamentos tiveram a importação flexibilizada. Nesse momento ocorreu um desenvolvimento da industrialização calcado na Lei Antigreve, promulgada em 1946, submetendo as partes à conciliação prévia, inclusive no âmbito da Justiça do Trabalho. Foi quando ocorreu a primeira intervenção explícita norte-americana na economia brasileira por meio da Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Uni-

61 As duas guerras produziram ciclos de grande concentração de capitais fundamentados na superexploração. Mas todo processo político apresenta as suas contradições, antíteses e sínteses. Na Primeira Guerra, resultou na Greve de 1917; na Segunda Guerra, resultou no trabalhismo. Enquanto no primeiro caso se expressou a organização autônoma da classe trabalhadora, no segundo a síntese foi a vinculação das organizações da classe ao Estado.

dos, concluindo que os projetos e políticas econômicas deveriam passar por instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial. O anticomunismo explica o antipatriotismo desde longa data, pois ser anticomunista é ser um patriota que aceita intervenção estrangeira.

Entretanto, o governo Dutra fez algo que acabou reverberando na diminuição da desigualdade. Em meio ao fracasso econômico, o governo aumentou a alíquota de imposto de renda de 25% para 50% em busca de receitas, incidindo progressivamente sobre o milésimo mais rico, como lembra Souza (2018). Alguns anos depois, no auge do trabalhismo, no segundo governo Vargas, entre 1952 e 1954, o salário-mínimo obteve ganhos reais. Inegavelmente, o salário-mínimo e a taxaço dos mais ricos atuaram como mecanismo de distribuição de renda no período dos “anos dourados”.

A disputa nesse momento do nacionalismo se daria pela aceitação dos investimentos externos diretos e o endividamento externo versus a industrialização nacional. A celeuma entre *O Globo*, de Roberto Marinho, e Monteiro Lobato, ambos no campo conservador, representam essa disputa. Em *O Escândalo do Petróleo e Ferro*, Lobato (1959) denuncia como a elite brasileira fez de tudo para destruir algum projeto nacional sobre o petróleo. Em uma passagem desconcertante, no capítulo chamado *O “conto do petróleo”*, Lobato faz chacota daqueles que duvidavam da capacidade de o brasileiro encontrar e extrair petróleo. Um dos alvos de Lobato foi justamente o jornal *O Globo*:

“O Globo”, do Rio, publicou uma reportagem sobre a excursão feita pelos acionistas da Cia. Petróleos do Brasil às margens do Araquá, onde essa empresa está perfurando um poço de petróleo. Ao lado da notícia o vespertino carioca inseriu comentários, recordando a opinião sobre as nossas companhias de petróleo, dada aquela folha pela maior autoridade oficial do Brasil o sr. Euzebio de Oliveira, diretor do Serviço Geológico e Mineralógico Federal. “Conforme frisamos então, diz O Globo, esse técnico não teve dúvidas em classificar as iniciativas desse gênero entre nós como idênticas aos célebres “contos de petróleo” muito comuns na América do Norte, onde se improvisam e se desfazem grandes companhias para devorar não menores capitais de acionistas incautos” (1959, p. 131).

Lobato, após a comprovação que os norte-americanos acabaram encontrando petróleo, contrariando a falácia do “conto do petró-

leo”, finaliza ironizando o jornal: “Graças à esperteza dos ‘contistas’, o ‘otário’ americano, que ‘caiu’ com dinheiro para as perfurações, beneficiou-se com uma soma equivalente a várias vezes a riqueza nacional do Brasil” (1959, p. 132).<sup>62</sup> Em suma, a crença de parte da elite parasitária brasileira de que é possível desenvolver um país promovendo a desnacionalização de sua economia vem de longa data. Essa crença carece de dados históricos, amparo científico e exemplos internacionais. Logicamente que o desenvolvimento da elite parasitária brasileira possui sentido distinto, devendo-se compreendê-la como sinônimo de concentração de renda. Nesse sentido, pode-se vincular de forma subordinada ao capital mundializado desde que se garanta a apropriação sobre a renda nacional. Aliado à fé do livre mercado sem produção interna, há o dogma que desconfia da capacidade do brasileiro, sob o prisma da europeização e da norte-americanização, sendo esse último se referindo ao norte-americano branco, por óbvio, conforme tradição norte-americana inaugurada na ciência política pelos “pais fundadores”, os federalistas e Tocqueville. Ironicamente, essa tradição era seguida por Monteiro Lobato para projeções sobre o povo brasileiro, no caso, um não adepto do livre mercado que enxergava alguma centralidade econômica no Estado.

Na época que se expressava um dos maiores picos de redução da desigualdade social brasileira (SOUZA, 2018), em discurso como paraninfo na sessão de formatura do Liceu Pasteur, em 16 de dezembro de 1954, Júlio de Mesquita Filho dizia aos jovens que era uma “época atormentada”, embora pudessem se orgulhar de pertencerem a uma “grande nação” (s.d., p. 88). É uma época na qual colide com a narrativa de setores ufanistas e hedonistas da imprensa de que apoiaria a ditadura por falta de alternativas. *Apoiaram porque o período antecedente à ditadura foi de mininivelamento, em que a concentração de riqueza e a desigualdade econômica diminuíram a patamares nunca vistos até então*, embora muito abaixo da experiência europeia. Desde então, construíram a oposição que elegeu Jânio Quadros e aplicaram o Golpe de 1964. Como não apoiar o que construíram? A questão é superarmos o discurso comum entre aqueles que aplicaram o golpe de que havia um “perigo comunista”. A oposição de extrema-direita foi construída em virtude do mininivelamento ser algo *conturbado* para a classe dominante e a classe média tradicional.

<sup>62</sup> Há de lembrar a famosa capa do jornal contra o 13º salário, de 26 de abril de 1962, direito conquistado após a Greve Geral de 1962, segundo a qual o salário extra seria “desastroso para o país”, segundo os famigerados “especialistas” de predileção.

A diminuição da concentração e da desigualdade na época não foi estrutural. Como lembra Souza (2018, p. 311), “as políticas e conjunturas que permitiram o recuo da concentração no topo foram, mais uma vez acomodacionistas ou, para retomar à classificação de Medeiros (2014), ‘inclusivas’, e nem de longe explicitamente redistributiva”. Todavia, a diminuição da desigualdade e a incidência de progressividade de tributo no topo da pirâmide levaram frações da burguesia e da classe média tradicional à sectarização política. Daí o anticomunismo da época. As políticas que desenhavam alguma distribuição não foram intencionais e explícitas, mas consequências de uma dada conjuntura e necessidade de fortalecimento do caixa do Estado, sob um pacto social iniciado no trabalhismo. Tais políticas levaram a classe dominante e a classe média tradicional ao enredo oitocentista.

O governo de Juscelino Kubistchek (JK) notabilizou-se pelo desenvolvimentismo, mas também pelo aumento da inflação. Quando assumiu – após a tentativa de golpe da elite paulista – JK fomentou a entrada de capitais estrangeiros e o endividamento externo, autorizados pela Instrução 113 da Sumoc, a qual, na visão de Souza (2018, p. 310-311), “pode ter tido efeitos redistributivos ao prejudicar setores do empresariado nacional”. A política desenvolvimentista trouxe contradições às frações da burguesia nacional que financiaram politicamente a candidatura do corpo estranho chamado Jânio Quadros.

Apoiado por setores conservadores, Jânio impôs uma política externa independente, com a atuação decisiva de Afonso Arinos, para desespero de Júlio de Mesquita Filho. Também retirou, por meio da Instrução 204 da Sumoc, os subsídios cambiais para a importação de alguns produtos, como trigo e combustíveis, além de desvalorizar a moeda. Retomou relações com o FMI depois do rompimento no governo JK por não conseguir empréstimos em virtude de condicionamentos do órgão, como o congelamento salarial. Com o fim dos subsídios, o congelamento salarial combinou-se com o aumento do preço de produtos de primeira ordem; portanto, com a perda generalizada de poder aquisitivo. Esse contexto, de pura ortodoxia dos “pilares da economia liberal”, fez ruir a rede de apoio de Jânio, inclusive o seu braço conservador, a UDN, quando Lacerda, assim como o grupo *O Estado*, acusou Jânio de permitir uma dada infiltração comunista mediante a aplicação de sua política externa.

Após a renúncia de Jânio e das tratativas para impedir a posse de João Goulart, como a exigência da UDN e de Lacerda para renun-

ciar, combinada com a atuação dos ministros militares, que temiam terem trocado um traidor por um trabalhista, a crise foi resolvida pela instituição do parlamentarismo, o qual foi suplantado pelo presidencialismo um ano e meio depois com um plebiscito apoiado pelos sindicatos e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria.

Celso Furtado produziu o Plano Trienal, propondo de forma otimista engendrar um crescimento de 7% ao ano e diminuir a inflação que se encontrava a 78,4% em 1963. O plano era em parte conservador e um paradoxo para a história cepalina de Furtado, pois propunha o controle da inflação por meio do controle do déficit público, o que resultaria em políticas de arrocho para os trabalhadores.

O *Jornal do Brasil*, em edição de 05 de janeiro de 1963, publicou em sua capa a manchete “EUA recebem com restrições o Plano Trienal”, embora o plano reproduzisse parte da ortodoxia que tanto defendiam desde Dutra e fosse afastado do corolário trabalhista. Um recado do que estaria por vir. Na mesma capa, outra manchete reconstituía a totalidade do problema: “Vida cara foi recorde em 1962 na Guanabara”. Na página 03, onde está a reportagem sobre o Plano Trienal, duas reportagens sobre a greve dos trabalhadores da Marinha Mercante, sendo uma com a admissão do ministro da pasta da necessidade de intervenção. Em outra reportagem sobre Celso Furtado, o ministro defendeu a “homens de empresa de São Paulo” que o “Plano Trienal não é estatizante”, devendo receber “auxílio internacional de três bilhões e 500 milhões de dólares para o pagamento dos compromissos imediatos e para a compra de maquinarias”. Furtado advertiu ainda que o país deveria, caso quisesse amortizar suas dívidas externas, “1- não importar mais do que o fixado; 2- reestruturar a dívida externa”; e promover um “3- influxo nacional de financiamento”. A reestruturação da dívida externa, pelo menos, dependeria dos EUA, que havia recebido o plano com “restrições”.

Na prática, o plano propunha congelamento salarial, contenção de gastos públicos e limitação de crédito, princípios da ortodoxia da política econômica liberal. Os EUA inverteram a sentença. Os empréstimos dependiam do Plano, ao passo que, para Celso Furtado o plano dependia dos empréstimos. O plano fracassou. A previsão de inflação para 1964 era de 100%. Após o fracasso do Plano Trienal, Goulart tornou pública as Reformas de Base. Diante do fracasso, premido pela base trabalhista, abriu negociação salarial e consolidou espaço

para as Reformas de Base. Essa foi a crise política que resultou no Golpe de 1964.

Analisando friamente, pode-se deduzir que as Reformas de Base foram o plano B. O plano A foi a ortodoxia, algo semelhante a Vargas, na qual partiu para o trabalhismo quando viu a sua base mais conservadora ruir – isso não significa que Goulart seja mera transposição. Aos olhos da elite anticomunista, assumiu para implantar um golpe comunista. Difícil não correlacionar intencionalidade do FMI e dos credores internacionais com a atuação das instituições brasileiras que fomentavam um golpe civil-militar desse 1962, como o IPES, e o seu resultado político-institucional em 1964. Sintomático o plano A, o pires de Celso Furtado nos EUA e a recusa da Casa Branca quanto aos empréstimos ocorrerem de forma simultânea à ascensão de organizações anticomunistas nacionais atreladas aos interesses do capital internacionalizado e de investidores estrangeiros.

As reformas de base definiam o que era capital nacional. Na definição, o reinvestimento do lucro transformou-se em capital nacional, desagradando os investidores estrangeiros e os nacionais vinculados a algum capital estrangeiro. Com base nessa definição conceitual, as reformas de base foram propostas com destaque à reforma agrária. Goulart objetivava uma reforma constitucional que alterava o artigo 141º da Constituição, que obrigava o pagamento da propriedade desapropriada em dinheiro. Há dois anos, aproximadamente, havia sido aprovado o *Estatuto do Trabalhador Rural*, o qual permitiu a criação de muitos sindicatos rurais antes organizados em ligas camponesas. Já a UDN transformou-se na organização que aglutinava para os conservadores o anticomunismo e o apelo político necessário para impedir a tomada de qualquer medida considerada popular.

Importante frisar que nesse momento havia uma forte limitação da apropriação da renda dos mais ricos, como demonstra Souza (2018). A direita paulista, comandada pelo grupo do *O Estado*, liderou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma passeata ao perfil de Júlio de Mesquita Filho, Fernando Azevedo e Armando de Sales Oliveira. Desta vez, liderada formalmente pelo governador Ademar de Barros, FIESP e o alto escalão da Igreja Católica. O anticomunismo fez com que os empresários e a classe média se encontrassem no que Dreifuss (1981, p. 71) chamou de bloco multinacional e associado, um bloco político em que os interesses multinacionais foram corporificados em uma “intelligentsia empresarial” moralista e anticomunista.

Alguns críticos de Dreifuss consideraram que o apego do autor ao civil na ditadura, oficializada pela intelligentsia civil de (quase) exclusivamente militar, um exagero. Boa parte da intelligentsia civil participou do golpe e ganhou na Ditadura Civil-Militar. Se se levar em consideração as reformas econômicas aplicadas logo em seguida, pode-se constatar que o civil teve um relevante protagonismo, permitindo a Dreifuss que o categorizasse de “a elite orgânica do Estado”. Às vésperas do golpe, a fração do centésimo apropriava-se de 17% a 19% da renda nacional; em 1971, chegou a 26%. Dessa vez, a concentração foi puxada pelo 1% mais rico e não pelo 0,1% e 0,01%, que acompanharam proporcionalmente a concentração. O grosso da concentração no 1% tornou, por óbvio, menos desigual a distribuição entre o centésimo, mas mais desigual entre o todo.

A intervenção da elite orgânica nas políticas públicas foi fundamental, pois todas as reformas que se seguiram incidiram sobre o centésimo mais rico, com isenções e benesses aos rendimentos de capital:

Entre 1964 e meados dos anos 1970, os rendimentos de capital correspondentes à correção monetária, assim como bonificações em dinheiro e dividendos de ações, juros da dívida pública, lucros e de empresas e outros rendimentos ligados ao capital ou à atividade empresarial passaram ser isentos ou (compulsória ou opcionalmente) tributados na fonte como alíquotas menores do que as do IRPF (SOUZA, 2018, p. 313).

A Ditadura Civil-Militar havia imposto as bases para o aumento da concentração de renda e, portanto, da permanência da desigualdade nas políticas e no ordenamento jurídico-político em uma revolução autocrática (FERNANDES, 1974):

Primeiro, continuou a tendência de isentar benefícios sociais. Segundo, a política de estabilização da ditadura aumentou a lista de rendimentos não tributáveis com a criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e da correção monetária. Terceiro, a tentativa dos militares de alavancar os investimentos e um mercado nacional de capitais também redundou em uma redução do escopo ou flexibilização da tributação progressiva. Lucros, dividendos de ações, bonificações em dinheiro, juros de títulos públicos e de cadernetas de poupança

e alguns outros rendimentos tornaram-se, sob certas condições, não tributáveis ou tributáveis exclusivamente na fonte com alíquotas mais baixas do que as do imposto progressivo. Outros ganhos de capital também foram acrescentados aos rendimentos não tributáveis.

Em suma, houve tanta expansão quanto mudança no caráter dos rendimentos não tributáveis na declaração anual, que deixaram de ser sobretudo privilégios corporativos para abarcar benefícios sociais, indenizações e uma série de rendimentos de capital, além das doações, heranças e outras categorias (SOUZA, 2018, p. 194-195).

Desse ordenamento que vem a criação da empresa de fachada para o “cuidado” dos rendimentos da família. As *Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional* foram um tipo de papéis do Tesouro Público criado em 16 de julho de 1964, três meses depois do Golpe. Os papéis ordenavam uma remuneração corrigida pela inflação a quem os comprasse, garantida pelo governo sobre aplicações futuras, uma vez que a alta inflação as corroía. Em outras palavras, um negócio em que o governo garantia a desvinculação da variável inflação que continuava a existir sem pena sobre o pão e o ovo do trabalhador com salário congelado. Não se pode esquecer que a Reforma da Lei Bancária, em 1964-1965, permitiu aos capitais bancários se concentrarem. Exemplo disso é o Itaú, que a partir da nova legislação pôde construir o seu banco de investimento, concentrando-se com a compra de bancos menores, como o Banco Sul-Americano, o Banco Americano, o Banco Aliança, o Banco Português do Brasil e o Banco União Comercial. Tornou-se, em pouquíssimo tempo, em um dos maiores bancos do país.

Normalmente os Atos Adicionais, de maneira especial o AI-5, são estudados sob a perspectiva do conceito da democracia representativa, refletida como imperativo universal de que o Brasil teria se afastado e depois se reaproximado na Constituinte e na Nova República, como se fosse jogo infantil de trilha ao paraíso democrático. Todavia, a repressão e os Atos Adicionais, assim como a Lei n. 4.330, de 1 de junho de 1964, tornaram as greves reivindicatórias impossíveis, conjuntura ideal ao avanço da superexploração do capital sobre o trabalho.

Esse momento deve ser estudado como um dos piores momentos de organização da classe trabalhadora e de aumento da concentração de riqueza, uma vez que o salário ficou congelado diante da introdução de benesses à classe média e à burguesia, das empresas

agrárias às construtoras que seriam dizimadas na Operação Lava-Jato. Pode-se acrescentar o acesso privilegiado ao Sistema Financeiro de Habitação aos mais ricos, assim como ao Banco Nacional de Habitação, criado em 1967, justamente com os recursos do FGTS de todos os trabalhadores, inclusive daqueles que nunca tiveram acesso efetivo ao sistema de habitação. Esse sistema, juntamente com as grandes obras, alicerçaram o nascimento e crescimento das grandes construtoras de engenharia pesada no Brasil. Não obstante, algumas empreiteiras cresceram como instrumentos do embranquecimento e do embelezamento da cidade, quando, por meio do fomento à política e à ideologia da casa própria, sustentadas financeiramente com os fundos do FGTS e os créditos do Banco Nacional de Habitação, foram responsáveis, junto com a mão forte do Estado, pela “desconstrução de mais de 80 favelas, a demolição de cerca de 26.000 moradias e a remoção de mais de 140.000 moradores” somente na cidade do Rio de Janeiro (CAMPOS, 2005, p. 76). Em contrapartida, a favelização da moradia explodiu justamente na Ditadura Civil-Militar, registrando, em espaço de 10 anos, entre 1970 e 1980, aumento de 132% (162 para 377). Disso se segue que o objetivo não foi a reconfiguração da cidade para a construção de espaços urbanizados, mas uma política que obedeceu a lógica da especulação imobiliária em que se induzia e se promovia a ocupação não urbanizada de espaços (territórios)<sup>63</sup> que não eram objetos da especulação imobiliária. Em 1991, quando a transição gradual, lenta e segura se completou, havia 537 favelas, registrando-se uma faceta da crise econômica e do aumento da desigualdade econômica impetrada pela classe dominante por meio da Ditadura Civil-Militar.

Mas nem tudo eram flores. A burguesia, a classe média tradicional e até uma certa elite da classe trabalhadora viviam um impasse com relação às universidades e ao sistema de ensino, quarenta anos depois de suas criações. Desde JK, a industrialização impôs um alargamento indevido de acesso para uma espécie de semiclasse média trabalhadora, o que tornou a reprodução do *status quo* por meio das profissões em um problema de ordem econômica para as famílias tradicionais. Normalmente, esse debate é apresentado unicamente por meio dos conceitos e categorias relativos às ciências da educação, uma vez que os objetos são a Reforma Universitária de 1968 e a Reforma Educacional de 1971. As reformas são apresentadas sob a perspectiva política dos acordos MEC-USAID, mas penso ser oportuno apre-

63 O termo território faz parte do projeto conservador da Guerra contra as Drogas, cuja importância política para os grupos liberais será analisada.

sentá-las sob a perspectiva econômica. São reformas voltadas para a reprodução do *status quo* de grupos de apoio da Ditadura Civil-Militar e da elite intelectual orgânica que se encastelou no Estado.

A desigualdade tornou-se algo de difícil explicação. A receita de bolo de Delfim Neto, que se estruturou muito mais como uma miríade a quem escutava e sonhava enquanto passava fome, não dava mais conta de justificar o aumento da desigualdade, pelo simples fato de nenhuma fatia ir para o prato dos trabalhadores mais pobres – porque nunca foi. Pelo contrário, as pequenas fatias transformavam-se a cada dia em migalhas cada vez menores. A publicação do Censo Demográfico em 1970 demoliu de vez a crença universalizada de Delfim, constatando piora da distribuição de renda em todas as regiões, mormente nas mais industrializadas, e “perdas relativas dos 50% mais pobres ao aumento rápido da fração de renda dos 5% mais ricos” (SOUZA, 2018, p. 111). Esse cenário demonstra o papel que o Golpe Civil-Militar teve para a destruição do ciclo do mininivelamento.

Em 1973, Carlos Geraldo Langoni publicou o livro *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Na obra, é possível verificar a aplicação acrítica da Teoria do Capital Humano, que sinteticamente consiste na ideia de que o desenvolvimento da economia ocorre em virtude do investimento pessoal e/ou estatal em insumos educacionais. Essa ideia, por sua vez, é alicerçada na premissa de que o investimento educacional feito pelo indivíduo é proporcional ao retorno em renda. Langoni utiliza-se, como constata Souza (2018), do U invertido de Kuznets, o qual defendia que, em um processo amplo de desenvolvimento se desencadearia algum aumento de desigualdade seguido por um período de estabilidade que seria suplantado por uma diminuição da desigualdade em função de mudanças estruturais e conjunturais, como as demográficas e as relativas à modernização econômica.

Em outras palavras, o Brasil estaria passando por um período de aumento da desigualdade por motivos naturais ao próprio processo de desenvolvimento. O prefácio de Delfim Neto à obra não deixa de ser um acerto de contas com os críticos, quase todos vindos da academia, lócus que, pelo elitismo do economista, depositava importância. Depois de não negar o aumento da desigualdade, o que não estava na ordem do livro, pelo contrário, Delfim ironicamente naturalizou-a:

Outros mais afoitos e menos equipados chegaram a sugerir a troca de alguns pontos de percentagem na taxa de crescimento por reduções proporcionais nos índices de concentração, um verdadeiro conto do vigário que terminaria por deixar o País dividindo a miséria de maneira mais equitativa (LANGONI, 1978, p. 13).<sup>64</sup>

O objetivo da obra é justificar o aumento da desigualdade como elemento natural do processo de desenvolvimento. A partir dessa premissa, “não há sentido em tomar o aumento da desigualdade como indicador de piora de bem-estar” (sic!) (LANGONI, 1978, p. 14). Ao contrário, “o crescimento acelerado é o instrumento mais poderoso para redistribuir oportunidades”,<sup>65</sup> ou como diz Langoni em economês rudimentar, “existe um conjunto de forças trabalhando no sentido de aumentar o grau de desigualdade numa economia em que o nível de renda per capita é ainda relativamente baixo, mas as taxas de crescimento são extremamente altas” (LANGONI, 1978, p. 15). Delfim, como intelectual orgânico mais destacado da burguesia no Estado, sempre se notabilizou por ir direto ao ponto. O desenvolvimento viria apenas em uma etapa madura do crescimento.

A relação entre concentração de renda e aumento da desigualdade seria atenuada pelo crescimento econômico que, se sustentado por tecnologia, aumentaria a demanda por mão de obra qualificada, compondo-se, no longo prazo, uma relação mais harmoniosa entre força de trabalho e renda; por conseguinte, atuaria para uma redução da desigualdade entre as rendas nacionais. Entretanto, no curto prazo, a desigualdade seria um ônus da disparidade de um crescimento acelerado pelo insumo tecnológico em um país regionalmente desigual e em mutação, com a diminuição da relevância do campo na composição demográfica brasileira.

Portanto, em vez de ser uma oportunidade de redução da desigualdade, a aplicação de qualquer política pública sobre a concen-

64 Prefácio de Delfim Neto. Aqui temos um mito normalmente utilizado para criticar as experiências socialistas ou qualquer projeto redistributivo. Muito utilizado pelos meios de comunicação, cujos donos são bilionários, esse mito defende que qualquer intervenção “acima do razoável” consiste em uma distribuição da pobreza. Mas como a desigualdade e a concentração de riqueza é inercial, resta por óbvio que a não intervenção é o principal agente de distribuição de pobreza e de concentração de riqueza. O mito é estúpido, mas convence os *empreendedores* sem capital que sonham em ser capitalistas. Em momento oportuno, será visto que esse mito é o centro das escolas austríaca e de Chicago e está na base da Teologia da Prosperidade, teologia neopentecostal.

65 Prefácio de Delfim Neto.

tração de riqueza passa a ser vista como um mecanismo impeditivo ao crescimento, embora Delfim, em uma famosa entrevista para a *Revista Veja* há alguns anos, tenha concordado com Marx: não existe produção de riqueza sem trabalho (e política). O aumento da desigualdade torna-se natural a um processo cujos fatores não podem ser controlados. A educação transforma-se em um, senão o único, instrumento de diminuição da desigualdade, sempre em busca de abrandar a disparidade entre formação de mão de obra e crescimento econômico à luz da introdução de insumos tecnológicos. Esse raciocínio somente pode dar certo se for aceito como dogma a premissa de que a desigualdade não passa de um “desajuste” entre força de trabalho e produção. Nesse contexto imaginativo, produzir tecnologia nacional pode ser colocado em dúvida, a depender do estágio formativo da mão de obra:

É possível que os resultados apresentados reflitam a opção tecnológica implícita no nosso processo de industrialização, qual seja o de importar pura e simplesmente tecnologia estrangeira, cuja característica é não apenas a relativa intensidade de capital, mas também a relativa intensidade de mão de obra qualificada. Na medida em que houvesse produção interna de tecnologia, talvez fosse possível conciliar-se o mesmo estágio atual da nossa industrialização com uma composição qualitativa da força de trabalho que exigisse menores acréscimos no ápice da pirâmide educacional. *É bastante complexo saber-se, a priori, se os benefícios sociais dessa alternativa (basicamente, maiores oportunidades de emprego para mão de obra menos qualificada) são superiores aos custos de desenvolvimento ou adaptação da nova tecnologia.* É interessante notar-se que a própria viabilidade da criação de um setor doméstico de produção de pesquisas e tecnologia depende de um estoque mínimo de capital humano com alta qualificação, o que implica em modificação no vértice da pirâmide educacional (LANGONI, 1978, p. 90-grifos meus).

Aqui se tem remasterizada a ladainha da elite brasileira com a introdução de economistas que *estudam* (sic!) educação e que defendem uma “política industrial” com um pé atrás sobre a produção nacional de tecnologia baseada no predomínio de capitais nacionais. O pensamento que suspeita dos capitais nacionais na produção de tecnologia não é novo, bastando lembrar a posição de Roberto Marinho à iniciativa de se ter produção nacional de petróleo. Para essa *teoria*, a

educação se tornaria desde então o fator monocausal do aumento e redução da desigualdade econômica entre as classes. Jamais o contexto político e a política macroeconômica. Jamais o próprio capital. Por óbvio, há apenas o aprofundamento da meritocracia da *Comunhão Paulista* em que as classes não determinariam as classes (sic!).

Langoni conclui que uma reforma agrária seria contraproducente e a reforma fiscal possuiria pequeno impacto para a diminuição da desigualdade, funcionando mais como mecanismo de redução da desigualdade regional. Quanto à política industrial, defende a criação de políticas que estimulem “o desenvolvimento de um setor doméstico de produção de tecnologia” (LANGONI, 1978, p. 234), sem deixar de concluir também que se deve conceder “estímulos fiscais adicionais para que as empresas participem ainda mais intensamente do treinamento de mão de obra”, aumentando “a oferta de educação de responsabilidade do setor público, dando ênfase à educação formal de caráter mais geral” (LANGONI, 1978, p. 231).

As conclusões de Langoni são um misto de fraseologias do senso comum reproduzidas até hoje, típico da Teoria do Capital Humano, com a defesa da meritocracia paulista como *zeitgeist* brasileira em aulas de empreendedorismo. Primeiramente, os dados das séries históricas comprovam o contrário. A maior queda de renda ao longo das décadas ocorreu justamente entre os que possuem ensino superior, longe de significar que o diploma não importe em aumento de renda para o indivíduo em termos absolutos. Importa, mas a proporção é bem menor do que a de 40 anos atrás. Em 2013, o retorno salarial correlacionado à educação para quem possui ensino superior diminuiu 50% comparado com 1976-1977.<sup>66</sup> A diminuição do valor do diploma ocorreu sobretudo com a abertura da economia que precarizou as atividades de gerenciamento e supervisão, e com a expansão das universidades privadas na década de 1990 em diante, especialmente nas gestões de Paulo Renato e Fernando Haddad no MEC. Esses dados revelam uma reorganização do mercado de diplomas. Entretanto, a diminuição da renda das pessoas com ensino superior não significou aproximação entre os extremos da desigualdade, mas apenas um achatamento da pirâmide, explicando o endosso de parte desse segmento social ao conservadorismo, pois responsabiliza justamente aqueles que prometeram oferta de diploma aliada ao aumento de renda concomitantemente à promoção de políticas voltadas à

66 Souza (2018, p. 343)

miserabilidade, as quais provocavam uma aproximação indevida aos olhos de quem se projetava ocupar o topo da pirâmide.

Em segundo lugar, não é possível estabelecer uma relação de causa e efeito entre redução da desigualdade e insumos tecnológicos que promoveriam crescimento. Pelo contrário, o crescimento na Ditadura ocorreu em virtude do controle militar sobre o movimento sindical e o congelamento salarial aplicado pela regra imposta por Delfim Neto de concessão de aumento vinculado à produtividade, artifício sempre subestimado e esquecido pelos liberais da família Frias que chamam esse momento político de “ditabranda”. Ou seja, o crescimento se pautou no aumento da concentração e da desigualdade.

Pedro Malan e John Wells publicaram uma crítica desconcertante em dezembro de 1973. Explicitaram sete pontos irresolúveis da pesquisa de Langoni: a baixa porcentagem de incidência sobre a relação de causa e efeito das variáveis, nos termos do próprio Langoni; a não correspondência com as variáveis idade-sexo-região-setor, uma vez que, ao longo do tempo da pesquisa (1960-1970), essas teriam sido constantes e a desigualdade não; o impacto da diferenciação de renda entre pessoas da mesma escolaridade; as variáveis elencadas terem pouco impacto nas faixas de renda superiores; o largo esquecimento ou ignorância das rendas da propriedade, como o acesso a lucros e rendas oriundas de títulos da dívida pública – esse “erro” faz parte do ideário (neo)liberal, pois é a expressão do negacionismo neoliberal sobre aspectos fundamentais a esse tipo de renda, inclusive para pesquisas e tributação –; a escolha da variável ocupação para analisar a acumulação de capital; e o solapamento de interpretações alternativas, como as que levavam em consideração o impacto das políticas públicas a partir de 1964.<sup>67</sup>

Quanto à Teoria do Capital Humano, os autores apontaram a impossibilidade de aferir a produtividade dos indivíduos da forma estabelecida pela teoria; a correlação equivocada entre renda individual e atributos pessoais, com evidente omissão do “processo social de produção de bens e serviços, a distribuição prévia de ativos reais e financeiros”; e a confusão entre *background* familiar, educação e renda, que poderia ter sido dirimida com o acesso abundante na época da sociologia da educação. Em uma de suas respostas a Langoni, Pedro Malan ofereceu referências bibliográficas de estudiosos norte-americanos críticos a essa relação mecanicista. Definitivamente o trabalho

---

67 Malan e Wells (1973, p. 1119-1120).

de Langoni deveria ser lido nas Faculdades de Educação como exemplo de empobrecimento e solapamento das variáveis educacionais, econômicas, sociológicas e políticas a fim de encaixar uma realidade em modelos ideologizados de *pseudoeconometria* e microeconomia, algo que se tornou comum ao longo da década de 1990 e no século XXI com a ascensão das avaliações externas e das fundações públicas de direito privado de empresários agrupados no movimento político *Todos pela Educação*. Com a econometria na educação, qualquer um pode *(in)compreender* os seus fenômenos.

José Alcides Figueiredo dos Santos (2002), em *Estrutura e Posições de Classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeito na renda*, produziu dados que colidem com o sonho de Delfim e Langoni. O resultado da Ditadura, da redemocratização pela metade e do neoliberalismo, corrente que Langoni comungava placidamente com Paulo Guedes no governo Bolsonaro, expressou-se no aprofundamento da desigualdade em condições sólidas e de difícil modificação por vias institucionais. A democracia representativa deve ser pensada como a institucionalização de uma política econômica que naturaliza a desigualdade, a superexploração e a miséria. O resultado das políticas liberais e neoliberais da Ditadura Civil-Militar, amalgamadas nas políticas da redemocratização, foi o aumento da desigualdade justificada pela retração das ocupações tradicionais das classes médias:

Na literatura nacional já surgem dados e reflexões acerca dos processos de destruição e/ou reorganização dos empregos de classe média. Análise do impacto da reestruturação das empresas no mercado formal de trabalho, no intervalo de 1989 a 1994 em São Paulo, mostra uma retração global de 19,0% das ocupações da classe média. O enxugamento foi mais intenso entre os gerentes (37,0%), chefes e técnicos administrativos (41,0%) e chefes e supervisores de fabricação (40,0%). O emprego de profissionais de nível superior na área técnica também sofre cortes (16,4%). A alta direção das empresas passou por encolhimento significativo, ainda que menor, de 17,0% para os diretores e 22,0% para os assessores. (SANTOS, 2002, p. 122).<sup>68</sup>

68 Esse trabalho seria completado pela Reforma Trabalhista em 2017, intensificando o que já estava dado desde a década de 1980.

A profecia não se realizou. A produção nacional sempre esteve longe de necessitar de mão de obra qualificadíssima, salvo os setores considerados vitais pela Ditadura Civil-Militar, como eletricidade, comunicação, aeroviário, engenharia, petróleo e gás, setores específicos da produção de alimentos etc. Se não todos ligados a grandes empresas estatais, ao menos dependentes de grandes investimentos públicos. Mas até esses setores, muito bem consolidados, foram sendo destruídos com as privatizações. O neoliberalismo da década de 1990 destruiu o que havia de parque tecnológico nacional de alta tecnologia (SACRAMENTO, 2019).

Dois meses depois, Langoni publicou uma crítica da crítica, na qual a divide entre crítica ingênua e crítica radical. Na crítica ingênua rebate as críticas sobre a utilização das variáveis, algumas vezes por meio da naturalização implícita da desigualdade regional e de gênero, outras vezes pela reprodução acrítica da possibilidade de a variável escolar quebrar o *background* familiar, divergindo das pesquisas em sociologia da educação.<sup>69</sup>

A crítica da crítica é desconcertante, porque prontamente ignora a pesquisa baseada na história e nas relações sociais. Esse desconcerto se evidencia quando realiza o que classificou de crítica radical. Para Langoni, o problema é que os autores queriam variáveis como grupos organizados e classes, um acinte a quem enxerga a sociedade como um amontado de indivíduos:

É agora fácil entender o empenho de Mallan e Wells em negar validade a qualquer interpretação que se baseia na teoria econômica. É porque neste caso as forças impessoais de oferta e demanda<sup>70</sup> substituem, segundo suas próprias palavras, "... atividades organizadas politicamente por parte dos grupos e classes interessados no controle ou na

---

69 Diverge, mais do que nunca, das atuais pesquisas estatísticas baseadas em grandes avaliações, como o ENEM. Há dados seguros sobre a relação entre desigualdade e avaliação. Essa relação pode ser vista nos dados do ENEM, avaliação supostamente criada para flexibilizá-la. Levantamento feito em 2019 pelo professor Leonardo Sales (UNB) mostrou que a cada 600 alunos entre os melhores do ENEM, apenas um é pobre, o que resulta em uma probabilidade de 0,16% dos alunos pobres conseguirem ficar entre os melhores no exame nacional. Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/no-enem-1-a-cada-600-alunos-pobres-conseguem-estar-entre-os-melhores/>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

70 O termo "forças impessoais de oferta e demanda" se fundamenta no que há de mais basilar no liberalismo econômico. Em sua época, o principal representante no continente americano era Milton Friedman, que será analisado no capítulo 5.

influência sobre a estrutura da sociedade consubstanciada no aparato institucional do Estado” (LANGONI, 1974, p. 179).

Em outras palavras, Malan e Wells transformaram-se nos comunistas da vez. Lógico que para Pedro Malan a alcunha sofre de ironia histórica, logo ele, o superministro no governo FHC, um dos homens fortes do Plano Real e das privatizações, premiado com a nomeação ao Conselho Administrativo do Unibanco após 2001. O principal debate acadêmico na área da economia na Ditadura foi eivado de anti-comunismo. Dois meses depois, Malan e Wells responderam separadamente, realizando uma espécie de *crítica da crítica crítica*. Os dois se completam: Wells (1974) pacientemente demonstrando a diminuição salarial a partir de 1964 e depositando a desigualdade no controle da Ditadura sobre o trabalho e os sindicatos; Malan (1974) enumerando nove motivos contraditórios, no mínimo, na crítica de Langoni, como a confusão entre *background* familiar e educação.

Mas não se pode deixar de explicitar que uma das críticas de Langoni a Malan e Wells é que ambos não estariam fazendo ciência econômica por estarem utilizando dados da política. Langoni afirmara que teriam rompido com a teoria econômica. Malan, em tom distinto do usado ao longo de sua carreira, quase sempre comedido, expôs que se filiava a teorias econômicas críticas ao capital humano, não podendo fechar a teoria econômica à escola professada por Langoni, pois “Chicago não é o centro do mundo acadêmico, nem a teoria econômica um monolítico bloco de dogmas para aplicação imediata” (MALAN, 1974, p. 3).

Langoni não respondeu a Malan e Wells. Não precisava. A mídia reproduzia a sua visão, como mostra Souza (2018) com uma entrevista-propaganda de Delfim Neto à *Revista Veja* para explicar a desigualdade. E a julgar pelas políticas encampadas, todas baseadas na Teoria do Capital Humano, é provável que o debate acadêmico estivesse longe de se reproduzir em outros espaços, pois a explicação monocausal de Langoni e Delfim Neto estava razoavelmente espraçada no governo e nos aparelhos do Estado, como a mídia. Em 31 de março de 1974, a *Folha de São Paulo* defendia, por meio do editorial *O Modelo Brasileiro*, que o Brasil não era ainda desenvolvido, mas também não era mais uma nação “irremediavelmente subdesenvolvida”; era uma nação “desigualmente desenvolvida e não mais uma nação equilibradamente empobrecida” que conquistou o “desequilíbrio no

crescimento” diante do “equilíbrio do definhamento”, porque “a divisão desigual da riqueza em expansão é bem melhor que a divisão por igual da pobreza crônica”. O editorial defende que antes de 1964 o Brasil procurou consolidar a democracia política antes da democracia econômica, o que teria sido um grande erro.

A democracia econômica consistiria no crescimento econômico com concentração de renda em sua “fase inicial”. Segundo o jornal, somente com o Golpe Civil-Militar de 1964 o Brasil “passou a criar condições para a montagem de uma democracia econômica, pressuposto de uma democracia política”. Para continuar a crescer e poder dividir a riqueza concentrada (sic!), uma vez que “o crescimento econômico acelerado, em sua primeira etapa, corre necessariamente à frente do progresso social e este sempre à frente do desenvolvimento educacional”, o governo deveria “estimular o último elo da corrente, o da escola”.<sup>71</sup> Neste ano, a *Folha* se aproximara de Geisel por meio das críticas positivas a Delfim Neto mediadas pelo liberalismo econômico, um expediente que não saiu de moda. A marca, como se fosse de nascença, é a naturalização da desigualdade. O que não pode é ser igual, em todos os sentidos, da igualdade econômica à igualdade política.

Langoni na prática trabalhou no governo civil-militar e deu a resposta oficial da Ditadura. Foi considerado guru do ministro da economia, Paulo Guedes, no começo do governo Bolsonaro, demonstrando que as políticas econômicas e a visão de mundo que as subsidiam seguem um continuum impressionante entre Ditadura Civil-Militar e Nova República, de Castelo Branco a Bolsonaro.<sup>72</sup>

A USP, por exemplo, sofria do que se convencionou chamar na literatura acadêmica em educação de crise dos excedentes. No começo da universidade, por ainda predominar uma classe média numeri-

71 Disponível em <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=5075&anchor=4346118&origem=busca&originURL=&pd=ad1a8970ec2b65afc32527c89830daba>. Acesso em 19 de novembro de 2021.

72 Langoni morreu de Covid-19 em 13 de junho de 2021, muito em virtude de um governo neoliberal que boicotou a compra de vacinas e as medidas de isolamento e distanciamento social. A CPI da Covid-19 descobriu o boicote do ministro que auxiliou. Segundo Henrique Mandetta, ex-ministro da Saúde, Guedes “não ajudou em nada”, pois “falava que já tinha mandado o dinheiro e que se virem. Vamos tocar a economia”. De acordo com Mandetta, “talvez tenha sido uma das vozes que tenha influenciado o presidente”. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/randolfe-pede-a-convocacao-de-paulo-guedes-a-cpi-da-covid/amp/>. Acesso em 04 de maio de 2021. O ex-secretário executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, que sempre utilizava um broche com uma caveira atravessada por um punhal, especificou em seu depoimento na CPI que a posição contrária à compra da vacina da Pfizer se devia ao Ministério da Economia.

camente incipiente ainda em formação, os cursos tinham uma oferta maior do que a demanda real. Ou seja, sobravam carteiras escolares. Ao longo dos anos, especialmente depois da industrialização em São Paulo e na Grande São Paulo na década de 1950, a sentença se inverteu. A USP, assim como outras instituições, passou a ter dificuldades para suprir a demanda. De 1964 em diante, com a crise e o aumento da desigualdade econômica e social, muitos jovens que reproduziam ainda o *status quo* familiar seguindo os “passos do pai”, continuando algo construído quando da imigração ou da geração seguinte, voltaram-se com mais afinco para a universidade:

A partir de 1964 intensificou-se o processo econômico de concentração de propriedade, capital, renda e mercado, devido à política econômica, adotada a partir daí. Houve, então, grande quantidade de falências de pequenas empresas durante a recessão a partir do primeiro semestre desse ano. Com isso, ficavam mais dificultadas as possibilidades de ascensão da classe média via poupança, investimento e reprodução de capital, através da instalação de pequenas empresas, artesanatos e de exercícios de profissão liberal. Em consequência, a demanda do ensino superior aumentou de modo que o crescimento das matrículas resultou insuficiente diante de uma procura cada vez maior. No período 1964-1968 o número de candidatos às escolas superiores cresceu 120%, taxa superior à elevação do número de vagas que foi de 56% no mesmo período (CUNHA, 1980, p. 238-239).

Como resposta, os excedentes das escolas superiores cresceram 212% entre 1964 e 1968 acompanhados de uma pequena expansão de vagas que não impediu o número de excedentes de 125 mil no vestibular de 1968, criando o espaço suficiente para a “contestação da própria política educacional” (CUNHA, 1980, p. 239). O governo tinha dois problemas: o da contenção orçamentária, que resultava na decisão de, à luz dos preceitos liberais de Delfim, Roberto Campos, Carlos Langoni e cia LTDA, investir em uma área em detrimento de outra na lógica do cobertor curto; e o de criar demanda que não seria absorvida pelo setor privado, não cabendo ao Estado “criar oportunidades ‘artificiais’ de trabalho” que poderiam aumentar, a médio prazo, a pressão sobre o orçamento (CUNHA, 1980, p. 240). Ao mesmo tempo, a classe média pertencia à base social e política da Ditadura Civil-Militar, em que a não correspondência entre expectativa e realidade se tornaria

provavelmente em uma crise. As condições políticas para as reformas educacionais estavam dadas.

A USP já iniciara o processo. Os excedentes batiam mais à porta da USP do que das outras. Em 1966, a USP organizou uma comissão interna que produziu um relatório conhecido como Relatório Ferri, em referência ao presidente da comissão, Mário Guimarães Ferri. Ele se tornou reitor escolhido quando Luiz Antônio da Gama e Silva tornou-se Ministro da Justiça no governo Costa e Silva em 1967. Muitos pontos do relatório foram acolhidos nos documentos do Acordo MEC-USAID, quase todos relativos à economia de recursos. Destacam-se a departamentalização, a concentração em um mesmo departamento de disciplinas de mesmo perfil permitindo um departamento oferecer professores a muitos cursos; matrícula por disciplina; os cursos básicos, uma modulação para diminuir a ociosidade dos cursos menos procurados que em conjunto com a departamentalização e a matrícula por disciplina, otimizavam recursos; a institucionalização da pós-graduação; e a implantação do vestibular.<sup>73</sup>

Esses itens foram absorvidos pela Reforma Universitária de 1968. Ressalta-se a instituição do vestibular cujo objetivo foi o de promover uma seleção promotora da “hierarquia das capacidades”. Um teste, não muito distante do que foi feito pelos escolanovistas que embarcaram no Estado Novo. O vestibular resolve o problema dos excedentes na medida em que transfere a responsabilidade da entrada no ensino superior ao jovem e a sua família, aprofundando o fosso entre os trabalhadores mais pobres e a classe média tradicional e a burguesia, produzido na relação entre desigualdade de capital cultural e capital econômico. Logo em seguida proliferaram as escolas particulares e os cursinhos preparatórios, todos voltados à classe média tradicional. Na prática, controlava-se o excedente pelo não atendimento e pela responsabilização individual sobre a não aprovação, contendo-se a demanda de profissionais que dificilmente as empresas públicas e privadas conseguiriam absorver em um contexto de crise e aumento da desigualdade. Restringia-se as crises econômica e educacional a uma crise de pobres e fracassados, afastando-os da classe média tradicional e de segmentos da elite da classe trabalhadora. Esses segmentos sentiam-se ameaçados com a demanda dos indesejados.

Mas para onde iriam os excedentes? Para o ensino técnico. Em 1971, ocorreu uma reforma nos ensinos de 1º e 2º graus. A reforma in-

---

73 Sacramento (2019, p. 127-128).

roduziu o ensino profissionalizante na grade curricular do ensino de 2º grau; provocou uma desorganização generalizada nos sistemas de ensino, pois grande parte dos municípios não possuía estrutura compatível, aproximadamente como ocorre contemporaneamente com a Reforma do Ensino Médio. Essa desordem foi objeto da Lei nº 7.044, de 1982, mas efetivamente seria resolvida somente com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996.

O fator determinante para a análise é a reestruturação do sistema para o atendimento das demandas políticas da classe média tradicional. Por um lado, a Reforma de 1968 impôs um funil importante para quem reproduz a mobilidade econômica utilizando-se da mobilidade educacional. Por outro lado, o ensino profissionalizante no ensino médio controlaria a demanda sobre uma oferta incipiente, justificando o não investimento em aumento de vagas no ensino superior pela meritocracia piramidal.

As duas reformas não foram reformas educacionais, mas reformas econômicas para uma parcela significativa da base social e política da Ditadura Civil-Militar. Todas as reformas basearam-se na Teoria do Capital Humano, pois inculciam ou tinham como premissa o investimento pessoal e o retorno em renda, sintetizados em uma espécie de meritocracia paulista, a nossa *zeitgeist*. Por isso é mais coerente considerar o estudo de Langoni como um registro do que estava dado, com o objetivo explícito de justificar o aumento da desigualdade pela naturalização das variáveis da concentração e pelo esquecimento de outras tantas. A Teoria do Capital Humano no Brasil nada mais é do que uma justificativa supostamente refinada da “teoria das elites” de Júlio de Mesquita Filho. É um ponto em comum do casamento entre o liberalismo e o conservadorismo brasileiro, entre intelectualidade e interesses econômicos da classe e grupos dominantes, com a apropriação neocolonial da produção acadêmica europeia e norte-americana.

A relação entre até onde os trabalhadores podem chegar e o ensino técnico, e onde trabalhadores não manuais e não trabalhadores (burguesia) não podem chegar, estava dada nas instituições republicanas e no Inquérito de 1926. Os tempos eram outros, e reformular o ensino secundário, pertencente à elite na década de 1920, era uma necessidade. Reorganizar para manter o controle sobre a mobilidade educacional para a classe média tradicional. Diante de mudanças no sistema de ensino superior, o conservadorismo da classe média se

deve, sobretudo, a uma necessidade política de reprodução econômica e simbólica.

As reformas educacionais foram amparadas na matriz explicativa da Ditadura que consistia em reproduzir a desigualdade e alocar a responsabilidade ao indivíduo. A reforma do ensino médio, integrando o ensino profissionalizante com o propedêutico, teve como fundamento a naturalização dos percursos de classe, transformando-os em percursos individuais, sob o discurso da necessidade da formação da mão de obra qualificada para o setor industrial. Segundo o mito, universalizando-se o ensino profissionalizante, a renda dos trabalhadores voltaria a crescer e a desigualdade cairia – qualquer semelhança com a atual Reforma do Ensino Médio não é mera coincidência.

Por outro lado, a reforma do ensino superior procurava manter a universidade como espaço privilegiado de reprodução do *status quo* da classe média tradicional, uma vez que, a Ditadura, as universidades e a principal universidade do país, a USP, se viram em uma crise de demanda e de oferta de vagas. O ensino profissionalizante no ensino médio procurava conter a profissionalização de parcelas da classe trabalhadora no ensino superior, criando a projeção de que os trabalhadores que chegassem ao ensino médio conseguiriam melhores colocações sem alterar o espaço de reprodução da classe média, esteio político do Golpe de 1964 e dos governos militares. A construção institucional da projeção era a barreira que separava as classes.

Tudo o que a Ditadura fez reproduziu anseios e expectativas políticas da burguesia e da classe média tradicional. Antes do golpe, justamente no governo de João Goulart, o Brasil registrou a sua maior taxação de imposto de renda da história, 65% aos mais ricos. A Ditadura recuou para 50% (SOUZA, 2018, p. 192), chegando a 25% entre o seu fim e o pós-Constituinte. Além do já dito sobre as isenções aos capitais entre 1964 e 1970, o Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação, promoveu-se uma concentração bancária acreditando-se que “a escala reduziria os custos operacionais do sistema”, provocando efeito inverso. Ou seja, praticamente todas as políticas na Ditadura contribuíram para o aumento da concentração do centésimo mais rico e da desigualdade econômica. Eis a importância da Ditadura aos irrefutavelmente liberais.

# 3

## A ACOMODAÇÃO DE CLASSES E DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS III: A “FILOSOFIA NEOLIBERAL”

Mesmo o milagre econômico, período de crescimento econômico, não contribuiu para a diminuição da desigualdade. O fácil acesso ao crédito e a internacionalização da economia, com um passivo enorme da renda dos trabalhadores contingenciada pela política ostensiva da Ditadura sobre a força de trabalho e os ganhos, congelados desde 1964, permitiram que o Brasil crescesse com certo controle inflacionário. Entretanto, o crescimento se deu por meio do aumento extraordinário da dívida externa em moeda estrangeira, mais de 2.000% entre 1970 e 1985. Após o choque do petróleo, esse aumento exponencial deixaria o Brasil uma presa fácil para os organismos multilaterais na década de 1990, embora não tenha sido intenção de FHC fugir, como lembrou Carlos Heitor Cony e Angeli em *O presidente que sabia javanês* (2000), um compilado de crônicas que estabelece interessante análise estética, política e histórica da presidência do homem que acreditou falar javanês.

O milagre econômico demoliu o que poderia existir de qualquer explicação baseada em Teoria do Capital Humano ou do U invertido de Kuznets. No fim da década de 1970 e em toda a década de

1980, o bolo cresceu e sobraram os fragmentos das migalhas aos trabalhadores. O choque do petróleo fora a justificativa salvadora da narrativa liberal, assim como a pandemia para alguns abnegados, mesmo com a aplicação de um conjunto de políticas liberais jamais aprovadas e aplicadas no país. O processo de acomodação de classe estava completo, finalizado pela Constituinte que promoveu direitos sem dispor os fundos progressivos de tributação, deixando os ricos em paz com a ausência de legislação sobre a lucros, a herança e a fortuna, bem como a diminuição do imposto de renda de 50% para 25%, o menor patamar desde 1947.

Em outras palavras, a Constituição de 1988 apontava para um Estado de Direitos Sociais, mas aplicava uma rasteira ao não discriminar os fundos e as políticas de redução da desigualdade. Essa contradição espelhava a construção econômica neoliberal entrincheirada no Estado desde longa data, como evidenciou Júlio de Mesquita Filho, dias após o Golpe de 1964, em que defendia um governo que enviasse esforços para a construção de uma sociedade de mercado sem interferência do Estado. A acusação de Malan a Langoni, a de que haveria vida fora de Chicago, também expressava que Chicago já havia tomado parte do Estado.

Não se está a defender que essa contradição construiu as políticas neoliberais na década de 1990, e o neoliberalismo e a mercantilização dos direitos sociais seriam uma fatalidade da realidade, por não existir “recursos” para “tantos direitos”, como argumentam os *representantes do mercado*. Argumenta-se ter sido uma condição para o desmonte da Constituição. Peguemos os casos do imposto de renda e do arranjo orçamentário com os impostos indiretos. O imposto de renda foi instituído em 31 de dezembro de 1922, por meio da Lei n. 4.625, mas a cobrança começou efetivamente em 1924. Porém, foi na Segunda Guerra que ganhou significância sobre o total da tributação:

Como documentou Nóbrega (2014), depois de um começo tímido, o imposto de renda (IRPF + IFRJ) tornou-se fonte importante de financiamento do Estado a partir da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, com a queda do comércio internacional, a receita do imposto sobre importação – até então a principal fonte de arrecadação federal – declinou abruptamente e coube em grande parte ao IRPF e ao IRPJ cobrir essas perdas, algo obtido com melhorias administrativas (SOUZA, 2018, p. 184).

Depois perdeu espaço para o imposto sobre o consumo (IPI) e o imposto sobre a circulação de mercadorias (ICMS), o que mostra que a receita da industrialização brasileira sempre se pautou na tributação regressiva sobre o trabalhador. Ampliações do capital fixo e da industrialização ocorreram mescladas com tributação regressiva sobre o trabalho por meio do consumo. Justamente em virtude de tal construção do sistema tributário, baseada na regressividade, os percentuais de tributação aos mais ricos foram sendo paulatinamente diminuídos, agregando-os à faixa média de renda.<sup>74</sup>

Na Segunda Guerra Mundial, com a diminuição da arrecadação sobre a importação, o imposto de renda assumiu posição relevante do ordenamento jurídico, fiscal e orçamentário do Estado. Justamente no período pré-golpe de 1964, no governo Jango, o imposto de renda assumiu seu maior patamar do século, atingindo em cheio parcelas da classe média tradicional e frações da burguesia que alicerçaram o Golpe Civil-Militar. Justamente ao fim da Ditadura (contando com o governo Sarney), o imposto de renda registrou o menor patamar histórico, protagonizando o Brasil como um dos países com uma das maiores taxas de desigualdade econômica e social entre as classes e faixas de renda do planeta.

A diminuição da desigualdade é diretamente proporcional à diminuição do controle da classe média tradicional e de parte da burguesia sobre os instrumentos das mobilidades econômica, simbólica e educacional. Historicamente essa perda desembocou nas crises do excedente no ensino superior, nas reformas educacionais de 1968 e 1971 e nos golpes de Estado. O Golpe Civil-Militar aumentou a desigualdade, demonstrando que modificações lentas e parciais tendem a se evaporar rapidamente diante das respostas políticas e institucionais dos grupos com o controle sobre os aparelhos do Estado. Em outras palavras, reformas processuais dão tempo e coesão política para a classe dominante aplicar um golpe a fim de revertê-las e aprofundar medidas de concentração de riqueza.

---

74 "O Brasil demorou muito mais do que os Estados Unidos para adotar alíquotas mais progressistas, o que só ocorreu entre 1946 e 1947, quando o percentual máximo foi catapultado de 20% para 50%. Nosso recorde histórico de 65% foi registrado entre 1962 e 1964, antes de a ditadura militar trazê-lo de volta para a casa de 50%. As necessidades fiscais do Estado exigiram novo aumento leve das alíquotas máximas no final dos anos 1970, em que foi prontamente desfeito durante a redemocratização: a influência internacional se fez sentir drasticamente, com a tributação marginal máxima caindo de 60% em 1985 para 25% em 1990" (SOUZA, 2018, p. 193).

Mas foi o ajuste neoliberal sobre o orçamento em meio à Constituição que promoveu o principal paradoxo da Nova República: uma Constituição que acena para a redução da desigualdade e promoção de direitos concomitantemente a reformas fiscalista e monetarista, impedindo a instituição de uma política fiscal de redução da desigualdade. Pelo contrário, fez permanecer o que foi construído na Ditadura Civil-Militar. A Constituição foi feita para não dar certo, e essa foi a aposta da classe dominante a médio prazo.

A década de 1990 aprofundaria o modelo. É falsa a ideia segundo a qual o neoliberalismo inverteu todas as sentenças da Ditadura, tendo como base político-econômica o financiamento estatal e a criação de empresas estatais. Tal compreensão padece de reducionismo gigantesco da realidade. Em muitos aspectos, a década de 1990 aprofundou o que foi construído na Ditadura. Se houve uma ampla flexibilização da tributação de lucros e dividendos na Ditadura, com Fernando Henrique Cardoso foram instituídas a legalização e a extensão da isenção por meio da Lei n. 9.249/1996:

A separação entre rendimentos brutos tributáveis e rendimentos não tributáveis (isentos ou sujeitos à tributação exclusiva na fonte) foi mantida. Ganhos de capital, transferências patrimoniais, correção monetária e determinados benefícios trabalhistas e previdenciários continuaram de fora do rol de rendimentos brutos tributáveis. A grande modificação inicial foi o acréscimo do décimo terceiro salário aos rendimentos tributados exclusivamente na fonte. Desde sua criação em 1962, o décimo terceiro salário fora classificado na cédula C, em conjunto com os demais rendimentos do trabalho assalariado.

A Lei 9.249/1995 isentou lucros e dividendos a partir do ano-base 1996. Até então, lucros e dividendos nunca haviam sido considerados isentos: *grosso modo*, até o ano-base 1974 eles faziam parte dos rendimentos brutos tributáveis na cédula F e, entre 1975 e 1995, os declarantes podiam lançá-los como rendimentos brutos tributáveis ou como tributados exclusivamente na fonte (Nóbrega, 2014, p. 121). Uma das consequências dessa mudança foi o incentivo para que muitos declarantes fossem contratados como empresas, e não como assalariados, para fugir das

alíquotas progressivas do IRPF e diminuir os custos dos encargos trabalhistas (SOUZA, 2018, p. 198).

Essa estrutura fiscal aumentou a fatia dos rendimentos não tributáveis na composição da renda dos mais ricos, aprofundando a desigualdade entre aqueles que não pagam imposto de renda mas pagam impostos sobre o consumo, e aqueles que pagam imposto de renda mas conseguem ter maior controle sobre os custos relativos ao consumo, porque proporcionalmente impactam menos as suas rendas, selecionando o que pode não ser tributado por meio de operações financeiras legais e ilegais.

À parte o pico em 1997 – causado provavelmente pela reação inicial à Lei 9.249/1995 –, um aumento de 10 p.p. ao longo do período, em torno de 30% no fim da década de 1990 para cerca de 40% desde 2010. O crescimento decorreu quase integralmente do maior peso relativo dos rendimentos isentos, já que os tributados exclusivamente na fonte oscilaram sem direção entre 8% e 10% dos rendimentos totais (2018, p. 198).

Como lembra Williamson (2015, p. 25), “a história da desigualdade latino-americana no século XX que é única, não sua história colonial, nem sua experiência republicana inicial, nem sua *Belle Époque*”.<sup>75</sup> Sendo assim, o Brasil deve ser explicado pela história de sua desigualdade e dos seus mecanismos de exploração; pontuar a desigualdade como fruto de um colonialismo superexplorador, de uma República que não se realiza em virtude dos vícios do brasileiro médio e de uma *belle époque* reduzida a um círculo restrito da população (racialização e branquitude) permite a formulação de absurdos idílicos como o conto de uma república ideal baseada na Democracia Racial e no supremacismo paulista. Explicar a desigualdade brasileira ou o seu “atraso” pela colonização ou o seu tipo, pelo suposto caráter dos colonizadores, ou pela característica psíquica apriorística das “raças brasileiras”, além de reproduzir um autorracismo neocolonial, ou um racismo ao outro (o povo) por não se ver parte da composição social brasileira (ascendência europeia), impõe uma antianálise sobre a desigualdade e os padrões liberais-conservadores de manutenção das instituições republicanas brasileiras. A República é fruto da história da

<sup>75</sup> Souza (2018, p. 219). O seu texto, *Latin American inequality: colonial origins, commodity booms or a missed twentieth-century leveling?* traz dados extremamente interessantes sobre fenômenos comuns aos países da América Latina.

luta das classes sociais e da (re)produção da exploração e da desigualdade, sob os marcos da institucionalidade republicana e liberal. Acreditar que uma *belle époque* efervescente seria capaz de dirimir problemas, fundamenta-se na crença de que a *belle époque* foi responsável por processos de desenvolvimento e diminuição da desigualdade no continente europeu, uma vez que o círculo restrito de liberais brasileiros se vê portador do *legado europeu* (supremacismo). Como lembra Piketty (2014, p. 356), quando discorre sobre a relação entre taxa de rendimento de capital e taxa de crescimento após a Revolução Francesa, não chega a surpreender “que a desigualdade da riqueza seja tão grande no século XIX e na Belle Époque na França republicana quanto no Reino Unido monarquista”, pois “a natureza formal do regime tem pouco peso em comparação à relação de desigualdade  $r > g$ ”.<sup>76</sup>

A história da desigualdade brasileira deve ser contada a partir das relações de produção brasileira, da história brasileira e da formação dos mecanismos institucionais de formação e controle do capital sobre o trabalho. Para compreender melhor tal processo, em um país segmentado e detentor de uma das maiores desigualdades sociais e econômicas do planeta, o conceito de renda faz-se importante, pois é o que diferencia segmentos específicos da classe trabalhadora e, muitas vezes, da própria burguesia.

Primeiramente, o Brasil teve uma das maiores taxas de crescimento do PIB do planeta ao longo do século XX. Porém, o crescimento não permitiu uma acomodação mais razoável de renda entre as classes. Isso porque, evidentemente, crescimento pode se dar baseado exclusivamente em superexploração e concentração de renda. Crescimento como mecanismo natural de distribuição é um mito que rivaliza com o terraplanismo. Os ápices da concentração de renda ao longo do século XX acompanharam três momentos históricos marcantes: o Estado Novo, a Ditadura Civil-Militar e o Neoliberalismo gestado na Ditadura Civil-Militar e aflorado na Nova República. Pedro H. G. Ferreira de Souza conceitua os três períodos à luz do conceito de democracia, dando a entender que o período após a Constituinte teria sido uma exceção na qual provaria a dificuldade de implantação de políticas de redução da desigualdade. A dificuldade é evidente e correta, contudo,

<sup>76</sup> R é renda de capital e g é crescimento econômico. A tese de Piketty é que a renda de capital (r) cresceu mais rapidamente do que o crescimento econômico (g) ao longo do século XX. A relação  $r > g$  faz com que a desigualdade sempre aumente, pois significa que há apropriação por frações da classe dominante de uma parte cada vez maior da renda total produzida pela sociedade (trabalho).

a democracia representativa é o meio pelo qual se aplica a superexploração e a desigualdade. Pode ser assim porque a hegemonia é a do neoliberalismo, como comprova o governo Bolsonaro, Guedes, a mídia (e seus proprietários), a burguesia, o Congresso sobre o Teto dos Gastos e as medidas de austeridade em meio à pandemia. Assim como o direcionamento de boa parte dos recursos públicos ao mercado financeiro, como se evidenciou na liberação potencial de R\$ 1,2 trilhão em compulsórios a bancos com o objetivo de “facilitar o crédito” a juros do próprio mercado, e na compra de ativos podres pelo Banco Central.

A democracia representativa não é um polo analítico para o aumento da desigualdade nas ditaduras. Não é possível explicar o aumento da desigualdade nas ditaduras simplesmente porque não houve democracia representativa. Tampouco por meio da Ditadura em si, enquanto conceito, embora a capacidade de intervenção e de influência na formulação das políticas públicas da burguesia e das frações detentoras das maiores fatias da renda nacional tenha aumentado consideravelmente. Tal dado não deve ser desprezado. Mas, para além da repressão em si, as ditaduras foram processos que interromperam outros processos políticos. Mais importante do que analisar as ditaduras em si é compreender o que elas interromperam, o que implantaram e o que aprofundaram, notadamente a Ditadura Civil-Militar de 1964. Da mesma forma, cabe perguntar o que o neoliberalismo pós-Constituinte interrompeu, o que implantou e o que aprofundou.

Segundo Souza (2018, p. 228), na década de 1920, a fração de renda recebida pelo 1% mais rico aumentou de 20% para 30% até o fim do Estado Novo. No pré-golpe de 1964, estava pouco abaixo dos 20%. Na década de 1970, passou dos 25%, e ultrapassou novamente os 30% na década de 1980. O movimento basicamente foi produzido, a bem da verdade, pelos 0,01% e 0,1% que apropriavam na década de 1920, respectivamente, 4% e 10%; no Estado Novo, pularam para 7% e 17%; no pré-golpe de 1964, diminuíram para 3% e 7%; na década de 1970, mantiveram-se relativamente estáveis, pois o ganho nesse período foi do 1%; na década de 1980, chegaram a 8% e 14%, mantendo-se razoavelmente estáveis desde então. Ou seja, houve uma grande concentração entre 1964 e 1990, potencializado por reformas, pela superexploração e pela radicalização de mecanismos de transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos.

A história da desigualdade deve ser contada pela história dos mais ricos, não dos mais pobres. A história da desigualdade é a história

da exploração e da concentração de renda. O pacto social brasileiro se fundamenta na estabilidade da desigualdade, ou seja, na estabilidade da concentração de renda. Entendê-la é a chave para desnudar o liberalismo brasileiro e a sua relação com a gênese meritocrática e a racialização:

O Brasil, de fato, não é um país para principiantes, exibindo uma combinação sui generis de estabilidade e mudança. A estabilidade se revela em um nível de desigualdade elevado ao longo de todo o período, sem nenhuma tendência de longo prazo, seja para o aumento ou para a queda da concentração no topo. A fração recebida pelo centésimo mais rico ficou entre 20% e 25% em 40 dos 69 anos para os quais há dados observados ou imputados (58% dos casos) (SOUZA, 2018, p. 229).

Quando se analisa os dados da tributação, constata-se que o período recente foi um período de incrível estabilidade aos mais ricos, vislumbrando-se uma redução proporcional de renda para os extratos médios, o meio da pirâmide. Segundo Souza (2018, p. 230), “em 2013, o milésimo mais rico da população com 20 anos ou mais – um grupo com pouco menos de 140 mil pessoas – recebeu 10% da renda total; o centésimo mais rico abocanhava quase 23%; e o décimo mais rico teve mais de 51%”.

Esse dado não significa que as políticas compensatórias não influenciaram na composição total de renda da população. Por óbvio que influenciaram, porém não consistiram em um mecanismo de distribuição de renda com o fim de redução da desigualdade, pois não atacaram a exploração e a concentração de renda.<sup>77</sup> E esse dado pos-

---

77 Em 19 de outubro de 2021, os pesquisadores Ricardo Paes de Barros, Samir Cury, Samuel Franco e Laura Muller Machado, do Insper, publicaram a pesquisa *Sobre o declínio no grau de desigualdade ao longo do novo milênio*, disponível em <https://www.insper.edu.br/conhecimento/politicas-publicas/desigualdade-renda-brasil/>. Acesso em 23 de outubro de 2021. Os autores asseveram uma diminuição da desigualdade entre 2002 e 2015, contrariando as pesquisas feitas por *World Wealth and Income Database (WID)*. Ambos utilizam os impostos de renda e os dados sobre rendas nacionais e privadas para analisar a desigualdade, fugindo das limitações do índice Gini. Ambos cruzam com dados estatísticos de institutos nacionais. Porém, diferente do *World Wealth and Income Database* que cruza os dados de renda com a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios), os pesquisadores do Insper utilizaram o POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), que possui um rol maior de perguntas e variáveis. O objetivo era incluir a “renda não monetária” entre os mais pobres, utilizando dados desvinculados diretamente da renda, como doações de cesta básica, educação básica, saúde pública e até extração de lenha. A lógica é que, tendo de graça, sem custos, não se consome a renda. Logo, é renda.

sui uma constância histórica, significando que a atuação e a relação das instituições com a padronização institucional dos mecanismos de distribuição de renda não foram alteradas. Uma coisa é o combate à miserabilidade, outra coisa é o combate à desigualdade, o qual somente pode ser feita por meio do combate à concentração de renda; e coisa completamente diferente é o combate à exploração, como posto pelo campo marxista ou mesmo socialdemocrata operário, este circunscrito à melhoria da rede protetiva do trabalho.

Entre 1920 e 2012, o Brasil obteve crescimento aproximado de 8.400% do PIB, ao passo que a população aumentou apenas 639% (SOUZA, 2018, p. 232). Por mais que o país tenha se urbanizado e industrializado e se transformado em um dos poucos países produtores de tecnologia e maquinário no planeta, o fato é que não é possível colocar a desigualdade na conta da quantidade de pessoas e da famosíssima tese conservadora neomalthusiana e eugenista da “taxa de natalidade dos pobres”, exposta nas descrições sobre o “inferno” por Justo Veríssimo, Caco Antibes e os personagens ocultos de Miguel Fabelabla da classe média.

A industrialização e a urbanização não produziram redução de desigualdade. O mito do crescimento como redutor da desigualdade econômica foi criado na Ditadura Civil-Militar por meio das metáforas patéticas do bolo, de Delfim Neto, e do jardineiro, de Roberto Campos, e foi metamorfoseado a partir da década de 1990 para a comparação com o orçamento doméstico da dona de casa, com vistas à diminuição de investimentos públicos e ao recrudescimento ascético dos controles inflacionário e fiscal. A resultante foi a noção de empregabilidade.

---

Mas a questão é: se não fosse de graça, teriam condições de consumir com a sua renda? Ou melhor: teriam renda para consumir se não fossem oferecidos como políticas universais? E se alguém não doasse cesta básica? *A priori*, salvo engano, se miseráveis receberem doações de cestas básicas, esse dado entrará no cômputo, amenizando a desigualdade. Considero essa metodologia, incluindo dados desvinculados da renda, mas vinculados à sobrevivência imediata, algo absolutamente questionável, no mínimo. Em suma, é uma metodologia neoliberal. Compreender que educação e saúde públicas são motores de desenvolvimento, uma vez que, na prática, são incorporadas na renda na medida em que não se consome a renda com educação e saúde, é um dado político importante, inclusive para mostrar o impacto do Teto dos Gastos na produção da miséria. Porém, em uma sociedade muito desigual, monetariamente faz sentido caso as pessoas possuíssem renda para direcionarem recursos a esses serviços se não fossem oferecidos pelo Estado ou doados. A metodologia não parece ser universal, incluindo os mais ricos que gozam de renda não monetária por meio do capital social, como a utilização de escritórios de advocacia de familiares, algo absolutamente comum entre os mais ricos e a classe média, ou utilização de trabalho análogo à escravidão em serviços domésticos, por exemplo.

Foram justamente nas ditaduras que as principais frações de renda impediram uma diminuição da concentração de renda. Nas ditaduras, ambas apoiadas e financiadas por largas frações da burguesia brasileira e da classe média tradicional, verifica-se de forma mais assertiva a institucionalização de mecanismos e dispositivos que garantiram espaços estratégicos de manutenção do *status quo*. A Constituinte pouco fez para reduzir tais desproporções, pois impôs um conjunto de direitos sem uma tributação que objetivasse compor um fundo público suficiente para a efetivação dos direitos propalados, tornando obscuro qualquer caminho para a redução da desigualdade de renda. Na prática, jogou para os municípios, entes federativos com menos recursos, a execução de boa parte dos direitos sociais. Portanto, a Constituição foi uma moribunda desde o início. Nasceu, mas combalida. Desde então, a desigualdade se consolidou como padrão democrático em que o texto constitucional se mostrou um muro baixo para o neoliberalismo, vencendo-o por meio do *lobby*, das propostas de emendas constitucionais, leis ordinárias, decretos e portarias. Esse é o pacto social da Constituinte: a eterna luta pela efetivação de direitos sem fundo público, capturado pelas políticas neoliberais e pela efetiva capacidade das frações da burguesia e da classe média tradicional de conseguir benesses do mesmo fundo público:

No que se refere à redução da concentração no topo, a Constituição de 1988 mostrou-se bem menos redistributiva do que normalmente alega e, na prática, a democracia instaurou-se mais como uma transição negociada do que como ponto de inflexão. A melhora apenas marginal e o saldo líquido ainda regressivo de muitos dos fluxos monetários entre as famílias e o Estado refletem essa realidade (SOUZA, 2018, p. 234-235).

Sarney não significou apenas a solução negociada do plano político entre as frações das classes sociais, mas também a solução autocrática da matriz econômica que se expressaria politicamente em Collor e Itamar. E como a desigualdade tem forte caráter inercial, basta não fazer nada para a desigualdade dar conta da própria desigualdade e a concentração de riqueza concentrar mais riqueza. Uma vez criada e reproduzida, a desigualdade transforma-se em um ser autotrófico no qual paira sobre os esfomeados. Conservar o caráter inercial é um dos pontos essenciais do liberal-conservadorismo brasileiro que expressa, por intermédio do controle dos arranjos institucionais, determinado

relacionamento padronizado (e institucionalizado) entre as frações da burguesia e da classe média tradicional com o Estado e seus aparelhos.

Souza (2018) trabalha com o que chama de hipótese Jencks-Piketty, segundo a qual somente rupturas exógenas podem atuar contra a desigualdade, porquanto, em condições ordinárias, é difícil que “instituições possam ser gradualmente reformadas de modo que resulte em processos tranquilos e duradouros de redução da concentração do topo”, pois “há sempre brechas e espaços para que grupos prejudicados consigam reverter suas perdas” (SOUZA, 2018, p. 235-236). Uma vez estabelecida a estrutura jurídico-política da desigualdade na Ditadura Civil-Militar, a democracia consegue reproduzi-la nas “brechas e espaços” institucionais, ou seja, por “vias legítimas” (2018, p. 236).

No Brasil, as ditaduras foram reações de ruptura da elite econômica e política a uma dada conjuntura de diminuição de apropriação da renda nacional, não significando que as ditaduras autonomamente fizeram todo o trabalho para a recomposição do padrão histórico da desigualdade, mas, mesmo com o favorecimento de uma dada conjuntura, como a Segunda Guerra no Estado Novo, dificilmente haveria recomposição sem as instituições atuando violentamente. Esse quadro fica mais evidente com o Golpe Civil-Militar de 1964, considerado por Souza (2018, p. 236) “o caso por excelência de reforma institucional que resultou em maior desigualdade”.

Disso se segue que, a partir da década de 1980, a concentração do milésimo mais rico voltou a ser o principal fator do aumento da desigualdade. Mesmo recentemente, sob o prisma dos dados do Gini e da Pnad, a desigualdade recuou timidamente; mas mesmo tais instrumentos, considerados ineficazes para analisar os mais ricos, apontam para um esgotamento a partir da segunda metade dos anos 2000 (SOUZA, 2018, p. 252). Todos os países que reduziram a desigualdade reduziram-na por movimentos abruptos e violentos, como as duas grandes Guerras, registrado até mesmo por Milton Friedman (1985, p. 20) quando constata que a tendência ao “coletivismo foi grandemente acelerada, tanto na Inglaterra como em outros lugares, pelas duas guerras mundiais”. Assim sendo, não há registro ou dado que balize a construção de políticas de redução gradual da desigualdade. Normalmente a burguesia e os grupos pertencentes aos extratos de renda mais ricos conseguem reverter as tendências de redução de desigualdade por meio de políticas concentradoras, como ocorreu no Estado

Novo, na Ditadura Civil-Militar e no bolsonarismo, com explícito endosso às políticas engendradas no governo Temer.

O neoliberalismo contemporâneo consiste na consolidação, mediada pela democracia representativa liberal, das políticas de redução de renda de trabalho com o predomínio das políticas em favor da hegemonia da renda de capital. Analisando-se por si, resta evidente que políticas de combate à miserabilidade consistem em aumento de renda a um segmento do polo trabalho, mas quando comparado com outros extratos de renda, percebe-se que não toca na desigualdade justamente por não se transformar em política que se opõe à concentração de capitais. Além do mais, a miséria é um piso muito baixo para o nível de concentração de renda brasileira e os seus bilionários. Como as políticas são contingenciais e lentas, a sua reversão, ou estagnação à luz da lei inercial da desigualdade, é fácil e rápida, como se mostrou a partir de 2017.

Nessa toada, mitos são consolidados, como o do crescimento. Desde a introdução das políticas neoliberais, o Brasil apresenta média pífia de crescimento do PIB, sem deixar de aumentar a desigualdade nos últimos anos. Esse contexto indica uma regressão da renda dos trabalhadores mais pobres, jogados novamente à miserabilidade estrutural e racializada, tão fundamental aos extratos médios de renda e à classe média tradicional que passam a ter mais acesso a serviços nababescos, como o da empregada doméstica, com menos capital monetário e menor competição na disputa dos capitais social, educacional e simbólico.

De 1926 a 2013 a concentração no topo demonstrou tanta estabilidade com ausência de tendências de mudanças que “não é exagero reafirmar que o quinhão apropriado pelos ricos é o traço marcante da desigualdade brasileira”, na qual “o bolo cresceu, mas não foi dividido” (SOUZA, 2018, p. 275):

Ao que tudo indica, a concentração no topo aumentou bastante no Estado Novo e especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, com grandes ganhos relativos para os mais ricos entre os mais ricos, isto é, 0,01% e 0,1%. Com o fim da ditadura e das condições excepcionais de guerra, a concentração arrefeceu e em 1950 já estava de volta ao patamar de meados dos anos 1930. Depois de alguns anos de estabilidade, a fração dos mais ricos voltou a declinar de forma consistente nos últimos anos dos

interregnos democráticos de 1945-1964, sobretudo na segunda metade da década de 1950, quando atingiu os valores mais baixos da série histórica, em um movimento descendente puxado pelas perdas relativas do 0,01% e 0,1% mais ricos (SOUZA, 2018, p. 275-276).

Enquanto houve a combinação de Guerra com Ditadura no Estado Novo, na Ditadura Civil-Militar o aumento da concentração se deu com a introdução de um aparato normativo que fomentou a renda de lucros e dividendos e congelou os salários dos trabalhadores em nome do combate ao comunismo. Portanto, pode-se afirmar que o anticomunismo na Guerra Fria contribuiu para a construção do aparato normativo que formou os mecanismos de concentração de renda. Assim como no abolicionismo, o anticomunismo na Ditadura Civil-Militar cumpriu a sua função econômica. A década de 1980, a chamada *década perdida*, foi o período em que os mais ricos entre os ricos retomaram a dianteira da concentração. Desde então, nunca mais saíram dessa posição. A posição reassumida antes da redemocratização deu-lhes posição privilegiada para a imposição de interesses por meio de políticas públicas na década de 1990 em diante. O lento, gradual e seguro funcionou.

Pode-se correlacionar ciclos políticos e a capacidade de apropriação da renda nacional pelos mais ricos em que “a desigualdade é produzida e reproduzida por uma série de pequenas e grandes decisões e acordos”, uma vez que “instituições e políticas criam e organizam mercados e geram oportunidades econômicas, moldando a distribuição e os retornos dos ativos desigualmente distribuídos entre a população” (SOUZA, 2018, p. 279). Os movimentos populares impuseram uma Constituição com direitos sem o financiamento, modelo arquitetado arditosamente pela classe dominante. Essa contradição ensejou o principal conflito entre esquerda e direita no Brasil nas décadas seguintes: a esquerda socialdemocrata lutando pela efetivação dos direitos sociais sem a existência de financiamento, e a direita liberal lutando pelo fim ou diminuição dos direitos sociais justamente por não existir financiamento, sob o risco de o financiamento implicar em uma estrutura tributária que a prejudicaria porque colidiria com a financeirização da economia. As condições objetivas para o desmonte da Constituição estavam dadas. A questão a ser disputada estaria, em um primeiro momento, na subjetividade.

A construção da subjetividade se cristalizou primeiramente na candidatura de Collor, abertamente voltada para a diminuição do

Estado e a responsabilização dos servidores públicos. O diagnóstico monocausal da hiperinflação da década de 1980 como resultante do déficit público se tornaria em diagnóstico monocausal perpétuo, sempre em busca da reforma que ainda falta para “atrair os investimentos necessários” e “criar milhões de empregos”. O impeachment de Collor travou momentaneamente o projeto. Itamar daria contornos bem nítidos com o Plano Real, mas Fernando Henrique Cardoso daria a cara e o corpo vinculando-o de vez com as privatizações. Foi na *Reforma do Estado*, dirigida por Bresser Pereira, a cristalização orgânica dessa subjetividade em uma política de governo, transformando-se mais tarde em Política de Estado.

O processo de privatizações, terceirizações, fiscalismo e reorganização estrutural foi um passo importante para a acumulação de capitais, na medida em que desregulamentou as relações entre capitais (maiores e menores) e entre capital e trabalho. Essa acumulação fundamentou-se na financeirização e na superexploração do trabalho. O crescimento do país, comparado com a média histórica do século passado, foi pífio; os aumentos do desemprego e da precarização tornaram-se cientificamente explícitos. A disputa estaria em como explicá-los e justificá-los, a fim de naturalizá-los aos olhos do precarizado e do desempregado.

Constata-se que não houve, como é comum na literatura sobre o assunto no Brasil, propriamente uma traição da socialdemocracia brasileira,<sup>78</sup> muito menos um giro de 180° com a vitória do PT, como apontam fantasmagoricamente os ideólogos do “mercado” desde 2014. Se a inserção do Brasil no mercado mundial e no rentismo se expressou de uma forma específica, no plano teórico-ideológico se manifestou com um refinamento político invejável para outros países que passaram também pelas mesmas reformas. Esse processo foi um pacto de gestão do capital com nuances não estruturais.

Existiu um amplo debate no século XX de diferentes vertentes teóricas sobre o desenvolvimento, as quais, com as suas especificidades, foram e são reproduzidas no Brasil. Entre parte significativa das teorias e conjuntos explicativos existem algumas características fundamentais, tanto de caráter histórico quanto de caráter econômico: 1) historicamente, todas surgiram ou se modificaram sob a égide de uma reorganização produtiva ligada a uma crise cíclica de produção

---

78 Para uma análise dos governos do PSDB e do PT, particularmente sobre as suas continuidades, ver Boito (1996, 2003, 2005) e Paulani (2004).

e a uma crise política generalizada, quando do fim da II Guerra Mundial e da polarização do mundo entre EUA e URSS; 2) surgiram ou se refizeram sob a reconstrução dos países europeus e do Japão, sendo no último que se experimentou de forma mais sistemática os novos processos de trabalho, genericamente chamados de Toyotismo; 3) a queima de capital e trabalho na Guerra, as crises inflacionárias e seus impactos para a classe trabalhadora e para a burguesia obrigaram o Estado a assumir parte considerável da reprodução da força de trabalho; 4) as lutas anticoloniais da África e da Ásia e o estabelecimento de novas relações neocoloniais entre países periféricos e centrais, com a devida inserção de organismos multilaterais nesses processos; 5) variavelmente as novas tecnologias expressam uma tentativa de os complexos industriais-financeiros equilibrarem suas taxas e massas de lucro para utilizarem-nas para a centralização e concentração de capitais em nível mundial cujas relações hierárquicas são estabelecidas por essas empresas de nacionalidade contingencial, uma vez que atuam distintivamente entre os Estados-Nação; 6) e por fim, emergência da capacidade de controlar grande massa de força de trabalho e de conformar taxa de exploração com taxa de lucro – em parte compensadas pelas massas de mais-valia e de lucro –, permitindo aos complexos industriais-financeiros orbitarem conforme a aplicação e a movimentação de capital.

No Brasil há de se destacar as fases do pensamento de Luís Carlos Bresser-Pereira na cristalização de uma subjetividade pró-mercado e anti-Estado, sem desmerecer o papel de outros agentes, como a mídia que teve papel destacado de convencimento na década de 1990.<sup>79</sup> Convém especificar que, pelo menos, houve uma pequena viragem teórica e política do autor a partir da década de 1980 e outra mais recentemente, essa com algumas críticas ao neoliberalismo.

Na década de 1970, um dos objetivos apregoado pelo economista ao Brasil era justamente o aumento da “capacidade de exportar bens manufaturados tecnologicamente sofisticados” e de constituir “trabalho-intensivos em concorrência direta com os países centrais” (PEREIRA, 1972, p. 17). Bresser Pereira compreendia a formação social brasileira capitalista “crescentemente tecnoburocrática ou estatal” (1972, p. 16). Disso se segue que o Brasil necessitava concorrer internacionalmente com o aumento da capacidade de produção de artigos

<sup>79</sup> Essa análise sobre Bresser-Pereira foi feita no capítulo I em Sacramento (2011). A presente análise é uma tentativa de ampliação da análise feita, uma vez que a conjuntura política e as reformas econômicas acabaram por corroborá-la.

manufaturados com alto valor agregado. A necessidade histórico-política era completar a Revolução Industrial brasileira, a qual se realizaria quando da mudança da pauta de exportações:

O teste fundamental da economia brasileira, que, uma vez superada, significará que o Brasil terminou sua Revolução Industrial e alcançou o estágio do desenvolvimento auto-impulsionado, é portanto o da mudança de sua pauta de exportações de forma a transformar os manufaturados em um dos seus principais itens (PEREIRA, 1972, p. 175).

O estágio, por sua vez, somente seria conquistado mediante “uma política comercial agressiva, com a aplicação de todos os princípios mercadológicos modernos e uma interferência direta do Governo no sentido de estimular certas exportações”, incrustando nas políticas industrial e comercial a “necessidade de um aumento decisivo da produtividade industrial e conseqüente baixa de custos” (PEREIRA, 1972, p. 175).

Dessa forma, todos os mecanismos industriais e mercadológicos dos países centrais deveriam ser inseridos nas empresas brasileiras. O aumento da produtividade seria um imperativo, assim como a baixa de custos, portanto, de tecnologia poupadora de capital.<sup>80</sup> Este imperativo é explicado pelo diagnóstico feito pelo autor, segundo o qual um dos principais problemas estava nos limites da política de substituição de importações em função da incapacidade de produção dos produtos importados no Brasil, além de outros motivos que seriam exclusivamente trabalhados na opinião pública quando ministro, como inflação, diminuição dos investimentos e falta de mercado e de competitividade. A partir do famoso trabalho realizado por um conjunto de autores, dentre eles Delfim Neto, Bresser Pereira (1972, p. 59) assim expressou as variáveis, sob a perspectiva monetarista, que explicariam os processos inflacionários explicitados pelos autores – cujas medidas seriam adotadas de forma mais acintosa na década de 1990 em diante:

Declararam os autores nesse livro que “quatro são as variáveis explicativas da inflação brasileira: os déficits do

---

80 Segundo Bresser Pereira (1972, p. 213), o modelo adotado pela Ditadura Civil-Militar foi um modelo de desenvolvimento com marginalização econômica e social, economicamente viável e politicamente discutível, pois é de um país subdesenvolvido, mas industrializado em setores importantes.

setor público e sua forma de financiamento; as pressões de custo derivadas dos reajustamentos salariais; as pressões de custo derivadas das desvalorizações cambiais; e as pressões derivadas do setor privado na economia". Todas essas causas são ao mesmo tempo interdependentes e independentes.

Todas essas variáveis e suas supostas resoluções pela perspectiva monetarista foram adotadas pelo governo do PSDB. O primeiro especificamente é tratado como fator da crise na década de 1980, equivocadamente piorada pela Constituição de 1988 segundo o economista. Registra uma suposta e fantasiosa centralização, devendo ser corrigida pelo ministério que dirigiu:

O retrocesso burocrático ocorrido em 1988 resultou da crença equivocada de que a desconcentração e a flexibilização da administração pública que o Decreto-Lei 200 teria promovido estavam na origem da crise do Estado, quando esta derivava, antes de mais nada, da crise fiscal a que levou a estratégia desenvolvimentista (PEREIRA, 2008, p. 81).<sup>81</sup>

Após o governo Collor, marcado pelo impeachment após escândalos de corrupção e o "raptó" da poupança, assumiu Itamar Franco. Com a introdução do Plano Real, Itamar foi sucedido por Fernando Henrique Cardoso, eleito em meio ao sucesso popular midiático pleiteado por ter sido Ministro da Fazenda de Itamar. O plano, por sua vez, compreendia, para além da esfera meramente monetária, um programa de reformas que procuravam ajustar o Brasil ao novo padrão concorrencial da taxa de lucro monopolista dos grandes complexos industriais-financeiros – as "pressões" de Bresser Pereira e Delfim Neto. Para além do barateamento da força de trabalho e dos elementos de reprodução de capitais, o Estado necessitava de uma nova organização, não mais voltada para a constituição de esferas de produção, uma vez que estariam consolidadas e deveriam ser entregues ao capital privado, abandonando-se a premissa histórica do capital nacional, objeto de grande debate na Constituinte. O Estado e seus aparelhos deveriam desidratar-se, fomentando a expansão de esferas que poderiam tornar-se alvo do capital privado. É o caso da educação, saúde, previdência etc., objetos de políticas públicas em tese universais na

81 Esse percurso analítico joga luz sobre a Reforma Administrativa de Paulo Guedes, Bolsonaro, mercado e meios de comunicação.

Constituição de 1988, transformados taxativamente em objetos de maximização da acumulação do capital.

Não à toa a distinção entre Estado e aparelho do Estado no texto-base sobre as reformas do Estado é a premissa elencada que perpassa todo o documento e as políticas neoliberais até os dias atuais. Assumindo a perspectiva fiscalista e monetarista, segundo a qual a crise é resultado do déficit fiscal do Estado,<sup>82</sup> formado ao longo das décadas em virtude de ter assumido funções produtivas e “desviado” de suas funções “originárias”, Bresser Pereira estabeleceu a distinção entre Estado e aparelho de Estado com o objetivo de evidenciar que as reformas tinham por tarefa o aparelho, e não o Estado. Reforma do aparelho do Estado consistiria em mudanças institucionais entre políticas públicas e o público, cabendo ao mercado a mediação. Não significa uma mudança da ontologia do Estado. Na prática, o Estado não pode ser reformado, porque significaria objetificar os interesses da classe que domina e controla o Estado, como se verifica na reatividade diante de qualquer mudança sobre o judiciário e a repressão estatal. A crise fiscal, ponto desencadeador para a reforma de acordo com o autor, é explicada por meio da superação de uma etapa, a saber, o fim da finalidade do estatismo manifestado de diferentes formas ao redor do planeta, como o Estado de Bem-Estar Social nos países centrais, a política de substituição de importações nos países periféricos e o estatismo nos países socialistas. Tudo seria orientado por uma divisão internacional do capital e do trabalho, o sonho smithiano.

A reforma do aparelho do Estado parte de duas premissas: a crise iniciada na década de 1970 teria sido uma crise de Estado, não de capital, ou em outras palavras, teria sido estruturada pela forma como o Estado dispôs seus aparelhos na reprodução societal; e que haveria uma hierarquia das administrações arroladas ao longo dos séculos, iniciada pela administração pública patrimonialista, passando para uma administração pública burocrática – expressão do Estado moderno – e terminando na administração pública gerencial, supostamente parida

---

82 Logo na primeira frase da introdução, feita por Fernando Henrique Cardoso, o diagnóstico é apresentado: “A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação” (1995, p. 6).

a partir da década de 1950 e hegemônica desde a crise do Estado na década de 1970 nos países centrais (EUA e Inglaterra).<sup>83</sup>

No histórico do documento, abordam-se mecanismos que passaram a existir na Ditadura Civil-Militar que apontam para uma administração pública gerencial, como o marco regulatório estabelecido pelo Decreto n. 200, de 1967, o qual descentralizava o aparelho do Estado mediante a criação de autarquias, empresas de economia mista, fundações etc. Outras propostas foram ventiladas e tentadas, mas para o autor, a Constituição de 1988 consolidou um retrocesso nesta questão, uma vez que garantiu regalias para o servidor público, como a aposentadoria integral e a estabilidade, pontos a serem revertidos pela Reforma do Estado.

O ministro assinalava a necessidade de reativação do ciclo iniciado na Ditadura Civil-Militar. Não obstante, não se pode deixar de se vincular as tarefas das reformas com as necessidades elencadas para o Brasil em meio ao solapamento do modelo de substituição de importações:

Neste sentido, são inadiáveis: (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (1995, p.11).

---

83 Bresser Pereira assume duas esferas: mercado (ou sociedade) e Estado. A crise dos anos 30 teria sido provocada pelo mercado, ao passo que a crise dos anos 80 e 90 teria sido pelo Estado, em virtude de ele abarcar áreas do setor produtivo: “A crise do Estado teve início nos anos 70, mas só nos anos 80 se tornou evidente. Paralelamente ao descontrole fiscal, diversos países passaram a apresentar redução nas taxas de crescimento econômico, aumento do desemprego e elevados índices de inflação. Após várias tentativas de explicação, tornou-se claro, afinal, que a causa da desaceleração econômica nos países desenvolvidos e dos graves desequilíbrios na América Latina e no Leste Europeu era a crise do Estado, que não soubera processar de forma adequada a sobrecarga de demandas a ele dirigidas. A desordem econômica expressava agora a dificuldade do Estado em continuar a administrar as crescentes expectativas em relação à política de bem-estar aplicada com relativo sucesso no pós-guerra” (1995, p.10).

A segunda tarefa em muito se assemelha com a necessidade de alcançar um “estágio do desenvolvimento auto-impulsionado”, com a devida atenção aos manufaturados na pauta de exportação. Contudo, não pode ser confundido com o Estado em si. É uma crença, na qual concorrência seria fator deflagrador da industrialização e da produção de tecnologia, não havendo paralelo no planeta, pois todos os países que conseguiram construir parques tecnológicos pujantes seguiram um receituário simples: protecionismo seletivo, capital nacional, bancos de desenvolvimento, imitação, mercado interno, tecnologia e exportação.

Não há registro de país que assumiu alguma relevância industrial e tenha se desenvolvido com base em uma economia desnacionalizada. A primeira e a terceira tarefa adentram na forma como o Estado incide diretamente na reprodução da força de trabalho, promovendo reformas sobre o trabalho dentro de uma conjuntura de promoção de uma taxa de lucro monopolística e de um orçamento para o sistema da Dívida Pública. A quarta direcionaria o Estado às políticas de focalização, conforme receituário de organismos multilaterais. A quinta aborda a governança e o que Bresser Pereira tanto tratou em suas obras e textos em jornais impressos: o estabelecimento de pactos sociais que convencionam uma governança em que as demandas sociais sejam inseridas nos marcos da institucionalidade gerencial, incidindo “no fortalecimento do poder executivo no interior do Estado” (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2001, p. 19).<sup>84</sup> Logo, infere-se quatro grandes eixos: o capital e sua acumulação, a forma que o Estado se insere na acumulação, a reprodução da força de trabalho e a governança sob um pacto social de reformas “necessárias e estruturais”.

No primeiro eixo, evidencia-se a conceituação friedmaniana segundo a qual tudo que pode gerar lucro deve ser reservado ao capital privado, recorrendo ao velho paradigma liberal do qual o lucro é fomentado pela concorrência e pelo mercado, os quais, por suas ve-

---

84 Um exemplo é a desvinculação constitucional dos investimentos sociais. Esse modelo tem como premissa o fortalecimento de um núcleo do Executivo, o que faz com que possua uma interface ativa com movimentos protofascistas, detentores da mesma premissa. A interface entre neoliberalismo, protofascismo/fascismo e a atual extrema-direita não é mera coincidência, pois os movimentos populares da extrema-direita tratam o fortalecimento do Executivo como uma necessidade histórica. A aplicação das políticas neoliberais depende de um Executivo forte e, se possível, militarizado. Será visto nos três últimos capítulos como há na extrema-direita uma visão de fortalecimento do Estado (militarização) e do indivíduo em oposição aos direitos sociais, inclusive em parte substantiva do neopentecostalismo.

zes, são parâmetros universais da qualidade do produto e do serviço. No segundo, o Estado assume novas funções tanto para a acumulação do capital quanto para a reprodução da força de trabalho. Passa-se a transferir ao capital privado os setores produtivos já construídos que, inicialmente, foram desvantajosos para o capital privado em virtude da alta rotação (tempo de realização do valor da mercadoria). Em relação à reprodução da força de trabalho, possui formas diversas: para o trabalhador, refuncionaliza a escola básica com disposições e práticas do setor produtivo, padronizando o currículo e o tempo de permanência, enquanto continua a investir na formação de parques de produção tecnológica vinculados a universidades para o capital privado mundializado (SACRAMENTO, 2019), pelo menos até 2016. Depois, a burguesia financeira, sobretudo, avançou definitivamente sobre o orçamento, implodindo qualquer pacto social com o trabalho e os direitos sociais (antivalor). Em 2021, algumas universidades e institutos federais não possuíam recursos para reabrir.

Como síntese desse mantra, em 2019 o governo Bolsonaro intencionou entregar as universidades para organizações sociais, com base no que Bresser Pereira chamou de atividades não-exclusivas do Estado, ressuscitado pelo Ministério da Educação por meio do Programa *Future-se*, fadado desde o início a ser ignorado pelas universidades. Essas atividades são aquelas possuídas pelo Estado, mas que poderiam ser empreendidas por setores privados com regulação pública, submetidas aos marcos regulatórios de propriedade que não seria privada nem estatal, mas pública não-estatal. Esse conceito remete ao conteúdo das conceituações de tecnoburocracia e gerencialismo, daquilo que não seria estatal nem privado, competindo ao Estado gerenciar o público não-estatal:

a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos a esse processo de “publicização” (1995, p. 13).

O autor continua com a sua explicação sobre a inadiável publicização:

A reforma do Estado envolve múltiplos aspectos. O ajuste fiscal devolve ao Estado a capacidade de definir e

implementar políticas públicas. Através da liberalização comercial, o Estado abandona a estratégia protecionista da substituição de importações. O programa de privatizações reflete a conscientização da gravidade da crise fiscal e da correlata limitação da capacidade do Estado de promover poupança forçada através das empresas estatais. Através desse programa transfere-se para o setor privado a tarefa da produção que, em princípio, este realiza de forma mais eficiente. Finalmente, através de um programa de publicização, transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle (1995, p.13).

Esse último parágrafo sintetiza a visão do governo FHC. Cria uma polarização entre o Estado produtor, o qual, no organograma bresseriano, é o setor de produção de bens e serviços que deveria ficar a cargo do mercado, e o chamado “Estado necessário”, que deveria ser promotor de políticas públicas mínimas submetidas à lógica do cobertor encurtado pela crise fiscal.<sup>85</sup> Promove a liberalização econômica convertendo a política de substituição de importações em abertura do mercado aos bens manufaturados, compreendendo a mera importação como forte indutor aos industriais brasileiros para alguma adequação competitiva. Convém lembrar que o ex-ministro interpretava essa política tendo chegado ao seu limite no início da década de 1980; agora, entretanto, o mercado brasileiro seria mundializado pela quebra dos instrumentos de protecionismo, ganhando, supostamente, competitividade. A hipotética incapacidade do Estado em promover poupança pelas empresas estatais justificaria a privatização, pois correlaciona suposta ineficiência das empresas estatais com baixo volume de poupança. Por fim, diminuiria o Estado descentralizando-o, alocando parte para o famigerado “setor público não-estatal”.

---

85 São quatro os setores enunciados pelo autor: núcleo estratégico, responsável pelas políticas e planejamento; atividades exclusivas do Estado, como exército, polícias e judiciário, ligadas ao Estado repressor; atividades não-exclusivas do Estado; e produção de bens e serviços para o mercado. O primeiro e o segundo seriam inteiramente estatais, podendo somente algumas atividades-meio serem destinadas ao setor privado; o terceiro seria destinado ao que chamou de propriedade pública não-estatal; e o último inteiramente ao setor privado. A Reforma Administrativa, proposta por Guedes, é um exemplo muito simples e explícito da aplicação dessa teoria. Divide o Estado entre aparelhos e considera um núcleo estratégico que não pode ser alvo de atuação da iniciativa privada, devendo o restante ser alvo de terceirizações, privatizações e formas flexíveis de contratação, todos submetidos a parâmetros de avaliação e gerenciamento da iniciativa privada.

Como consequência de sua argumentação e da massiva propaganda midiática, a administração pública gerencial passou a ser o paradigma da administração estatal, e conceitos próprios do campo administrativo privado foram transpassados para a esfera estatal, como avaliação do desempenho, avaliação de metas e resultados, verticalização descentralizada, autonomia das organizações sociais e reestruturação conforme entendimento da chefia, quase sempre comissionada, o paradoxo silenciado pelos meios de comunicação sobre a Reforma Administrativa de Guedes e Bolsonaro. Como nicho da administração pública restaria o núcleo burocrático que teria direito a “regalias” ou “retrocessos” como a estabilidade. A proposta poderia ser resumida da seguinte forma:

Na dimensão-gestão são três os projetos básicos que permitirão a implantação da administração pública gerencial no serviço público brasileiro. Em um plano horizontal, temos o projeto de Avaliação Estrutural, que examinará de forma global a estrutura do Estado. No nível das atividades exclusivas de Estado, temos, operando de forma vertical, em maior profundidade, o projeto das Agências Autônomas e, no nível dos serviços não-exclusivos, o projeto das Organizações Sociais acompanhado pelo programa de publicação (1995, p. 58).

Convém lembrar que todas essas reformas, inclusive uma reforma da previdência do setor público, obedeciam à risca aos postulados do Consenso de Washington, como equilíbrio fiscal para pagamento de juros das dívidas externa e interna, abertura comercial para o capital mundializado e privatização de empresas e serviços públicos. O arcabouço argumentativo bresseriano estava cristalizado em sua totalidade em uma Emenda Constitucional, que propunha o fim da obrigatoriedade do regime jurídico único (servidores estatutários) e a possibilidade de contratação via CLT; fim da estabilidade do servidor e possibilidade de demissão com indenização em função de falta de desempenho compatível com as metas estabelecidas ou por excesso de quadros; reforma da previdência do setor público; e eliminação da isonomia como direito subjetivo no serviço público, a fim de estabelecer parâmetros para a remuneração por produtividade e desempenho. Concomitante a esse processo, apresentava-se reformas trabalhista, previdenciária e sindical, de acordo com a cartilha neoliberal. Convém lembrar também que, assim como a proposta de redução da maioria

dade penal, proposta logo em seguida ao ECA, a proposta de Bresser Pereira, FHC, mercado e meios de comunicação, fora feita menos de oito anos depois da promulgação da Constituição, em continuidade com o desmonte iniciado por Collor e Itamar. Afinal, como destacou Bresser Pereira, a Constituição fora um retrocesso.

# 4

## A ACOMODAÇÃO DE CLASSES E DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS IV: A PRÁXIS NEOLIBERAL

O governo Bolsonaro, um pacto entre conservadorismo e (neo) liberalismo, aprofundou sobremaneira a financeirização da economia brasileira. Após o impeachment de Dilma Rousseuf,<sup>86</sup> a financeirização e a superexploração aceleraram-se como se estivessem sob influência de um vírus. A primeira medida foi a aprovação de dois projetos sob o governo de Michel Temer e a *gestão* de Eduardo Cunha: a terceirização total e a Reforma Trabalhista.

A Reforma Trabalhista de 2017, a Lei n. 13.467, impôs a flexibilização jurídica das relações de trabalho em favor do capital rentista. A emergência do negociado sobre o legislado foi a perspectiva jurídico-política da lei, em um país em que os trabalhadores estão entre os mais expostos a situações de insalubridade, periculosidade e acidentes de trabalho do planeta. O mercado de força de trabalho, abarrotado de desempregados, desalentados e informais, deixa pouca margem para qualquer negociação, por óbvio.

<sup>86</sup> Uma pequena análise da gestão da socialdemocracia petista será apresentada à frente. Será analisado mais pormenorizadamente a sua relação com a classe trabalhadora e algumas especificidades quando do ciclo de crescimento iniciado no começo do século até 2011.

Dentre os resultados, pode-se destacar a inclusão do Brasil na lista – em julho de 2019 – da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de países suspeitos de violar direitos trabalhistas, ao lado da Líbia, arrasada por uma guerra da OTAN e da França, e Lêmen, destruído por bombardeios sauditas e norte-americanos – porque liberais só fazem aliança com o “mundo livre” e são “exportadores de valores fundamentais aos direitos humanos”. Tornou-se lugar-comum que tais reformas sejam feitas com base em projeções de impacto sobre o emprego, tornando a política trágica, mas também cômica e negacionista. À época, o governo Temer esperava criar, segundo projeções sem qualquer fundamento científico, seis milhões de empregos. A perspectiva era simples: diminuindo-se os custos sobre a força de trabalho, o capital seria direcionado a mais trabalho.

A premissa liberal é um ato de fé. Na relação entre capital e trabalho, o capital jamais pode ser alvo de qualquer intervenção estatal. Se houver alguma intervenção, há de ser sempre no polo trabalho. Diminuindo-se o capital variável, o quantum de capital despendido em força de trabalho, o empresário direcionaria a sobra de capital variável em mais capital variável (sic!). A perspectiva é uma bizarrice científica, experimentada no Chile sob uma ditadura, que acabou gerando uma das maiores desigualdades do planeta e revoltas consecutivas em 2019 e 2020, interrompidas pelo avanço do Covid-19, para o bem de Sebastián Piñera. Ao menos, conquistou-se uma tentativa de Constituinte para tentar enterrar a Constituição (neo)liberal-pinochetista – negada em plebiscito em 2022 –, um pedido de impeachment para Piñera, que foi arrolado no *Pandora Papers*, e a vitória de uma esquerda antipinochetista e economicamente conciliadora.

A questão é bem simples para quem sabe que existe vida fora de Chicago. Para movimentar capital variável (força de trabalho), é preciso ter um dado capital (capital constante em materiais, maquinários e matérias-primas). A força de trabalho não se movimenta sozinha. A produção e a geração de valor ocorrem somente se houver a junção de força de trabalho com meios de produção. Disso se segue que, para criar trabalho, é preciso movimentar capital correspondente àquela força de trabalho. Para que um torneiro novo trabalhe, é preciso comprar um torno; se o torno está ocioso, é preciso ao menos gastar capital em matérias-primas e energia elétrica, com alguma garantia de que haverá realização da mercadoria (consumo). Para movimentar mais mercadorias que seriam produzidas, haveria a necessidade de se ter mais caminhões ou vagões de trem. Se estão ociosos, haveria a

necessidade de se despendere mais capital para, pelo menos, pagar o caminhoneiro ou a empresa ferroviária e os seus custos que até então estavam fora da planilha.

Por um lado, como não há demanda, não há por que contratar mais trabalhadores, pois não há o capital tanto para movimentar a força de trabalho quanto para realizar a mercadoria (consumir). É o que explica em parte a fuga de capitais do Brasil nos anos de 2019 e em 2020, o recorde histórico.<sup>87</sup> Segundo o próprio ideário liberal, qual empresário investiria em um país com maquinários ociosos e desalentados sem capacidade de consumo? Por outro lado, como o investimento em capital fixo está fora de cogitação, a reforma trabalhista induz a substituição de trabalhadores formais por informais, como demonstram todos os dados do IBGE de 2020 e 2021, resultando em investimentos sob uma forma de exploração mais extensiva do que intensiva, com prolongamento da jornada de trabalho. O investimento em maquinário se torna secundário, fortalecendo-se regimes de trabalho que já estavam ou deveriam estar superados, como o corte manual de cana. Afinal, para que comprar colheitadeira de R\$ 2 milhões com um trabalhador registrado com salário de R\$ 3 mil se é possível contratar por tempo determinado e regime intermitente 80 trabalhadores para os três meses de corte por não mais que R\$ 250 mil, com a vantagem de não ter o custo da manutenção e da avaria da máquina? O investimento em maquinário faz sentido se o valor da força de trabalho provocar alguma indução. Se o valor for muito baixo em virtude do trabalho precarizado, tem-se uma forte indução para a regressividade tecnológica e a perda de produtividade. Com a regressividade

87 O investimento externo predominante no Brasil não é criador de empregos, como demonstra Cosenza e Grabois (2021, p.126), que analisaram a relação entre crescimento econômico e emprego entre 2010 e 2018. Os autores concluem que “a crise econômica derrubou o preço dos ativos das empresas brasileiras, que, no período de instabilidade, foram vendidas ao estrangeiro. Entre as empresas vendidas estão a CPFL, Netshoes, Yoki, Ibmecc, FMU, entre outras. Isso aponta para o fato de o capital internacional, em momentos de crise, atuar de acordo com o seu caráter monopolístico: adquire empresas competidoras em seus momentos de fragilidade, seja para as explorar, seja para as liquidar. Portanto, não agrega nenhuma nova capacidade produtiva, e nem corresponde à atividade econômica observada. Por isso, contraria a expectativa que o capital internacional invista em uma economia quando ela vai bem, e se retire quando vai mal”. Basta analisar os investimentos estrangeiros em ensino superior, como o grupo Kroton, controlado por um dos maiores fundos de *private equity* do planeta, a *Advent International*. Não há construção de novas universidades e criação de novos empregos, mas aquisição de faculdades isoladas falidas com reconstrução com salários menores (trabalho intermitente) dos professores e funcionários e expansão do ensino a distância que necessita de muitos menos força de trabalho.

tecnológica, o desemprego grassa no setor industrial. Contabiliza-se nessa planilha o impacto ambiental, como é o caso do corte manual da cana de açúcar com as queimadas. Essa é a relação entre diminuição dos custos sociais para a reprodução dos capitais, incidindo com maior força sobre o capital variável (força de trabalho), a degradação ambiental e o desmonte da legislação ambiental nas frentes agrícolas, como ocorrem na Amazônia Legal e no Pantanal. Bolsonaro e Guedes são a síntese liberal-protofascista das reformas econômicas do capital sobre o trabalho, pois, sem regulação e fiscalização ambiental e trabalhista, as frentes agrícolas avançam com grupos paramilitares.<sup>88</sup>

Os dados da PNAD 2019 foram taxativos sobre a regressividade das políticas de favorecimento ao capital sobre o trabalho. Houve uma leve diminuição do desemprego, mas essa diminuição se deu em função do aumento dos desalentados (aqueles que desistem de procurar trabalho formal) e dos informais. A taxa de desocupação não desceu dos 11% e a de subutilização estacionou acima dos 23%. A população fora da força de trabalho estabilizou-se em 65 milhões de pessoas, assim como os desalentados, com 4,7 milhões. Os trabalhadores por conta própria chegaram a 24,5 milhões de pessoas. Os trabalhadores sem carteira assinada no setor privado contabilizavam 11,8 milhões de pessoas, contra 33 milhões com carteira assinada, totalizando 25% do total. Evidentemente, o crescimento foi baixo, 1,1%. Mesmo assim, algumas manchetes de jornais estamparam a diminuição do desemprego, o que demonstra o quanto os jornais têm acordo com a política econômica produtora de famintos que aceitam qualquer ocupação, um acordo tácito do grande capital com a *uberização* do trabalho e a *camelocização* da vida.

Até fevereiro de 2020 foram criadas 142 mil vagas. Destas, 73,1 mil eram do formato intermitente, correspondendo a 51% dos novos contratos formais. Em 2018, essa relação foi de 9,4% e, em 2019, de 13,3%. As crises econômica e pandêmica foram um fator de consolidação da Reforma Trabalhista, potencializando a desigualdade de renda entre os trabalhadores, sem jornada e salário fixos, e os mais ricos que ficaram mais ricos.<sup>89</sup>

88 Para uma análise do impacto da Reforma Trabalhista ao meio ambiente e à produção agrícola, ver <https://aterraeredonda.com.br/a-reforma-trabalhista-e-o-meio-ambiente/>.

89 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/metade-das-vagas-formais-abertas-em-2020-e-de-trabalho-sem-jornada-e-salario-fixos.shtml>. Acesso em 11 de fevereiro de 2021.

Mesmo com as primeiras evidências, logo em 2018, liberais são como pastores da Teologia da Prosperidade. Se houver o testemunho, há de acontecer. O governo publicou a Medida Provisória n. 881/2019, chamada MP da Liberdade Econômica. A MP propunha a diminuição da burocracia e a facilitação para a abertura de empresas, mas na prática foi uma minirreforma trabalhista, estipulando, por exemplo, a dispensa de ponto para empresas com menos de 20 trabalhadores, artifício mais afeito à onda de precarização e ao aumento da jornada de trabalho. O então Secretário da Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Ubel, prometeu impressionantes 3,7 milhões de empregos. Um *coaching*, vamos ouvi-lo:

É um crescimento muito expressivo. Este ano, poderia dobrar o PIB, se tivesse sido introduzido neste ano. É um impacto muito forte, facilita a abertura e o fechamento de empresas, facilita iniciar atividades em estabelecimentos de baixo risco que não dependem mais de alvará, de licença, isso significa 3 a 6 meses de espera que não vai ter mais.

Segundo o ex-secretário, havia um estudo da Secretaria de Política Econômica, que estimava a geração de empregos e crescimento adicional de impressionantes 7% do Produto Interno Bruto (PIB). Os dados são um paradoxo. Não satisfeitos, publicaram a Medida Provisória n. 905/2019, conhecida como *Carteira Verde e Amarelo*. Essa MP alterava 86 itens da CLT, após a Reforma Trabalhista de 2017; portanto, era uma terceira reforma em dois anos.

A MP valia apenas para jovens entre 18 e 29 anos que recebiam um salário-mínimo e meio em um prazo de dois anos, sendo um forte indutor para substituição de força de trabalho mais velha e com maior valor, pois não havia nada da MP estipulando alguma vedação para tal prática. A folha de pagamento teve uma redução de, em média, 30% em impostos, com a isenção de pagamento ao Sistema S, salário-educação e Previdência Social. O recolhimento de FGTS caiu de 8% para 2%.

O seguro sobre acidentes pessoais pôde ser privado, caindo, caso fosse escolhido, de 30%, como reza(va) a CLT, para 5% em casos de adicional de periculosidade; caiu como uma luva em postos de gasolina, por exemplo. Além disso, a reforma permitiu a diminuição em 50% da taxa atualmente aplicada para o pagamento de dívidas trabalhistas; juntando com a possibilidade de pagamento das custas

judiciais pelo trabalhador instituída pela Reforma Trabalhista, tornava a ação judicial uma possibilidade remota por parte do trabalhador.

A crença é tamanha que nem mesmo a Covid-19 e a necessidade de ajudas e auxílios à atividade econômica fizeram a equipe econômica de Guedes e Bolsonaro mudar de perspectiva. Pautaram, em meio à pandemia, a aprovação da MP, mas, por falta de acordo em virtude da crise institucional que acabou resultando na saída dos então ministros Luiz Henrique Mandetta e Sérgio Moro, o Senado não a votou. Mas ela não chegou a caducar. Sob os pedidos do então presidente do Senado, David Alcolumbre, o presidente revogou a MP no último dia com a promessa de protocolá-la novamente. É o testemunho!

Assim que a crise pandêmica irrompeu no Brasil, o Banco Central colocou à disposição dos bancos privados os depósitos compulsórios, potencialmente algo em torno de R\$ 1,2 trilhão, com amplo predomínio de quatro bancos, Itaú, Bradesco, Santander e Safra, objetivando se precaver a uma crise de liquidez, a despeito de que boa parte da população possuía pretensões mais mezinhas, como comprar comida e pagar o aluguel. Os bancos não suspenderam prestações, empréstimos e financiamentos, contrariando as primeiras falas, como a feita pela Febraban no dia 16 de março de 2020 que propôs a prorrogação por 60 dias dos vencimentos das dívidas das empresas.

Grande parte dos bancos deixou a opção de se fazer um refinanciamento sobre as contas com juros mais altos. O repasse ocorreu sem qualquer contrapartida, como limitação ou diminuição de juros. Segundo reportagem da *Folha de São Paulo*, de 27 de março de 2020,<sup>90</sup> houve aumento de juros em todas as operações, como as de capital de giro, antecipação de recebíveis e empréstimos de longo prazo. Em alguns casos, os juros dobraram ou até triplicaram, segundo a reportagem.

Mas é o testemunho! Se continuar repetindo, há de se ter a graça! E para o liberal-conservadorismo que nega a realidade empírica, a repetição é a filha da verdade. Em 22 de março de 2020, o Ministério da Economia publicou em Diário Oficial a Medida Provisória n. 927. A MP possui o sugestivo nome de “das alternativas trabalhistas para o enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona-

90 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/amp/mercado/2020/03/bancos-elevam-juros-e-restringem-negociacao-com-a-crise-do-virus.shtml>. Acesso em 27 de março de 2020.

vírus (covid-19)". O título é de uma sinceridade ímpar. De fato, a MP procurou criar alternativas trabalhistas em meio a calamidade pública, ou em perspectiva ainda mais honesta, a calamidade pública foi um bom meio para a criação de alternativas trabalhistas.

Mas o que a MP trouxe de alternativa? Muitas. A primeira foi a negociação individual entre "empregador" e "empregado", conforme o artigo 2º:

Durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, o empregado e o empregador poderão celebrar acordo individual escrito, a fim de garantir a permanência do vínculo empregatício, que terá preponderância sobre os demais instrumentos normativos, legais e negociais, respeitados os limites estabelecidos na Constituição.

Durante a calamidade, o capital e o trabalho passaram a poder negociar sem um instrumento institucional e protetivo de negociação do polo trabalho, o sindicato. Esse é um ponto interessante do liberalismo. O sindicato, por ser uma organização coletiva, torna-se *persona non grata* na negociação, ainda que historicamente e politicamente a sua função precípua seja justamente a de negociar institucionalmente para se evitar uma luta aberta. Mas, nesse aspecto, a posição liberal reinante hoje (neoliberal) é a do liberalismo do século XVIII e parte de XIX, a de proibição das atividades sindicais. Como ainda não é possível, torna-se imperativo desmontá-las. A lenda liberal diz que toda e qualquer organização coletiva suprimiria os interesses individuais.<sup>91</sup> Mas é lógico que isso vale apenas para os sindicatos dos trabalhadores; não vale para os sindicatos patronais. Na lei, a decisão da negociação cabe sempre ao empregador, cuja alteração do regime de trabalho fica a seu "critério", uma prerrogativa monocrática e exclusiva, "independentemente da existência de acordos individuais ou coletivos, dispensado o registro prévio da alteração no contrato individual de trabalho" (Artigo 4º).

Esse item, juntamente com o regime de comodato (incisos I e II do artigo 4º), obrigava o trabalhador a se comprometer com a manutenção da máquina, caso trabalhasse em casa com equipamento da empresa, revelando que as "alternativas trabalhistas" nada tinham a ver com a necessidade de isolamento social. Não havia qualquer artigo obrigando o empresário de serviços não essenciais a estabelecer o

91 Essa sentença liberal foi o fundamento da decisão do STF sobre as MPs.

isolamento social. Pelo contrário. Se o regime de comodato não desse certo, ele poderia exigir o retorno ao trabalho presencial. Portanto, a lei não se relaciona com a calamidade pública provocada pela Covid-19. Foi outra reforma trabalhista que, do ponto de vista da relação entre capital e trabalho, assemelha-se muito à Lei de Mobilização Industrial no Estado Novo e as medidas coercitivas na Ditadura Civil-Militar, por justamente ter uma relação unidimensional do capital sobre o trabalho sem intermediação do sindicato, aproveitando-se da conjuntura.

Os termos são muito precisos para dar o monopólio da decisão ao empresário. No artigo 15º, em vez de *fica proibida* a realização de exames médicos ocupacionais, clínicos e complementares, escolheu-se um “fica suspensa a obrigatoriedade”. O texto tornou a medida opcional, “a critério” do empresário. A mesma coisa ocorre no artigo 16º com “treinamentos periódicos e eventuais”. A questão aqui é a contabilidade empresarial e o fortalecimento do polo capital sobre o trabalho, pois é o empresário que decide todos os processos da relação entre capital e trabalho.

Mas, sem dúvida, o dispositivo mais polêmico foi a suspensão do contrato de trabalho sem salário, disposto no artigo 18º. Durante o estado de calamidade, o contrato seria suspenso por até quatro meses para que o trabalhador participasse de curso ou programa de qualificação não presencial. A suspensão não dependia de acordo ou convenção coletiva, devendo ser estabelecida individualmente. Como alguma contrapartida benemérita, o empresário poderia conceder “ajuda compensatória mensal” sem qualquer natureza salarial. Em suma, o salário transformou-se em ato voluntário do empregado. Uma gorjeta.

Houve também uma tentativa de se fazer uma reforma drástica no regime de trabalho dos trabalhadores da saúde. No artigo 26º, impôs-se um aumento da jornada de trabalho, mesmo para aqueles com regime de trabalho de 12 horas. O artigo 28º estabeleceu, durante um prazo de 180 dias, a suspensão dos prazos processuais para apresentação de defesa e recurso em processos administrativos de infrações trabalhistas e notificações de débito de FGTS. E, por fim, o artigo 29º determinou que aqueles contaminados por Covid-19 não seriam classificados como “contaminações ocupacionais”, ou seja, acidente de trabalho, “exceto mediante comprovação do nexo causal”, o que é praticamente impossível de se provar quanto a um vírus, pois exigiria do sujeito excluir todas as variáveis de sua vida. Como a Co-

vid-19 comprovadamente deixa sequelas em uma quantidade significativa de recuperados, os direitos relativos ao adocimento no local de trabalho não estavam garantidos a esses trabalhadores. Uma reforma trabalhista!<sup>92</sup>

No dia seguinte, em virtude das críticas avolumadas contra a MP, Bolsonaro revogou apenas o artigo 18º. Os artigos sobre a negociação individual e o adocimento, por exemplo, continuaram. Mas a fé liberal move montanhas. O governo não desistiu da suspensão dos contratos de trabalho. Em 01 de abril de 2020, dias depois, foi publicada a MP n. 936, que instituiu “o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública”. Assim como a MP anterior, essa aprofundou as alterações trabalhistas promulgadas, complementando-as. A distinção entre aprofundamento e complementação torna-se apenas semântica jurídica.

O Programa criou o *Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda*, que seria pago em duas hipóteses: a) redução da jornada de trabalho e do salário, e; b) suspensão do contrato de trabalho. Dessa forma, o benefício poderia ser concedido se e somente se houvesse perda de direitos trabalhistas no período da calamidade. Não havia qualquer ação para vincular a medida às empresas que, de fato, tinham perdido faturamento e estivessem em dificuldades. Permitiu a inclusão de empresas de serviços essenciais ou de serviços não essenciais que se adaptaram bem ao isolamento, como as de bebidas alcoólicas, supermercados e medicamentos.<sup>93</sup> Portanto, a condição para se ter acesso ao programa e ao benefício era reduzir a jornada e suspender o contrato de trabalho independentemente do tamanho do capital e da forma como se adaptou à pandemia. Não foi um programa de transferência de renda aos trabalhadores ou de ma-

92 No dia 29 de abril de 2020, o STF suspendeu as eficácias do artigo 29º e do artigo 31º. Esse último dispunha sobre a atuação dos auditores fiscais do trabalho, que teriam apenas função orientadora, vedando-se fiscalizações, autuações e multas. O artigo 26º permaneceu inalterado.

93 A *Folha de São Paulo* utilizou a lei para aplicar uma redução de salário de 25% dos trabalhadores, enquanto aumentou os salários e rendimentos dos diretores, algo em torno de R\$ 4,9 milhões para quatro diretores em 2020. Esse caso foi exposto em virtude de uma disputa judicial entre Luiz Frias, atual dono do grupo, e Maria Cristina Frias, afastada pelo irmão da diretoria por dois anos. O fato não foi noticiado pelo jornal, que apoiou em editoriais as MPs e todas as reformas trabalhistas desde 2017. Disponível em <https://www.brasil247.com/midia/maria-cristina-frias-acusa-irmao-e-diretores-da-folha-de-enriquecerem-enquanto-cortam-25-do-salario-dos-jornalistas-na-pandemia>. Acesso em 29 de julho de 2021.

nutrição do emprego, mas de socorro aos empresários por meio da transferência de renda do trabalho e do fundo público ao capital privado, enquanto o governo apostava no boicote ao isolamento social. O programa transformou-se em um instrumento de concentração de capital e de renda.

O valor foi calculado com base no valor mensal do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito. Se houvesse redução da jornada e do salário, a base de cálculo seria o percentual da redução: se fosse a suspensão temporária, seria de 100% para empresas com faturamento anual menor do que R\$ 4,8 milhões e 70% para empresas com faturamento anual maior. Para essas grandes empresas, havia o “direito fiscal e contábil” – termo em ascensão no ideário liberal – de conceder 30% do salário, caso suspendesse os contratos. Assim sendo, as grandes empresas passaram a ter um alívio de 70% sobre os custos da força de trabalho, enquanto o trabalhador ganhou uma redução salarial, notadamente àqueles que recebiam acima de R\$ 2.000,00. O artigo 18º revogado por Bolsonaro retornou com força total por meio de um programa de transferência de renda do trabalho e do fundo público para os capitais privados.

A MP foi alvo de questionamento no STF. O ministro Ricardo Lewandowski decidiu em liminar que o acordo individual deveria passar pelo sindicato, o qual poderia alterá-lo. O governo recorreu e, com grande celeridade, o presidente da corte à época, Dias Toffoli, pautou em menos de uma semana o julgamento. No dia 17 de abril, a MP foi julgada. Sete ministros votaram favoravelmente ao governo, o ministro relator defendeu o seu voto e mais dois ministros votaram pela inconstitucionalidade da MP, alegando que a figura jurídica “acordo individual” não existe na Constituição Federal e na CLT, nas quais estão previstas somente a “negociação coletiva”.<sup>94</sup> O argumento de Luiz Fux, defendendo a legalidade da MP, sob o prisma das normas jurídicas, surpreendeu, embora a sua trajetória de votos não permitisse qual-

---

94 O juiz e jurista Jorge Luiz Souto Maior, no artigo *O STF em matéria trabalhista e o curioso caso de Benjamin Button*, expõe o consenso dos atuais integrantes sobre a reforma trabalhista anterior à Reforma Trabalhista, analisando a tramitação de casos da Justiça do Trabalho na corte. O diálogo entre Roberto Barroso e Marco Aurélio, em sessão de 14 de agosto de 2016, é espantoso. Nesta sessão, Luís Roberto Barroso disse a Marco Aurélio que “toda tendência do Direito do Trabalho contemporâneo é no sentido da flexibilização das relações e da coletivização das discussões”. Marco Aurélio concordou: “Fato. Mais dia menos dia nós vamos ter que partir para essa reforma”. Disponível em <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-stf-com-em-materia-trabalhista-e-o-curioso-caso-de-benjamin-button>. Acesso em 16/04/2020.

quer surpresa. Segundo o ministro, “o sindicato não pode fazer nada, absolutamente nada que supere a vontade das partes”. Para que sindicato diante dos valores e vontades individuais?<sup>95</sup> O que é a sociedade se não uma junção de indivíduos? Em fevereiro de 2021, a OIT, depois de ter incluído em 2019 o Brasil na lista de países suspeitos de violar direitos trabalhistas, cobrou explicações ao governo federal sobre as Medidas Provisórias n. 927/2020 e n. 936/2020, pois violavam convenções internacionais.

Mas a realidade se impõe sobre os desejos e a hipocrisia. Em 24 de abril, sete dias após o julgamento, uma reportagem da *Folha de São Paulo* estampou o título *Acordo individual entre empresa e empregado vira uma imposição coletiva de redução de salário*.<sup>96</sup> Assinada por Fernanda Brigatti, a reportagem arrola casos e mais casos de decisão unilateral das empresas, por meio de “mera comunicação”. Um advogado entrevistado, Otávio Pinto Silva, resume como ninguém o pilar do “acordo”: “ele afirma que, na prática, o que a MP cria é um contrato de adesão: ou o trabalhador aceita ou não continua”. Segundo o Ministério da Economia, anunciado nos meios de comunicação, até o dia 12 de maio de 2020, eram 7.206.915 *acordos*, correspondendo a 20,7% dos trabalhadores com carteira assinada. Desse total, 54,9% tiveram seus contratos suspensos, 42,8% seus salários e jornadas de trabalho reduzidos e 2,3% seus contratos mudados para trabalho intermitente. Esse número não aumentou muito até o fim do ano, chegando a aproximadamente 10 milhões de trabalhadores. Isso porque, mesmo com o discurso negacionista de que a pandemia e a gravidade inexistiam, a recusa de prorrogação do auxílio-emergencial por parte de Guedes, que diminuiu o valor do auxílio e a quantidade de beneficiados em 2021, a normalização e naturalização da Covid-19 e o retorno de praticamente todas as atividades econômicas, o governo prorrogou os efeitos da MP até dezembro de 2020 por iniciativa própria e os aplicou em 2021 por meio da MP n. 1.045, de 27 de abril, que acabou se transformando em uma ampla Reforma Trabalhista três meses depois na Câmara dos Deputados, com o bônus de ter aprovado metade do

95 O juiz reproduziu uma noção da sociabilidade liberal explicitada nas MPs. Contudo, a sociabilidade liberal vive com os seus percalços. O ministro é um árduo defensor das reivindicações dos magistrados, conhecido e reconhecido por ser um porta-voz da categoria e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), decidindo muitas vezes sob procuração informal da associação sobre algumas benesses, como o pagamento de auxílio-moradia aos juízes.

96 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/acordo-individual-entre-empresa-e-empregado-vira-imposicao-coletiva-de-reducao-de-salario.shtml>. Acesso em 24 de abril de 2020.

salário-*mínimo* no lugar do salário-*mínimo*, redução nos depósitos do FGTS e fim da contribuição obrigatória das empresas ao INSS.

Mas era preciso fomentar a figura benemerita do bom empresário, aquele que alocaria o valor da redução dos custos da força de trabalho da Reforma Trabalhista de 2017 e criaria 6 milhões de empregos, pois é naturalmente desapegado ao lucro fácil. O artigo 9º instituiu uma “ajuda compensatória mensal”. O bom empresário poderia dar uma ajuda de custo de qualquer valor, uma vez que não havia fixação de percentual. Essa “ajuda” era de natureza indenizatória, não integrando a base de cálculo da contribuição previdenciária e dos tributos que deveriam ser pagos pelo empresário sobre a folha de pagamento, assim como a base de cálculo do valor devido ao FGTS. De quebra, poderia “ser excluída” – pois é sempre importante acreditar que o bom empresário a incluirá – sobre o imposto de renda e da CSLL da pessoa jurídica.

As Medidas Provisórias não têm qualquer relação com o estado de calamidade. São tão-somente duas reformas trabalhistas concatenadas com a Reforma Trabalhista de 2017, a MP da Liberdade Econômica e a Carteira Verde-Amarelo, que se transformaram em uma nova proposta de Reforma Trabalhista ampla e profunda em 2021.

Quando da publicação das Medidas Provisórias no dia 07 de abril de 2020, alguns dias depois já havia sido publicado um estudo elaborado pelo *Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia*<sup>97</sup> da Unicamp sobre o impacto fiscal do programa, de apenas 0,3% do PIB ao mês, necessitando-se de apenas mais 0,2% do PIB ao mês para a manutenção dos salários. A título de comparação, a ajuda anunciada aos bancos correspondeu a 16,7% do PIB, 55 vezes mais. A perda de massa salarial foi e sempre será um impeditivo para qualquer retomada de crescimento. O aviso já existia, mas a questão era *repackuar* o pacto social da Constituinte em favor da aplicação de medidas de concentração de capitais e de renda sobre o trabalho. Em outras palavras, a repactuação burguesa consiste em implodir o pacto social da Nova República. Daí a relevância do bolsonarismo como meio efetivo de promoção das reformas do capital sobre o trabalho, porque é institucionalmente violento.

A *Folha de São Paulo*, mais uma vez em editorial, no dia 24 de agosto de 2021, fez críticas a Bolsonaro, quando ele encaminhava ma-

97 Impactos da MP 936/2020 no rendimento dos trabalhadores e na massa salarial. Welle et al. (2020).

nifestação golpista para o 07 de setembro com policiais militares. Segundo Luiz Frias, o cenário era de caos, solapando a sua “credibilidade” e fazendo com que “promessas de privatização e reformas” ficassem “pelo caminho”, embora a “área econômica” preservasse “o que resta de racionalidade na administração”. Nunca houve, efetivamente, uma oposição ao profascismo e ao fascismo por parte da burguesia e de segmentos que se posicionaram contrários a algumas práticas de Bolsonaro. Pelo contrário, o bolsonarismo foi um meio efetivo e competente de aplicação de reformas até onde foi possível – e entregou o que nenhum presidente conseguiu entregar.<sup>98</sup> Em outro editorial, de 23 de agosto de 2021, Luiz Frias enalteceria a aprovação na Câmara dos Deputados da MP n. 1.045/2021 com a seguinte alegação: “Esta Folha tem defendido modificações na legislação trabalhista que favoreçam a geração de empregos formais. Está fartamente demonstrado que a CLT, no afã de regular em detalhe excessivo as relações entre empregadores e funcionários, acaba por dificultar os contratos com carteira assinada”<sup>99</sup> Onde está provado é um mistério. Na Reforma Trabalhista de 2017, Henrique Meirelles afirmou que ela produziria 6 milhões de empregos novos. Na MP da Liberdade Econômica, Paulo Ubel, então Secretário da Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, prometia 3,7 milhões de empregos e crescimento de 7% do PIB. Na MP Verde e Amarela, quando em vigor, Carlos Sampaio, do PSDB, prometia em sessão da Câmara dos Deputados “milhões de empregos”, mas criou apenas 0,25% dos empregos formais, segundo reportagem da própria Folha, assinada por Thiago Rezende, em 19 de junho de 2020.<sup>100</sup> A MPs n. 927/2020 e n. 936/2020 conteriam o desemprego com carteira assinada, mas ele bateu os 14,7 milhões de desempregados até agosto de 2021. Quando a MP n. 1.045/2021 foi rejeitada no Senado, Arthur Lira, fiador de Bolsonaro na Câmara dos Deputados, criticou os senadores afirmando que privaram “três mi-

98 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/08/o-fracasso-bolsonaro.shtml>. Acesso em 25 de agosto de 2021.

99 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/08/avanco-trabalhista.shtml>. Acesso em 23 de agosto de 2021. Não foi a primeira vez que a *Folha de São Paulo* se utilizou do título *Avanço Trabalhista*. Em 28 de abril de 2017, Frias alegava que “uma nova regulação, além de estimular o emprego formal, deve dar conta da realidade atual do mercado de trabalho, que demanda maior liberdade de contratação”. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/04/1879326-avanco-trabalhista.shtml>. Acesso em 23 de agosto de 2021.

100 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/carteira-verde-e-amarela-respondeu-por-apenas-025-dos-empregos-formais.shtml>. Acesso em 19 de junho de 2020.

lhões de jovens que poderiam estar tendo acesso ao emprego”.<sup>101</sup> A Reforma Trabalhista foi aprovada em 2017 e teve três anos para criar algum emprego, caso ainda prospere algum argumento que relaciona o altíssimo desemprego com a pandemia. O ano terminou com 13 milhões de desempregados. Já 2018 terminou com 12,2 milhões de desempregados. Os dados de 2019 do IBGE registravam aumento do desemprego com a maior taxa média desde 2012: impressionantes 13,4 milhões de desempregados, dado já próximo dos 14,7 milhões de desempregados de 2021.

Mas o testemunho é intenso porque é metafísico, no sentido pejorativo. Em 12 de novembro de 2021, Luiz Frias publicou novo editorial sobre o tema,<sup>102</sup> criticando a decisão do STF de proibir o custeio judicial da parte perdedora (os trabalhadores). A lógica é simples. Se os trabalhadores desempregados custearem os processos, sabotando a gratuidade, os processos diminuiriam. De forma simples e crua, a ideia é limitar a quem não tem dinheiro e não se colocaria em risco de custear um processo quando pensa em como comer e pagar as contas. Contudo, o editorial assume o fracasso dos dados sobre geração de empregos, mas diz que “não se pode, entretanto, tomar tais números como prova de ineficácia da reforma – ainda que previsões otimistas da época não tenham se confirmado”, pois “a situação econômica do país era precária antes da mudança e assim permaneceu depois, com o agravante do impacto da pandemia”. Ora, se a reforma trabalhista foi criada para fomentar a economia, como defendiam, como culpar a economia pela reforma trabalhista não ter fomentado a economia? O conflito de termos pouca importa aos liberais do mercado.

O testemunho de fé havia feito algum estrago. Em meio à pandemia, a Emenda Constitucional n. 95, o Teto dos Gastos, não foi revogada. Pelo contrário, ante a ameaça de quebra da regra, a mídia comandada por bilionários do mercado financeiro passou a defendê-la ardorosamente. O Conselho Nacional de Saúde (CNS) estimou que, em 20 anos, algo em torno de R\$ 400 bilhões seriam retirados dos cofres públicos. A pandemia impôs uma contradição da política neoliberal a qual foi desvendada didaticamente por uma nota do CNS, que apontava perdas de R\$ 22,48 bilhões entre 2018 e 2020 em virtude da Emenda Constitucional n. 95 (PEC do Teto dos Gastos):

101 Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/802441-lira-lamenta-decisao-unilateral-do-senado-de-rejeitar-mp-trabalhista/>. Acesso em 02 de setembro de 2021.

102 Disponível em [https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/11/trabalho-reformado\\_shtml](https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/11/trabalho-reformado_shtml). Acesso em 13 de novembro de 2021.

É preciso lembrar que, na última quarta (11/03), o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, reivindicou ao parlamento a necessidade da liberação de R\$ 5 bilhões do Legislativo para o SUS. Se as reformas desastrosas dos últimos anos – apontadas inúmeras vezes pelo CNS como desfinanciamento gravíssimo da Saúde pública – não tivessem sido aprovadas, não haveria agora a necessidade de demandarmos dinheiro. A auto proibição orçamentária que foi criada em 2016 é um suicídio econômico, político e social.<sup>103</sup>

O discurso que justificou a PEC em 2016 era a de que sem ela não haveria crescimento econômico, “pois os investidores não investiriam no Brasil” (sic!). Um testemunho liberal-religioso, segundo o qual sem investimentos públicos e sem Estado, os capitais privados darão conta de tudo... mas não de todos.

A Emenda Constitucional n. 95 impôs, por meio do artigo 107º do ato das disposições constitucionais transitórias, um limite para a despesa primária a todos os poderes a cada ano de exercício por 20 anos, estabelecido pelo exercício do ano anterior mais o Índice de Preços ao Consumidor Aplicado (IPCA). Dessa forma, os “gastos obrigatórios”, o vilão do orçamento direcionado à dívida pública, não deviam levar em consideração aspectos demográficos e demandas sociais reais. É uma equação simples independente da realidade. A única forma de aumentar os investimentos em uma área seria retirar de outra área.

Newton Sergio Vairão Junior e Francisco José dos Santos Alves (2017) fizeram uma estimativa sobre o orçamento, caso a Emenda Constitucional estivesse em funcionamento entre 2010 e 2015. Primeiro concluíram que, mesmo sem a emenda, parte significativa das pastas teria diminuição frente ao IPCA, e apenas um grupo teria tido aumento. Segundo, caso fosse aplicada, a emenda teria retirado recursos de todas as pastas, um total de aproximadamente R\$ 266 bilhões, inviabilizando até mesmo que uma pasta conseguisse mais recursos de outra pasta. Caso fosse possível, a pasta que *roubasse* recursos apenas diminuiria o seu prejuízo e aumentaria o da pasta roubada. Mas nada que o avanço da tecnoburocracia neoliberal não justifique, eventualmente regurgitada pela mídia:

103 Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1064-nota-publica-cns-revogacao-imediata-da-emenda-que-retirou-verba-do-sus-prejudicando-enfrentamento-ao-coronavirus>. Acesso em 02 de abril de 2020.

O novo regime fiscal suspende, por consequência, o projeto constituinte de 1988, e retira dos próximos governantes a autonomia sobre o orçamento, salvo se houver, no futuro, em uma nova gestão, outra proposta de emenda constitucional em sentido contrário. Retira também do cidadão brasileiro o direito de escolher, a cada eleição, o programa de governo traduzido no orçamento e, com isso, decidir pelas políticas públicas prioritárias para o desenvolvimento econômico (MARIANO, 2017, p. 261).

Como já estabelecido, as políticas neoliberais somente podem ser implementadas em um contexto de violência. A violência não consiste apenas na violência física, mas também na retirada de qualquer espaço de debate público. O liberalismo e o neoliberalismo são antipúblico e antipovo, não somente porque é privatizante no sentido mercantil, mas porque é privatizante no sentido da sociabilidade e das relações sociais. Nesse aspecto, conselhos e o voto tornam-se problemas a serem contornados. Uma das formas é a destruição desses espaços, como feito por Bolsonaro em 2019 quando findou da noite para o dia centenas de conselhos com o Decreto n. 9.759, com aplausos de parte significativa dos meios de comunicação.<sup>104</sup>

Cynara Monteiro Mariano (2017, p. 263) registrou, com base nos estudos do *Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)* e em projeções de dados produzidos entre 2002 e 2015, perdas significativas com a aplicação da Emenda Constitucional, caso estivesse sendo aplicada. Na educação, a redução teria sido de 47%, estimada em R\$ 673,6 bilhões, e na saúde de 27%, algo em torno de R\$ 295,9 bilhões.

---

104 Com a composição reformulada por esse Decreto, formada basicamente de secretários estaduais e pelo ministério, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) aprovou, em 28 de setembro de 2020, a retirada de restrição à atividade econômica em manguezais e restingas, assim como o fim da obrigatoriedade de avaliação de impacto ambiental para projetos de irrigação. A primeira questão foi alvo de disputa judicial ao longo do ano de 2020. A segunda passou ileso de polêmicas e questionamentos, pois expressava mais diretamente os interesses do agronegócio vinculado à soja e ao gado. Paradoxalmente, essa decisão foi inserida politicamente na celeuma das queimadas da Amazônia e no Pantanal, em que “investidores estrangeiros” estariam pressionando o governo, arrolada pela mídia como exemplo do autoritarismo do então Ministro de Meio Ambiente Ricardo Salles. Mas os barateamentos dos custos sobre a irrigação, dos custos sociais de reprodução de capitais no campo e de aspectos da expansão da produção extensiva, como as queimadas, passaram ilesos pela mídia e críticos do ministro. A reformulação do Conselho em Decreto, que retirou a participação da sociedade civil e deu ampla maioria ao governo, aplaudido pela mídia como uma *despetização*, também. Somente em 18 de dezembro de 2021, a ministra Rosa Weber suspendeu os efeitos do Decreto relativos ao CONAMA.

O orçamento está preso à lógica do superávit primário em que os investimentos sociais devem ser diminuídos ao longo do tempo para destinar mais recursos públicos ao pagamento de juros e amortização da dívida pública. Uma estrutura indicando que os investimentos sociais poderiam se sobrepor à lógica da dívida pública capturada pelo rentismo promove uma precificação do perigo do calote. É aí que entram as agências de risco que analisam basicamente a capacidade de um país “honrar” com as dívidas em detrimento dos investimentos sociais.

O que são as agências de risco? As agências quantificam quantas pessoas podem morrer sem investimentos? Quantas crianças podem se tornar analfabetas? Quantas pessoas podem contrair doenças por falta de saneamento básico? Quantos povos e pessoas podem ficar geograficamente isoladas em um país continental por falta de transporte público? Enfim, quantificam a morte, a miséria, a desigualdade e a exploração? As agências de risco não quantificam, mas precificam, como costumam dizer. A precificação da morte se torna negativa apenas quando há risco de convulsão social, desde que na equação se conclua que a resposta da repressão estatal não dará conta; se der, a precificação volta a ser positiva.

A Covid-19 criou uma janela de oportunidade para o neoliberalismo. Quanto maior a violência e a suspensão de direitos, maiores são as possibilidades e chances de as políticas neoliberais serem implementadas mais próximas de seu tipo ideal: a desregulamentação total da relação entre capital e trabalho. Pinochet é o seu tipo ideal, reconhecidamente apoiado e financiado pela Ditadura Civil-Militar brasileira e abertamente defendido por Guedes.<sup>105</sup> Toda ditadura tem por objetivo institucionalizar um dado padrão normativo que propicie uma abertura política de acordo com os interesses da classe dominante e dos grupos que compuseram o consórcio. A abertura se torna possível se as “instituições continuarem funcionando”, como se costumou bradar quando do Golpe de 2016. No Chile, a abertura se deu com a institucionalização de uma desigualdade colossal e de um regime que se mostrou mortífero aos idosos.

105 Tal relação pode ser vista em reportagem de Jamil Chade publicada no uol no dia 08 de fevereiro de 2021, denominada *Brasil bancou Pinochet com dinheiro, comida, armas e diplomatas*. A reportagem é baseada no lançamento da obra *O Brasil contra a Democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul*, de Roberto Simon. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/02/07/brasil-bancou-pinochet-com-armas-e-diplomatas-amp.htm>. Acesso em 07 de abril de 2021.

A pandemia foi o instrumento pelo qual os banqueiros, rentistas e grandes investidores e empresários implementaram políticas mais regressivas sobre o trabalho. A pressa e a urgência fizeram avolumar as medidas provisórias e as emendas constitucionais sem rito institucional. O socorro aos bancos e às reformas trabalhistas, por exemplo, foram complementadas com a autorização ao Banco Central para comprar ações no mercado secundário. Sobre isso é importante que registremos os detalhes.

Rodrigo Maia, ex-presidente da Câmara dos Deputados, inclusive quando da aprovação da Emenda Constitucional n. 95, e representante do mercado financeiro, propôs uma Emenda Constitucional justificando que a PEC, chamada por ele de “PEC do Orçamento de Guerra”, daria mais celeridade e segurança às ações do governo para o combate à pandemia, sem quebrar o Teto de Gastos. O argumento não faz sentido jurídico, porque a Constituição possuía tal previsão em casos de decretação de calamidade. Essa questão chegou a virar uma celeuma envolvendo Gilmar Mendes, ministro do STF, e o próprio Rodrigo Maia, que inicialmente lembraram ao ministro Paulo Guedes não haver necessidade de se aprovar uma PEC, como queria o ministro, para fazer os pagamentos emergenciais a desempregados e autônomos. Surpreendentemente, o então presidente da Câmara dos Deputados, mesmo após defender que não havia necessidade de nova legislação, resolveu dias depois acelerar a “PEC do Orçamento da Guerra” para dar *segurança* ao ministro.<sup>106</sup>

O que fez Rodrigo Maia mudar de posição? Nada, pois a PEC nada tem a ver com a necessidade de conceder segurança jurídica ao ministro. O próprio Guedes condicionava o auxílio, já aprovado pelo Congresso, com a aprovação da PEC, como uma espécie de chantagem. A proposta versa sobre três itens: a instituição de um orçamento próprio para o combate à pandemia, a criação de um comitê de crise e a possibilidade de o Banco Central comprar carteiras de grupos de investimentos e bancos no mercado secundário. São aspectos que nada tem a ver com segurança jurídica, mas com normas vinculadas à proteção do Teto dos Gastos e ao aprofundamento da acumulação rentista.

---

106 Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/business/maia-se-guedes-estiver-certo-sobre-pec-do-orcamento-de-guerra-governo-mentiu/>. Acesso em 31 de março de 2020.

A instituição de um orçamento próprio se evidencia nos artigos 3º e 4º, quando afirma que o governo adotará medidas emergenciais “com o propósito exclusivo” para o combate à pandemia. O artigo 3º, a bem da verdade, aprofunda o orçamento paralelo quando estipula aos congressistas o poder de aprovar medidas emergenciais ao combate, “desde que não impliquem despesa permanente”. Os termos podem até parecer razoáveis, mas não são, se o objetivo fosse o combate às iniquidades provocadas pela propagação do vírus.

Os termos criaram dois ordenamentos orçamentários concomitantes e conflitantes. Parte da desestruturação do SUS deve-se ao desinvestimento implementado pelas legislações fiscais, como o Teto dos Gastos e a Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual induziu os entes federados à terceirização. Ao criar dois regimes conflitantes, renunciou-se a instrumentos efetivos de distribuição de renda para o combate às consequências econômicas do isolamento social. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), por exemplo, é um instrumento efetivo do Estado com dada capilaridade. No começo de abril de 2020, os senadores propuseram e aprovaram o aumento da renda mínima para solicitar o BPC, indo de R\$ 261,25 para R\$ 522,50. O Ministério da Economia se mostrou contrário, obtendo uma liminar do STF proibindo a extensão do BPC. Segundo o ministro Gilmar Mendes e Paulo Guedes, o BPC é uma política contínua, devendo os congressistas aplicar a regra do Teto dos Gastos. Dessa forma, em um momento que o BPC seria fundamental para o combate à miséria e à redução de renda das famílias, a regra do Teto dos Gastos se impôs.

Nesse aspecto, a PEC foi proposta para desvincular completamente a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos do combate à pandemia e salvaguardar a política de superávit primário para os próximos anos, criando um orçamento paralelo que induzia a contratação temporária de pessoal e a instituição de políticas focais, precárias e temporalmente limitadas, cujo resultado foi o alastramento da miséria e da fome, conforme os dados do fim de 2021. Mas ela não se resumiu a isso:

O Banco Central do Brasil, limitado ao enfrentamento da calamidade pública nacional de que trata o caput deste artigo, e com vigência e efeitos restritos ao período de sua duração, fica autorizado a comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, nos mercados secundários local e internacional, e direitos creditórios e títulos

privados de crédito em mercados secundários, no âmbito de mercados financeiros, de capitais e de pagamentos.

O mercado é dividido em dois mercados. O mercado primário é destinado à oferta de empresas para investidores; o mercado secundário é destinado à negociação entre investidores, quase sempre intermediada por grupos de investimentos e bancos privados. Em uma crise, é supostamente natural os preços das ações caírem, resultando em perdas. No corolário da propaganda liberal, deveria fazer parte do jogo. A entrada do Banco Central permitiu que as perdas de carteiras podres fossem socializadas com dinheiro público. Assim, os bancos obtiveram mais uma grande ajuda. A primeira na liquidez e no mercado de crédito em que os juros aumentaram e a concessão de crédito diminuiu; a segunda no mercado de ações.

No Senado houve uma mudança sobre o item. O relator, Antônio Anastasia, incluiu sob acordo um dispositivo que obrigava o Banco Central a informar o Congresso Nacional sobre os títulos e disponibilizar os detalhamentos sobre os riscos envolvidos. O argumento, um tanto quanto óbvio, é que os papéis estariam desvalorizados. A compra deveria ser realizada sobre papéis cuja classificação fosse BB-, feita por alguma das maiores agências de risco, como Moody's, Standard & Poor's e Fitch (inciso II do artigo 7º da Emenda Constitucional n. 106/2020).

Enquanto isso, a ajuda aos trabalhadores informais e desempregados chegou a conta-gotas, atrasada primeiramente pela discussão torpe do Teto dos Gastos e da vedação a medidas contínuas; depois pela incapacidade e desorganização interessada do Ministério da Economia e do Ministério da Cidadania em criar um sistema de transferência de renda, paradoxalmente criando aglomerações que ajudaram a propagar a Covid-19, como no caso do estado de Amazonas, onde os ribeirinhos e nativos necessitavam ir para a capital atrás do recurso e voltavam às suas comunidades e aldeias infectados, o que seria evitado com assistentes sociais em quantidade suficiente, uma política contínua.

Todas essas iniciativas giraram em torno da "necessidade de manter a política econômica". Todavia, na pandemia foram aprofundadas espelhando-se nas Propostas de Emenda à Constituição que haviam sido protocoladas, em novembro de 2019, no Senado. As PECs n. 186, 187 e 188 foram pensadas para serem a grande reforma do Estado à luz das demandas do rentismo. Foram o espelho do governo, do mercado e da mídia diante da pandemia. Foram essas propostas

as delimitadoras do consenso liberal na pandemia que resultaria na defesa intransigente do Teto dos Gastos aliada à defesa da Reforma Administrativa, esta definitivamente proposta em setembro de 2020, quando as mortes por Covid-19 já haviam sido naturalizadas.

Basicamente as PECs propunham uma drástica reforma do Estado à luz do que foi originalmente proposto na Reforma do Estado na década de 1990. A PEC n. 186 modifica o artigo 37º da Constituição Federal. Os subsídios e os vencimentos dos servidores públicos devem obedecer a algumas premissas, como “sustentabilidade, indicadores, níveis e trajetória de convergência da dívida, compatibilidade dos resultados fiscais”, devendo “a União, os Estados, o DF e os Municípios” conduzirem “suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis que assegurem sua sustentabilidade”. Portanto, entre as políticas públicas e a dívida pública, a política fiscal deve escolher a dívida pública. Essa é a emergência do rentismo.

Caso as operações de crédito excedam à despesa de capital, os entes federados deverão acionar mecanismos de “estabilização e ajuste fiscal”, como a proibição de concessão de reajustes, a realização de concursos públicos, a criação de cargos e de despesas obrigatórias, entre outros. Como todas as políticas públicas e sociais são despesas obrigatórias, fica o ente federado impedido de aumentar ou tentar atenuar déficits de servidores públicos. Portanto, se faltarem agentes comunitários para a atenção primária ou professores para a alfabetização, fica o ente federado proibido de tentar atenuar o caos, podendo-se ainda reduzir a jornada do servidor com correspondente redução salarial. Todos esses mecanismos devem e podem ser utilizados caso a relação entre despesas e receitas correntes supere 95%. O Estado fiscalista disponibiliza o orçamento para a dívida pública, ato fundamentado em um testemunho que nunca se realiza, como especifica o senador Fernando Bezerra,<sup>107</sup> autor da PEC:

Neste momento, faz-se necessário dar o passo decisivo para a estabilidade macroeconômica duradoura. As condições para a retomada do crescimento sustentável estão postas, mas precisamos do sopro da confiança

107 As grandes reformas liberais no governo Bolsonaro iniciaram-se institucionalmente pelo senador Fernando Bezerra, líder do governo no Senado e grande defensor do governo. Ele também se notabilizou por pertencer a tropa de choque do governo na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19, em 2021, que investigou práticas e omissões propositais do governo federal ao isolamento social, o seu apego à cloroquina e os boicotes e propinas à aquisição de vacinas.

da classe produtiva dos investidores para acionar as engrenagens do crescimento econômico (2019).

A PEC n. 187 extingue os fundos públicos, como detalha o artigo 4º. Sem uma oposição combativa e capilarizada, as frações da burguesia sentem-se à vontade para explicitar o motivo sem qualquer vergonha: “o superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos, apurados ao final de cada exercício, *será destinado à amortização da dívida pública do respectivo ente*” (Art. 5º, grifos meus), pois a PEC, explica o senador na justificativa, “permite a desvinculação imediata de um volume apurado como superávit financeiro da ordem de R\$ 219 bilhões, que poderão ser utilizados na amortização da dívida pública da União”.

As duas PECs são sintetizadas na PEC n. 188. Ela traz uma inovação surpreendente. Cria um direito social, chamado de “direito ao equilíbrio fiscal intergeracional”.<sup>108</sup> Propõe modificar o artigo 6º da Constituição Federal, com a seguinte redação no parágrafo único: “Será observado, na promoção dos direitos sociais, o direito ao equilíbrio fiscal intergeracional.” Os direitos sociais somente poderão ser promovidos se e somente se houver o respeito ao direito social do “equilíbrio fiscal”. Portanto, a nova redação não somente transforma a política fiscal em direito social, mas estabelece uma hierarquia entre “o direito ao equilíbrio fiscal” e os direitos sociais, fazendo com que a política fiscal se transforme em direito subjetivo líquido e certo e os direitos sociais em direitos condicionados.<sup>109</sup>

A lógica das PECs também estava dada em um projeto de lei, o PL n. 39/2020, que estipulava ajuda aos estados e municípios desde

---

108 Perceba a construção do ideário relativo à construção de um novo direito. Na MP n. 936/2020, havia o “direito fiscal e contábil” do empresário acima do salário (direito social). Na PEC n. 188, há o “direito social ao equilíbrio fiscal” acima dos direitos sociais (educação, saúde, habitação, saneamento básico etc.).

109 No auge da segunda onda da pandemia de Covid-19, em fevereiro de 2021, Guedes e Bolsonaro propuseram, depois de pressão e do aumento da fome, um auxílio de R\$ 150,00, em média, para 30 milhões de pessoas, por quatro meses, através de um substitutivo à PEC n. 186/2019. No caso, o auxílio era concedido desde que o pacote da PEC fosse aprovado, mais a desvinculação do orçamento dos entes federados em educação e saúde. Onde se lê no artigo 212º da Constituição que cabe à “União” a aplicação de “nunca menos de dezoito, e os Estados, Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos”, propunha-se que “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem destinar recursos para manutenção e o desenvolvimento do ensino na educação básica e para a remuneração condigna de seus profissionais”. O mesmo dispositivo fora proposto à saúde, justamente na pandemia. A lógica do mercado financeiro é simples: com o teto, acaba-se com o piso. Esse item, especificamente, foi retirado após pressão de entidades, organizações, partidos e movimentos sociais.

que os “gastos obrigatórios” fossem limitados. O governo, congressistas e mídia focaram muito nos aumentos legais dos servidores, como biênio e quinquênio, tentando estabelecer uma relação moralista para com os trabalhadores da iniciativa privada, os quais tiveram grave redução salarial promovida pelo próprio governo. Entretanto, o essencial do projeto era a proibição dos concursos públicos com a autorização para a contratação emergencial e terceirizada, abrindo mais espaço para a precarização e a descontinuidade das políticas públicas. Ou seja, os entes federados teriam acesso ao recurso, diante da diminuição do orçamento em virtude da pandemia, desde que limitassem os investimentos obrigatórios. De certa forma, as PECs estão no PL que, a longo prazo, tenderia a diminuir ainda mais o orçamento dos municípios, tendo em vista que boa parte vive de recursos de aposentados e servidores e dos repasses obrigatórios da União e dos Estados. Esse PL, designado de *Plano de Promoção de Equilíbrio Fiscal*, decorria, em certa medida, do que ficou conhecido como Plano Mansueto<sup>110</sup> – PL n. 149/2019, já propunha uma reorganização das dívidas dos estados e municípios por meio da imposição da limitação dos investimentos obrigatórios.

O risco da conjuntura política é compreender equivocadamente que a Covid-19 nos jogou a essa política econômica. Essas trincheiras foram abertas pela burguesia brasileira nas décadas de 1980 e 1990 com base nas políticas concentradoras da Ditadura Civil-Militar, e obedeciam à necessidade de uma nova regulação que demarcasse uma nova forma de reprodução da força de trabalho. Não era somente uma nova ordem para a competitividade internacional de capitais (investimentos externos diretos), em que “o diferencial de competitividade brasileiro concentrou-se” em grande medida “no custo de trabalho, que caiu de US\$ 3 a US\$ 4 por hora na indústria de transformação na década de 1980 para US\$ 1 em 2003” (POCHMANN, 2006, p. 71). Foi e vai além, pois se concentra em uma nova sociabilidade baseada na crença da ineficiência do serviço público e da eficiência total do capital privado, bem como na fé absoluta na empregabilidade e na individualização das relações societárias.

Bresser-Pereira não construiu esse arcabouço de sua cabeça tão logo Collor se elegeu ou se tornou ministro de FHC. A ideia de que a reestruturação produtiva chegou somente ao Brasil na década de 1990 esconde um longo processo de iniciativas estatais que buscavam o des-

110 O nome refere-se a Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro Nacional do Brasil. Em 2020, ele saiu do governo para trabalhar no BTG Pactual, banco fundado por Paulo Guedes.

travamento das amarras para impedir a livre movimentação do capital mundializado – tanto é que Bresser-Pereira enxergava a necessidade de implodir a Constituição (retrocesso) e retomar os projetos descentralizadores da Ditadura Civil-Militar. A ideia do nacionalismo do pacto civil-militar que governou o país durante 25 anos como sinônimo de impeditivo à entrada do Brasil no mercado mundial é falaciosa, devendo ser vista como um *continuum gradativo* que expressa a sua plenitude no governo Bolsonaro. Ocorre que o Brasil adentrou a esse processo na Ditadura Civil-Militar com as condições político-econômicas que possuía, sob a correlação de forças interna e externa na qual estava submetido. Houve industrialização em setores estratégicos, mas também houve medidas que seriam aprofundadas na década de 1990 em diante.

O neoliberalismo é uma política de destruição do antivalor, objetivando liberar espaços outrora improdutivos para o capital produtivo. O neoliberalismo, como política de destruição do antivalor, encontra no conservadorismo empreendedor e individualista o meio ideal, pois se casa perfeitamente com a lógica de reprodução do *status quo* das classes e grupos dominantes, segundo a qual a reprodução da meritocracia enquanto sistema depende da menor intervenção possível do Estado. A ascensão da ideologia do Estado Mínimo caiu como uma luva para grupos da classe média tradicional que passaram a participar da ciranda financeira e da consolidação dos direitos mediados exclusivamente pelo mercado e pelos capitais privados.

Concomitante ao desmonte dos aparelhos do Estado e, por conseguinte, dos direitos sociais, o país promoveu um dos maiores processos de desindustrialização da história mundial, como pode ser constatado nas médias das taxas de investimento em formação bruta de capital fixo (FBKF/PIB): década de 1970, 23,10%; década de 1980, 18,55%; década de 1990, 15,05%. Segundo Leda Paulani (2008), após a crise de 1999, os investimentos até 2004 ficaram com uma média de 13,6%. Em 2014, no auge do *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*, por mais que tenha se registrado algum avanço, o investimento ficou longe da série histórica, com pífios 17,4%. Em 2019, o investimento fechou em 15,4%.

Simultaneamente, o endividamento do Estado cresceu sucedido de uma estagnação orçamentária em virtude dos baixos investimentos e crescimento desde a década de 1990. A dívida pública passou a ser discriminada com alguma relevância a partir de 1994, justamente com o Plano Real, com R\$ 34 bilhões. Em 1995, saltou para R\$

84 bilhões, e nunca mais parou. Em 1998, chegou a R\$ 196 bilhões e, em 1999, ano da crise russa, saltou para R\$ 268 bilhões, praticamente oito vezes mais do que a dívida em 1994. O plano, baseado na estabilização da moeda por meio da diminuição do Estado, tratado grosseiramente como déficit público, deu início ao processo de endividamento público interno. A dívida pública transformou-se em moeda de enriquecimento diante da desnacionalização e da paulatina desindustrialização da indústria de máquinas. Se a dívida pública cumpriu papel relevante na industrialização inglesa e em todas as bem-sucedidas no século XX, como Coreia do Sul e Japão, no Brasil cumpriu a função de desnacionalizar e desindustrializar a economia a partir da década de 1990. Uma espécie de pacto de enriquecimento rápido e sem grandes riscos no qual deve ser pago com o aumento da superexploração por meio da precarização e da diminuição da produtividade, uma vez que coube ao Estado e ao Tesouro Público, portanto aos trabalhadores pobres que pagam mais impostos, predominantemente negros, garantir esse modelo de acumulação de capitais. Digamos que o neoliberalismo resolveu um problema epistêmico para a elite brasileira sobre o papel enquanto burgueses no capitalismo contemporâneo. Se D. Pedro II foi o rei, FHC foi o príncipe.

O problema não é a dívida pública em si. A rigor, ela foi elemento de propulsão da acumulação de capitais nos países centrais. A questão é a forma da dívida pública, constituída e arrolada para o rentismo. Não foi feita para a construção de um amplo parque tecnológico e de produção de manufaturados que gerassem lucro e renda sobre o trabalho produtivo, como nos países centrais. Pelo contrário, a lógica da dívida pública financeirizada desnacionalizou e desindustrializou o país.<sup>111</sup> A questão é o sistema da Dívida Pública. Daí a obsessão pelos juros altos.

É possível constatar aumento dos gastos discriminados por função (despesas sociais mais dívida pública). Em 2014 os gastos foram de R\$ 2,159 trilhões; em 2015 foram R\$ 2,254 trilhões; em 2016, R\$ 2,546 trilhões; em 2017, R\$ 2,462 trilhões; em 2018, R\$ 2,638 trilhões; e, em 2019, R\$ 2,918 trilhões.<sup>112</sup> Nesse ano, a dívida pública teve uma alta de 9,5%, segundo o Tesouro Nacional, pois as emissões de títulos superaram os resgates, gerando despesas com juros na ordem

111 A distinção entre dívidas é mero adorno acadêmico, pois hoje o grosso das operações realizadas é feito sob a forma de dívida compromissada, com prazos curtos e juros mais altos. Um círculo vicioso que provoca desinvestimento generalizado.

112 Fonte: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/receitas?ano=2019>. Acesso em 27 de março de 2020.

de R\$ 330 bilhões, fazendo com que a dívida chegasse a R\$ 4,2 trilhões, o maior patamar da série histórica. Os principais compradores dos títulos públicos foram fundos de investimento com R\$ 1,089 trilhão (26,68%), fundos de previdência com R\$ 1,016 trilhão (24,89%), e instituições financeiras, que totalizaram 1,008 trilhão (24,69%).<sup>113</sup> Ao todo, controlavam 76,26% da dívida pública, algo em torno de R\$ 3,113 trilhões. É sempre relevante lembrar que Paulo Guedes é administrador de fundos de investimento e nomeou pessoas pertencentes a fundos de investimentos e fundos previdenciários em postos-chaves do ministério. Esse conflito de interesses gerou um pedido de afastamento de Paulo Guedes ao STF, assim como uma investigação sobre suspeitas de fraudes em fundos de pensão. É uma espécie de agiotagem avalizada pela relação amorosa entre instituições republicanas e o teclado bloomberg ao lado de Guedes em suas *lives* sobre domésticas e Disney. O pedido foi negado pelo ministro Marco Aurélio, relator que votou favoravelmente ao governo na ação das MPs, permitindo a dispensa de acordo coletivo e mediação sindical para demissões em massa, em maio de 2021. Em 03 de outubro de 2021, um consórcio de jornalistas, o *Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ)*, divulgou extensa lista de milionários e bilionários que enviam dinheiro para as Ilhas Virgens Britânicas e mais dois paraísos fiscais. O escândalo foi nominado de *Pandora Papers*. Paulo Guedes e Roberto Campos Neto possuíam *offshores* quando estavam no Ministério da Economia e no Banco Central, respectivamente. Com a alta do dólar Guedes, um dos grandes responsáveis pela política cambial, detentor de informações privilegiadíssimas, lucrou R\$ 14 milhões com a sua *offshore*. Soma-se a esse dado a tributação para investimentos externos ter caído na Câmara dos Deputados, sem grande esforço em sentido contrário do Ministério da Economia.<sup>114</sup>

Nesses anos, constata-se o aumento exorbitante com as despesas de capital por meio da rubrica amortização da dívida. Assim, enquanto o montante de investimentos aumentou aproximadamente apenas R\$ 650 milhões de 2013 para 2018, a amortização da dívida

113 Dados retirados de <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/28/divida-publica-tem-alta-de-95percent-em-2019-e-chega-a-r-424-trilhoes-maior-valor-da-serie-historica.ghtml>. Acesso em 29 de março de 2020.

114 Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/paulo-guedes-tem-offshore-milionaria-em-paraiso-fiscal/>. Acesso em 03 de outubro de 2021. No dia seguinte, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* ignoraram o escândalo. O primeiro preferiu destacar a cantora colombiana Shakira e “líderes mundiais” como beneficiários do esquema, enquanto o segundo ignorou por completo.

(pagamento de juros e do montante da dívida pública) aumentou pouco mais de R\$ 218 bilhões no mesmo período.

Quando se esmiúça o aumento, investimentos e inversões financeiras ficaram praticamente estagnadas com valores relativamente baixos entre 2013 e 2018, com uma média de 17 bilhões e 58 bilhões, respectivamente. Contudo, a amortização da dívida que inclui o refinanciamento das dívidas mobiliárias e contratuais, cresceu de forma surpreendente em cinco anos: em 2012, R\$ 298 bilhões; em 2013, R\$ 459 bilhões; em 2014, R\$ 616 bilhões; em 2015, uma leve queda, R\$ 571 bilhões; em 2016, um aumento, R\$ 653 bilhões; em 2017, uma queda significativa, R\$ 462 bilhões; em 2018, R\$ 450 bilhões; e em 2019, R\$ 476 bilhões.<sup>115</sup> Essa queda de 2017, no governo Temer, deve-se ao aumento das operações em dívida compromissada, não contabilizadas pelo Tesouro como dívida pública sob o argumento de serem feitas pelo Banco Central, supostamente um outro ente público que não teria relação jurídica com o Tesouro. Por isso, a dívida total sempre cresce.

Como se vislumbra, as despesas de capital aumentaram exponencialmente a partir de 2014, notadamente a *amortização da dívida*. A partir de 2017, houve a consolidação da amortização no total da dívida, sob o preço do crescimento da dívida total (dívida pública mais dívida compromissada). Mas a questão não é analisar a queda, e sim a forma como a amortização e a rolagem assumiram relevância em uma dívida exacerbadamente financeirizada, especialmente quando se analisa as dívidas compromissadas. Diante do aumento das despesas de capital, a solução conservadora do governo foi atacar as despesas obrigatórias, como a Reforma da Previdência e a desconstitucionalização do orçamento, também chamada de *desengessamento*. Em meados de 1995 a dívida pública era de aproximadamente R\$ 70 bilhões. Em 2013 estava em R\$ 2,12 trilhões e em 2017 aproximava-se de R\$ 5 trilhões.

A dívida compromissada impacta sobremaneira o orçamento federal. Os empréstimos ao Banco Central são feitos com um prazo pré-fixado que orbitam entre um dia e 270 dias, aproximadamente. Essas operações passaram do R\$ 1 trilhão em 2018 e chegaram ao recorde de R\$ 1,2 trilhão em 2019, algo em torno de 36,5% do estoque geral dos Títulos do Tesouro. Dessa forma, a dívida pública real passou de R\$ 5 trilhões e caminhou para R\$ 6 trilhões com a tendência de ma-

115 Fonte: <http://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2019/6>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

nutrição do rentismo como política econômica na pandemia, o que exaspera na classe dominante a sanha pelo arrocho sobre o trabalho, único elemento que produz valor, e o Estado, transformado em instrumento direto de acumulação de capitais. É o que explica o butim das privatizações das refinarias, portos, aeroportos, Correios, BR Distribuidora, CEDAE-RJ e o que sobrou da Eletrobrás.

Mas não foi a Covid-19 que explodiu a Dívida Pública, tampouco o auxílio emergencial, como apregoado pelos meios de comunicação. As operações compromissadas, iniciadas em alguma relevância a partir de 2005, cresceram em 2019 com a suposta e sempre oportuna falta de confiança dos investidores, termo gracioso para a capacidade de fundos de investimento e de pensão e instituições financeiras de impor os prazos e juros a um governo combalido pelo próprio rentismo. O irônico é que a justificativa oficial para essas operações é a de enxugar a liquidez do mercado para combater pressões inflacionárias, objetivando-se manter próximo na meta inflacionária. Como 2019 foi um ano de apatia inflacionária com baixo crescimento e alto índice de desemprego, a justificativa da cartilha não ornou com a realidade.

Sob o contexto de desindustrialização e financeirização, os empresários não investem em tecnologia, pois o investimento em títulos da dívida pública é mais rentável e rápido. A lógica, portanto, é desmobilizar atividades que historicamente são destinadas a funções improdutivas para mobilizá-las a funções produtivas e transformar todos os espaços e atividades em setores mercantis, inclusive aquilo que a Constituinte tratou como direito, mercantilizando, privatizando e financeirizando tudo o que for possível.

Sem o devido financiamento e com os aparelhos do Estado na mão, a balança pendeu para os que defendem o desmonte da Constituição.<sup>116</sup> A vitória dos movimentos populares na Constituinte transformou-se ao longo das décadas em vitória de Pirro, na qual resultante foi a transformação do petismo em lugar-comum do conservadorismo (antipetismo). Aqueles grupos que historicamente sistematizaram a necessidade de reprodução social sem a intervenção do Estado, penderam para a ideologia neoliberal, explicitando-a como projeto de

---

116 "Para além dos efeitos concentradores da inflação, entre 1985 e 1986 IRPF passou pelo maior corte sobre as suas alíquotas de toda a história: a alíquota marginal máxima despencou de 60% para 25%, enquanto o número de alíquotas caiu de doze para dois. (...) No fim dos anos 1980, os percentuais de declaração e contribuintes em relação à população adulta diminuíram, e a arrecadação do IR (IRPF e IRPJ) também caiu em relação ao PIB, revertendo a tendência verificada entre 1980 e 1985" (SOUZA, 2018, p. 335).

poder e sociabilidade ideal. Daí a ardil da classe média à meritocracia desvinculada do Estado, tratado desde então como o instrumento de perpetuação da antimeritocracia. Nada mais é do que o retorno à gênese da meritocracia piramidal da elite paulista, do republicanismo paulista com controle efetivo e totalitário sobre todas as mobilidades da reprodução econômica do *status quo* e da aplicação da lei inercial da desigualdade. Porém, desta vez surge uma práxis destrutiva sobre o Estado, implodindo os Pactos Sociais estabelecidos pela Política mediante uma perspectiva privatista, udenista e antipolítica.

O aumento da demanda social foi acompanhado pela diminuição do fisco do Estado, criando o principal argumento liberal para o enxugamento do Estado: a crise fiscal devido ao “inchaço do Estado” que impediria o Brasil “fazer a sua lição de casa”, tal qual “uma dona de casa” que, para pagar uma “dívida”, deve “cortar algo supérfluo” – como se na pobreza existisse o supérfluo, o qual revela a ausência de compreensão mínima da realidade de quem nunca passou qualquer necessidade vital. O supérfluo para os liberais passou a ser os direitos sociais que deveriam ser executados por instituições privadas ou semiprivadas, sob o espírito privatista das atividades não-exclusivas do Estado. A dívida na quitanda transformou-se em dívida pública e em tabu na imprensa e nos *think tanks* do mercado. Admite-se a morte por inanição, por falta de oxigênio ou por falta de atendimento médico, eventualmente com alguma nota ou reportagem a fim de mostrar uma pluralidade artificial, mas jamais um debate ou uma nota de rodapé sobre a Dívida Pública, o seu sistema-forma, as políticas rentistas e os seus impactos nas políticas públicas e nos direitos sociais.

O superávit primário tornou-se um imperativo categórico. Para viabilizá-lo, o governo Itamar Franco criou a *Desvinculação das Receitas da União (DRU)*, o qual permitiu desvincular os impostos e as contribuições da receita. Aumentou para 30% no governo Michel Temer, aprofundando a suposta e artificial crise de balanço das áreas relativas aos direitos sociais, como a Previdência, modificada barbaramente no governo de Jair Bolsonaro. No Governo Fernando Henrique Cardoso, além da aprovação da isenção de lucros e dividendos, houve o aumento exponencial das contribuições sociais e dos tributos indiretos, os quais foram tomando importância *pari passu* à diminuição da relevância dos impostos diretos, inicialmente aplicada pela Ditadura Civil-Militar. As contribuições sociais criadas por FHC para fazer o superávit primário não precisam, constitucionalmente, ser compartilhadas com

os outros entes federados, o que tornou mais dramática a situação fiscal de alguns estados e, sobretudo, municípios.

Concomitante, ocorreram transformações sutis no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica:

O IRPJ tornou-se menos progressivo depois que as empresas puderam deduzir do lucro tributável os chamados “juros sobre o próprio capital”, uma despesa fictícia que, na prática, exime uma parcela do lucro real do pagamento de IRPJ e CSLL. Já o IPPF, como visto, foi modificado pela isenção concedida aos lucros e dividendos, que até então eram tributados na fonte à alíquota de 15% como os ganhos de capital (SOUZA, 2019, p. 353).

A reforma transcrita acima foi feita sob o argumento surrado de potencializar os investimentos privados, a fim de “criar emprego”, o mantra terraplanista entre os liberais. Mas a verdade, em um contexto de necessidade de arrecadação, a escolha foi e é sempre taxar o polo trabalho, por meio da taxaço na fonte dos trabalhadores e até dos desempregados, como ocorreu no *Programa Verde Amarelo* do governo Bolsonaro, que, com o argumento de criar empregos para os mais jovens, desonerando a folha de pagamento para os empresários, propôs transferir os custos aos desempregados mediante a taxaço em 7,5% do seguro-desemprego. Na década de 1990 a reforma do IPRJ levou à primeira leva de pejetização de trabalhadores; em 2019 as reformas consolidaram a pejetização e a informalidade ultra-explorada.

Esse contexto produziu resultados absurdos quanto à desigualdade econômica e social. Em 2013, por exemplo, “o imposto devido correspondeu a pouco menos de 7% dos rendimentos totais do centésimo mais rico e apenas a algo próximo de 3% no caso do 0,1 e do 0,01% mais abastados” (SOUZA, 2013, p. 354). Em 2015, Jorge Rachid, presidente da Receita Federal, estimava que os 0,01% mais ricos pagaram 9,1% em impostos sobre a sua renda total, e que 41% da renda dos 0,1% mais ricos ficaram isentas.<sup>117</sup> Em pesquisa do IPEA em 2008 constatou-se que os pobres pagavam 44% a mais de impostos do que os mais ricos.<sup>118</sup> Quando recortado por raça, descobre-se que os

117 Disponível em <https://exame.abril.com.br/economia/os-mais-ricos-nao-sao-os-que-pagam-mais-imposto-como-mudar-isso/>. Acesso em 19 de novembro de 2019.

118 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2008/05/402037-pobres-pagam-44-mais-impostos-do-que-ricos.shtml>. Acesso em 19 de novembro de 2019.

trabalhadores negros pagam proporcionalmente mais impostos, com maior incidência para mulheres negras. Quando miseráveis, proporcionalmente pagam mais impostos do que as outras fatias de trabalhadores. Em suma, o legado histórico está dado em Política de Estado: os trabalhadores negros e mais precarizados e marginalizados são os que pagam mais impostos, sendo os principais objetos da maior Política de Estado de transferência de renda do país e um dos maiores do planeta em que destinatários são os mais ricos (e brancos). O mundo do trabalho forjou a superestrutura da dominação de classe. O resto é pós-modernismo de segmentos sociais não podendo lidar com a realidade da Economia Política da exploração e da desigualdade.

Qualquer política de redução da pobreza não tem relação com as políticas de redução da desigualdade, pois esta pressupõe o ataque à concentração de renda. A partir da crise política e econômica em 2013, na medida que a crise impede o continuum da transferência de renda, ainda que desproporcional e desigual, para todos os segmentos, grupos e frações das classes, os dados expressam uma rápida regressão da diminuição da pobreza, com o retorno retumbante a partir de 2017 com as políticas regressivas de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, corroborando com as conclusões de Pedro H.G. Ferreira de Souza (2018). Não há exemplos e modelos internacionais indicando que seja possível reduzir a desigualdade por meio de políticas acomodacionistas e processuais. Pelo contrário, os exemplos expressam disputas políticas agudas e radicalização das oposições entre as classes, pelo simples motivo dos interesses imediatos de classe divergirem.

A relação estabelecida entre golpes e aumento da desigualdade demonstra a capacidade da burguesia e da classe média tradicional de impor os seus interesses, inclusive pela força. Como demonstrado, a Ditadura Civil-Militar impôs um conjunto de reformas, das fiscais às educacionais, que garantiram a reversão do processo de redução de desigualdade social e econômica, traçando uma estrutura de aumento da concentração de renda do 1% mais rico. Garantiu, ainda, o monopólio da mobilidade educacional à classe média tradicional diante dos primeiros intrusos (*outsiders*) ao projeto elitista de universidade, jogando aos leões o já popularizado ensino secundário.

A divergência com Pedro H. G. Ferreira de Souza corresponde ao terceiro período de concentração de renda dos mais ricos. Talvez por preciosismo acadêmico, ou por divergência de abordagem, ou ambos, considera-se a década de 1990 e as seguintes recheadas de

dados da política econômica que contribuíram com a consolidação institucional da desigualdade. Portanto, o terceiro momento ocorreu justamente no auge da democracia liberal e não apesar da democracia liberal; uma democracia que não deixou de matar trabalhadores negros, como no século XIX e por todo o século XX. Não deixou de jogar crianças e mais crianças ao analfabetismo e à violência estatal e paraestatal. Não deixou de reproduzir desigualdades e violências ditatoriais. Mas se estabelecermos a relação entre democracia e normalidade eleitoral, conclui-se que se vive sob uma democracia, ainda que tudo seja tão desigual e mais violento quanto antes. A Nova República é o arranjo histórico que permitiu às frações da burguesia e à classe média tradicional estruturar dispositivos de manutenção da desigualdade por meio da transferência de renda dos trabalhadores mais pobres aos mais ricos (burguesia e classe média tradicional), dos negros e não brancos aos brancos puristas e supremacistas da Faria Lima e da Zona Sul carioca. Ao mesmo tempo, a liberdade de uma classe e grupos específicos está assentada na não liberdade e na morte de milhões de trabalhadores, sobretudo negros. Para a classe média se sentir livre e vincular liberdade à liberdade de expressão e ao mero combate contra a corrupção, desvinculando-os das condições materiais, pois estas estão satisfeitas em sua vida, milhões não devem ser livres materialmente. Aqui, reina a liberdade entre os iguais, longe dos “diferenciados”, termo do manifesto do condado de Higienópolis. E essa noção de liberdade não é paradoxal ao liberalismo. Pelo contrário, é o liberalismo aplicado a uma demanda conservadora da classe dominante e de grupos hegemônicos. O liberal-conservadorismo é pragmático, nos termos do liberalismo utilitarista inglês que admitia a liberdade aos brancos e ingleses ricos enquanto impunha a semiescavidão aos trabalhadores, a animalização aos irlandeses e, principalmente, a escravização aos africanos e asiáticos. Não é contraditório liberais brasileiros e latino-americanos encamparem ditaduras, assim como não é contraditório ingleses terem cometido genocídios na Ásia e na África no século XIX e XX, e apoiado com financiamento e defesa formal em organismos multilaterais o apartheid sul-africano e seus campos de concentração.

O Centrão, por exemplo, foi uma invenção da elite militar e da elite empresarial na Constituinte. Destacam-se duas obras que expõem essa simbiose: *Militares e política na Nova República*, de Celso Castro e Maria Celina D’Araújo (2001), apresentando um conjunto de entrevistas de altos oficiais que atuaram na transição da Ditadu-

ra à Nova República; e *O jogo da direita na Nova República*, de René Dreifuss (1989), que analisa a atuação de organizações empresariais urbanas e rurais na Constituinte. Essa simbiose reproduzia o aprofundamento dos interesses corporativos e imediatos dos militares e empresários, afinados ao longo de mais de duas décadas, inclusive nos anos de preparação do Golpe de 1964, como mostrou o mesmo René Dreifuss em *1964: a conquista do Estado: da ação política, poder e golpe de classe* (1981). O autor consegue explicitar, com uma rigorosa análise de notícias e reportagens da época, a intervenção de empresários com candidatos de uma miríade de partidos de direita por meio do financiamento empresarial no qual o resultado foi a formação de um “grupo poderoso de deputados” que representava “os interesses do capital urbano e rural, independente dos partidos de que fossem parte” (DREIFUSS, 1989, p. 103).<sup>119</sup> Já o Almirante Henrique Saboia, ministro da Marinha de Sarney, alegou ser a Constituinte uma tarefa difícil que se tornou mais simples “depois que foi criado o ‘Centrão’” (CASTRO; D’ARAÚJO, 2001, p. 61). Pior era “o pessoal de esquerda, com um revanchismo louco, sempre”; já “os mais fáceis eram os que tinham mais afinidade, o pessoal do ‘Centrão’, com quem havia mais facilidade de diálogo, de entendimento” (2001, p. 63).<sup>120</sup>

Nas eleições municipais de 1988, as organizações criadas para o lobby na Constituinte voltaram-se para a eleição do maior número possível de vereadores e prefeitos. Assim como a União Democrática Ruralista (UDR), a União Brasileira dos Empresários (UB) e os sindicatos patronais embarcaram nas campanhas com logística e dinheiro, ainda sob os efeitos de uma Constituinte que contrariou, em parte, seus interesses. Ao contrário de seus objetivos iniciais, a Constituinte mostrou alguma cisão entre as frações da burguesia, como se evidenciou na questão do capital nacional versus capital estrangeiro. Não obstante,

119 “O terceiro esforço bem-sucedido de articulação *conserviológica* foi a constituição do ‘Centrão’ – montado para enfrentar as esquerdas nas questões centrais e substantivas – como pretensão espinhaço da nova Constituição. De acordo com um de seus fundadores, o deputado federal do Partido Liberal Guilherme Afif Domingos, o Centrão ‘nasceu da ideia de reunirmos, sem preocupação conceitual doutrinária, aqueles que se sentiam marginalizados no processo constituinte’. O grupo, que aglutinaria uma maioria de 280 a 290 votos – dos quais, 162 (143 deputados e 19 senadores) tinham raízes na Arena e no PDS, os partidos do governo durante o regime militar –, se transformaria em verdadeiro rolo compressor do empresariado para a votação de questões vitais na Constituinte” (DREIFUSS, 1989, p. 113).

120 Para ver uma análise do papel do Centrão, ver Sacramento e Grabois, em <http://terraaredonda.com.br/e-agora-rodrigo-maia/>, publicado em 13 de fevereiro de 2021. Sobre a importância do “revanchismo” nas Forças Armadas, ver o capítulo 10, de *General Villas-Bôas: conversa com o comandante*, de Celso Castro (2021).

algumas sementes foram plantadas; na década de 1990 e nas décadas de 2000 e 2010, foram regadas com antipetismo, uma síntese protofascista contemporânea de anticomunismo depois do fim da URSS. Houve uma organização da Constituinte que criaria o nosso Luís Bonaparte: a União Nacional de Defesa da Democracia (UNDD).

Essa entidade congregava basicamente militares oficiais desgostosos com a abertura política e decorria da Associação Brasileira em Defesa da Democracia (ABDD), entidade empresarial-militar vinculada à Ditadura Civil-Militar e crítica à inserção política da esquerda e ao “revanchismo”. Quando fundada, segundo reportagem do *Jornal do Brasil*, de 09 de outubro de 1987, deixou os parlamentares “perplexos”. O seu primeiro presidente foi o professor da Escola Superior de Guerra, Jorge Boaventura, que também era presidente da Federação de Entidades Democráticas da América Latina e representante da *World Anti-Communist League* no Brasil. Ele considerava que a Constituinte estava levando o país ao “caos absoluto” e, assim como Ernesto Araújo décadas depois, diagnosticava a decadência do Ocidente, a qual teria se iniciado quando o “cretino do Rousseau começou a combater as instituições cristãs”. O “caos” era aprofundado por socialistas que se utilizariam da “estratégia de Gramsci”: a de se “infiltrarem nas instituições e corroê-las, com o apoio da burguesia, preparando assim o ataque final ao Estado” (DREIFUSS, 1989, p. 166). Esses jargões seriam reproduzidos na década de 1990 em diante por um autointitulado filósofo chamado Olavo de Carvalho, denominando-os de “marxismo cultural”.

Essa entidade possuía algumas bandeiras contrárias ao que considerava a comunização do Brasil. Além de serem contrários ao voto dos analfabetos, como na República Velha, destacavam-se, entre muitas, a oposição à reforma agrária, à supressão dos militares na segurança pública, às dificuldades – leia-se legislação trabalhista – para as empresas, à “supressão da referência a Deus na Constituinte” (DREIFUSS, 1989, p. 168) e ao “direito ao mandado coletivo e à licença-paternidade” (DREIFUSS, 1989, p. 172). Quando do evento da instalação da diretoria, a entidade recebeu saudações de Henrique Saboia e dos ministros das outras forças.

Nas eleições municipais, essa entidade foi um fracasso. Contudo, houve uma grande exceção: a eleição a vereador de Jair Bolsonaro. Embora nesses anos do governo Bolsonaro foi comum ver intelectuais à direita e à esquerda insistirem na tese de os militares oficiais terem ojeriza a Bolsonaro, reverberada pela imprensa de forma triunfalista quando da exoneração dos comandantes das três forças, em março de

2021, pelo fato de ter sido indisciplinado e, na prática, expulso do exército, a bem da verdade a sua vitória eleitoral recebeu os cumprimentos de João Figueiredo e do general Newton Cruz, “anunciado como o seu ‘padrinho’” (DREIFUSS, 1989, p. 252). Cumpre constatar que foi tratada como um produto político da organização.

A Constituinte foi para a classe dominante uma junção de medos de suas elites e frações: o medo do empresariado e banqueiros das “esquerdas” na economia; o medo dos evangélicos da laicidade; o medo dos militares do “revanchismo”, como se mostrou explicitamente sobre a Comissão da Verdade no governo Dilma. Não se pode esquecer a atuação da UDR, entidade sectária que atuou na Constituinte contra a Reforma Agrária – o medo atemporal –, à época dirigida pelo jovem fazendeiro e médico Ronaldo Caiado, considerado extremista até em alguns círculos militares e empresariais. Os medos e seus donos se (re)encontrariam no bolsonarismo. Mas como primeira síntese, após as eleições municipais de 1988, com a vitória da esquerda e da UDR e a derrota dos empresários urbanos, essas frações e seus medos produziram um Collor por meio do mito da anticorrupção, do moralismo e das *fakenews*.<sup>121</sup> A opção a Collor se daria definitivamente com um editorial do *O Globo*, escrito por Roberto Marinho, denominado *Convocação*. No editorial militarizado, o proprietário do jornal conclamava os empresários a uma “candidatura de consenso”, de cunho “moderno e otimista”, impedindo que existisse no segundo turno uma disputa entre um “projeto caudilhesco-populista” (Brizola) e um outro ‘sectário e meramente contestatório’ (Lula)” (DREIFUSS, 1989, p. 291). O Movimento de Convergência Democrática (MCU), formado por grandes empresários e intelectuais vinculados ao IPES e aos governos militares, disponibilizou apoio aos três candidatos, Collor, Aureliano e Afif. Os três não poderiam se atacar, e na prática pertenciam à mesma campanha, na qual os dois últimos seriam uma escada para o primeiro. Um

121 Tereza Cruvinel, em reportagem de 17 de junho de 1989 no *O Globo*, repercutiu a criação do *Projeto Leader*, da FIESP. Segundo o projeto, o candidato à presidência deveria ser “moço”, “ter experiência administrativa” e “saúde”. A principal característica deveria ser a de não ser de esquerda ou de direita, mas “de centro”, um termo atemporal inventado para a direita com o objetivo de se viabilizar eleitoralmente. A FIESP arrolou três candidatos, segundo Dreifuss (1989, p. 264): Afif Domingos, Quércia e Collor. Quércia, o preferido pela entidade, perdeu as primárias partidárias; Afif foi avaliado “inoperante em termos de ressonância popular” (1989, p. 265). Por exclusão, restou Collor. A lógica do centrismo de direita foi usada para a eleição de 2022 pelos meios de comunicação, reforçando a já batida, mas atualíssima, frase de Marx em *18 de Brumário*: a História que repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. A burguesia brasileira alterna a sua dominação entre uma ditadura e algum Bonaparte.

jovem economista do MCU, fundador do Banco BTG Pactual, construíra o programa econômico de Afif pelo PL, que depois seria *emprestado* a Collor. O nome dele é Paulo Guedes.<sup>122</sup>

A Nova República é a síntese histórica da classe dominante que propiciou a oportunidade para um novo casamento entre conservadores e liberais, até mesmo como instrumento de autodefesa e de dominação efetiva. Mas como explicar esse beijo ardente entre *liberais* e *conservadores*, mais próximo ao neofascismo aberto e explícito na Nova República? É preciso compreender que o casamento, embora com algumas brigas aqui e acolá, possui ardência e paixão e uma filosofia niilista e solipsista por trás, partilhando da máxima delfiniana de que diminuição da desigualdade consistiria em distribuir pobreza, devendo existir pobreza extrema e extrema desigualdade para uma minoria ser próspera. Essa filosofia é o cerne do liberalismo e do conservadorismo. Piotr Pietróvitch, em discussão filosófica com Razumíkhin, Lújin, Zossímov e Raskólnikov, resumiu como ninguém o *economês* e o *filosofês* do liberalismo solipsista, também tratado esplendorosamente por Machado de Assis com a sistematização do Humanitismo, as batatas e as bolhas:

Acontece que eu rasgo o meu capote em dois, dou a metade ao próximo e ficamos, os dois, nem vestidos, nem nus (...) Ora, a ciência me ensina a amar a mim mesmo acima de tudo, porque tudo neste mundo se estriba no interesse pessoal. Se o senhor amar a si mesmo realizará os seus negócios direitinho e guardará o seu capote inteiro (...) Portanto, trabalhando para mim sozinho, eu trabalho, por conseguinte, para todo o mundo e contribuo para que o próximo receba um pouco mais da metade do capote furado e isso não por causa das liberdades privadas ou individuais, mas em consequência do progresso geral (DOSTOIÉVSKI, 2010, p. 204).

### Analiseemos o casamento...

---

122 Paulo Guedes, que era membro de uma organização remanescente do IPES, já era neoliberal e defensor do legado de Pinochet. Contudo, o neoliberalismo no Brasil remonta ao próprio IPES, por meio do empresário Paulo Ayres Filho, membro da *Mont Pelerin Society* (ROCHA, 2017), organização fundada em 1947 por Friedrich Hayek, Karl Popper, Ludwig von Mises e Milton Friedman para promover o neoliberalismo. A atuação de Henry Maksoud através da revista *Visão*, que chegou a escrever uma proposta neoliberal para a Constituinte e a trazer Hayek três vezes ao Brasil, além dos escritos e atuação de Delfim, Roberto Campos e Langoni, mostram que o neoliberalismo foi gestado por décadas. Em janeiro de 2020, Paulo Guedes palestrou para a *Mont Pelerin Society*.

# 5

---

## A ACOMODAÇÃO DE CLASSES E DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS V: O CASAMENTO HUMANITISTA DOS CONSERVADORES LENTZIANOS COM OS LIBERAIS PIETRÓVITCHIANOS

Entender um casamento consiste em compreender o que levou um a amar o outro. Para alguns casais é o físico, para outros é a companhia, para alguns sortudos são ambos. Sempre há brigas! Quando o amor é mais físico, um sempre tem alguma crítica sobre algo da personalidade do outro; quando o “santo bate”, sempre há aquela ponta de desejo sobre um corpo que não possui; no dia a dia, porém, a afeição fala mais alto, especialmente quando as contas precisam ser pagas com o dinheiro da conta conjunta. Seria fácil relacionar o casamento a dinheiro em si, mas o fetichismo do dinheiro é consequência do fetichismo da mercadoria. Sobre o objeto da análise, o dia a dia, o cotidiano do casamento, é o afã e o ardor pela reprodução e a naturalização da desigualdade, essa com uma beleza oculta e enigmáti-

ca às percepções sensoriais. Como todo romance oitocentista tem os seus disfarces, as suas piscadelas, as mãos no cabelo e os cortejos e metáforas. Na mídia, esse ritual de acasalamento é chamado de pauta econômica e reformas estruturais ou tão-somente reformas liberais. Quanto mais “liberal” no *liberômetro* maior é o amor do “mercado” a um governo.

Conservadores liberais e liberais de sapatênis compartilham uma ojeriza à intervenção do Estado para com a desigualdade e um apego à naturalização da desigualdade por meio da ideologia da meritocracia. À noite, todos se tornam amantes pardos na cama. O orgasmo é o neoliberalismo.

Para os liberais convictos e realistas, a meritocracia consiste na estruturação piramidal da sociedade por meio do fomento público-estatal ao capital privado e rentista; consiste na reprodução do monopólio ou predomínio das mobilidades que controlam e no posicionamento estratégico na estrutura piramidal sob o rentismo. Por isso, para o liberal-conservador, a família é vista em uma perspectiva semir-religiosa, não sendo incomum o liberalismo assumir abertamente viés cristão e o cristianismo propagar cores liberais.

O liberalismo nasceu em oposição ao Absolutismo e renasceu ou foi refundado para se opor ao marxismo e à ascensão do movimento popular de qualquer ordem, especialmente após a Revolução Haitiana, a Comuna de Paris (o jacobinismo) e a Revolução Russa. O sistema eleitoral norte-americano reproduz essa lógica, com o peso dos estados do sul no colégio eleitoral – uma recompensa pelo fim do escravismo junto com a autorização de legislar e aplicar leis raciais. A famigerada Escola Austríaca foi iniciada no fim do século XIX com a publicação de *Princípios da Economia Política*, de Carl Menger, mas assumiria outra projeção quando da publicação de *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Auguste Hayek, em meados do século XX, escrito abertamente em oposição ao Estado de Bem-Estar Social, um tipo de organização econômica que, aos olhos do economista, seria idêntica à Comuna e à Revolução de 1917. É plausível classificar a escola austríaca a partir do século XX e da obra hayekiana, a fim de que a análise não se enverede para outro objeto, embora uma obra como *Os Federalistas* e o desenvolvimento do direito norte-americano, notadamente após a 13ª e 14ª emendas, e a decisão da Suprema Corte sobre as noções de cidadania e nacional, que serviram de base jurídico-política para o na-

zismo, não devem ser desprezados na formação dos irrefutavelmente e irremediavelmente liberais tupiniquins.

Como analista das relações sociais de seu tempo, Dostoiévski reproduz com Piotr Pietróvitch a principal crença liberal: a individualidade como parâmetro da realidade social, muitas vezes em oposição à própria. Na economia política, essa crença se traduz na fé absoluta ao mercado, cristalizada na teoria utilitarista do valor (ou preço, já que para a escola austríaca não há distinção entre valor e preço). Há uma íntima relação entre a teoria utilitarista do valor e a teoria utilitarista do indivíduo.

Essa crença pode ser tranquilamente percebida nos autores considerados baluartes do liberalismo do século XX, como Friedrich Hayek e Milton Friedman. Hayek, por exemplo, inicia a sua obra mais conhecida com uma crítica aberta à socialdemocracia, estipulando qualquer “coletivismo” como um caminho para a servidão, porque a individualidade seria necessariamente vilipendiada. Coletivismo para Hayek é uma espécie de socialismo, ou seja, tudo que lembre ou remeta a algum mecanismo de planejamento ou coletivismo transforma-se em socialismo. A construção da atual direita, incluindo-se as extremas-direitas brasileira e internacional que enxerga socialismo ou comunismo em quase tudo, exceto para os seus interesses sobre o orçamento público, possui uma formulação teórica. Não é fruto de loucura coletiva; foi *laureada* politicamente com o Prêmio Nobel.

Como a obra é da década de 1940, a análise de exemplo de estado totalitário é o Nazismo em um primeiro momento, mas logo chega ao Comunismo e, sem mediações, a qualquer coletivismo, uma vez que o nazismo e o comunismo seriam interfaces de uma mesma determinação. A advertência, ou a determinação, consiste no perigo de um suposto totalitarismo vinculado a qualquer política de redução da desigualdade, pois o planejamento empreendido nos países europeus teria o objetivo de mediar a relação entre capital e trabalho com a perspectiva de redução da desigualdade econômica. Aí estaria o germe do totalitarismo que destoava da noção de individualismo trabalhada com base em noções simplistas, como a do jardineiro,<sup>123</sup> copiada de forma disciplinada por Roberto Campos com a sua metáfora do Estado Jardineiro – Froebel conseguiu ser mais inovador com o seu

123 “A atitude liberal para com a sociedade é semelhante à do jardineiro que cuida de uma planta e que, a fim de criar as condições favoráveis ao seu crescimento, deve conhecer tudo o que for possível a respeito da estrutura e das funções dessa planta” (HAYEK, 1987, p. 43).

Jardim de Infância. Quanto menos intervenção, melhor. A metáfora serviu e serve muito mais para corroborar e legitimar a ideia do bolo, ou a naturalização de Langoni sobre a desigualdade, não havendo o que fazer, pois a sua redução se daria somente de maneira também natural. A realidade provou o contrário. O arrocho salarial e a tendência histórica de perda real de renda simultaneamente ao aumento da apropriação de renda pelos mais ricos consolidaram a desigualdade. O arrocho salarial e a concentração de renda foram frutos da relação entre o capital-trabalho e da intervenção violenta do Estado dirigido pela classe dominante, ou melhor, pelos liberais.

Para Hayek, a sociedade é dividida em esferas autônomas cujo centro irradiador é a concorrência, polo antagônico do planejamento. O fascismo e o comunismo seriam variantes do coletivismo, expressão da negação do reconhecimento de “esferas autônomas em que os objetivos individuais são soberanos” (HAYEK, 1987, p. 74). Sob esse prisma, os fins sociais, ou os projetos políticos, nada mais seriam do que um ato do acaso, uma coincidência de interesses individuais que se aliam, porque existem *a priori* separadamente.<sup>124</sup>

O Estado é uma esfera que indevidamente atua sobre as esferas autônomas da concorrência ideal, porque os “indivíduos são soberanos”.<sup>125</sup> E esse é um ponto importante no qual a noção de desigualdade para os neoliberais e liberais estrutura-se na concepção segundo a qual a desigualdade se dá por meio do privilégio, termo que o ude-nismo e o lavajatismo surfaram e surfam na classe média moralista. O privilégio se dá em oposição à livre concorrência, com o aumento do Estado e a criação de uma burocracia que supostamente discriciona e escolhe de forma arbitrária aqueles que devem ser privilegiados. Eis a confusão entre a ideia de “reduzir tanto quanto possível o arbítrio concedido aos órgãos executivos que exercem o poder de coerção”, algo ignorado pelos conservadores quando o assunto é a militarização e os assassinatos da polícia escondidos no excludente de ilicitude, não sem o apoio dos irrefutavelmente liberais, e a suposta necessidade de reti-

124 “Os chamados ‘fins sociais’ são, pois, simplesmente, objetivos idênticos de muitos indivíduos – ou objetivos para cuja realização os indivíduos estão dispostos a contribuir em troca da ajuda que recebem no tocante à satisfação dos seus próprios desejos” (HAYEK, 1987, p. 77).

125 A vinculação do conceito de soberania ao indivíduo é radicalizada pela atual extrema-direita, como se constatou com os grupos antivacinas e as campanhas em defesa da “liberdade” do indivíduo contra os passaportes vacinais para Covid-19, que, por serem campanhas estatais que imporiam condições restritivas aos não vacinados, atentariam contra a soberania do indivíduo.

rar quaisquer mecanismos de controle sobre os capitais por entender que o Estado acaba por limitá-los, pois criaria um sistema de “privilégios” protegidos pelo Estado.<sup>126</sup>

Em nenhum momento Hayek, Friedman, Roberto Campos e Delfim Neto, por exemplo, procuraram analisar e considerar o papel do mercado como produtor de desigualdade ou mesmo de igualdade, o ponto da defesa da relevância do mercado, ou por que o mercado não criou menos desigualdade conforme os dados existentes. A desigualdade criada pelo mercado ou é negada, ou naturalizada, ou simplesmente ignorada, como é o caso de Hayek. Todos os esforços orbitam em naturalizar positivamente o elemento inercial da desigualdade, negando qualquer ação:

Quando o governo tem de resolver quantos porcos é necessário criar, quantos ônibus terão de ser postos em circulação, quais as minas de carvão a explorar ou a que preço serão vendidos os sapatos, essas decisões não podem ser deduzidas de princípios formais nem estabelecidas de antemão para longos períodos. Dependem inevitavelmente das circunstâncias ocasionais, e ao tomar tais decisões será sempre necessário pesar os interesses de várias pessoas ou grupos. No final, a opinião de alguém determinará quais os interesses preponderantes; e essa opinião passará a integrar a legislação do país, impondo ao povo uma nova categoria social (HAYEK, 1987, p. 87).

Por óbvio, a “opinião” dos proprietários dos meios de produção sobre a relação entre a oferta e a demanda de seu produto é retumbantemente ignorada. Portanto, “quanto mais o Estado ‘planeja’, mais difícil se torna para o indivíduo traçar seus próprios planos” (HAYEK, 1987, p. 88). Essa conclusão somente é possível se o papel do mercado e de suas “opiniões” sobre as políticas públicas, muito em voga desde a proeminência da dívida pública financeirizada sobre a vida das pessoas e seus “planos”, forem ignorados. O mercado passou a possuir

<sup>126</sup> O argumento para a privatização se fundamenta nessa premissa. Empresas estatais concederiam privilégios e as empresas privadas atuariam exclusivamente sob a lógica do lucro e da racionalidade administrativa e empresarial, impossibilitando a corrupção sob o risco da perda de lucro e da falência. É o que balizou filosoficamente para a classe média a privatização fatiada da Petrobrás após a Lava-Jato em que a corrupção da empresa acabaria somente quando se tornasse privada, porque a busca pelo lucro privado impediria a corrupção por ter uma racionalidade que colidiria com o surrado patrimonialismo. Por óbvio, esse pensamento infantil e mágico não corresponde com os dados mais primários.

até personalidade; há dias em que está “desconfiado” do governo, em outros “satisfeito”. É um romântico apaixonado!

A simplificação é a tônica da obra de Hayek. Se o Estado planeja, demole a liberdade dos indivíduos. Mas, como a realidade se impõe, por vezes Hayek tem extrema dificuldade de conciliar a imposição do Estado com a realidade, feita pela imposição do mercado. Peguemos um exemplo cientificamente equivocado de restrição de liberdade de Hayek:

Consideremos apenas o caso mais característico: quando, num setor industrial [portanto, privado], capitalistas e trabalhadores concordam numa política de restrição, explorando, assim, os consumidores, não há em geral dificuldade na divisão dos lucros de forma proporcional aos ganhos anteriores ou de acordo com algum princípio semelhante. O prejuízo, porém, partilhado por milhares ou milhões de consumidores, costuma ser simplesmente menosprezado, ou não é levado na devida consideração (HAYEK, 1987, p. 90).

O exemplo é típico do tal mercado, embora praticamente inexistente. A única solução possível é Hayek ver o germe do planejamento e do socialismo em acordos entre capital e trabalho, uma vez que o polo consumo seria prejudicado, o que confronta a premissa segundo a qual o valor da mercadoria possui relação com a utilidade dos indivíduos no consumo, pois bastaria não comprar. Mas ignoremos os conflitos entre os termos, embora, muitas vezes, seja o próprio Estado a impedir a restrição de mercadoria, ou pelo menos deveria, como demonstrou a alta dos preços dos alimentos a partir de setembro de 2020 em que a produção de arroz passou a ser quase exclusivamente exportada em virtude da desvalorização da moeda, enquanto alguns dos maiores produtores de arroz do planeta, como Vietnã e Índia, orientaram as suas produções para o mercado interno. O mesmo fenômeno ocorreu com as carnes. A não intervenção do Estado, também boicotando o estoque nacional de grãos, prejudicou os consumidores brasileiros? A ação unilateral dos capitalistas prejudicou os consumidores brasileiros? Houve concordância dos trabalhadores?

O que está implícito no liberalismo é a negação da desigualdade das decisões por meio da absolutização do indivíduo. O pressuposto é a inexistência da desigualdade entre classes e grupos para a formulação das políticas e até mesmo da precificação das mercadorias.

Essa premissa é possível apenas quando não se explica historicamente como se chega ao estado do planejamento. Portanto, em toda a obra há uma evidente negação da história, uma marca do liberalismo mais tacanho fincado na necessidade de naturalização da desigualdade econômica. Somente se pode naturalizar a desigualdade se a História for negada.

E é nesse ponto que Hayek formula, a partir da ascensão do Estado planejador, uma noção cara aos movimentos udenistas: o privilégio. O privilégio é situado em oposição ao conceito de *status*, que seria um produto das relações naturais entre as pessoas, a única forma capaz de selecionar os mais capazes. Para Hayek (1987, p. 90-91), “o órgão planejador é obrigado a estabelecer, mediante norma legal, o nível de renda dos indivíduos, o que cada um poderá possuir e de que forma deverá agir”. Contudo, “isto significa na realidade um retrocesso à supremacia do *status*, uma inversão” do “processo de desenvolvimento das sociedades progressistas’ que, na famosa expressão de Sir Henry Maine, ‘tem sido até agora uma evolução da sociedade baseada no *status*’”.

Hayek compreende o Estado de Direito mais como um “regime de direito formal”, não real, pautado na “não-concessão pela autoridade de privilégios legais a determinados indivíduos”, preservando-se “a igualdade perante a lei, que é a antítese do governo arbitrário”. Esse é o do Estado de Direito para os liberais, em que “qualquer política consagrada a um ideal substantivo de justiça distributiva leva à destruição do Estado de Direito” (HAYEK, 1987, p. 91-grifos meus). Logo, toda e qualquer política de redução da desigualdade é antiliberal. Uma coisa é atacar a pobreza extrema com políticas focais, como fez o PT a partir de proposições teóricas do Banco Mundial e do FMI; outra coisa é atacar a desigualdade por meio do combate à concentração de renda. Para os liberais, atacar a concentração de renda está em patamar muito próximo do de atacar a exploração e a propriedade.

O Estado de Direito pressupõe que todos são iguais perante a lei e que as condições objetivas de existência não influenciam para a apropriação das propriedades e rendas. Hayek não nega totalmente que o seu Estado de Direito produza “desigualdade econômica”, mas faz uma defesa desse tipo de desigualdade, da qual “tudo que se possa afirmar em seu favor é que essa desigualdade não é criada intencionalmente com o objetivo de atingir este ou aquele indivíduo de modo particular” (HAYEK, 1987, p. 91). Ou seja, como é supostamente fruto

do acaso e do mérito individual, explicações que fogem dessas duas causas são irrelevantes. Como mostra Marx (1984) quando descreve a acumulação primitiva na Inglaterra, expondo a atuação férrea do Estado, e a análise da presente obra sobre a formação racializada da classe trabalhadora brasileira, a desigualdade econômica é criada intencionalmente por aqueles que controlam o Estado e as mobilidades sociais e institucionais. É criada sobre classe explorada e grupos específicos. Não há aleatoriedade. Daí a negação da história, ou até mesmo a decretação pedante do seu fim com a consolidação da democracia liberal, como fez Francis Fukuyama.

O privilégio restringe-se ao Estado, jamais à propriedade: “Mas chamar de privilégio a propriedade privada como tal, que todos podem adquirir segundo as mesmas normas, só porque alguns conseguem adquiri-la e outros não, é destituir a palavra privilégio do seu significado” (HAYEK, 1987, p. 92). Aqui temos um conceito importante para a classe média tradicional e à burguesia brasileira.

Historicamente, como está provado, tornaram-se o que são justamente por terem propriedade, monopólio e controle socioinstitucional sobre as mobilidades para a obtenção da propriedade privada e de capitais por meio de políticas segregacionistas e violentas. Com a República, tiveram monopólio sobre a mobilidade econômica, a mobilidade simbólica e a mobilidade educacional, como mostram os estudos sobre os imigrantes europeus e os brasileiros brancos. Esse monopólio no contexto do embranquecimento permitiu a formação e a consolidação da classe média tradicional e da burguesia, bem como a formação segmentada e racializada da classe trabalhadora em que aos trabalhadores negros cabe o papel de marginalizados, porque estão segregados do acesso e controle dos mecanismos e dispositivos das mobilidades.

O negacionismo historiográfico e histórico é importante para os segmentos sociais dominantes, porque naturaliza a posição que possuem, transmitindo a ideia escolanovista de que conseguiram o *status* em uma disputa aberta e justa sobre um sistema meritocrático que formou uma sociedade alicerçada na “hierarquia das capacidades”. O autoritarismo da escolha de profissão, por exemplo, se daria apenas se o Estado interviesse, jamais como produto das relações econômicas, sociais e políticas. Não por coincidência, o ideário liberal é o grande citado para quem se opõe às cotas e ao Bolsa-Família. Segundo Hayek (1987, p. 103), “o importante é termos a margem de escolha e

não estarmos amarrados por completo a uma determinada ocupação que outros escolheram para nós, ou pela qual optamos no passado". Assim, "nada é mais intolerável do que saber que nenhum esforço de nossa parte pode mudar as circunstâncias". Por óbvio, Hayek não vê nenhuma relação entre pobreza, desigualdade econômica, mobilidades simbólica e educacional, ocupação, "esforço" e "circunstâncias". Tudo é uma questão de esforço individual e do acaso, tornando-se perfeito a grupos conservadores que têm o objetivo de preservar o *status quo* que reproduz hereditariamente o próprio *status quo*.

Cientificamente, o discurso liberal é ingênuo e infantil, pois colide com pesquisas e teorias científicas, como toda a sociologia do trabalho e a sociologia da educação a partir de 1960 até os dias atuais. Mas, politicamente, atende aos interesses da classe dominante e da classe média tradicional. A distribuição de ocupações seria uma obra do acaso, um risco da democracia, marcada pela imprevisibilidade, justamente o contrário da realidade, pois nada mais fácil do que prever o que cada criança se tornará sem a intervenção do Estado.

O pensamento supostamente pueril enxerga a concorrência como a justiça vendada; mas, pelos dados objetivos da ciência, concorrência e justiça possuem predileção, respectivamente, pelo fracasso e pelo encarceramento e morte de trabalhadores pobres e negros. Pensamentos estéreis, como "se bem que a concorrência e a justiça pouco mais tenham em comum, ambas são dignas de elogio justamente por não admitirem discriminação entre as pessoas" (HAYEK, 1987, p. 109), tornam-se comuns nos corolários e rodas liberais. É preciso desatar o nó feito por uma criança que está aprendendo a amarrar os sapatos, tratado ufanamente como se fosse um nó górdio.

A concorrência é vista como uma esfera que repele a discriminação, pois desigualdade econômica não teria relação com a discriminação. Seria uma consequência natural da concorrência entre os mais e menos capazes. A concorrência se consubstanciaria como uma imprevisibilidade:

A impossibilidade de prever quem será bem-sucedido e quem fracassará, o fato de recompensas e perdas não serem distribuídas segundo um determinado conceito de mérito ou demérito, dependendo antes da capacidade e da sorte de cada um – isso é tão importante quanto não sermos capazes de prever, na feitura das leis, quem

em particular sairá ganhando ou perdendo com a sua aplicação (HAYEK, 1987, p. 109).

Lógico que poderíamos alegar que Hayek ignorasse em sua época pueril e da *belle époque* – em guerra! – o *lobby* e a longa discussão acadêmica e política sobre cartelização e trustificação nos EUA, o que seria algo no mínimo desconcertante, academicamente falando, mas o fato é que o acaso e a sorte se vinculam ao seu conceito de democracia, construída em oposição aos conceitos de coletivismo e de planejamento, os quais cairiam quase que necessariamente no socialismo. Hayek afirma que o “regime democrático” pode “ser tão opressor quanto a pior das ditaduras” desde que exista um “governo de uma maioria muito homogênea e ortodoxa”, como parece ser a visão dos conservadores brasileiros sobre os grupos políticos e a relação entre coletivismo e socialismo, em que todos, como a ONU, seriam socialistas. Esse é um ponto que pode resultar em alguma disputa não muito significativa entre os irrefutavelmente liberais e os conservadores, como ocorreu a partir de abril de 2020, quando os conservadores construíram uma visão distinta de parte dos liberais sobre a forma de combate à propagação da Covid-19. Como inicialmente pessoas dos extratos de renda A e B passaram a morrer, o discurso de naturalização da morte dos mais velhos e inaptos (eugenismo) chegou ao seu limite nesses grupos sociais, embora os empresários fossem grandes promotores do retorno das atividades laborais, o que não é um grande paradoxo, pois são pessoas que conseguiram manter o isolamento pessoal familiar mesmo com a normalização das atividades econômicas e se inseriram no “turismo da vacina” no primeiro semestre de 2021. Hayek continua:

Não queremos dizer, contudo, que a ditadura leva inevitavelmente à abolição da liberdade, e sim que a planificação conduz à ditadura porque esta é o instrumento mais eficaz de coerção e de imposição de ideais, sendo, pois, essencial para que o planejamento em larga escala se torne possível (HAYEK, 1987, p. 84).

Em suma, a ditadura não necessariamente leva à supressão da liberdade, mas o planejamento econômico em uma democracia suprime a liberdade e pode levar a sociedade a um tipo de ditadura que necessariamente suprime a liberdade; portanto, distinta da primeira forma de ditadura. Essa sentença desfaz o suposto absurdo que seria o apoio dos democratas norte-americanos a ditaduras, como o apoio

de Friedman à ditadura chilena, o de Hayek ao nazismo, o de Mises ao fascismo e o de liberais brasileiros à Ditadura Civil-Militar. O ponto é: depende da ditadura. Se for uma ditadura com “livre-mercado”, como no Chile, não necessariamente deve ser compreendida como uma ditadura supressora da liberdade. É nesse contexto que se encaixa a defesa de Guedes do “legado chileno”. A democracia seria o sistema em que “as possibilidades de controle consciente se restrinjam aos campos em que exige verdadeiro acordo, e que, em certos campos, se confie no acaso: este é o seu preço” (HAYEK, 1987, p. 83).

O conceito de democracia como negação de qualquer política que combata a desigualdade econômica é fundamental para a negação dos mecanismos de reprodução da exploração e da desigualdade econômica. É a “filosofia neoliberal” de Júlio de Mesquita Filho, o tipo ideal do irrefutavelmente liberal. Segundo os pais, o casamento entre conservadores e liberais é, *a priori*, ideal. Foi assim que Júlio de Mesquita Filho compreendeu o Golpe de 1964, mesmo com a ascensão temporária do Estado sobre a política e as liberdades individuais. Não *atacando* a individualidade mercantil e estabelecendo a “concorrência” como obra do *acaso*, não há problemas com a liberdade, pois é a concorrência que a cria:

Mas mesmo assim em tal regime o pobre tem uma liberdade maior do que um indivíduo que goze de muito mais conforto material numa sociedade de outro gênero. No regime de concorrência, as probabilidades de um homem pobre conquistar grande fortuna são muito menores que as daquele que herdou sua riqueza. Nele, porém, tal coisa é possível, visto ser o sistema de concorrência o único em que o enriquecimento depende exclusivamente do indivíduo e não do favor dos poderosos, e em que ninguém pode impedir que alguém tente alcançar esse resultado (HAYEK, 1987, p. 110).

Aqui está a síntese de quase todo o pensamento hayekiano. A desigualdade econômica não influenciaria o regime de concorrência, reproduzindo um modelo ideal que possibilitaria, pela capacidade, a ascensão de pessoas pobres, segundo algumas “probabilidades” não enunciadas no texto ou em qualquer outro do autor. E é essa concorrência que proporcionaria liberdade ao indivíduo, pois se estabeleceria socialmente sobre o pilar da “hierarquia das capacidades”. Portanto, liberdade não possui relação imediata com as condições materiais, po-

dendo o miserável ser classificado como um ser livre pelo simplório e fantasioso motivo de existir a possibilidade.

Essa defesa é o cerne do discurso da meritocracia brasileira que, de forma politicamente coerente, ignora a sua gênese. Ao mesmo tempo, coube e cabe perfeitamente para a ascensão de “teorias” emergentes, como a Teologia da Prosperidade e o empreendedorismo, sínteses ideológicas das premissas liberais de negação da gênese da meritocracia brasileira à classe trabalhadora. De tabela, serve como negação de qualquer condicionante objetivo, como a classe e o racismo, o qual não têm outra vala senão a da negação dos que recebem hereditariamente os privilégios de sua classe e do *status quo* familiar. Pior, a discriminação positiva seria um tipo de privilégio, pois se configuraria em uma intervenção do Estado sobre um grupo. Esse é o verdadeiro desapego à história que alicerça o negacionismo à ciência, a qual passa a ser culpada e colocada na mesma vala da *doxa*, da mera opinião.<sup>127</sup> A oposição ao combate ao racismo e a qualquer mecanismo de distribuição desigual da renda é o principal instrumento social e ideológico de reafirmação do privilégio da classe média tradicional. Com o neoliberalismo, assume verniz teórico e pretensamente científico. Do ponto de vista científico, o neoliberalismo aplicado no Brasil não difere do embranquecimento e do cientificismo do final do século XIX e da primeira metade do século XX. Transformou-se em uma nova modelação da racialização brasileira. É a sua nova roupagem, uma substituição pertinente que reproduz os pressupostos do embranquecimento e do cientificismo. O neoliberalismo reproduz a desigualdade racializada por meio de um *laissez-faire* negacionista cuja proposição lógica somente se faz possível se e somente se houver a negação dos dispositivos sociais e econômicos de reprodução, enquanto os mesmos dispositivos atuam estruturalmente e institucionalmente para a potencialização da exploração, da concentração de renda e da desigualdade econômica e social.

Mas não há nada que seja ruim que não possa piorar. Milton Friedman (1985), por ter se debruçado em problemas mais prementes

127 As comparações são cientificamente absurdas: “Quem duvidaria (...) que o poder exercido sobre mim por um multimilionário, que pode ser meu vizinho e talvez meu patrão, é muito menor que o do mais insignificante funcionário que exerce o poder coercitivo do Estado e decide em que condições poderei viver ou trabalhar?” (HAYEK, 1987, p. 111). Perceba que tudo leva a responsabilização do Estado e as suas políticas públicas, a única esfera que pode retirar a liberdade. Um agente de saúde que recomenda práticas preventivas teria mais “poder coercitivo” do que um bilionário que comprou algum bloco da CEDAE-RJ.

do que Hayek, abusou do negacionismo, ou melhor, constituiu uma práxis negacionista como ferramenta para a validação lógica de suas proposições. O Capítulo VII de seu *Capitalismo e Liberdade*, intitulado *Capitalismo e Discriminação*, é uma aula do negacionismo tão em voga atualmente. O economista parte de um pressuposto heterodoxo, segundo o qual o capitalismo é o único modo de produção que permite o que chamou de “redução de discriminação”, embora o dado histórico dê conta de que o racismo contra o negro apenas tenha sido possível pela existência do escravismo moderno, elemento de acumulação do capitalismo, e o dado sociológico determine o contrário sobre as relações sociais contemporâneas, como já extensamente abordado.

Para Friedman (1985, p.101), teria sido justamente “a manutenção das regras gerais da propriedade privada e do capitalismo que constituíram a principal fonte de oportunidade para os negros e lhes permitiu fazer maiores progressos do que fariam em outras circunstâncias”. Não lhe ocorreu ser o escravizado uma propriedade privada, e a manutenção do escravagismo tenha se fundamentado na defesa justamente da propriedade privada. As “outras circunstâncias”, termo nebuloso, porém elucidativo sobre o seu pensamento, permite concluir que não as enxerga como elemento do capitalismo e de sua acumulação primitiva, reproduzindo o discurso do papel civilizador do capitalismo e do homem branco e cristão na corrida neocolonial dos séculos XIX e XX. Em outras palavras, se fosse mais direto, Friedman defenderia que fora justamente o capitalismo o agente civilizador do africano por meio da escravidão mercantil. Além de endossar por completo a questão do escravagismo moderno e do neocolonialismo, legitima em seu país o Jim Crow, a 13ª emenda e as reações à 14ª emenda, a violência e o racismo na década de 1950 e 1960 – época em que escreve e publica o livro –, tudo sob o manto protetivo “das regras gerais da propriedade privada e do capitalismo”.

Friedman analisa se um trabalhador negro pode não ser contratado por ser negro. Subjaz em sua explanação a confusão entre indiferença do trabalho e indiferença da força de trabalho – mais uma vez faz sentido, pois a escola neoclássica nega a produção de valor e, por conseguinte, a distinção entre valor e preço:

(...) o comprador de pão não sabe se foi ele feito de trigo cultivado por um homem branco ou negro, por um cristão ou judeu. Consequentemente, o produtor de trigo está na posição de usar seus recursos tão efetivamente quanto

possível, sejam quais forem as atividades da comunidade com relação à cor, religião ou qualquer outra característica das pessoas que a emprega (FRIEDMAN, 1985, p. 102).

Há indiferenciação do trabalho, o que Marx (1983) chamou de trabalho abstrato, e, de fato, para quem consome pouco importa quem produz, ou para ser mais exato, pouco importa como se produz, se por meio de trabalho qualificado alemão ou de bolivianos escravizados em São Paulo, se por trabalhadores japoneses e decasséguis em jornada de trabalho de 60 horas ou por imigrantes senegaleses. Mas, como visto pelos exemplos arrolados, não há indiferenciação completa da força de trabalho, pelo simples fato de o capital se mobilizar em direção ao menor valor da força de trabalho. O que manda é o valor. Quase invariavelmente o capital procura os bolivianos escravizados e os imigrantes senegaleses, e, entre japoneses e decasséguis, vai com decasséguis. Em suma, o que há é a indiferenciação dos trabalhos concretos por meio da igualdade dos tempos de trabalho no processo de troca. Contudo, como o consumo é o fator de produção de valor na escola neoclássica, Friedman considera que, caso um consumidor se proponha a comprar algo de acordo com a discriminação, se instituiria um fator de aumento de custo, desde que o produto produzido pelo negro contenha valor menor. Se não, se teria o livre-mercado como agente indutor para a diminuição da discriminação. Portanto, o consumo de mercadorias produzidas por bolivianos escravizados e imigrantes senegaleses seria fator de diminuição da discriminação (sic!). Como o consumo é indiferenciado, pouco importa a discriminação contra os bolivianos e os senegaleses pelos consumidores alemães, porquanto a diferenciação/discriminação já foi feita pelo capital produtivo.

Disso se segue que não cabe política pública com o objetivo de diminuir a discriminação. O que restaria é o convencimento “de que seus gostos não são bons”, em detrimento do uso do “poder coercitivo para impor meus gostos e minhas atitudes a outras pessoas” (FRIEDMAN, 1985, p. 103). Qualquer política que procure evitar a discriminação constituir-se-ia em um atentado contra a liberdade individual, principalmente sobre a liberdade do empregador de empregar quem deseje. Vamos ao exemplo:

Considerem, por exemplo, a situação de uma loja situada num bairro habitado por pessoas que têm forte aversão a serem servidas por negros. Suponhamos que uma destas lojas tenha vaga para um empregado, e o primeiro

candidato a se apresentar seja negro e preencha todas as exigências estabelecidas pelo empregador. Suponhamos ainda que, como consequência da lei em questão, a loja seja obrigada a contratá-lo. O efeito de tal ação será a redução do movimento de negócios e a imposição de prejuízo ao proprietário. Se a preferência do bairro é realmente firme, poderá levar ao fechamento da loja. Quando o proprietário de uma loja contrata empregados brancos em vez de negros, no caso de não existir uma lei a respeito, ele pode não estar manifestando preferência ou preconceito ou gosto próprios. Pode estar simplesmente transmitindo os gostos da comunidade a que serve. Está na realidade oferecendo aos consumidores os serviços que estes desejam consumir. Entretanto, ele fica prejudicado – e pode ser mesmo o único prejudicado – por uma lei que o proíbe de desenvolver essa atividade, isto é, que o proíba de satisfazer os gostos da comunidade contratando um empregado branco em vez de negros (FRIEDMAN, 1985, p. 103-104).

O exemplo é elucidativo. O consumo seria o regulador das relações sociais, um dispositivo que seria natural, porque é uma esfera antiestatal, lócus do *status* hayekiano e do antiprivilégio. O neoliberalismo é um projeto que objetiva universalizar o *laissez-faire* em todos os espaços. Diante desse objetivo, sempre coaliza e dá organicidade ao projeto de poder de quem é dominante, já que nega a existência de dispositivos sociais da exploração e da desigualdade, crendo a desigualdade como produto da desigualdade das potencialidades individuais. Para quem controla todos os dispositivos da mobilidade econômica, simbólica e educacional, é uma visão de mundo perfeita. Friedman publicou *Capitalismo e Liberdade* em 1962, no auge da luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos. O texto é translucidamente antidireitos civis em que credita ao mercado e ao consumo o papel exclusivo de universalizador de direitos civis. Na prática, legitima o que considera direito à discriminação para a reprodução do racismo no consumo, ao mesmo tempo que afirma a positividade da indiferenciação do trabalho para o consumo, omitindo a diferenciação feita pelo capital produtivo. É uma espécie de privatização dos direitos por meio da visão solipsista do consumidor. Não há espaço para a coisa pública, a não ser para aquilo considerado essencial, como a polícia. Em outras palavras, *Friedman foi um segregacionista e a sua obra é, sobretudo no contexto em que foi produzida, supremacista.*

O mesmo argumento vale para as escolas segregadas. Cientificamente, Friedman reproduz toda a sorte de senso comum e terraplanismo educacional no capítulo *Papel do Governo na Educação*. Ele simplifica os investimentos em educação, tratando-os como insumos cujo retorno seria mais alto do que o capital físico por haver uma correspondência entre investimento e retorno, na lógica da Teoria do Capital Humano:

Assim, os indivíduos que recebessem o treinamento estariam de fato arcando com o custo inteiro. O volume de investimento poderia então ser determinado por escolha individual. Uma vez que fosse o único meio pelo qual o governo financiasse os treinamentos vocacional e profissional, e que os ganhos calculados refletissem todos os retornos e custos relevantes, a livre escolha dos indivíduos tenderia a produzir o volume ótimo de investimento (FRIEDMAN, 1985, p. 99).

Fundamentado nessa premissa, defende a instituição de uma rede de financiamento por instituições financeiras privadas. A educação é um tema recorrente em sua obra mais voltada ao público, embora não se possa ignorar impacto na produção acadêmica, como em *Income from Independent Professional Practice*, escrito com Simon Kuznets, objeto de desejo de Langoni para explicar e naturalizar o aumento da desigualdade econômica brasileira a partir de 1964. Para os neoliberais, assentados na Teoria do Capital Humano, um apêndice do neoliberalismo, “a extensão e ampliação das oportunidades educacionais é um dos fatores mais importantes para a redução da desigualdade” (FRIEDMAN, 1985, p. 159-160), na qual a relação entre capital e aumento da desigualdade não passaria de um “mito”, como afirma em *Livre para escolher*, escrito com a sua companheira Rose Friedman (2015, p. 163). A mesma preocupação está no capítulo oito de *Tiranía do Status Quo*, dedicado inteiramente à educação. Em todos os livros citados, a apresentação sobre educação passa longe de qualquer parâmetro científico da época e da atualidade. Há uma intensa reprodução de senso comum sintetizado em exemplos simplificados e de difícil conciliação com a realidade atestada em dados científicos.

Contudo, as suas ideias foram os fundamentos das políticas educacionais, especialmente quando elas ficaram submetidas às medidas dos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial. Hoje é possível avaliar o impacto dessa política: por exemplo, em 2019,

havia uma dívida ativa de 1,9 trilhão de dólares dos ex-estudantes de ensino superior aos bancos norte-americanos. Com uma dívida média de 28.400 dólares por pessoa, quem não faria o que fosse mandado no trabalho, como colocar uma caixa de papelão na cabeça caso chegasse atrasado?<sup>128</sup> Ou o que dizer do *Diagnóstico FIES*, publicado em 2017 pelo preocupado Ministério da Fazenda, no qual se verifica o paradoxo existencial entre uma política neoliberal de expansão da rede de ensino superior privada por meio do endividamento dos ex-estudantes, tendo o orçamento federal como garantidor, e outra política neoliberal de controle e retração dos investimentos para pagamento da dívida pública com o mesmo orçamento federal como garantidor. A defesa de tais políticas, contudo, se dá por razões cristalizadas no mito da meritocracia e da universalização de um direito por meio do consumo, uma vez que todos poderiam ter acesso ao sistema. Piketty (2014, p. 473) tem uma ponderação relevante e real sobre tal relação:

Um estudo revelou que as doações feitas pelos antigos alunos a suas universidades eram concentradas curiosamente no período em que seus filhos estavam na idade de tentar o acesso às instituições. Ao confrontar as diferentes fontes disponíveis, podemos estimar que a renda média dos alunos de Harvard hoje é da ordem de 450.000 dólares, ou seja, mais ou menos a renda média dos 2% mais ricos dos lares americanos. Isso parece pouco compatível com a ideia de uma seleção baseada apenas no mérito. O contraste entre o discurso meritocrático oficial e a realidade parece, aqui, particularmente acentuado. É necessário também destacar a ausência completa de transparência nos procedimentos de seleção.

Estaria Piketty a persuadir o leitor a interpretar a existência de *compra de vaga* nas principais universidades norte-americanas, ou um sistema que a induziria, já que a doação dos ex-alunos costuma ser feita no período de ingresso do filho?! Há quem ache que um sistema que privilegia grupos com renda de 450 mil dólares seja meritocrático; costumam ser aqueles com renda acima de 450 mil dólares ou os agraciados com bolsas de grandes fundações, aptos, uma vez formados, a defender acriticamente o sistema em que foram exceção, como ocorre com os agraciados da Fundação Lemann e a sua escola de formação de políticos profissionais pró-mercado.

128 Dados retirados de [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/06/internacional/1528282199\\_859406.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/06/internacional/1528282199_859406.html). Acesso em 11 de dezembro de 2019.

A segregação, por sua vez, seria superada pela liberdade de mercados na educação, em que deveria eliminar “a operação governamental das escolas e permitir aos pais escolher o tipo de escola que desejam que os filhos frequentem” (FRIEDMAN, 1985, p. 108). Vamos à solução final do preconceito segundo o economista liberal, fomentado pelas políticas públicas anti-segregação e não pela segregação, um direito natural que deve se sobrepor ao integracionismo (sic!):

Se fosse adotada uma proposição como a do capítulo precedente, ela permitiria o desenvolvimento de certa variedade de escolas, algumas todas brancas, outras todas negras, e outras ainda comuns aos dois tipos de população. Permitiria, de outro lado, que a transição de um tipo de escola para outro – para as comuns aos dois tipos de população, é o que esperamos – se realizasse de modo gradual à medida que as atitudes da comunidade fossem mudando. *Evitaria, assim, o duro conflito político que tanto tem contribuído para criar tensão social e dividir a comunidade.* E permitiria, como o mercado faz de modo geral, o surgimento, nesta área particular, da cooperação sem o conformismo (FRIEDMAN, 1985, p. 108-grifos meus).

Por óbvio que, após terminar de ler, o leitor pôde compreender melhor o registro de uma política pública que objetiva respeitar o direito de segregar e de não contratar negros para respeitar o racismo (opinião ou gosto) dos consumidores. O “conformismo” refere-se ao impacto psicossocial entre os dois grupos, negros e brancos, e à obrigatoriedade das escolas não segregadas, equiparando o racismo ao direito civil dos negros. Assim, o racismo se transformou em um direito civil, no qual seria deturpado pelos negros que, em luta pelos direitos civis, contribuiriam para “criar tensão social e dividir a comunidade”.

Nada mais afeito à reprodução do *status quo* do que naturalizar os mecanismos sociais de reprodução econômica, como o racismo, transformando-os em “gosto”. Essa visão de mundo cabe perfeitamente às demandas da classe média tradicional como uma verdadeira “filosofia neoliberal”. O resultado é a criação de uma ojeriza a qualquer organização que pense a desigualdade e a qualquer política pública, uma vez que, ideologicamente, o planejamento se transformaria em socialismo. Diante do avanço do “socialismo”, essa classe média concilia politicamente com o fascismo e o nazismo com alguma compaixão envergonhada, como mostram Irene Cardoso (1982) em relação a Co-

*munhão Paulista* e as expressões de proximidade entre o bolsonarismo e grupos e simbologias neonazistas. Conceitos como os de exploração e desigualdade são implodidos por uma meritocracia já estabelecida historicamente, tanto nos EUA quanto no Brasil. Portanto, a negação da história é um instrumento político fundamental para a classe dominante e os grupos privilegiados. A aversão à História deve ser vista como um dado da classe, um artifício na reprodução das relações de produção, um instrumento da classe dominante na luta de classes. É um negacionismo científico que foi antessala do negacionismo científico na pandemia, espreado nas classes populares por meio do neopentecostalismo e demais setores econômicos, como o agronegócio.<sup>129</sup> O liberalismo produzido e secularizado no século XX tem no negacionismo científico, notadamente em estudos historiográficos, econômicos e sociológicos, um pilar epistemológico que dinamiza e naturaliza a ontologia de grupos e classes sociais dominantes.

O neoliberalismo legitima o *status quo* da desigualdade e da exploração por meio da crítica udenista ao *status quo* dos “privilegiados”. Assim, a crítica fica alheia a qualquer iniciativa de combater a concentração de renda, incidindo negativamente sobre grupos específicos, como trabalhadores e servidores públicos, estes eleitos como os privilegiados. O Estado passa a ser o culpado universal, segundo as perspectivas hayekiana e friedmaniana:

Qualquer sistema que dê tanto poder a um grupo de homens cujos erros – compreensíveis ou não – pode ter efeitos tão severos e amplos é um mau sistema. É um mau sistema para os que acreditam na liberdade justamente porque dá a poucos homens um poder tão grande sem que seja exercido nenhum controle efetivo pelo corpo político (FRIEDMAN, 1985, p. 53-54).

129 O agronegócio brasileiro passou a financiar palestras de “negacionistas climáticos” contrários ao consenso científico na área. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/bbc/2021/11/18/agronegocio-palestras-mitos-aquecimento-global.htm>. Acesso em 18 de novembro de 2021. Em contrapartida, o portal *Repórter Brasil*, em associação com *Agência Pública*, publicou levantamento que comprova que fazendeiros vinculados à soja e à pecuária despejaram agrotóxicos na Amazônia e em outros biomas em proporção de 10 mil campos de futebol em 10 anos. O objetivo é o de facilitar o desmatamento, despejando em vegetações, animais e pessoas. Uma das substâncias encontradas é a 2-4D, componente do agente laranja, arma utilizada pelos EUA em ataques biológicos contra a população civil vietnamita. Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2021/11/fazendeiros-jogam-agrotoxico-sobre-amazonia-para-acelerar-desmatamento/>. Acesso em 18 de novembro de 2021.

A norma e a autoridade estatais tornam-se sinônimos de arbitrário. E qual é a liberdade? A do mercado que institui a desigualdade natural:

Se o trabalhador japonês tem um nível de vida inferior ao do americano, é por ser menos produtivo em média do que o americano, devido ao treinamento, à quantidade de capital ou de terra que dispõe para trabalhar. Se o trabalhador americano for, digamos, quatro vezes mais produtivo do que o trabalhador japonês, seria inútil usá-lo para a produção de mercadorias em que é em média menos de quatro vezes tão produtivo. É melhor produzir as mercadorias em que mostra maior eficiência, e trocá-las por aquelas em que é menos eficiente (FRIEDMAN, 1985, p. 73).

Desigualdade naturalizada pelo comércio internacional, como sonhara Adam Smith, transformada em justificativa ideológica para a desindustrialização, como ironicamente aconteceu com os EUA e o seu cinturão da ferrugem, fazendo com que os brasileiros constatassem que, em meio à pandemia de Covid-19, o país não conseguiu produzir de itens simples, como máscaras e luvas, a itens não tão simples, mas longe de qualquer grande complexidade, como ventiladores e respiradores. Quando da Covid-19, verificou-se que apenas quatro empresas pequenas produziam respiradores, longe da necessidade do país. Com a desorganização e o desinvestimento do SUS, a demanda por esses itens tende a cair, induzindo empresas nacionais a não produzirem de forma contínua. Essa é uma das relações simples entre investimento público em políticas sociais e industrialização. O desinvestimento público induz a desindustrialização. É um efeito ainda não devidamente quantificado da Emenda Constitucional n. 95: a indução à desindustrialização nacional do parque produtivo da saúde, promovendo a industrialização de outros países que possuem capacidade em larga escala, como a China, a qual, não coincidentemente, constrói um amplo sistema de saúde. A desorganização produtiva é tal que nem mesmo a reorganização para a produção desses itens foi possível, porque na ideologia liberal, as relações de troca seriam sempre baseadas na troca igual entre desiguais em que cada parte seria especializada em algo. Não é incomum ver grupos políticos nacionais com capital internacionalizado sob o rentismo não darem grande importância à produção industrial nacional e defenderem a transformação do país em uma grande fazenda que abasteceria o planeta e em uma pista de

urgência de aterrissagem abrupta de capital estrangeiro, mesmo que a decolagem para outro país seja logo em seguida, de acordo com o fuso horário. Na prática, há a perspectiva de transformar-se em um país-dormitório de capitais de risco.

A liberdade, por seu turno, somente pode existir se estiver asentada na propriedade privada e no livre mercado. Friedman (1985, p. 36) propõe outro exemplo curioso para expor o que pode ou não ser objeto de ação governamental quando discorre sobre a racionalidade econômica de parques privados na cidade e fora da cidade, como o *Yellowstone National Park*:

Qual a diferença fundamental entre os dois? Para o parque da cidade, é extremamente difícil identificar as pessoas que se beneficiam dele e fazê-las pagar pelos benefícios que recebem. Se há um parque no meio da cidade, as casas em todos os lados obtêm o benefício do espaço livre e as pessoas que passam por ele ou em torno dele também se beneficiam. Manter coletores nos portões ou impor taxas anuais por janela voltada para o parque seria muito caro e difícil. As entradas para um parque nacional como o de Yellowstone, de outro lado, são poucas; a maioria das pessoas que chagam a ele permanecem por longo tempo e, portanto, é perfeitamente viável instalar balcões de coleta nos portões e cobrar taxas de entrada.

O critério para a privatização, portanto, é a existência de um portão e um território que possibilite fechar o parque. Em outras palavras, os requisitos são o portão e a existência de coletores de taxas apenas. Em nenhum momento há qualquer preocupação com quem não tem dinheiro para as taxas, revelando que o programa e a filosofia neoliberais não possuem o povo em sua totalidade como princípio ou pressuposto existencial. Assim como Hayek propunha a limitação da *Liga das Nações* aos países europeus e aos EUA, Friedman nunca escreveu qualquer linha sobre como os sem recursos entrariam em um parque privado, por exemplo. A justificativa mais provável deve-se ao estreitamento do conceito de liberdade, expressado sempre no consumo e, portanto, apenas naquele que pode consumir. Logo, nem todos podem ser livres. Não há vírgula e alguma outra oração em seguida; é o ponto final sem parágrafo: uma dominação contratual da sociedade dos livres sobre os não livres (LOSURDO, 2006).

Qualquer medida que penalize o capital significaria necessariamente a penalização do trabalho. Destarte, impostos ou custos sobre o capital resultaria em menos trabalho, como fica demonstrado em sua oposição ao sindicato e ao salário-mínimo em que o primeiro distorceria os “salários da classe trabalhadora”, tornando-os “mais desiguais” na medida em que reduziria “as oportunidades disponíveis aos trabalhadores menos categorizados” (FRIEDMAN, 1985, p. 115); e o segundo tornaria “o desemprego maior do que seria em outras circunstâncias” (FRIEDMAN, 1985, p. 163). Portanto, para criar mais empregos, embora o neoliberalismo divirja do pleno emprego e trabalhe com o desemprego como mitigador da inflação, somente por meio da diminuição dos custos sobre o trabalho. Logo, somente a retirada de direitos, ou a instituição do não-direito, poderia criar mais trabalhos, mesmo com salários menores, eliminando-se os salários “mais desiguais”. É esse falso axioma que subsidia o pensamento contemporâneo reinante na imprensa brasileira. Qualquer intervenção a contrariar tal sentença é um passo para o caminho da servidão plena, para a tirania. Todas as reformas, como a trabalhista, a previdenciária, as Medidas Provisórias n. 927/2020 e n. 936/2020, o socorro aos bancos, a Emenda Constitucional do “Orçamento de Guerra”, as PECs n. 186/2019, n. 187/2019 e n. 188/2019, e a Reforma Administrativa, estão fundamentadas nessa “filosofia neoliberal”.

Como cientificamente a desigualdade nunca é natural, resta ao liberalismo negar os mecanismos econômicos, sociais e culturais de produção e reprodução da desigualdade. Primeiro, negando a exploração. Segundo, pelo negacionismo sobre os dados e conceitos científicos e históricos. A resultante mais radical é a negação da sociologia ou de qualquer ciência dita de humanidades. O negacionismo, por sua vez, é a porta de entrada do fundamentalismo liberal-religioso, como se percebe com a ascensão do fundamentalismo neopentecostal. Quando amalgamada com a Teologia da Prosperidade, a desigualdade econômica é naturalizada sobre um pré-determinismo divino aos que se esforçam e *devotam* o sagrado com o dízimo e o testemunho. Qualquer constatação científica da desigualdade que contrarie os seus princípios fundantes torna-se em uma ameaça epistêmica a ser politicamente combatida, agora por meio de dogmas religiosos.

O debate que Friedman faz sobre a distribuição de renda, no capítulo X, impressiona pelas contradições lógicas. Para Friedman, *status quo* consiste no privilégio de poucos, estabelecido por grupos poderosos e hegemônicos pertencentes à burocracia estatal. Essa

sentença vale tanto para a URSS quanto para os países de políticas de Bem-Estar Social, pois, assim como Hayek, embora tenha apreciação distinta sobre a palavra *status*, ambos têm como requisito o planejamento que levaria os indivíduos ao caminho da servidão, à tirania do *status quo*. Entretanto, o liberal norte-americano defendeu ardorosamente o direito à transmissão de herança de modo bastante peculiar. Indaga o conflitivo Friedman (1985, p. 149): “Os filhos de um comissário russo têm certamente maior expectativa de renda – talvez também de liquidação – que o filho de um camponês. Será este fato mais ou menos justificável do que a expectativa de renda maior do filho de um milionário americano?”. O direito aqui seria algum direito natural de legar ao filho o que acumulou, fato em comum a um comissário russo e a um milionário norte-americano.

Continuemos com o exemplo:

Suponhamos que existam quatro Robinson Crusóé abrigados em quatro ilhas diferentes, próximas umas das outras. Um teve sorte de chegar a uma ilha grande e fértil, que lhe permite viver bem com facilidade. Os outros chegaram a ilhas pequenas e áridas, nas quais só conseguem sobreviver com dificuldade. Um dia, tomam conhecimento da existência uns dos outros. Naturalmente, seria muita generosidade da parte do Robinson da ilha grande convidar os outros a se mudarem para lá e compartilharem de sua riqueza. Mas suponhamos que não o faça. Estariam os outros três justificados se se reunissem e o obrigassem a compartilhar suas riquezas com eles? Inúmeros leitores se sentiriam tentados a responder que sim. Mas, antes de sucumbir a essa tentação, considerem precisamente a mesma situação sob um aspecto diferente (FRIEDMAN, 1985, p. 150).

Vamos à impressionante analogia de termos assimétricos:

Suponhamos que você, leitor, e mais três amigos estão passeando por uma rua e você percebe uma nota de 20 dólares no chão e a recolhe. Seria muita generosidade sua, de fato, se resolvesse dividi-la com seus três amigos em partes iguais ou, pelo menos, se os convidasse para um drinque. Mas suponhamos que não o faça. Estariam os outros três justificados se se reunissem e o forçassem a compartilhar a sua nota com eles? Tenho a impressão de

que muitos leitores responderiam que não (FRIEDMAN, 1985, p. 150).<sup>130</sup>

É evidente a falácia da falsa analogia. Por óbvio, os termos não são comparáveis. No primeiro exemplo, o uso da força se justifica, porque o contrário resultaria em morte. O segundo exemplo consiste em apenas um drinque a menos na vida. Para Friedman, restaria a morte lenta em uma ilha árida em nome da liberdade e do *laissez-faire*, porque a recusa do Robinson da ilha grande e a do seu leitor – note que no primeiro caso é uma personagem de uma história fantasiosa e no último é um exemplo corriqueiro que poderia acontecer com qualquer um – expressaria “diferenças de status ou posição ou riqueza” que “raramente pode ser considerada como resultado da sorte”, porque “o homem trabalhador e econômico é qualificado de ‘merecedor’, entretanto ele deve suas qualidades em grande parte aos *genes* que teve a felicidade (ou infelicidade) de *herdar*” (FRIEDMAN, 1985, p. 151-grifos meus). Está aí o *determinismo genético do neoliberalismo* em que a herança de genes melhores é o principal dom individual, uma espécie de darwinismo social transmitido entre as gerações. Por isso, o filho do milionário pode herdar e ainda se considerar merecedor, mesmo sem fazer nada. É o humanismo de Quincas Borba.<sup>131</sup>

A desigualdade é uma consequência natural e desejada, desde que constituída com mobilidade social a partir do que chamou de “igualdade de oportunidades”, neblinada pelos exemplos acima. Ocorrer que, segundo as pesquisas recentes, como a de Piketty, apresentadas anteriormente como matriz analítica, o capitalismo sempre foi o sistema hereditário do comissário russo representado pela figura ideologicamente empreendedora do milionário norte-americano. O capitalismo é também um sistema de transmissão de heranças, o

---

130 Quando do isolamento social, popularizou-se o filme espanhol *O Poço*. O filme trata exatamente da falsa polarização dos exemplos. Friedman, se escrevesse alguma resenha sobre o filme, entenderia o fracasso das personagens em dividir a comida como o sucesso do liberalismo, ao menos para aqueles que estavam nos primeiros andares. Paulo Guedes, um *Chicago Boy* da terceira idade, propôs, em um evento realizado pela Associação Brasileira de Supermercados, que os pobres comessem as sobras da classe média, que não seria como a europeia, mais comedida no prato em virtude das duas grandes guerras. Disponível em <https://www.brasilefato.com.br/2021/06/18/paulo-guedes-defende-utilizar-sobras-de-restaurantes-para-alimentar-pobres>. Acesso em 18 de junho de 2021. Compartilhar, não! Dar o resto, sim! A frase foi dita em um contexto em que 120 milhões de pessoas estavam submetidas à insegurança alimentar, segundo o IBGE, muito em virtude do aumento da área cultivada de soja e da diminuição da área cultivada de alimentos, como arroz e feijão.

131 Para uma análise esse paradoxo, ver <https://aterraeredonda.com.br/paradoxo-da-meritocracia/>.

que explica a tentativa de Friedman de justificá-lo como um sistema natural de herança de genes dos mais capazes que, em algum momento, teriam sido mais competentes e teriam o direito de transmitir aos seus descendentes. Como abordado Volume I, os momentos em que a classe dominante teria sido mais capaz são o da escravidão e o da segregação, essa defendida abertamente por Friedman como um direito social.

Como consequência naturalizada, a desigualdade transforma-se em algo secundário, um artifício preferível à ausência da liberdade materializada pela normalização e disciplinarização do consumo. A visão sobre os impostos radicaliza essa perspectiva, segundo a qual a saída para a liberdade se daria por um imposto uniforme sobre a renda acima de uma margem de isenção concomitante à abolição dos impostos às empresas. O imposto progressivo, segundo o economista de Chicago, criaria esquemas legais e ilegais para evitar e/ou sonegar o imposto. Essa perspectiva é reforçada de maneira reducionista por quase todos os economistas clássicos e contemporâneos liberais contrários ao imposto sobre grandes fortunas, inclusive pelo mais simplificador e manualístico deles, por isso o mais aceito na atualidade entre os irrefutavelmente liberais do país:

Os impostos são necessários. Mas o sistema de taxação discriminatória universalmente aceito sob o nome enganador de imposto progressivo sobre a renda e a herança não é um sistema de taxação. É, mais exatamente, uma maneira de expropriar os capitalistas e empresários bem-sucedidos. É incompatível com a preservação da economia de mercado, digam o que quiserem os acólitos do governo. O mais que pode fazer é contribuir para o advento do socialismo. Embora seja difícil de acreditar, o exame da evolução do imposto de renda, desde a sua criação em 1913 até os nossos dias, indica que muito brevemente esse imposto absorverá 100% de toda a renda que ultrapasse a média salarial dos indivíduos (MISES, 2010a, p. 912).

Diante de tal sentença, não é difícil imaginar a classe média tradicional e a burguesia serem profundamente liberais. O problema é que o Brasil mostra um equívoco completo dessa filosofia. Mesmo possuindo basicamente uma das estruturas tributárias mais regressivas do planeta, base de sustentação política da classe média tradicional e da burguesia, com amplo predomínio dos impostos indiretos e

uma diferença mínima entre a alíquota máxima aos mais ricos e a alíquota mínima, o Brasil apresenta um índice alarmante de sonegação de imposto. Mesmo sendo um dos países em que os mais ricos pagam menos impostos, com isenção de lucros e dividendos desde meados da década de 1990, entregando aos cofres públicos uma tributação em porcentagem de apenas um dígito – os que pagam impostos diretos são justamente aqueles que podem sonegar –, estima-se que o país deixou de arrecadar algo em torno de R\$ 600 bilhões em 2019, segundo o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (sonegômetro), em uma arrecadação de impostos da União de R\$ 2,3 trilhões, segundo a Associação Comercial de São Paulo (impostômetro), o que corresponde a impressionantes 26% do total arrecadado. Além do mais, como o Brasil possui um sistema tributário regressivo, pode-se dizer que por aqui se realizou o sonho (neo)liberal de refutar um “sistema de taxação discriminatório” contra os mais ricos, aqueles mais *competentes* que *herdaram os bons genes* desde o escravagismo e o segregacionismo republicano.

Contudo, é importante ser justo com Friedman. Assim como o austríaco, o norte-americano não teve como objeto qualquer país que não fosse os EUA. Entendia que o capitalismo havia levado desenvolvimento e diminuição da pobreza nos países do Ocidente e do hemisfério norte, embora entendesse a pobreza como “uma questão relativa” (FRIEDMAN, 1985, p. 173). Compreendia que a previdência deveria ser individual e jamais solidária, tampouco de caráter compulsório, ainda que a experiência de Chicago na Ditadura chilena nunca tenha sido objeto filosófico do economista,<sup>132</sup> mesmo após ao famoso encontro de uma hora com Pinochet em 1975, resultando em uma carta de recomendações econômicas ao ditador. Defendia uma política de mitigação à pobreza que não contemplasse categorias ou segmentos sociais, mas pessoas em situação de extrema pobreza. Para tanto, era contrário à previdência solidária, ao salário-mínimo e aos sindicatos. Propôs o imposto de renda negativo, uma espécie de subsídio aos mais pobres. Esse apego à pobreza e à extrema pobreza é uma proposta límpida ao efeito colateral das políticas neoliberais, naturalizado pela positivação anticientífica das disposições individuais e pela negação dos condicionantes econômicos, sociais e culturais (mobilidades econômica, cultural e simbólica). Na visão de Friedman, é um fardo

---

132 Recomenda-se a leitura do artigo *Facções políticas civis nas ditaduras militares do Brasil e Chile: os homens do IPES e dos “Chicago Boys” (1955-1990)*, de Tiago Monteiro (2013), que realiza um estudo comparativo entre as “elites tecnocráticas” das ditaduras chilena e brasileira.

criado pelos incompetentes e portadores de genes ruins que os liberais e os vencedores, os portadores de genes bons, têm de carregar.

Para o economista, o liberal que não entender a distinção entre igualdade de direitos e de oportunidades e igualdade material e de renda, deixa de sê-lo. A segunda igualdade transforma-se em atentado contra a liberdade:

Aquele que pensa em termos de igualdade acompanhará o liberal em todos estes casos. Mas pretenderá ir mais longe. Defenderá o direito de tirar de alguns para dar a outros, não como um meio efetivo pelo qual “alguns” poderão alcançar seu objetivo próprio, mas na base da necessidade da “justiça”. Neste ponto, a igualdade entra imediatamente em conflito com a liberdade, sendo preciso, pois escolher. *Um indivíduo não pode ser igualitário, neste sentido, e liberal ao mesmo tempo* (FRIEDMAN, 1985, p. 177-grifos meus).

A igualdade é um instrumento jurídico. Se parecer, em qualquer aspecto, que se volta para algo que proponha uma igualdade real, ou uma desigualdade menor à luz de uma dada ideia de igualdade jurídica, rompe-se com o liberalismo. Esse dado é o que ajuda a explicar por que todo liberal é apegado à “liberdade de imprensa”, à “liberdade de expressão” e à “liberdade individual”, porquanto a noção de liberdade está completamente desvinculada das condições objetivas da vida. Em Friedman, a liberdade está na sociedade por meio dos indivíduos, que seria vilipendiada pela ação do Estado contra o indivíduo. Para um liberal, é plenamente possível um trabalhador miserável, desde que não seja ele, ser classificado como um ser livre. Paradoxalmente, *basta que ele não seja objeto de intervenção estatal para além de um mero auxílio.*

Como sabidamente a desigualdade mata, segundo dados científicos, e produz mais desigualdade, distante da ideia de desigualdade natural e próxima à desigualdade *naturalizada* pela lei inercial da reprodução econômica, pode-se dizer que o liberalismo conservador contemporâneo é a ideologia a qual embasa a desigualdade que mata. Logo, o neoliberalismo mata!

Contra as relações sociais e as determinações econômicas, o polo aglutinador e normalizador é sempre o consumo. À luz desse

princípio, o consumo deve regular tudo e todos, da mensuração da eficácia de uma lei ante o avanço da criminalidade à educação:

As escolas não constituem exceção à regra, de que tudo o que o governo faz tende a custar duas vezes mais do que se feito no mercado privado. O problema real não é as despesas mais altas, mas pôr o consumidor – os pais e filhos – no comando da situação (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1984, p. 180).

Aliado ao papel do consumo, o não consumo seria um dos fatores de menor relevância para o aumento da criminalidade nos EUA na década de 1970 e 1980. O aumento da criminalidade se daria pelo aumento da percepção de que a pessoa é uma “criatura do meio e que não deve ser chamada às falas pelo seu comportamento”, supostamente fazendo com que as pessoas se levantassem contra o meio mediante a criminalidade:

Se pessoas pobres aceitam a ideia de que a pobreza não é culpa deles, mas da sociedade em geral, então é perfeitamente compreensível que sua reação seja: “Uma vez que a sociedade é responsável por minha pobreza, tenho todo o direito de ir contra ela e tomar o que necessito ou quero”. Analogamente, se vêm a acreditar que os abastados que veem na televisão ou observam nos bairros de gente de alta renda são ricos não por causa de seus próprios esforços – não porque trabalharam duramente, pouparam ou de alguma outra maneira contribuíram para a sociedade – mas simplesmente porque tiraram o bilhete premiado na loteria social, então é fácil compreender que acreditam que nada haver de errado em corrigir o resultado da loteria, tomando propriedades de outras pessoas (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1983, p. 149).

Ou seja, a culpa é da “turma dos direitos humanos que passa a mão na cabeça do bandido”, para pegar um pensamento contemporâneo ideologicamente correspondente. Não muito diferente do discurso dos programas policiais nas TVs brasileiras. Como a pobreza é culpa dos pobres, e não há qualquer relação entre a não correspondência sobre a ideia de sucesso transmitida pela TV e a ausência das mercadorias que materializam o sucesso, até porque se assim o fosse o autor seria obrigado a creditar algo à desigualdade material, a criminalidade nada mais é do que o recalque sustentado por um discurso

de vitimização (meio) contra a liberdade do consumo. Assim se explica a emergência de jargões contra os direitos sociais de segmentos marginalizados pela sociedade, com o objetivo de deslegitimá-los como uma marca inapagável de movimentos conservadores. Mais uma vez: existe filosofia melhor do que essa para um país como o Brasil? Ausência de políticas públicas em sinergia com o controle militarizado e punitivo da burguesia e da classe média tradicional sobre as mobilidades econômica, cultural e simbólica. Uma perspectiva que, em sua vulgarização, permite a qualquer política pública receber a acusação de política comunista, reproduzindo o anticomunismo como instrumento de luta contra uma política que pode antagonizar com os interesses de reprodução de classe e do *status quo* familiar e de grupo. É uma filosofia da qual se permite a qualquer política pública receber a acusação de política comunista. É uma filosofia que se casou perfeitamente no Brasil não somente com a burguesia rentista e a classe média tradicional, mas com o neoconservadorismo militarizado e a Teologia da Prosperidade. Há alguma dúvida por que os empresários se projetam mercedores da riqueza que possuem? Aqueles que “criam” empregos!? Aqueles que “geram” crescimento!? Aqueles que “produzem” riqueza!? Com tal filosofia universalizada no senso comum, não há dúvida que realmente acreditem. É o testemunho. Se testemunhar, é!

Essa filosofia prosperou na Ditadura Civil-Militar, como vimos. Controlou os debates na década de 1980 sobre a tributação e o orçamento, vem sendo aplicada copiosamente e sistematicamente desde FHC e assumiu a radicalidade que necessitava no petismo quando se cristalizou no antipetismo, galvanizando movimentos populares de extrema-direita. O resultado mais pródigo é o bolsonarismo. O espectro foi forjado, no qual se acredita que “pouco importa se o imposto sobre a propriedade e sobre a renda são arrecadados com o objetivo alegadamente social de redistribuir a renda ou apenas com o de aumentar a receita do estado”. As “consequências da intervenção” são sempre piores (MISES, 2010a, p. 911). Para a classe dominante e a classe média tradicional, realmente são. É o pecado a ser combatido!



# 6

---

## A ACOMODAÇÃO DE CLASSES E DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS VI: O ANTIPETISMO E A ASCENSÃO CONSERVADORA SOB O MODELO RENTISTA AGROEXPORTADOR

Costuma-se depositar a ascensão da extrema-direita brasileira à ascensão internacional da extrema direita, especialmente nos EUA e na Europa. É verdade em parte, pois, de fato, não há motivo relacional e/ou de causa e efeito para retirar os movimentos brasileiros do movimento internacional da extrema-direita. O Tradicionalismo e o ocultismo simbólico são compartilhados.<sup>133</sup> Se algum movimento brasileiro exige a ucranização do Brasil, quando se é de conhecimento público que a Ucrânia possui grande quantidade de grupos neonazistas armados, não o faz de maneira fortuita. É impossível não tratar os movimentos conservadores surgidos a partir de 2013 sobre a base de um amplo e profundo processo de intervenção sutil de organizações internacionais com interesses econômicos, algo comprovado pela vigília e grampo da CIA e da NSA sobre Dilma Rousseff e a diretoria da

---

133 Teitelbaum (2020).

Petrobrás, e pela ação coordenada, subterrânea e ilegal de procuradores e do ex-juiz da Lava-Jato, Sérgio Moro, com o FBI e o Ministério Público suíço. Sérgio Moro, por exemplo, pertenceu ao bolsonarismo e, em certa medida, nunca saiu dele, mesmo quando saiu do governo. Ardoroso defensor do excludente de ilicitude e apoiador da política bolsonarista para os povos indígenas,<sup>134</sup> Moro é irmão ideológico de Bolsonaro. Quando anunciou a sua candidatura à presidência, escolheu Afonso Celso Pastore,<sup>135</sup> ex-ministro de Figueiredo, para assumir a função que Guedes exerceu para Bolsonaro. Quando foi obrigado a se candidatar a senador por Paraná, se amalgamou com a candidatura de Bolsonaro, dando-lhe apoio eleitoral no segundo turno da eleição de 2022.

A entrada e a capilaridade da extrema-direita em bolsões populares somente seriam possíveis se houvesse uma construção histórica do conservadorismo brasileiro, com grande capilaridade na sociedade brasileira, com mediações tipicamente nacionais. Tomar a capilaridade do lavajatismo e do bolsonarismo como mero contrabando internacional consiste em grave equívoco. Não existiria lavajatismo sem o udenismo alencariano, cujos produtos mais recentes foram Collor e Bolsonaro. Na República Nova, transformou-se no saudosismo aos militares, os incorruptíveis (sic!), e no antipetismo.

A acumulação primitiva brasileira de capitais possui dinâmica própria. Da mesma forma, a acumulação primitiva brasileira de poder que se institucionalizou na acumulação ampliada dos capitais. E se a acumulação ampliada de capitais possui institucionalidade própria, as relações de poder também se reproduzem sobre institucionalidade própria. Isso, por óbvio, não significa impor um limite epistemológico, tampouco desvincular a institucionalidade brasileira do avanço da mundialização dos capitais e da financeirização das economias, mas impor a necessidade de analisar a dinâmica da acumulação e da reprodução das relações de poder brasileiras. Analisar a partir da Independência foi um corte epistemológico que não impede a concatenação com o que aconteceu antes de 1822, como demonstra Manolo Floren-

---

134 Ver análise de Rubens Valente. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/columnas/rubens-valente/2021/11/21/sergio-moro-entrevista-manteria-anti-politica-indigenista.htm>. Acesso em 21 de novembro de 2021.

135 O economista, um dos responsáveis pela hiperinflação na década de 1980, é ultraortodoxo e neoliberal. Para ele, o governo pagou Auxílio Emergencial para mais pessoas do que deveria. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/guru-de-moro-pastore-diz-que-auxilio-emergencial-foi-pago-a-mais-gente-do-que-deveria.shtml>. Acesso em 18 de novembro de 2021.

tino (2009), Alencastro (2000) e Maxwell (1995). Impossível entender a dinâmica da religião no Brasil sem compreender a sua dinâmica nas entranhas e nuances do colonialismo cristão-português, assim como é impossível compreender a sua dinâmica social por empréstimo osmótico do colonialismo cristão-português, como se fosse mera adaptação sobre uma base imutável em que apenas o adjacente se moldaria ou se modificaria ante a História, preservando-se um núcleo ahistórico cristalizado no caráter do brasileiro, o anti-herói. Transformar tais dinâmicas em totalidades não contribui para compreender as relações sociais brasileiras; contribui, sim, para isentar politicamente segmentos sociais da classe dominante, como se todas as mazelas fossem produto da gênese da colonização e da transmissão atávica de raças inferiores.

Em carta a Mário de Alencar em 1911, Capistrano de Abreu descreveu o brasileiro como um jaburu, animal de “estatura avantajada, pernas grossas, asas fornidas” que “passa os dias com uma perna cruzada na outra, triste, daquela austera, apagada e vil tristeza” (SKIDMORE, 1976, p. 120). Baseado em premissas semelhantes, com uma junção entre clima, terra e raça sintetizada no conceito de cultura, Monteiro Lobato criou o seu Jeca Tatu, um homem-produto do meio cuja raça impediria o desenvolvimento nacional. Eram problemas tipicamente brasileiros na medida em que a aversão da elite a essas figuras sociais foi alçada ao status de problema nacional. O jaburu e o Jeca-Tatu, bem como o homem cordial e a Democracia Racial, são projeções da elite sobre o brasileiro, o povo e a classe trabalhadora. Um Macunaíma não foi uma boa solução, mas apenas uma consolidação de uma projeção mais humana do que é o brasileiro sem a perspectiva de contraposição histórica, eventualmente usada até por conservadores, como foi o caso de Mourão.<sup>136</sup> Expressava-se na divergência entre tupi e tapuias, antropofagistas e antas; depois moderno e atrasado, centros urbanos

136 Dreifuss faz uma interessante síntese sobre esse processo e a forma como as classes dominantes se apoiam no que chamou de *Sociedade Política Armada*: “em suma, foram as próprias classes dominantes que impediram o Estado de se tornar um *real generalizador* – escamoteador e preservador das relações de produção e de poder –, além de *virtual superador* da visibilidade dos seus interesses e da natureza do sistema de dominação. Embora exerçam a dominação de classe, impedem a sua opacidade, isto é, a tão propalada institucionalização, obrigando a constantes intervenções extralegis das classes dominantes e ao apoio na *Sociedade Política Armada*. Alimenta-se, assim, o eterno queixume das classes dominantes, a respeito da ingovernabilidade do Brasil. Configura-se o sonho inatingível da coexistência de uma vida ‘suíça’, regrada e ordeira, com o usufruto das benesses de um clima carnavalesco e tropicalmente despojado, como uma espécie de tapete sobre o lamaçal societário tupiniquim, ou como condomínio exclusivo em meio à miséria no estilo Macunaíma, na grande favela nacional. As elites brasileiras são condenadas, então, a uma frustração agressiva” (1989, p. 16).

europizados e “Brasil profundo”. Eventualmente, alguma divergência sem grande relevância como a entre *O Presidente Negro* e *A Negrinha*, uma vez que a menina morrera sem impactar o autor, como mostra o romance publicado seis anos após o conto. Um choque temerário das raças que impede o desenvolvimento nacional, um miasma de uma cultura insólita de uma história cordial.

Na introdução de *Branços e Negros em São Paulo*, Roger Bastide e Florestan Fernandes revelaram alguma estranheza com o processo de desenvolvimento paulista, que se deu com tamanha rapidez que fez coexistir “sobrevivências da sociedade escravista e inovações da sociedade capitalista” (2008, p. 21). As sobrevivências, que aqui foram chamadas de coisificação e institucionalização, talvez tenham sido mais bem traduzidas pelo conceito-síntese de Francisco de Oliveira (2003): um ornitorrinco. No Brasil não há espaço para uma relação entre capital e trabalho como a estabelecida após as grandes guerras no continente europeu (tipo ideal da direita e, muitas vezes, da esquerda). E não há por uma questão simples: os assassinos e estupradores europeus estavam nas colônias matando e estuprando longe dos olhos cristãos da classe média europeia, garantindo as matérias-primas e as mercadorias de baixo valor para a acumulação ampliada europeia e os seus Estados de Bem-Estar Social. Os direitos europeus se pautaram nos não-direitos de africanos e asiáticos longe das terras europeias. *Allez Les Bleus!* substituiu o *Liberté, Égalité, Fraternité!* No nosso caso, os assassinos e estupradores da classe dominante e da classe média tradicional estavam ao lado dos mortos e estuprados, criando nichos e territórios que deveriam reproduzir a relação entre metrópole (“área nobre”) e colônia (favelas, cortiços e periferias).

Como não há espaço para essa relação entre capital e trabalho no Brasil, com a devida distância entre os escolhidos e os indesejados para se imaginar um bom cristão que vive em uma sociedade com baixos índices de violência, tratando o outro como “bárbaro” e “selvagem”, resta um salve-se quem puder. Em seu processo histórico, o país gritou uma Independência respeitando o direito real de consanguinidade com a coroa do colonizador. Manteve o escravismo até quando foi possível, usando-o como parâmetro para a integridade territorial e como instrumento para a sua acumulação primitiva de capitais. A necessidade de manter a integridade territorial sobre o trabalho de africanos escravizados permitiu a centralização do Estado sobre um território de dimensão continental, resultando em estruturas político-institucionais para as elites e burguesias regionais, como a da política

dos governadores, a qual foi instituída após um golpe militar em que a população pouco entendeu, como demonstrou José Murilo de Carvalho (1990; 2004).

A Lei de Terras e a Lei da Proibição do Comércio de africanos escravizados foram as duas primeiras grandes leis que deram os contornos da transição do escravismo para o assalariamento. Os Departamentos I (meios de produção) e II (meios de consumo) estavam iniciando um processo de consolidação que terminaria somente no século XX, misturando trabalhadores escravizados e assalariados nas primeiras indústrias sem grandes problemas econômicos e políticos. A acumulação primitiva é um ato caótico e complexo se for visto à luz de modelos explicativos com o objetivo de encaixá-la. O ornitorrinco é uma síntese eficiente sobre as estruturas econômicas e sociais, a mais distante das diatribes conservadoras e projeções preconceituosas e racializadas sobre o povo brasileiro, pois é uma síntese estrutural e histórica.

Se a colônia produzia e exportava parte do Departamento II e importava praticamente a totalidade do Departamento I, o dado objetivo no Império foi a criação de estruturas produtivas e financeiras para exportar *commodities* com a constituição de algumas estruturas do Departamento I, o que gerou alguma industrialização mediada pelo capital mercantil, sobretudo na década de 1880. Economicamente foi um arranjo completamente distinto da colônia. A Lei de Terras conciliada à Lei de Proibição do Comércio de Africanos cunhou a força de trabalho assalariada de forma lenta, gradual e segura, mesmo com toda a insegurança trazida pela luta dos africanos escravizados na década de 1880. Esse processo razoavelmente seguro permitiu a formação de uma ampla política migratória supremacista.

A elite paulista representava o reduto da defesa do escravismo, ou do republicanismo escravagista. Em função das revoltas nas senzalas, da ineficácia da polícia em recuperar o escravizado e do supremacismo, passou-se a financiar por meio do Estado a vinda de mão de obra imigrante europeia. São Paulo foi o estado que mais recebeu imigrantes europeus. O cientificismo direcionou o novo racismo, ressignificando a coisificação do escravismo. No fim do século XIX, era um consenso entre liberais e conservadores, republicanos e monarquistas, escravagistas e boa parte dos abolicionistas que o Brasil deveria se embranquecer para a construção de um país plenamente desenvolvido, industrial e urbano, sob a lógica da racialização que

construía o pangermanismo na Alemanha, uma consequência política e epistemológica da racialização liberal e neocolonialista.

Os trabalhadores negros tornaram-se minoria em quantidade, ao menos no estado de São Paulo. A diminuição registrou uma reconfiguração demográfica e étnica única feita pelo Estado e pela classe dominante, em pouquíssimo tempo comparada com outras experiências semelhantes em outros estados e países latino-americanos. Essa nova situação transfigurou a consolidação de mecanismos de reprodução da desigualdade com base na raça, consubstanciados nas proibições formais, oficiais, semioficiais e extraoficiais sobre o acesso aos dispositivos sociais para as mobilidades econômica, simbólica e educacional.

Há uma estratificação racial na formação da classe trabalhadora. O controle sobre mobilidades econômica, simbólica e educacional, excluindo parte significativa da concorrência, constitui-se em um instrumento determinante para a classe média tradicional, para a pequena e média burguesia e para a parte mais elevada da classe trabalhadora. A mobilidade educacional atrelada ao capital econômico e capital social acumulados tornou-se uma mola mestra para a perpetuação do *status quo* da classe média; um erro de percurso pode significar o rebaixamento social e simbólico da família, especialmente em um país dotado de grande desigualdade de renda e salários entre as profissões. O racismo tornou-se tão estrutural que a sua boa aplicação, ainda que inercial, garante um caminho seguro e esplendoroso para a boa reprodução do *status quo* familiar. Em muitos casos, basta continuar a respirar.

À luz da frenologia e do higienismo, a *Comunhão Paulista* explicitou esse projeto supremacista de sociedade, o qual sofreu uma reformulação: a inclusão da narrativa do papel transformador do estado de São Paulo sobre a nação. A industrialização na década de 1950 ampliou a classe média, provocando uma crise de reprodução da classe. O resultado foi a formação de excedentes, registrando-se aumento de 212% entre 1964 e 1968, como argumenta Cunha (1980). A dúvida sobre a reprodução do segmento da classe impôs uma crise. A solução é sempre conservadora, e aqui não foi diferente. Reforma universitária de 1968 e a introdução do vestibular, medida que garantiu com mais eficácia a entrada da pequena-burguesia e da classe média tradicional. De certa forma, um aprofundamento do projeto da *Comunhão Paulista* na Ditadura Civil-Militar. Não é possível constatar grandes ou importantes divergências ideológicas do grupo *O Estado* no século XIX, na

década de 1920, na década de 1930, na década de 1960 e hoje, sob a construção do antipetismo e do udenismo lavajatista e bolsonarista em um contexto artificial de *escolhas muito difíceis*.

Por isso as cotas se tornam em um problema existencial para segmentos da classe média que necessitam de profissões específicas para reproduzir o *status quo* familiar. Esse habitus protetivo ao segmento pode ser transposto para todos os territórios historicamente destinados ao seu grupo e à parte menos rica da burguesia. Assim como antes do Golpe de 1964 em que alguma redução da desigualdade era uma realidade, o aumento da renda dos mais pobres e a diminuição da renda dos mais ricos por meio da taxaço tornaram-se um problema incontornável a determinados grupos da classe média, uma vez que colocou em xeque o monopólio sobre as outras mobilidades e a causalidade provável de ser, algum dia, burgueses. Crise de vagas (1966 a 1968) e cotas (2006 em diante) por exemplo, diminuem a mobilidade educacional da classe média, ainda mais se for em cursos fundamentais à reprodução do *status quo*. A simples discussão constitui em permissividade indevida. A efetivação, embora restrita, principalmente nos cursos mais desejados pela classe média, é um pesadelo.

Esses grupos compõem uma espécie de neoconservadorismo, base das políticas neoliberais mais agressivas, pois, para estes grupos, quanto menor a intervenção estatal, maior a capacidade de reproduzir o seu segmento social e a sua classe social. É um casamento perfeito entre liberalismo e necessidade de reprodução do *status quo* em que menos Estado passou a ser um símbolo nacionalista, opondo-se ao Estado que *comuniza* as liberdades individuais. Nesse sentido, não há paradoxo entre ser nacionalista e privatista, já que o Estado é percebido como um meio não somente de corrupção, prática vinculada à esquerda no imaginário conservador, com supostas conexões com as experiências cubana e bolivariana e do Foro de São Paulo, mas de um perigo que atenta contra o indivíduo empreendedor e libertário. Friedman nada mais fez do que construir uma interpretação reducionista da realidade em que a burguesia e a classe média parasitárias podem utilizá-la a seus bel-prazeres, porque é exacerbadamente funcionalista para legitimar o controle que possuem sobre a mobilidade econômica, negando a história e a gênese da meritocracia que julgam ser exemplos.

As pesquisas de opinião feitas por entidades de pesquisa mostram essa divergência de classe. Pesquisa feita pelo IBOPE, em 2013,

e publicada no jornal *O Estado*, mostra que 62% da população era favorável a todos os tipos de cotas – escola pública, sociais e raciais. Segundo o jornal, “o perfil dos entrevistados que se colocaram contra as cotas tende a ser de maioria branca, pertencente às classes de consumo A e B, em pessoas que cursaram faculdade e em moradores de capitais e das Regiões Norte e Centro-Oeste”.<sup>137</sup>

Alguns dos motivos formais da oposição às cotas podem ser vistos em um texto de Bernardo Lewgoy, publicado em 2018. Como é impossível o resumo, sob o risco de modificação do sentido original, cito-o integralmente:

1. Cotas raciais sempre dividem negativamente as sociedades onde são implantadas, gerando o ódio racial e o ressentimento das pessoas que não entraram na Universidade, apesar de terem obtido nota maior ou igual do que os cotistas nas provas de vestibular.
2. Cotas raciais criam um terrível precedente ao admitir a discriminação racial para atingir objetivos políticos, gerando nas pessoas a sensação de que não serão mais julgadas pelo que são ou fazem, mas pela cor de sua pele ou origem étnica.
3. Cotas raciais foram importadas para esconder o real problema da baixa qualidade do ensino básico e dar poder dentro da Universidade a políticos que não têm nenhum compromisso com a qualidade do ensino e da pesquisa.
4. Cotas raciais corrompem as Universidades onde são aplicadas, aniquilando o valor do mérito acadêmico e criando pressões sem fim para discriminar as pessoas por sua “raça” em todos os níveis de ensino, do fundamental à universidade.
5. Cotas raciais levam a hipocrisia para dentro da sala de aula, pois estimulam o relaxamento nos padrões de avaliação, por parte de professores temerários de serem taxados de racistas, caso reprovem ou deem notas baixas a alunos cotistas ou oriundos de minorias étnicas.

---

137 Disponível em <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,62-apoiam-cotas-para-alunos-negros-pobres-e-da-escola-publica-diz-ibope,997758>. Acesso em 23 de agosto de 2019.

6. Cotas raciais sempre enfrentam o problema de como saber quem pertence ou não de alguém a um grupo racial. Pelo sangue? Pela cor da pele? Como o Brasil é um país miscigenado, odiosos tribunais raciais acabam decidindo se alguém pertence ou não a uma “raça” e ocasionam tremendas injustiças, como mostrou o caso dos gêmeos da UnB.

7. Cotas raciais desestimulam não só o mérito acadêmico mas encorajam a separação do povo em grupos raciais rivais, destruindo possibilidades de real convívio humano entre pessoas diferentes. Você sabia que muitas pessoas contrárias às cotas raciais são filhas de pais de cores diferentes? Qual será o clima que essa proposta vai gerar num país em que a miscigenação está dentro dos lares?

8. Cotas raciais geram preconceito contra pessoas decentes de todas as origens, que gostariam de ser julgadas pelo seu mérito e não pela cor da sua pele. Elas incentivam um clima sem fim de suspeitas de que o aluno negro – cotista ou não – não é competente nem como estudante e nem o será como futuro profissional. Você faria uma cirurgia com um médico cotista?

9. Cotas raciais entraram no Brasil pela porta dos fundos, num momento em que todas as pesquisas dos órgãos oficiais mostravam que seus supostos beneficiários, negros e pardos, vinham melhorando sua situação social e inserção na Universidade Pública.

10. Cotas raciais recuperam a ideia, refutada por toda a ciência moderna, de que a humanidade se divide em “raças”, oficializando aquilo que se quer combater.<sup>138</sup>

O primeiro item é uma reprodução do argumento do *bom corajoso homem branco da burocracia imperial* que proibia a existência da Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor por “trazer os inconvenientes da criação do antagonismo social e político” (MATTOS, 2004, p. 243). Lá foi inaugurado o *sufrágio apologético da Democracia Racial*, segundo o qual os negros seriam responsáveis pelo racismo, o que foi reproduzido quando dos debates sobre a colonização de negros norte-americanos em Mato Grosso e por Friedman

138 Texto do sociólogo **Bernardo Lewgoy**, publicado em 10 de maio de 2018 na revista *Exame*. Disponível em <https://exame.abril.com.br/blog/instituto-millennium/dez-motivos-para-ser-contras-cotas-raciais/>. Acesso em 23 de agosto de 2019.

quarenta anos depois quando da luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos, evidenciando a universalidade do sufrágio liberal-conservador. Os segundo, quarto, quinto e oitavo itens nada mais são do que a repetição das premissas da gênese da meritocracia brasileira após a abolição em que qualquer intervenção do Estado com o objetivo de dirimir desigualdades se transformaria em um ataque à propriedade e à igualdade jurídica; é coerente, porque uma propriedade da classe média tradicional é a forma como a mobilidade educacional se relaciona com a mobilidade econômica.

Para o sociólogo, estrutura cognitiva depende do mérito, reafirmando-se o papel de naturalizar a desigualdade com a positivação da *necessidade* de afastar suspeitas sobre a cognição do cotista, ao estilo do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, que procurava alargar a finalidade da educação “para além dos limites das classes” para “formar ‘a hierarquia democrática’ pela ‘hierarquia das capacidades’, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação”. Assim como os escolanovistas em 1932, a crença está na capacidade de acreditar, a despeito justamente da sociologia, na possibilidade de criar uma sociedade em que a ocupação seja igual à capacidade, a despeito das condições objetivas da classe e da desigualdade. Daí o apego a Mises e cia LTDA, ao negacionismo sociológico e às ponderações de Bolsonaro “se você faria uma cirurgia com médico cotista” e que “não viajaria em avião pilotado por cotista nem aceitaria ser operado por médico”, feitas em um programa de entretenimento em 2011. O sociólogo liberal-conservador teve sete anos para pensar se se vincularia a Bolsonaro ou não. O texto é de 2018, meses antes da eleição presidencial. Optou por se vincular integralmente com uma fala de Bolsonaro sem referenciá-lo.

O terceiro item repete o nacionalismo versus estrangeirismo típico do conservadorismo quando se vê acossado por alguma mudança. Foi um discurso frequente na defesa do Tráfico de Africanos e do escravagismo, usado novamente quando dos debates sobre a colonização de negros norte-americanos. O sexto item repete as premissas do mulatismo e do higienismo, reforçando a constatação de parte da elite de 1921 que entendia o desaparecimento do negro como dado demográfico e, por conseguinte, do racismo ao fazer o negro subsumir na formação eugênica do brasileiro branco médio, aproximadamente como José de Alencar tratava da possibilidade natural do fim do escravagismo no fim da década de 1860.

O sétimo item mistura a ideia de miscigenação com a meritocracia pós-abolição, reproduzindo o diversionismo em que a cota criaria a “separação” do povo em grupos raciais. O item dez é um assombro, pois no limite o sociólogo não considera a sociologia uma epistemologia, demonstrando o grau de negacionismo que o conservadorismo pode chegar com tais epistemologias. É evidente que raça é uma taxonomia inexistente na biologia, mas é evidente ser um fenótipo sobredeterminante nas relações sociais, com comprovada capacidade de determinar parte da realidade, como demonstra toda a sociologia – é um fato social, aquilo que é mais básico à sociologia. Mas é o nono item o mais elucidativo. Segundo o autor, negros e pardos “vinham melhorando sua situação social e inserção na Universidade Pública” – os dados da época anterior às cotas não permitem tal conclusão, e não diz de onde tirou brilhante conclusão. Se ele considerou os dados de 2018, não poderia retirar o impacto das cotas como variável, o que destruiria a sua apaixonada defesa contra cotas. Mas por que não esperar o momento em que a igualdade seria conseguida de forma natural, portanto, lenta, gradual e segura? Em 2017, a Oxfam estimou que a igualdade de renda entre trabalhadores brancos e trabalhadores negros levaria 72 anos no país, contados a partir de 2017; portanto, somente em 2089. Isso com alguma política pública contínua, como cotas, e sem levar em consideração o avanço do neoliberalismo e o impacto da pandemia nos anos de 2020 e 2021, bem como outros fatores os quais fizeram com que a desigualdade entre negros e brancos tenha seguramente aumentado desde 2017, a despeito da maior inserção de negros nas universidades públicas e de graduados negros no mundo do trabalho.

A reação conservadora está na disputa classista contra a ascensão de *outsiders* nos espaços formais e informais de proteção de grupos da classe média tradicional, incluindo a ascensão de renda de camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora. Essa reação conservadora expressa-se também como um *ressentimento coletivo*. Se em 1964 a burguesia e a classe média tradicional contabilizavam perdas com a possibilidade das reformas de base e a diminuição da desigualdade econômica, em 2012 em diante a redução da pauperização da classe trabalhadora e a ascensão de segmentos de trabalhadores em espaços da mobilidade educacional e de mobilidade simbólica da classe média tradicional colocaram grupos relevantes sob o resguardo do projeto de poder conservador, como se evidencia na posição dos médicos e de suas associações sobre o Mais Médico. O Conselho Fede-

ral de Medicina também conseguiu, no Governo Temer, interromper a expansão de cursos de medicina com a alegação de que o Brasil possuiria médicos suficientes, bastando uma organização sobre a força de trabalho na qual a entidade se esforça para que não seja organizada. Para a cloroquina, foi um pequeno passo.

Analisando-se especificamente o papel da educação, o aumento da desigualdade não se relaciona com a não escolaridade em si ou com o conhecimento que seria transformado em renda, como na Teoria do Capital Humano, mas pela capacidade de manter o *status quo* familiar utilizando-se da mobilidade educacional, mesmo que ela não sirva diretamente para a mobilidade econômica. Essa é a relação entre educação e renda. O aumento da desigualdade nos últimos anos demonstra que crises econômicas e reformas conservadoras destroem facilmente e rapidamente políticas compensatórias e processuais de redução da desigualdade ou redução da miserabilidade, confirmando as conclusões de Piketty (2014) e Pedro Ferreira de Souza (2018).

O governo Bolsonaro destacou-se pelo neoliberalismo mais cru possível. O fato é que o neoliberalismo se expressa ideologicamente no conservadorismo, porque segmentos da classe média estão em luta para manter e ampliar o seu *status quo*, e isso passa pela manutenção (conservação) do monopólio sobre as mobilidades. A análise histórica indica que, em momentos de crise, a burguesia e a classe média tradicional voltam-se ao conservadorismo, fomentando uma sociabilidade profascista. A violência é o meio pelo qual o neoliberalismo se viabiliza. Quanto mais violento e mais legitimado, mais o neoliberalismo chega ao seu estado ideal. Por outro lado, a violência também é o meio pelo qual as mobilidades são preservadas em uma conjuntura de crise de reprodução institucional das mobilidades.

Mas a base do conservadorismo está explicitamente ampliada, inclusive sobre os trabalhadores. Por quê?

Primeiramente, conservadorismo não é o comportamento em si. É um movimento político orgânico que possui uma sociabilidade conservadora. A sociabilidade em si não é o movimento político. Mesmo sendo conservador no comportamento, uma pessoa pode ser contrária à Reforma da Previdência. A grande questão está em compreender como trabalhadores conservadores nos costumes e no comportamento se tornaram conservadores politicamente e economicamente. O neoliberalismo é a política de destruição do antivalor, que encontra no conservadorismo empreendedor e individualista o meio ideal para

os convertidos. Para os não convertidos, a violência se volta como o instrumento de controle.

Em um processo amplo de acirramento da luta de classes e da crise em que as frações da burguesia não têm mais interesse na governabilidade de um grupo específico, no caso do Brasil a social-democracia dirigida pelo PT, não há espaço para dividir minimamente (de forma desigual) a renda nacional entre classes e grupos sociais antagônicos. Os dispositivos da luta de classes tornaram-se mais visíveis, sobretudo os institucionalmente violentos e punitivos, porque a burguesia abandonou qualquer pacto social a partir de 2016, notadamente após a elaboração e a publicação do documento elaborado por Temer (vice-presidente) e o MDB, *Uma ponte para o futuro*. Portanto, qualquer perspectiva de conciliação mínima entre as classes, como a feita quando do slogan *Brasil de Todos*. O “*todos*” começou a se desfazer a partir do espólio da crise econômica de 2008, a qual foi combatida em um primeiro momento por políticas anticíclicas fincadas estritamente no consumo das famílias, levando-as, a médio prazo, a um primeiro endividamento que seria agudizado exponencialmente com políticas recessivas após 2016. A crise econômica transformou-se em crise política aberta a partir de junho de 2013, com o fim do ciclo do crescimento iniciado em 2001 e a aprovação de um marco jurídico-político que permitiu intervir administrativamente e politicamente na indústria de petróleo e engenharia pesada por meio de uma criminalização generalizante – Lei n. 12.850, de 02 de agosto de 2013 (Lei de Organizações Criminosas), e o Acordo de Leniência, previsto na Lei n. 12.529, de 30 de novembro de 2011. Em meio à crise, as políticas passaram a ter explicitamente a cara de uma classe, exemplificadas pelos transparentes dados sobre o aumento da desigualdade e das taxas de exploração sobre o trabalho.

O projeto republicano que vigorou desde 1988 se esgotou. O pacto da Nova República cuja disputa institucional se daria perpetuamente entre PT e PSDB com o MDB de sustentáculo para a governabilidade, garantindo a acomodação de classes e grupos por meio de seu regionalismo pseudofederalista que arregimentava o Centrão, esgotou-se. Fatores como a Lava-Jato, a mídia e as intervenções internacionais de grupos políticos influenciaram, como demonstraram o *Wikileaks*, o caso Snowden, os vazamentos de mensagens e documentos pelo *The Intercept* e as decisões judiciais de Ricardo Lewandowski no âmbito da Operação *Spoofing*. Os vazamentos expuseram a atuação sigilosa do FBI e do Ministério Público suíço com procuradores fede-

rais e o ex-juiz Sérgio Moro. Apostaram em um golpe, cujo consórcio se desfez quando o PSDB se definiu no processo eleitoral de 2018. Nesse processo complexo e contraditório de definhamento do partido do neoliberalismo açodado aos ritos institucionais da Nova República, o (neo)liberalismo encontrou institucionalmente o protofascismo.

A resposta mais provável à questão do impeachment, aqui entendido como golpe parlamentar e institucional de Estado, foi a incapacidade de o PT de aplicar cruamente o receituário neoliberal, diante da inviabilidade e do esgotamento da bipolarização da Nova República e da crise político-econômica a partir de 2013/2014, a qual arrebatou o partido e sua base social de forma mais assertiva com o definhamento das políticas anticíclicas, resultando, em parte, na crise política dirigida pelo bloco liberal-conservador. O receituário neoliberal ideal passou a ser aplicado em um regime político protofascista construído e executado por meio das instituições republicanas coadunadas com esse projeto de poder. Portanto, por meio da democracia representativa em que as “instituições continuam funcionando”. Nesse casamento entre conservadores e liberais para a aplicação do receituário neoliberal, o filho, o neofascismo, é o executor.

O conservadorismo protofascista não se mostrou primeiramente no bolsonarismo. Estava na eleição de 2010 quando da *fake news* sobre a questão do aborto para Dilma, desfeita pelo fato de Mônica Serra ter feito um no Chile quando fugia da repressão de militares brasileiros, ou mesmo a *fake news* sobre a “namorada” de Dilma, um *escândalo* não reproduzido quando do comprometedor vídeo de João Dória em nome da privacidade e da saúde mental de sua esposa *caridosa* com moradores de rua. Eleitoralmente, o conservadorismo foi derrotado em 2010, mas politicamente e socialmente não. A esquerda optou pela continuação da conciliação e fuga da realidade em nome do legalismo que a direita não se propunha mais a levar adiante, como em 1937 e em 1964, corroborado pelas faixas e apelos para a *intervenção militar constitucional* no impeachment de Dilma e na eleição presidencial de 2018, à época sem grandes críticas da imprensa, que as *faría* apenas em 2020 e em 2021, quando o próprio presidente fomentava tais manifestações contra a imprensa e o STF. O rompimento total se deu em 2022 na eleição, aprofundando-se em 2023 na tentativa de um Golpe Militar no mês de janeiro por meio da invasão de bolsonaristas nas sedes dos três poderes.

Em 2014, Aécio não reconheceu o resultado das eleições com o mesmo argumento midiático que Bolsonaro dirigiu para as suas bases entre 2021 e 2023: fraude nas urnas eletrônicas e na apuração do resultado das eleições.<sup>139</sup> Sobre as urnas, Bolsonaro apenas aprofundou o que Aécio iniciou. Desde então, a urna se transformou em bode expiatório, mesmo que a direita tenha saído vitoriosa. A realidade tornou-se mero empecilho à imaginação alucinante que enxerga golpe comunista em todas as esquinas. Contudo, é equívoco afirmar que tudo é fruto de uma imaginação alucinante quando os principais teóricos do neoliberalismo enxergam gradações de comunismo em qualquer planificação ou em quase todo o Estado. É mais coerente afirmar que o anticomunismo, desde a categorização dada aos defensores da abolição e da reforma agrária, formou um tônus muscular teórico onde só havia a percepção, uma causalidade provável para a elite, de que qualquer intervenção do Estado para a classe trabalhadora poderia interferir nos mecanismos sociais de reprodução da exploração e do *status quo*. Para a classe trabalhadora, o anticomunismo chega em forma de um semidebate sobre o que se convencionou grosseiramente avocar de comportamentalismo, ou pauta comportamental.

As manifestações de 2013 começaram com uma reivindicação de esquerda razoável sobre a passagem no transporte público da cidade de São Paulo, porém foi perdida no pós-modernismo dos novos movimentos sociais e na defesa apologética do governo por parte de movimentos sociais tradicionais, evidenciando a complexa submissão desses movimentos à esfera governamental, uma vez que o governo os pautava mais do que o contrário. Logo depois, transformou-se no histórico udenismo pertencente à classe média tradicional, com a ascensão de movimentos políticos financiados com forte discurso antipolítico. Reivindicavam serviços públicos que sempre fizeram questão de ficar longe, porque nunca quiseram ser confundidos com a classe trabalhadora. Para o entendimento da corrupção como fator monocausal de todos os problemas nacionais, foi apenas um passo. Para o *Fora Dilma* outro. Para o antipetismo total, existente desde 1989 em determinados nichos, sobretudo em parte significativa da impren-

139 O mesmo aconteceu com Trump, em 2020. O fato de a mídia norte-americana ter se oposto à tentativa de Trump foi comemorado pela mídia corporativa brasileira que não se opôs ao pedido de Aécio Neves em 2014 para recontagem de votos. Noticiou-o com zelo. O autor não encontrou qualquer editorial ou textos com teor recriminativo sobre a tentativa de Aécio nos jornais dos brasileiros. A noção de normalidade constitucional e golpe segue ordenamento jurídico e filosófico em conformidade com o interesse de classe em um contexto específico.

sa, mais um pequeno passo transformado em um grande salto para a direita. O antipetismo é uma faceta do anticomunismo, uma arma ideológica contemporânea para a manutenção do *status quo*, mesmo que, na prática, o petismo no governo não tenha resultado em alguma redução significativa da desigualdade.

O aprofundamento da crise se deu com a radicalização da pauta da direita. Isso fez com que a direita brasileira criasse algo totalmente novo aos olhos surpresos do público: enquanto historicamente em todos os países a extrema-direita é nacionalista com os seus “ativos” nacionais, a brasileira é entreguista, na medida em que não vê necessidade de ter insumos nacionais, inclusive parte significativa dos militares que, por via de regra, passaram décadas se formando em cursos nos EUA em estratégias militares e Escola de Chicago. O senso comum duvidaria em ver militares defendendo a venda da Amazônia depois de ter endividado o Brasil construindo a Transamazônica.<sup>140</sup> Mas é senso comum. Para esse grupo, Estado é avesso à ideia de liberdade e modernização, fazendo com que uma visão de Estado mínimo se transforme em elemento do nacionalismo contemporâneo. Celso Castro e Maria Celina D’Araújo (2001) registraram o pensamento militar por meio de entrevistas com oficiais que participaram da *transição democrática*. O Almirante Henrique Sabóia, nomeado por Tancredo para o Ministério da Marinha e mantido por Sarney, assumiu, a convite de Itamar Franco, a presidência da Vale do Rio Doce Navegação S.A. (Docenave), onde permaneceu até sua privatização, em 1997. Mauro César Flores, também almirante, considerava positiva a prevalência da privatização sobre o estatismo da Constituinte. Lélvio Viana Lôbo, oficial-general da Aeronáutica, foi corresponsável pela primeira privatização da Embraer como presidente da Infraero. Disse o oficial:

---

140 Na mesma palestra que defendeu a teoria das raças, Hamilton Mourão defendeu a venda da Amazônia. Confundir nacionalismo simbólico com nacionalismo econômico é equívoco histórico. O nacionalismo brasileiro é vinculado a uma perspectiva de construção nacional que adveio do embranquecimento e da naturalização da exploração e da desigualdade econômica. Ao mesmo tempo, fundamenta a inserção de grande parte da burguesia e da classe média no rentismo internacional e mundializado. Portanto, não é incoerente Mourão relacionar a teoria das três raças com a necessidade de venda da Amazônia. Ascânio Seleme, jornalista do *O Globo*, defendeu abertamente com um viralatismo piorado: “Vejam os exemplos do tráfico e das milícias em comunidades como Alemão e Rio das Pedras, ou em Petare, a maior favela venezuelana. A Comuna 13, berço do traficante Pablo Escobar em Medellín, foi durante anos região inexpugnável pelo Estado colombiano. Se até aí os Estados nacionais ou locais são incapazes, imagine na Amazônia”. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/ascanio-seleme/coluna/2022/06/amazonia-nao-brasileira-25529411.ghtml>. Acesso em 18 de junho de 2022.

Foi com esse raciocínio que atuamos nas privatizações e tivemos a compreensão de todos e, a duras penas, conseguimos chegar ao final. Havia muito radicalismo em algumas áreas, principalmente na oposição política, com o raciocínio de que a indústria, por ser de segurança nacional, não podia ser privatizada. A nossa posição era: se por ser de segurança nacional não pode ser privatizada, então não é este o país que queremos, porque segurança nacional é praticamente tudo – claro que algumas coisas, com intensidade maior. Mas nós tínhamos a percepção de que, desde que tomadas determinadas cautelas, seria perfeitamente possível privatizar a Embraer. A empresa foi privatizada, a despeito de todos os percalços, e estamos vendo o sucesso que está tendo e, se Deus quiser, vai continuar tendo (CASTRO; D'ARAÚJO, 2001, p. 236).

A ideia difundida de que os militares oficiais seriam estatistas é uma das grandes lendas da política nacional. É um setor afeito ao livre-mercado.

Para além desses fatos, é preciso apreender como o conteúdo da crise ganhou mentes e corações. *Fake news* são poderosas para distorcer a realidade e criar sub-realidades, mas não para criar uma realidade fundante inteiramente nova. Considerar tudo e todos como parte de um golpe comunista é uma sub-realidade (imaginária), mas o fundante é real, porque é sensitivo para o sujeito, constituindo-se em parte de sua experiência de vida. O anticomunismo é um escape social que existe, com construção histórica nas relações sociais. O sujeito acredita porque existe algo em sua vida que dá fundamento a essa *fake news*, sugestionando uma interpretação (racionalmente absurda) da qual o sujeito acredita que chegou sozinho, fazendo-o acreditar na ideia subjacente que lhe pertence, o qual o transforma em *um convicto mais convicto*.

Como uma base social tão grande e heterogênea pôde embarcar em um projeto tão desconexo socialmente? Como um negro pôde embarcar em um projeto supremacista? Como a maioria da população contra as privatizações, segundo pesquisas de opinião, pôde embarcar em um projeto neoliberal que propõe vender todos os “ativos” nacionais? Como servidores públicos puderam embarcar em um projeto defensor da terceirização e do fim da estabilidade? Como o trabalhador pôde embarcar em um projeto que retira todos os direitos sociais?

Para entender melhor e tentar responder as indagações, é preciso voltar para 2008, ano da bolha imobiliária norte-americana. A crise internacional foi controlada no Brasil por meio de medidas anticíclicas atenuantes à não realização de capitais. Escolheu-se o consumo e o crédito, objetos que faziam sentido para a socialdemocracia brasileira em função da grande desigualdade social e da possibilidade de acesso de uma parcela gigantesca da população a bens por meio do crédito, um caminho mais fácil e rápido. A desigualdade histórica entre as classes permitiu que a classe à qual historicamente nunca teve acesso a bens e serviços recuperasse a economia, gerando uma alta e falsa expectativa de crescimento prolongado.

Contudo, essa medida ficou restrita à circulação e realização de capital, enquanto a produção ficou submetida à desvalorização cambial e à ascensão da indústria extrativista e do agronegócio. Com o tempo, uma pequena alta da inflação, decorrente do consumo, foi suficiente para que a mídia conservadora trabalhasse no imaginário da população a ideia de caos. A inflação prenunciava o óbvio: há uma limitação enorme para políticas anticíclicas focadas na circulação, assentadas quase exclusivamente no consumo em detrimento da produção.

O PAC não significou qualquer alteração significativa nos investimentos público e privado em capital fixo. O governo Lula coincidiu com uma conjuntura de alta de preços das *commodities* em um contexto de aumento da demanda chinesa, como demonstram Grabois e Cosenza (2019). A questão é entender as minudências do ciclo de crescimento e externar sistematicamente as consequências políticas às classes sociais e às suas frações.

Os autores acima citados partem do pressuposto da existência de ciclos, conceito importante para as análises marxistas e estruturalistas. O Brasil teria passado por um ciclo entre 2001 e 2011 após a hecatombe de 1999. O ponto central dos autores é responder se o ciclo de crescimento, ou o crescimento até 2011, engendrou algum processo de desenvolvimento das forças produtivas. Parece uma questão deslocada da questão central do texto, sobre a ascensão dos conservadores, mas foram justamente as consequências do ciclo até 2011 e da crise que se precipitou em seguida que asfaltaram a nova estrada para o derradeiro casamento entre conservadores e liberais na oposição ao petismo.

O ponto central do crescimento ocorreu entre 2005 e 2011. Entretanto, esse crescimento não alterou a média da taxa de investimento brasileira dos anos anteriores, porquanto foi declinante entre 1999 e 2016, o que “revela que o crescimento da economia brasileira não foi acompanhado por um aumento da capacidade de acumulação de capital local”, justificando a proliferação de análises que acreditavam que o Brasil havia chegado a uma era “pós-industrial”, na qual “o crescimento econômico” se daria “pela ampliação do consumo e dos setores de serviços” (GRABOIS; COSENZA, 2019, p. 101).

Analisando o PIB com base no consumo das famílias, formação bruta de capital fixo, investimentos do governo, exportações e importações, os autores concluem que, entre 1999 e 2014 a indústria extrativista contribuiu mais decisivamente para o crescimento econômico. O consumo das famílias, a despeito do senso comum, não foi fator tão fundamental ao crescimento. Vinculando o crescimento de investimentos na indústria com a exportação e a importação, concluíram que a reprodução de capitais se deu prioritariamente para o atendimento da demanda externa, particularmente chinesa. Dos produtos destacados estão o ferro, a soja e o petróleo, três *commodities* exacerbadamente submetidas à precificação internacional e à relação entre exportação e câmbio, especialmente quando a moeda nacional está desvalorizada. Portanto, está se falando de indústria extrativista e não de indústria de transformação.

Essa configuração ajuda a entender por que os objetivos da classe dominante e de parte do empresariado não são voltados à industrialização e à formação nacional de capital fixo, já que o último ciclo de crescimento não se voltou à introdução de políticas de investimento em maquinário e tecnologia:

Trata-se de um país cuja criação de riqueza reside na exploração dos setores primários. Durante o ciclo analisado (2001-2011), a oportunidade de desenvolvimento foi parcialmente perdida quando a transferência da renda do campo foi deslocada em favor de setores extrativos, ao invés de se direcionar para a indústria de transformação. Parte disso se expressa na baixa taxa de investimento (GRABOIS; COSENZA, 2019, p. 103-104).

Inegavelmente, a alta dos preços internacionais de *commodities*, notadamente a soja, o ferro e o petróleo, favoreceu o crescimento econômico e abriu a possibilidade de investimento na indústria de

transformação, tal qual fizeram Japão, Coréia do Sul, exemplos do orbe liberal, e China, exemplo da socialdemocracia operária aos comunistas, excetuando os denominados socialistas democráticos. Ao contrário dos três países, a tarefa de escolha dos investimentos e do desenvolvimento foi exclusivamente dos capitais privados, para os quais há um “empresariado” mais interessado “em realizar seu lucro do que em fazer investimentos em longo prazo” (GRABOIS; COSENZA, 2019, p. 104). Contudo, não se está colocando a responsabilidade do não investimento em indústria de transformação no empresariado, embora pertença ao consórcio político que construiu essa política econômica. É tentador e seria fácil demais. Colocar a culpa direta no industrial consistiria em cair no discurso de que os industriais não têm projeto nacional, ou simplesmente são egoístas, ficando-se preso ao sentimentalismo e à expectativa afetiva sobre a elite empresarial. Em uma estrutura baseada no rentismo e na ausência de tributação dos investimentos de risco e de curto prazo, assim como sobre os lucros e dividendos, o qual sequer foi aludido pelos presidentes de esquerda, torna-se burlesco bradar que o empresariado brasileiro não possui projeto nacional por não investir em indústria de transformação, quando parte das Políticas de Estado e de governos levaram à desnacionalização/desindustrialização em favor do rentismo concomitantemente à ascensão da indústria extrativista, toda ela vinculada e submetida às demandas e à precificação internacionais.

A participação do PAC na formação bruta do capital fixo foi irrisória, uma vez que os investimentos em capital fixo cresceram em 2008 e 2009, sofrendo uma queda em 2010 e um leve retorno aos índices de 2009 em 2012, seguido por uma queda em 2013. A partir de 2010, a alta do preço das *commodities* terminou, apresentando sucessivas quedas desde então. Mas a indústria ainda apresentava expansão, embora menos acelerada, demonstrando ainda haver “expectativas momentâneas” (GRABOIS; COSENZA, 2019, p. 106). A economia brasileira ficou mais dependente da soja, do ferro e do petróleo. Como são sensíveis aos preços internacionais, conclui-se que “a economia doméstica brasileira se tornou também mais dependente da economia internacional” (GRABOIS; COSENZA, 2019, p. 107). Da mesma forma o PIB, como pôde ser examinado no crime ambiental e humanitário de Brumadinho, quando sofreu queda brutal no Estado de Minas Gerais no primeiro trimestre de 2019, e influenciou negativamente o

PIB nacional em 0,2% em função da paralisação de algumas atividades da Vale em outras barragens por ordens judiciais.<sup>141</sup>

Nessa estrutura econômica, o câmbio tornou-se vital, pois é ele que regula quase exclusivamente o ritmo da relação entre exportações e importações. Em outras palavras, a economia não se pautou pelo desenvolvimentismo, pois não houve qualquer política efetiva para a indústria de transformação a não ser isenções e financiamentos do BNDES, algumas vezes sem imposição de investimentos e contrapartidas, permitindo que os recursos fossem eventualmente usados de forma acriteriosa, como se evidenciou na compra da jatinhos particulares de figurões da mídia, do empresariado e da política. As políticas de produção de mercadorias de valor agregado ficaram relegadas às universidades por meio de uma crassa e fracassada política de inovação, a quem caberiam a realização de pesquisas aplicadas aos capitais privados que, no momento, estavam passando justamente por um processo generalizado de desindustrialização em virtude da ascensão da indústria extrativista e do retorno financeiro seguro sobre os títulos da dívida pública, permitindo que pesquisas públicas e linhas de financiamento para pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação fossem direcionadas para os complexos industriais-financeiros estrangeiros (SACRAMENTO, 2019). Sem as empresas estatais que faziam essas pesquisas juntamente com os capitais privados até a década de 1980, todas privatizadas ou destruídas na década de 1990 em diante, restou para o *establishment* defender apologeticamente que pertenceria às universidades a realização de pesquisas com vistas à formação de mercadorias. Não há qualquer exemplo internacional que respalde esse arranjo, podendo-se tranquilamente utilizar justamente Japão, Coreia do Sul e China. Nos três, os investimentos público e privado em indústria de transformação, com a orientação e a mão forte do Estado, propiciaram ciclos vigorosos de desenvolvimento.

141 Criou-se uma contraofensiva governamental para a continuidade das atividades da empresa, visto também quando dos crimes em Mariana. Sobre o papel da Vale na formação do PIB e a atuação benevolente dos governadores, não há diferença entre Aécio Neves, Anastasia, Pimentel e Zema. Como a indústria extrativista pressupõe algum impacto ambiental, a ascensão dela com perspectiva exclusivamente privada, na qual enxerga medidas de proteção e contenção ambientais como custos, porque de fato são, produz políticas públicas que secundarizam as questões ambientais ante à demanda econômica privada, mesmo diante de mortes de centenas e sofrimento de milhares de pessoas, algo semelhante ao avanço do extrativismo em reservas indígenas, provocando contaminações, desnutrição infantil e mortes que devem ser enquadrados como genocídio de povos nativos.

O câmbio tornou-se a principal Política de Estado para a economia, a tal ponto que ganhou as ruas em manifestações a partir de 2013. Enquanto os representantes das indústrias da soja, do ferro e do petróleo defendiam a desvalorização da moeda, os manifestantes da classe média tradicional defendiam a sua valorização para a realização de viagens internacionais e acesso a bens de consumo importados. Tal conflito se desenvolveu em função da supervalorização das *commodities* em que “o câmbio passou a ser balizado pela exportação realizada dos três principais produtos”, provocando uma “forte valorização do real frente ao dólar”. A valorização cambial, por sua vez, “desincentivou a indústria de transformação local” (GRABOIS; COSENZA, 2019, p. 107), pois, além de os produtos brasileiros já não fazerem frente aos produtos internacionais, sobretudo os da China, as indústrias brasileiras ou multinacionais instaladas no país passaram cada vez mais a importar insumos e maquinários, expressando uma desindustrialização do parque nacional de produção de maquinários. Quando o conteúdo nacional é baixo em uma determinada cadeia produtiva instalada no país, a volatilidade da valorização/desvalorização da moeda é fator contra-producente. A cadeia produtiva está no país, mas não é nacional.

No ano de 2019 e 2020, verificou-se a fuga de capitais do país e a saída de muitas multinacionais, como a Ford, logo no começo de 2021, a qual, além da crise internacional sobre o setor (chips semicondutores) e o avanço das empresas asiáticas, sentiu o impacto da diminuição do mercado interno e o recrudescimento da desvalorização do real perante um parque produtivo que se restringia a ser mera montadora com insumos e maquinários predominantemente importados. Por outro lado, o real desvalorizado e uma dada industrialização da indústria extrativista deram mais poder às burguesias dos três produtos do setor agroexportador, pois ganharam mais peso na balança comercial e na política nacional por serem importadores de menos insumos e produtores de um parque tecnológico nacional significativo, especialmente quando comparados com outros setores de bens de consumo, em parte produzido por investimento estatal, subsídios direcionados, câmbio e pesquisas aplicadas, como as da Embrapa – embora não se possa desconsiderar a internacionalização dos capitais na soja, por exemplo. Com o tempo, a flexibilização da legislação ambiental e a permissividade para a aprovação de agrotóxicos, especialmente no governo Bolsonaro, deram outra mão. O fato é que a indústria extrativista ganha sempre, pela posição que ocupa desde 2008, a despeito da volatilidade do câmbio. Ora ganha mais, ora ga-

nha menos, mas sempre ganha. Guardadas as devidas proporções, é uma espécie de retorno aos dilemas cambiais da República Velha.

Nas três cadeias produtivas analisadas pelos autores, a exportação das três mercadorias é muito maior do que em alguma cadeia produtiva nacional, como em máquinas e equipamentos. A exportação do minério de ferro, por exemplo, cresceu 1.242% entre 2000 e 2013, enquanto a extração cresceu 964%. O crescimento da produção de máquinas, equipamentos e automóveis, por sua vez, registrou 450%. Enquanto a exportação de minério de ferro registrou um crescimento pujante, a exportação de máquinas e equipamentos e automóveis alcançou apenas 339%. Ou seja, o aumento das exportações no período foi três a quatro vezes maior em minério de ferro cru do que em máquinas, equipamentos e automóveis e aproximadamente 28% maior do que o crescimento da extração.

A China é o maior produtor de minério de ferro do planeta. Porém, utiliza todo o minério de ferro extraído na sua indústria de transformação, sendo ainda a grande importadora de minério de ferro brasileiro. O Brasil, segundo produtor do planeta, exporta grande parte do minério por não ter a demanda e os investimentos necessários para a indústria nacional de transformação a qual, em efeito de um círculo vicioso, faz com que o país se desindustrialize mais, tornando-se predominantemente produtor de *commodities*, ou como o agonegocio gosta de citar em suas propagandas institucionais, no grande produtor de alimentos do planeta, uma espécie de fazenda iluminada.

Entre 2000 e 2013, o país registrou aumento das importações de máquinas, equipamentos e automóveis, superando o “crescimento local do mesmo produto”, indicando “desindustrialização relativa”. Com o tempo, depois de idas e vindas, o círculo smithiano fechou-se: o Brasil se transformou em um exportador de matérias primas e importador de mercadorias industrializadas. Em uma economia baseada em *commodities*, é óbvio que a reforma trabalhista não criaria trabalho, pois não há condições objetivas para a alocação de capital adicional (capital constante) para a contratação de trabalhadores (capital variável), pois a própria desvalorização da força de trabalho transforma-se em fator impeditivo. Se o empresário tiver que aumentar a produção sobre uma legislação permissiva sobre os custos da força de trabalho, por que investir capital em forma de capital fixo? Como o valor do capital fixo não é conseguido por meio da racionalização dos custos sobre a força de trabalho, pois é muito maior e não se justifica para a

contratação de apenas um ou poucos trabalhadores, é mais plausível contratar mais trabalhadores em custo menor do que o total do capital constante (circulante e fixo) mais capital variável correspondente, gerando desemprego na indústria de maquinários por diminuição de demanda. Essa relação piorou significativamente com a Reforma Trabalhista. A desindustrialização gera desindustrialização. A desindustrialização gera diminuição da produtividade que, por sua vez, induz ao desinvestimento tecnológico e suscita a diminuição de renda do mercado interno. A desindustrialização não gera crescimento de médio ou longo prazo e encilha a população à miserabilidade. Como afirmam Grabois e Cosenza (2019, p. 117), tal estrutura explica por que “as classes dominantes locais são ligadas a esses setores agrícolas e extrativistas, ao mercado financeiro, e à especulação imobiliária. Daí seu viés anti-industrialista”.

Esse é o projeto nacional que se consolidou no último ciclo de crescimento, no qual a *Folha de São Paulo*, em reportagem de 29 de janeiro de 2021,<sup>142</sup> pareceu chocada ao perceber que, quando da crise da vacina para a obtenção dos insumos farmacêuticos, em parte por efeito dos ataques sinofóbicos do governo Bolsonaro, o Brasil produz apenas 5% dos insumos farmacêuticos consumidos, comparado a uma taxa de 55% de quatro décadas atrás. Segundo o jornal, que se notabilizou na crise por escrever editoriais direcionados a investidores e especuladores, a queda devia-se à “abertura econômica e atraso tecnológico”. Para quem defende que a tecnologia avança somente em estado total de concorrência aberta, com ampla abertura econômica, há de ser algum avanço cognitivo, embora seja uma reportagem escrita por uma jornalista e não um editorial ditado pelo proprietário.<sup>143</sup>

A crise que substituiu o ciclo do crescimento ensejou a emergência política das classes e frações que justamente mais ganharam no ciclo do crescimento, com o objetivo um tanto quanto óbvio de conservar o que ganhavam e o que ganham. Quatro limitações se impuseram sobre a continuação das políticas econômicas no governo Dilma. A primeira limitação foi o endividamento das famílias, já que a aposta continuou no consumo das famílias; a segunda foi de ordem produtiva, pelo caráter do crescimento assentado em indústria extrati-

---

142 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/amp/mercado/2021/01/em-quatro-decadas-brasil-reduz-de-55-para-5-capacidade-de-producao-de-insumos-farmacuticos-shtml>. Acesso em 29 de janeiro de 2021.

143 A reportagem é de Sheyla Santos. Provavelmente, foi mais uma constatação dela do que do proprietário do jornal.

vista; a terceira foi de ordem de crédito, aprofundada por um mercado rentista oligopolizado e impositivo do valor das taxas e dos juros, com forte lobby do mercado financeiro sobre a Selic; e a quarta foi a queda dos preços das *commodities*, evidenciando a vinculação da economia nacional às intempéries internacionais. O ciclo virtuoso que rompeu com a crise de 2008 se desfez. Mas entre 2009 e 2014 o estrago ideológico na classe trabalhadora foi da ordem de um tsunami. O novo perfil produtivo brasileiro deu projeção política a grupos historicamente conservadores.

Nesse ínterim, a melhora da classe trabalhadora fomentou na classe a ideologia friedmaniana do consumo de bens e serviços como elemento constitutivo da individualidade e da cidadania. Porém, o consumo de bens pelo crédito fomentou acriticamente na classe trabalhadora a ideia de meritocracia criada justamente para controlá-la, perdendo-se a noção de direito. O acesso à saúde se daria porque o indivíduo conquistaria por mérito um plano de saúde; e isso valeria para a escola, para o carro e para a casa. Nessa lógica, carro e escola equiparam-se ideologicamente como mercadorias.

Emergiram três ideologias deletérias à classe: a autoajuda, especialmente aplicada ao “mundo dos negócios”; a Teologia da Prosperidade, expressa no aumento das grandes igrejas neopentecostais e de suas redes de negócios, notadamente TVs e rádios; e o empreendedorismo, aplicado aos trabalhadores como resposta ao desemprego estrutural do neoliberalismo.

A autoajuda tem foco na classe média, independentemente da perspectiva política do leitor, seja conservadora ou progressista. A Teologia da Prosperidade tem seu objeto na classe trabalhadora, modulando um pensamento conservador nos costumes com as características do sujeito liberal; o empreendedorismo viceja a ideia da construção da figura do *self-made*, vinculando-se de forma intrínseca e radical com a Teologia da Prosperidade na classe trabalhadora.

Diante da insurgência do novo tipo ideal, que reforça os preceitos da gênese da meritocracia paulista, casos absurdos passaram a ser naturalizados que, de tão absurdos, são aceitos se e somente se a História for negada. Um exemplo é o do banqueiro Cândido Botelho Bracher, de família aristocrática e escravocrata (família Arruda Botelho), CEO do Itaú até fevereiro de 2021. É filho de Fernão Bracher, presidente do Banco Central no governo de José Sarney e dono de dois bancos. Seu pai é bisneto do Conde de Pinhal, escravocrata herdeiro de duas

sesmarias. O seu capital herdado foi basicamente fruto de comércio e exploração de escravizados, como de quase todos os banqueiros brasileiros. Atualmente ministra palestras sobre empreendedorismo, nas quais, sempre que pode, expõe a importância da diversidade. O herdeiro do condado, que nunca trabalhou efetivamente, constrói uma figura com o desconcertante viés de se mostrar como um homem que constrói riquezas em virtude do trabalho,<sup>144</sup> embora venha de uma família que acumulou capital justamente com o trabalho de africanos escravizados e tenha prosperado por meio de um mercado capitalista altamente privilegiado e sem concorrência, baseado na taxaço dos mais pobres e negros. Não obstante, não deixou de falar para os investidores sobre a positividade do governo Bolsonaro, pois aprovou as reformas fundamentais para o rentismo, apesar do que chamou de turbulências.<sup>145</sup>

Com os olhos na evidente desindustrialização da economia brasileira, o petismo fomentou como resposta o empreendedorismo e a figura do brasileiro naturalmente empreendedor ou, em outras palavras, propôs a ocupação no lugar do emprego formal. A pejotização foi acelerada pelos microempreendedores individuais (MEIs). Os dados são impressionantes. Em 2009, quando foi criado, havia 44.188 MEIs; em 2010, pulou para 771.715. Pode-se alegar, a diferença apenas registra a formalização de pessoas que poderiam se enquadrar em um programa recém-criado. Mas, no ano seguinte, havia 1.656.953. Desde então, o crescimento sempre foi de 1 milhão ao ano, com exceção de 2018. Em 2019, registrava-se 8.154.678 MEIs, quantum visivelmente acelerado pelas empresas com as suas “formas modernas de contratação” e pelos aplicativos de transporte e de entrega.

---

144 Sobre o tema, ver <https://ideiasustentavel.com.br/bio-candido-bracher/>. Acesso em 25 de dezembro de 2019.

145 “O presidente do Itaú, Cândido Bracher, em uma teleconferência com jornalistas, disse: ‘O que tenho notado é que o avanço das reformas não tem sido influenciado pelas turbulências políticas’”. Disponível em <https://exame.abril.com.br/blog/joel-pinheiro-da-fonseca/o-crescimento-economico-esta-acima-das-monstruosidades/>. Acesso em 25 de dezembro de 2019. Em outra entrevista ele afirmou que as “reformas deixam Brasil em situação econômica que nunca vi na carreira”. <https://www.infomoney.com.br/negocios/reformas-deixam-brasil-em-situacao-economica-que-nunca-vi-na-carreira-diz-presidente-do-itaui/>. Acesso em 25 de dezembro de 2019. As turbulências eram sobre o pai do presidente da OAB (morto na ditadura), nativos, reservas ambientais e mineração em terras de nativos, o que demonstra que a oposição entre liberalismo e barbárie é falsa. O *empreendedor* escravocrata ligado à diversidade mercantilizada é a nova síntese do liberal brasileiro em substituição a Júlio de Mesquita Filho.

Quem não conhece algum caso de conhecido que largou o emprego formal para criar um “negócio próprio”? Quem não se deparou com aplicativos e lojas virtuais vendendo algum serviço inútil sob a alcunha de “gourmet” ou “personal”? Pessoas que acreditaram no sonho de ser rico a partir de 2009 e fracassaram a partir de 2013 e 2014, quando do governo Dilma. Desde 2017, o grosso faz entregas de aplicativos ou de produções próprias, como entrega de marmitas e doces, e está incluído nos desalentados, aqueles que desistiram de procurar empregos formais. Tem como perspectiva apenas a complementação da renda familiar, contexto piorado pela Covid-19 e pelo imobilismo proposital do governo Bolsonaro.

Nesse sentido, a mídia fomentou o antipetismo materializado na insatisfação de ordem econômica e política. Para esses milhões que foram embebedos por essas ideologias por anos, iludidos pela ideologia neoliberal, a crise de não realização de expectativa foi no governo Dilma. Acreditaram que seriam ricos, ou que viveriam um *way of life* de prosperidade perpétua, mas se depararam com a realidade econômica do fim de ciclo. Da mesma forma fez sentido a uma senhora moradora de uma cidadezinha que não tem recursos para pagar o salário do prefeito, confiar o seu voto no PT, porque, além do Bolsa-Família, teve acesso à água por meio de um gigantesco e engenhoso programa de cisternas e da transposição das águas do Rio São Francisco, fez também sentido a um sujeito que viu seu sonho de empreendedor bem-sucedido se desfazer quando do fim do ciclo de crescimento e do início da crise política de 2013-2014 responsabilizar o PT, sobretudo sob forte indução da mídia lavajatista e da burguesia rentista. O PT, que fomentou a ideologia do “pequeno patrão”, como diria Marx, foi alçado a inimigo desses empreendedores. O pacto social do qual trabalhadores participariam da meritocracia, que lhes foi negada historicamente pela classe média tradicional e burguesia, é materialmente e estruturalmente impossível. A curto prazo, foi uma política que se pretendia acomodacionista, mas a longo prazo era economicamente irrealizável. Se o ciclo econômico de 2001 a 2011 consolidou a dominação das frações mais conservadoras da burguesia brasileira ligadas ao agronegócio, ao rentismo e à especulação imobiliária, a política econômico-social (para além dos programas sociais) fomentou uma expectativa baseada no empreendedorismo, vinculando os trabalhadores ao projeto liberal-conservador das frações burguesas.

Resumir a realidade política e o impeachment a uma revolta antipopular em que o caráter predominante seria a traição, com o

surgimento dos “pobres de direita”, é reducionismo. A compreensão conceitual das políticas sociais que vigeu não se distanciava das orientações do Banco Mundial e do FMI, que sempre propuseram medidas focais de transferência de renda, uma política de mitigação da miséria e da extrema pobreza. Essa conceituação permite que se construa uma política focalizada à pobreza enquanto a concentração de renda vive sob um *laissez-faire* protetivo, porque os impostos que formam a receita da transferência aos mais pobres são regressivos, ou seja, na prática eles pagam tanto em termos proporcionais quanto em termos absolutos o grosso do fundo direcionado residualmente a eles mesmos e majoritariamente aos mais ricos, sendo, portanto, sobretaxados no consumo em um círculo vicioso.

Exploração não colide frontalmente com o conceito de desigualdade econômica. Muitas vezes, e é isso que o livro se propõe, é preciso fazer mediações analíticas com um conceito que se subsume a uma categoria. De fato, a desigualdade é um produto da exploração. Ignorando a categorização, pode-se facilmente tratar a exploração como resultante da desigualdade e da pobreza, como aconteceu com as explicações mais aceitas no petismo. A título de exemplo, pode-se analisar o caso de Jessé de Souza, para quem a burguesia não teria um projeto nacional.

Jessé de Souza trata a Alemanha como uma idealização de sociedade, uma espécie de utopia socialdemocrata mooreana. Contudo, a Alemanha é a Alemanha tão-somente porque se consolidou como potência imperialista no século XIX. Depois no século XX por intermédio de seus complexos industriais-financeiros. Conseguiu e ainda consegue manter relações salutares entre os seus cidadãos dentro de suas fronteiras, dispondo de mecanismos de participação dos trabalhadores no controle e nas decisões de suas empresas. Mas o que seria da Volkswagen no Brasil sem a sua cooperação com a Ditadura Civil-Militar e o seu desapego aos dispositivos de participação dos trabalhadores brasileiros justamente no controle e nas decisões, bem longe do padrão “democrático” alemão para os alemães? O que seria do ilibado suíço e da social-democracia semiprivada suíça em todo o século XX se não fossem os recursos da lavagem de dinheiro de quase toda a burguesia planetária e de sua participação bancária no financiamento do tráfico de africanos nos séculos anteriores? Ou o que seria da eficiência do Estado francês sem a sua experiência genocida na Argélia e no Vietnã?

Esse tipo de análise sobrevive se os conceitos de imperialismo, divisão internacional do trabalho e superexploração forem ignorados. Segundo o autor, foi de sua experiência pessoal *na* Alemanha que formou o seu fundamento teórico, o seu tipo ideal: “o capitalismo regulado e não o socialismo estatizado era a forma mais perfeita de organização social” (SOUZA, 2017, p. 158). Curiosamente, trata-se de um falseamento que leva a posições políticas não muito diferentes da buarquiana, como se houvesse uma hereditariedade histórica, um pecado original, o que é diferente de entender quais estruturas no escravagismo superestruturaram o modo de produção capitalista e como:

A escravidão, como vimos, dificultava a formação de famílias negras e combatia qualquer forma de independência e autonomia do escravo. Não é por acaso, portanto, que nossos pobres tenham famílias monoparentais e tenham dificuldade de desenvolver um padrão que reproduza a contento os papéis de filho, pai e irmão de toda família de classe média (SOUZA, 2017, p. 99).

Aqui, além de subverter a análise bourdeuniana, Jessé de Souza faz uma contra-análise: a composição familiar como elemento fundante de reprodução, e não a reprodução como elemento fundante e estrutural da composição familiar. Há pesquisas de antropologia que demonstram o papel das relações econômicas na composição familiar dos trabalhadores pobres, como pesquisas sobre os efeitos do Bolsa Família na redução da taxa de natalidade e no empoderamento da mulher. É ponto pacífico sobre a relação entre capital cultural familiar e mobilidade educacional, ou “background” familiar e desigualdade, como lembrou Pedro Malan e John Wells. O elemento fundante da reprodução do escravismo é o direito à propriedade e à coisificação, reproduzido na família ou na não família, uma vez que todos eram propriedades. Entretanto, não é esse o elemento fundante do modo de produção capitalista contemporâneo. Jessé conclui que a dificuldade das famílias negras de “desenvolver um padrão que reproduza a contento os papéis de filho, pai e irmão de toda família de classe média” se deve a uma herança escravagista, uma herança da história plasmada na dificuldade e no comportamento de negros, como se fosse transmissão de um imperativo criado no escravagismo que continua como inconsciente coletivo nos negros. Para tanto, acaba por ignorar os mecanismos de controle sobre as mobilidades da burguesia e da classe

média sobre os trabalhadores negros. Aqui temos um péssimo uso de Bourdieu e uma percepção racializada sobre os trabalhadores negros baseada em uma hipótese intangível e não provada, a da transmissão cognitivo-comportamental dos escravizados aos negros, por gerações a fio, no que se refere à composição familiar.

O afã de Jessé para provar que o liberalismo e o marxismo compartilham de mesmo ponto de partida, o combalido “economicismo” (SOUZA, 2017, p. 87), fê-lo construir uma análise compartimentada em um weberianismo mecanicista que, na prática, não foge da ideia do pecado original, arrastando-se inalterado ao longo da história. Não faz o que Bourdieu fez, a crítica à transformação da cultura dominante, uma entre muitas, em *A Cultura*, que estrutura todas as culturas, transformando-as em subculturas ou não culturas. A desnaturalização depende da análise econômica, ou do “economicismo”, termo tão surrado quanto o “populismo”, corretamente criticado pelo autor. Porém, a desnaturalização é impedida pelo que aprendeu quando jovem estudante na Alemanha, quando entendera que “o capitalismo regulado e não o socialismo estatizado era a forma mais perfeita de organização social”.<sup>146</sup> O capitalismo regulado somente pode dar certo em um país se este subordinar os capitais e as forças de trabalho de outros países por meio da exportação de capitais, do rentismo e da desregulamentação da relação capital-trabalho no país periférico.

Resta tratar a elite como traidora do projeto nacional-desenvolvimentista – que propriamente não existiu –, aquilo que poderia ter superado o atraso político-intelectual da própria elite. O golpe jurídico-parlamentar teria sido fruto de um retrocesso cognitivo-cultural e de uma traição política da elite. O engano está no projeto. A elite brasileira é o resultado de um processo histórico cuja acumulação primitiva superestruturou relações racializadas de exploração, transferência de renda e desigualdade que intensificam a luta de classes e a própria

---

146 Constatando que o seu sonho socialdemocrata alemão estava em ruínas diante do avanço do neoliberalismo, responsabilizou as líderes feministas: “Os grandes aliados de guerra contra os sindicatos foram o desemprego tornado estrutural possibilitando a ‘flexibilização’ do regime trabalho, por um lado, e a massiva entrada do trabalho feminino, que foi percebido como ‘libertação’ por muitas líderes feministas” (SOUZA, 2017, p. 158-159). O problema é que foi. O capital caminha para a universalização da força de trabalho sem retirar as suas diferenças – transformando-as em desigualdade –, o que permite ao capital potencializar o exército industrial de reserva e se distribuir entre as diferentes taxas de exploração, uma vez que as diferenças/desigualdades devem estar cristalizadas na reprodução da força de trabalho. É a uniformidade desigual da força de trabalho. Uma mera citação sobre exportação de capitais alemães seria suficiente para não responsabilizar o movimento feminista pelo fim do sonho socialdemocrata na Alemanha.

desigualdade de renda entre burguesia, classe média e trabalhadores. O petismo deveria ter em mente o exemplo dos negros escravizados e dos abolicionistas. Quando a conciliação ainda era hegemônica entre os abolicionistas, os africanos escravizados ficaram sozinhos na luta nas senzalas e quilombos. Quando os africanos escravizados e os abolicionistas somaram-se na radicalidade, os primeiros em motins, fugas e enfrentamento físico e armado nas senzalas, quilombos, matas e cidades, os segundos na imprensa, nos panfletos incendiários e na militância diuturna, sem meio-termo, expressando-se abertamente a luta de classes, a primeira etapa de um processo revolucionário foi alcançada. É verdade que a Lei de Terras e a ação da elite escravocrata e de parte do movimento abolicionista impediram a segunda etapa, a Reforma Agrária. Mas também é verdade que se os abolicionistas radicais tivessem hesitado, conciliando com a elite, é provável que a abolição fosse postergada por mais alguns anos e avançasse pelo século XX, em nome dos capitais imobilizados nos músculos dos escravizados e do consenso para o “bem da Nação”.<sup>147</sup>

O fato é que o PT não ventilou mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal, nas Agências Reguladoras e na Lei de Isenção de Lucros e Dividendos (1995), produzidas no governo FHC. O bolsonarismo, por sua vez, não pensou em suprimir a Lei de Drogas, a Garantia da Lei e

147 O consenso é por vezes implícito. Em maio de 2021, a Polícia Civil do Rio de Janeiro realizou uma operação militar no Jacarezinho (RJ) que resultou na morte de 28 pessoas. As provas e os testemunhos provam execuções e torturas. A ação foi feita em flagrante desrespeito à decisão do STF, que proibia ações policiais em comunidades após a morte de João Pedro, também em ação da Polícia Civil em conjunto com a Polícia Federal. Diferentemente da ação penal de Lula em que um mero recurso foi para o plenário, Fachin enviou um recurso do PSB sobre as operações policiais no Rio de Janeiro para o plenário virtual. Não se propôs a arrolar criminalmente o governador, o secretário de segurança e o delegado responsável por desrespeitar e atacar a sua decisão em entrevista. Alexandre de Moraes, que foi Secretário de Segurança Pública de São Paulo, pediu vistas, adiando, inclusive, a ínfima resposta que Fachin julgou ser possível. Quando Secretário de Segurança Pública, ocorreu a maior chacina do estado de São Paulo em que 17 pessoas foram mortas e cinco feridas em Osasco e Barueri. Ficou para a História a sua pitoresca e patética ação de cortar pessoalmente pés de maconha no Paraguai, em julho de 2016, e a sua indicação para a Secretaria Nacional de Drogas de um coronel da polícia militar do estado de São Paulo, antecipando o padrão bolsonarista de indicação de militares. Quando foi para o Ministério da Justiça no governo Temer, que o indicou ao STF, defendeu o aumento de internação de jovens para 10 anos – redução da maioria penal. Sobre o julgamento da maconha, um dos nós da Guerra contra as Drogas, iniciada na proibição no Império por ser uma droga de “africanos” (“fumo de Angola”), o presidente da corte, Luiz Fux, adiou o julgamento, a fim de não indispor o tribunal com o governo e o congresso. A Polícia Civil, por sua vez, estabeleceu sigilo de cinco anos sobre os documentos da operação no Jacarezinho, depois retirado, em parte, pelo Fachin. O consenso entre frações da elite é sempre sustentado sobre negros mortos.

da Ordem (GLO) e a Lei de Combate ao Terrorismo, elaboradas e sancionadas nos governos Lula e Dilma.

Uma variável interessante para se analisar a complexidade da síntese neoliberal consiste na relação entre violência contra a população negra, a qual esteve longe de diminuir a patamares próximos da exercida contra a população branca. É óbvio existirem descontinuidades específicas, como no ensino superior e em algumas políticas focais, mas, no todo, a ruptura e a descontinuidade é de difícil verificação. O *Atlas da Violência de 2018* demonstra historicamente a dificuldade da ideia-força de descontinuidade plena entre os governos tucanos e petistas.

Até 2012 a evolução da taxa de homicídio apresentava melhora – ao contrário do que se comumente ventila –, com estagnação ou queda na maioria dos estados. O principal exemplo é o estado do Rio de Janeiro que, em 2006, apresentou uma taxa de 47,5 homicídios para uma população de 100 mil e em 2012 uma taxa de 29,4. A partir de 2013 apresentou aumento, chegando a 36,4 em 2016 (ainda abaixo do apresentado em 2006). O país apresentou aumento de 14% de 2006 a 2016. Se se analisar a taxa de 2006 a 2010, o aumento foi de 3,5%, o menor da história. Se se considerar de 2015 a 2016, o aumento foi de 5%. Ou seja, de 2015 para 2016 o Brasil teve o maior aumento da taxa de homicídio deste século, o mesmo percentual de 2020 comparado a 2019.

Os aumentos das taxas de homicídios foram concentrados, proporcionalmente, nos estados do Norte e Nordeste. Nas regiões Sul e Sudeste, os dados são díspares. Enquanto São Paulo apresentou redução de 56,7%, Rio Grande do Norte apresentou aumento de 256,9%. Contudo, isso não significa que os dados de São Paulo sejam confiáveis, como insinua o próprio relatório. Há uma subnotificação imensa de mortes cadastradas no sistema na categoria de “intervenções legais”, explicitada didaticamente no ano de 2020 quando o governador João Dória induziu o assassinato de trabalhadores negros por meio da protelação da investigação criminal contra policiais militares e discursos de apoio, como as promessas de campanha que pagaria “os melhores advogados” e que “policia vai atirar para matar”. Dória se estabeleceu como uma das alternativas liberais para as eleições de 2022 do bloco incomodado com a explicitação semântica e política do protofascismo do Bolsonaro, logo descartado pela alta rejeição popular.

São Paulo é um dos estados que apresenta maior disparidade entre os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP), o que ajuda a explicar, em parte, a queda de homicídios e a alta letalidade policial. A diferença entre os dois sistemas para o Estado de São Paulo foi de -70,3%. O estado de Pernambuco, um dos mais violentos, apresentava subnotificação de -90,7%. Rio Grande do Norte apresentava -96,9%. São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia apresentavam quantidade de homicídios por policiais maior do que a taxa de latrocínio (roubo seguido de morte). Portanto, utilizando-se de uma metodologia mais favorável, é possível diminuir os homicídios por meio do aumento da letalidade da polícia, não contabilizando o assassinato por policiais como homicídio. A média de diferença entre as taxas no país para o ano de 2016 foi de -67,5%. Todos os estados utilizam essa manobra homicida.

Em 2016 foram mortos 33.590 jovens (15 a 29 anos). Destes, 94,6% homens. No ano de 2015 havia ocorrido uma redução de 3,6% comparado ao ano de 2014, interrompido em 2016. Houve aumento exponencial da taxa de 2016 em diante, permitindo aludir mais uma vez a aspectos conjunturais, como crise econômica e impeachment (crise política). Mas nem tudo se pode colocar na conta da crise visível fomentada pela própria classe dominante. Os dados indicam o aumento da violência a partir do fim do ciclo, de 2012 em diante, assim como coincide com os preparativos para os grandes eventos internacionais.

É evidente que a partir de 2007 houve um aumento da violência nos estados do Nordeste e Norte. Sugere-se como hipótese a transferência territorial ou a inserção de facções do Sudeste, especialmente de São Paulo e do Rio de Janeiro, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Sobre o CV, é possível coletar informações pela mídia e trabalhos acadêmicos que registram o processo, especialmente depois da higienização (arquitetônica e militar por meio das UPPs) que passou Rio de Janeiro para a realização dos grandes eventos esportivos e para o avanço significativo de grupos paramilitares de direita (milícias).

A atuação de grupos paramilitares de direita, formados majoritariamente por policiais e bombeiros, está umbilicalmente ligada a políticos do espectro da direita brasileira. Reconhecidamente, seguem uma linha ideológica neofascista, como ficou manifesto na morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Entretanto, a expansão da favelização das zonas norte e oeste, acompanhando

a urbanização de alto padrão da Barra da Tijuca, em meados de década de 1990, fez com que cientistas anteviessem que haveria uma expansão descontrolada do crime organizado de, na época, facções criminosas. Em *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*, Andreilino Campos (2005, p. 113-114) constatou:

Um exemplo claro do avanço dessas favelas é o assombroso crescimento da denominada Rio das Pedras, ocupada na década de 1950 com a chegada de nordestinos recrutados para a construção dos primeiros edifícios de apartamentos na Barra da Tijuca e, posteriormente, com o boom imobiliário verificado entre as décadas de 1970 e 1990.

E conclui: “Esses fatores, aliados a outros, como, por exemplo, o mercado potencial para os tóxicos, poderão representar no futuro uma situação incontrolável para essa parte da cidade”. Excetuando a citação das facções – era a conclusão possível da época –, devendo ser substituída por grupos paramilitares de direita, é inegável que já havia algum acúmulo científico sobre o que poderia acontecer em relação ao crime organizado na região. Sobre o PCC, a hipótese mais plausível, trabalhada, inclusive, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, é o processo em andamento de transformação da organização em máfia, já que conseguiu dominar portos e rotas entre países latino-americanos, africanos e europeus, com estrutura de lavagem de dinheiro no país e no exterior típica de um cartel.

Os dados do Rio de Janeiro também podem ser explicados pela conjuntura estadual, como a interrupção de investimento na Petrobrás e a diminuição de arrecadação do Estado e dos municípios em virtude da atuação da Lava-Jato, culminando na crise fiscal e na crise hídrica em 2020. Em suma, sugere-se que as regiões Nordeste e Norte possam ter tido aumento da violência em função da atuação de outras facções criminosas exportadas do Sudeste. É apreensível também que, a partir de 2011, os dados nacionais apontam para a diminuição do ritmo de queda, tendo uma reviravolta a partir de 2015/2016, podendo-se inferir que a crise política e a crise econômica somaram-se aos aspectos citados. Essa conjuntura estimulou as bases da expansão nacional nas grandes cidades do ideário punitivista e do policial herói e executor, o qual faz as vezes de juiz, ovacionado abertamente em programas de televisão e pela direita. É nesse ponto que a disparidade de dados entre o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e a

Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) ajuda a compreender o fenômeno.

Segundo o relatório, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia maior do que a de não negros, de 40,2 contra 16,0. De 2006 a 2016, a taxa de homicídios de negros aumentou 23,1%. No mesmo período, a taxa entre não negros reduziu 6,8%. Há casos singulares no *Atlas*, como o de Alagoas em que a taxa de homicídios de negros é a maior do Brasil, correspondente a 69,7, ao mesmo tempo que possui a menor taxa de homicídios de não negros do Brasil, algo em torno de 4,1. Como lembra o relatório, “é como se os não negros alagoanos vivessem nos Estados Unidos, que em 2016 registrou uma taxa de 5,3% homicídios para cada 100 mil habitantes, e os negros alagoanos vivessem em El Salvador, cuja taxa de homicídios alcançou 60,1 por 100 mil habitantes em 2017” (IPEA, 2018, p. 40). Quanto à média nacional da letalidade policial, 76,2% das vítimas da polícia são negras. Segundo o *Anuário de Segurança Pública de 2020*, publicado em julho de 2021, o índice alcançou 78%, demonstrando aumento em 18 das 27 unidades federativas. Não obstante, os dados relativos escondem o aumento absoluto: em 2013, eram 2.212 mortos por policiais; em 2016, 4.220, aumento de 90,7%; em 2020, 6.416, aumento de 52% comparado a 2016 e de 190% comparado a 2013. Logo, se foram 3.207 negros assassinados em 2016, foram 5.004 em 2020, aumento de 56%. Corresponde a 77,99% do total de mortos. Diante desses dados, que estavam registrados nos relatórios anteriores do *Atlas* e do *Anuário*, mas não de forma tão translúcida, *é possível afirmar categoricamente que o aumento da taxa de homicídios no Brasil se deu basicamente pelo aumento dos homicídios de negros*. Aliada a taxa de letalidade da polícia, especialmente na Bahia, Ceará, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, pode-se deduzir, categoricamente, afastado de dúvidas retóricas conservadoras, a atuação do Estado para o aumento das mortes entre negros, devendo-se classificá-lo como *genocídio estatal*. Portanto, há um genocídio de negros em curso no Brasil, como fruto do avanço das políticas neoliberais e do recrudescimento da disputa entre facções e grupos paramilitares de direita e segmentos da classe dominante. É uma disputa, mas também um consenso calculado, como se evidencia na atuação do STF no Jacarezinho e no julgamento da corte sobre a produção e uso da maconha.

Analisando-se os dados de homicídios de mulheres, constata-se uma disparidade de homicídios de mulheres negras em comparação a mulheres não negras. São mortas 71% a mais de mulheres ne-

gras do que mulheres não negras, de acordo com os dados de 2016. Entre 2006 e 2016, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras diminuiu 8%, a taxa de homicídios de mulheres negras aumentou 15,4%. Já segundo o *Atlas da Violência de 2020*, houve um aumento da taxa de homicídio de mulheres negras de 12,4% e uma redução de mulheres não negras de 11,7%, indicando que as tendências de violência contra mulheres negras e a diminuição da violência contra mulheres não negras são constantes. Esse quadro ajuda a compreender a dificuldade de unificação de trabalhadoras negras e de mulheres brancas de classe média em um movimento político unitário. Muito provavelmente, o arcabouço legal-punitivo protetivo sobre o direito das mulheres avançou muito mais para as mulheres brancas da classe média e da burguesia do que para as mulheres negras. Ou melhor, para ser mais preciso: os dados indicam o aumento da taxa de homicídios contra mulheres negras enquanto houve uma evidente melhora às mulheres brancas, podendo-se inferir que o aparato legal-protetivo seja simplesmente ignorado às mulheres pobres e negras, direcionando-o às mulheres brancas de melhor poder aquisitivo, com maior capacidade financeira e social (capital social) de, inclusive, se isolar do marido. Essa seria a melhor hipótese para elucidar dados tão díspares e desiguais.<sup>148</sup>

Estados como os de Pará e Goiás estão no topo de ranking de homicídios justamente em função da taxa de homicídios de mulheres negras. O único estado em que a taxa de homicídios de mulheres não negras é maior é Roraima, com uma taxa assustadora de 21,9, bem maior do que a média nacional. Contudo, nesse caso os pesquisadores desagregaram a categoria não negra para entender melhor o dado. Do total, catorze mulheres nativas foram assassinadas em 2016, não sendo aferida a morte de nenhuma mulher branca ou amarela. Totalizaram-se 98 nativas mortas entre 2006 e 2016. Portanto, está se falando de nativas, tão marginalizadas quanto as mulheres negras.

Existem dois brasis, um branco – sobretudo para a classe média tradicional e a burguesia – e outro para trabalhadores negros e nativos. Se fosse o Brasil branco, com exceção do Paraná, onde há forte atuação de organização criminosa paulista, poderia se conceituar um

---

148 Sobre a relação entre criminalização judicial e raça, recomenda-se a leitura da dissertação *Rés negras, juízes brancos: Uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana*, de Dina Alves (2015). Da mesma forma que vale para a punição, vale para a não extensão do direito, pois a punição ocorre sobre os sem direitos, os não livres.

Brasil chamado ufanamente de primeiro mundo. Se considerar o Brasil negro, esse Brasil é um dos mais violentos do planeta. A segurança da burguesia e da classe média, os brancos livres, assenta-se no genocídio dos trabalhadores pobres, negros e nativos. O genocídio negro é a expressão da incorporação das doutrinas da eugenia, do higienismo e do embranquecimento à doutrina de Guerra Total contra as Drogas, implementada pela Ditadura Civil-Militar, em que se introduziu uma compreensão militar de ocupação de território. Como necessidade de controle sobre o território ocupado por trabalhadores expulsos das regiões centrais em virtude das políticas baseadas no higienismo, as polícias militarizam-se com a perspectiva de criação de destacamentos específicos de intervenção militar, como em uma guerra. E como fator típico de uma guerra, os civis são mortos como suposto efeito colateral de um combate a um comércio de drogas consideradas ilícitas pelo próprio Estado, controlado pela burguesia e classe média tradicional. O comprometimento da decisão jurídica da classe dominante é obtusado pela discricionariedade das instituições republicanas de conceituar o que é lícito e ilícito e a criação de uma política militarizada sobre o ilícito nos territórios que devem ser militarmente ocupados para fins de controle social.<sup>149</sup> Em uma conjuntura de aplicação máxima das políticas neoliberais em que o orçamento público é capturado pelo rentismo, resta o recrudescimento da violência da única política pública efetiva aos – contra os – trabalhadores mais pobres e negros, algo aprofundado com o avanço do protofascismo e do fascismo nas polícias estaduais, como demonstrou o motim no Ceará no início do ano de 2020. O protofascismo e o fascismo, que respaldam o ideário de intervenção, seguem interesses mercantis dos policiais organiza-

149 Em meio à pandemia, quando a recomendação dos governadores, ao menos, era estabelecer isolamento social, pulularam casos de jovens negros executados pela polícia. Em São Paulo, onde o governador João Dória se elegeu afirmando que policiais tinham autorização para atirar para matar, os jovens Carlos Eduardo dos Santos Nascimento e David Nascimento dos Santos foram sequestrados e mortos pela polícia militar do estado de São Paulo. No Rio de Janeiro, João Vitor da Rocha e João Pedro foram executados pela polícia. João Pedro foi morto dentro de sua casa em uma operação da Polícia Civil e da Polícia Federal, evidenciando que a militarização da polícia militar foi estendida às polícias não militares. Diante da repercussão, o Superior Tribunal Federal (STF) concedeu liminar à Defensoria Pública para permitir ações policiais apenas com justificativa, vedando-se operações indiscriminadas. Apesar da diminuição imediata das operações, o que gerou uma diminuição dos assassinatos na cidade, fazendo com que pesquisadores e movimentos sociais estabelecessem uma evidente relação de causa e efeito, as operações foram aumentando ao longo do ano de 2020 em nome do combate ao crime organizado, até chegar na chacina do Jacarezinho, em maio de 2021, e de São Gonçalo, em novembro do mesmo ano.

dos em grupos paramilitares de direita, algo devidamente comprovado por Manso (2021).<sup>150</sup>

E por que tal disparidade não só continuou, mas aumentou, justamente no auge das políticas mais efetivas de inserção da comunidade negra nas instituições, como nas universidades? Primeiro, ações pontuais produzem pouco efeito diante da estrutura institucional. A título de exemplo, a desigualdade de renda entre negros e brancos aumentou na década de 2010, em período no qual houve a maior inclusão de jovens negros nas universidades na história, explicitando que a relação entre renda e formação têm pouca relevância sobre a relação entre racismo estrutural e desigualdade econômica, ou praticamente nenhuma quando vista em perspectiva macroeconômica. Em segundo, porque foi justamente nos governos do PT que se construiu o arcabouço jurídico-político mais repressivo da Nova República: a Lei de Drogas, a Lei de Combate ao Terrorismo e a Garantia da Lei e da Ordem. Sérgio Moro não proporia o excludente de ilicitude sem um arcabouço penal punitivo minimamente estruturado.

Os três dispositivos aprofundaram a doutrina da Guerra Total contra as Drogas. A Lei de Drogas, assim como nos EUA, transformou-se em instrumento de encarceramento de trabalhadores jovens negros. Comparando o estudo com os dados carcerários, é possível estabelecer alguns consensos. O mais importante foi o impacto da promulgação da Lei de Drogas em 2006. Desde então, a população prisional aumentou significativamente a cada ano. Em 2000, o total de encarcerados era de 232.735; em 2002, estava em 239.345; em 2003, já no primeiro ano do governo Lula, pulou para 308.340 e nunca mais parou. Houve uma inflexão no crescimento até 2006, quando chegou a 401.236, quase o dobro de 2000, e se transformou em um crescimento impressionantemente constante. Em 2018, chegou a 841 mil presos, com um crescimento acima da média de 2013 em diante. É realmente simples constatar que o total de presos por tráfico de drogas, normalmente usuários ou pequenos traficantes – considerando-se a grande quantidade de presos por *kit flagrante* –, foi o fator responsável pelo aumento de presos ao longo dos anos. Em 2005, 14% dos pre-

---

150 Os negócios dos grupos paramilitares de direita são respaldados pelas ações da polícia, atacando áreas do Comando Vermelho para abrir espaços para a expansão desses grupos. Segundo Manso (2021, p. 244), “no primeiro semestre de 2009, de acordo com um levantamento feito pelo site de notícias UOL, nenhuma das 881 mortes cometidas pela polícia havia ocorrido em áreas dominadas por milícia. Outro levantamento, realizado pelo Observatório de Segurança a pedido da revista Piauí, identificou que 71% das 777 operações ocorridas em 2019 tinham sido feitas em áreas do CV”.

sos correspondiam a tráfico de drogas, dobrando em 2014, 28% sobre uma quantidade maior. Entretanto, os homicídios não diminuíram, colidindo com a tese segundo a qual o encarceramento é fator primordial para a diminuição da violência. Deixar para juízes e promotores brancos vinculados à meritocracia defendida pela burguesia e classe média tradicional, quase todos herdeiros do capital econômico e do capital social da família no judiciário, como o desembargador Siqueira – fazendeiro herdeiro da família Almeida Prado, família tradicional de escravocratas da região de Jaú e Itu – e Deltan Dallagnol – filho de procurador, moralista e fundamentalista religioso, que teria fraudado o concurso e conseguido o cargo após decisão judicial quando constituiu o seu pai aposentado como advogado –, a tarefa de discricionar quem é usuário e quem é traficante esteve longe de ser uma ideia razoável. Pelo contrário, atendeu a sanha de policiais, promotores, juízes, desembargadores conservadores e dos defensores da moral e dos bons costumes dos “cidadãos de bem”. Não houve qualquer intervenção para uma modificação da curva, criando-se um sistema precioso para as facções, o cartel paulista e os grupos paramilitares de direita, os quais retroalimentam a sanha conservadora em um fantasioso combate do bem contra o mal. Não há projeto nacional que dê conta de tais contradições políticas.

O dado científico é que o combate às drogas surgiu na Ditadura Civil-Militar sob os interesses das nascentes construtoras. No fim do século XIX e começo do século XX, o higienismo supremacista alicerçou as intervenções estatais em cortiços e comunidades. No começo do século XX até a década de 1970, o embelezamento e a especulação imobiliária, assentados no supremacismo racial, foram as molas que deram propulsão às intervenções estatais. A partir de 1970 em diante, o combate às drogas tornou-se o *cão-farejador* das intervenções estatais, cujas instituições precípuas para a execução são a polícia e o judiciário (CAMPOS, 2005). Portanto, de 1970 em diante, houve uma radicalização genocida da intervenção do Estado. Não à toa, os primeiros grupos de extermínio de policiais, que mais tarde se tornariam os atuais grupos paramilitares de direita do estado do Rio de Janeiro, surgiram nesse momento.<sup>151</sup> O fato é que o PT aprofundou justamente

151 Bruno Paes Manso, em *A república das milícias: dos esquadrões de morte à era Bolsonaro*, analisa a formação dos grupos paramilitares de direita em regiões do Rio de Janeiro e a construção da relação entre eles e a ascensão de Bolsonaro. Uma das descrições que chama a atenção é a formação de um paramilitar, o Lobo, que relata sobre um paramilitar identificado como Papa: “Uma vez, quando eu tinha uns oito anos, estava sentado no bar e vi dois negros passarem pela avenida. Na época, a gente ainda não via fuzil, as armas mais

os instrumentos coercitivos do Estado ditatorial, desconsiderando a gênese liberal-conservadora de tais instrumentos. Passa longe de ser alguma coincidência esses instrumentos serem o esteio do bolsonarismo nos aparelhos do Estado.

Fomentou um projeto social de direita, porque se restringiu à focalização e ao consumo das famílias por meio do crédito enquanto estruturava um sistema punitivo e repressivo que permitiu a ascensão de uma visão conservadora sobre os trabalhadores pobres e negros nos aparelhos repressivos do Estado e na sociedade. O sistema punitivo, por sua vez, foi refinado por um conjunto de preceitos, técnicas e tecnologias militares aprendidas na invasão brasileira do Haiti, após o golpe de Estado capitaneado por EUA, França e Canadá, em que o serviço secreto dos três países e forças militares norte-americanas literalmente sequestraram o presidente Jean-Bertrand Aristide, transformando o país em um laboratório social para empresas privadas e ONGs.

O sujeito que se desencantou com os seus sonhos infantis possui algum lastro com a realidade que viveu, caso contrário não embarcaria. Prometeram algo e não lhe entregaram, e é assim que esse sujeito histórico compreendeu a realidade, com base nas mediações do empreendedorismo e do liberalismo conservador. Esse é o ressentimento que fundamentou o antipetismo em parte da classe trabalhadora. Faz sentido esse sujeito ser favorável à Reforma Trabalhista. Para ele, pagar direitos ao trabalhador torna-se um estorvo, um empecilho ao paraíso, e existencialmente deve ser a sua interpretação para o seu empreendimento ter fracassado. Em outras palavras, a política econômica baseada no consumo em detrimento do direito social criou o trabalhador que defende o fim dos direitos sociais dos trabalhadores,

---

pesadas eram calibre 12. Papa estava passando de carro, parou e matou os dois. Depois entrou no bar, pediu uma cerveja, uma coca pra mim e ficou lá sentado. Eram umas onze da manhã. Passou a viatura da polícia e ele: 'Opa, é tudo comigo'. O problema lá onde eu morava era se você usasse droga ou roubasse." (2021, p. 12). Mas entendamos a racialização segundo o próprio paramilitar. Lobo gostava de bailes funks quando jovem. Seguindo a moda, descoloriu o cabelo: "Eu vinha subindo a rua, o Papa parou o carro do meu lado, no meu cu não passava nem agulha. Ele acelerou, foi na minha casa e deu o maior esporro no meu pai. 'Pô, seu filho é bandido agora? Tá andando que nem vagabundo. Eu quase matei seu filho. Manda ele cortar o cabelo.'" (2021, p. 12). O pai cortou o cabelo do futuro paramilitar que quase morreu por parecer um tanto quanto negro na "guerra contra o tráfico", como diria o famoso editorial *Isso não é normal, do Jornal Extra*, pertencente às organizações *Globo*, da família Marinho. Esse editorial foi publicado em 16 de agosto de 2017 e justificava a intervenção militar (Garantia da Lei e da Ordem) na cidade do Rio de Janeiro decretada por Temer duas semanas antes. Sete meses depois, Marielle Franco e Anderson Gomes seriam executados por um grupo paramilitar de direita.

porque quer ser “empreendedor”. Não adianta apelar para a solidariedade de classe ou para o jargão “pobre de direita”, especialmente em um contexto com regressão do movimento sindical e fechamento de sindicatos após a Reforma Trabalhista; ele se vê como um capitalista, ou se não se vê, deseja tanto ver-se que ao menos não se vê como trabalhador, mesmo trabalhando.

Na eleição de 2018, Haddad teve melhor rendimento nas pequenas cidades e Bolsonaro nas grandes cidades. Bolsonaro concentrou seus votos onde o desemprego e a crise de 2015 e 2016, fomentada e dirigida pela direita, pegaram em cheio a massa de trabalhadores. Foram nas cidades maiores que a Teologia da Prosperidade e o empreendedorismo tiveram maior alcance. Essa divisão de votos obedece também a uma divisão religiosa entre católicos e evangélicos ainda existente no Brasil:

O padrão espacial da transição religiosa [do catolicismo ao neopentecostalismo] tem sua parte mais avançada no arco periférico das maiores regiões metropolitanas do país, seguindo os núcleos destas mesmas regiões, avançando pelas cidades de maior porte populacional, seguindo para as cidades menores e apresentando as menores recs<sup>152</sup> nas áreas rurais, especialmente na região Nordeste, no norte de Minas Gerais e na região Sul (ALVES et al, 2017, p. 237).

A pauta de identidades mercantilizadas deu coesão ideológica a essa base social. Foi uma ótima válvula de escape para aqueles que controlam os mecanismos da disputa ideológica sobre o discurso político e a economia. Ocorre que o sonho de ser rico pelo empreendedorismo não é possível. Capitalismo vive de concentração e centralização de capitais, especialmente em uma economia pouco regulamentada para a desconcentração e a descentralização.

Desde 1981, quando chegamos à hiperinflação dada pelo choque do petróleo e o endividamento externo produzido pelos militares, a média histórica do crescimento do Brasil não passa dos 2%. Ora cresce, ora vai para o negativo. A grande exceção de 1994 para cá foi justamente 2010. Disso se segue que não é possível repetir perpetuamente as condições de 2010, pois não há qualquer evidência na série histórica que aponte para o contrário, seja porque foram esgotadas

152 Indicador usado pelos autores para demonstrar a relação entre evangélicos e católicos. Quanto maior a rec, maior a quantidade de evangélicos.

(crédito e consumo), seja porque o ciclo do crescimento não engendrou um processo amplo de formação bruta de capital fixo. Pelo contrário, institucionalizou-se a desnacionalização, a desindustrialização e a violência, radicalizadas nos governos Temer e Bolsonaro, em nome de um nacionalismo que arruína e saqueia o país.

# 7

## A ACOMODAÇÃO DE CLASSES E DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS VII: EMPREENDEDORISMO, TEOLOGIA DA PROSPERIDADE E PÓS MODERNISMO

O processo político que acometeu a classe trabalhadora é resultante da criação de sub-realidades. Mesmo irrealizáveis, subjetivamente proporcionam alguma possibilidade. Muitas vezes intangível, transforma-se em algo factual e concreto com sugestionamento. Esse contexto fundamenta as *fakes news*, todas as realidades paralelas. É preciso analisar a existência dessas realidades paralelas com racionalidade científica. O fundamento é real porque é um fato social.

A *fake news* forma uma realidade imaginária que não tem espaço para a realidade factual compreendida sob mediações científicas. Diante dessa contradição, a pessoa abandona a crítica e se volta ao seu mundo solipsista compartilhado pela junção de outras visões solipsistas razoavelmente semelhantes, engendradas por um centro produtor invisível. O resultado é uma pós-modernidade política e econômica anti-iluminista. Em outras palavras, o liberal-conservadorismo

passou a ser anti-iluminista. Não há espaço para teorias totalizantes da realidade. Cada um virou o seu filósofo, o seu alter-ego cuja estrutura discursiva objetiva dar conta da realidade com base em sua experiência de vida, hoje forjada por *fake news* e pela religiosidade estruturada e discursada exclusivamente por outro, o pastor, uma espécie de antir-reforma protestante.

Em outras palavras, é uma práxis anticientífica que estrutura algo em polo antagônico à ciência. Todos passam a ter uma teoria para chamar de sua sem perceber que ela foi construída por estruturas exteriores mais complexas e politicamente dirigidas à reprodução ampliada do capital e à fragmentação política. Mas, como foi sugestionada, a pessoa acredita ser sua, acredita na autoria própria da *teoria* que se subjaz à realidade forjada, e se há outras pessoas acreditando na mesma *teoria*, é porque para elas há o *compartilhamento* de visões e verdades individuais, jamais coletivo enquanto criação, como se tivessem, cada qual em seu percurso, chegado à verdade. A *teoria* agora se chama “minha opinião” que se comunga com outras “opiniões”.

O liberalismo brasileiro e o neoliberalismo contemporâneo, como vimos, possui como elemento fundante o negacionismo, notadamente sobre as ditas humanidades. No contexto brasileiro, o negacionismo incrustou-se nos poros da máquina pública. Isso pode ser visto na posição de vereadores neopentecostais de uma pequena cidade a ministros do STF, inclusive os autoproclamados iluministas. Luís Roberto Barroso, ministro da corte, se posicionou contra o ensino religioso confessional nas escolas públicas, contrapondo-se a um acordo que Lula estabeleceu com o Vaticano – esse é outro exemplo da conciliação do governo Lula.<sup>153</sup> Esse problema criado por Lula permitiu que um STF conservador referendasse o acordo, com um absurdo voto do liberal e garantista Gilmar Mendes, o qual defendeu que, pelo estado do Espírito Santo ter espírito e santo em seu nome, poderia se concluir por certa cristandade imanente à sociedade brasileira. Não muito diferente de Feliciano e Dom Odílio Scherer, ou da essência cristã da “maioria” do Bolsonaro, devendo a minoria se “curvar”. Barroso também relatou as ações do *Escola sem Partido*. Considerou todas as leis criadas por estados inconstitucionais por desconsiderar a diversidade humana, o que foi definitivamente referendado pela corte em 2020. Tanto no ensino religioso quanto nos casos do *Escola sem Partido*, Barroso se fundamentou nas bases mais simples do Iluminismo, com uma

---

153 Nesse caso, os pentecostais aliaram-se aos defensores da laicidade, temendo a hegemonia do catolicismo no acordo (MARIANO, 2009).

visão que mistura liberdades individuais vinculadas a minorias ao livre mercado, como se viu quando se debruçou sobre as reformas trabalhistas. Em seu voto, o Estado deve educar o indivíduo para a totalidade, incluindo-se todas as religiões e suas cosmovisões, sob risco de reproduzir o preconceito.

Em seguida, Barroso relatou a ação sobre o *homeschooling*. Considerou-a constitucional. Mas a coerência o obrigaria a vetar a ação. Por quê? Porque a Revolução Francesa estipulou uma escola pública, gratuita, universal e laica justamente para diminuir a influência dogmática e única de uma cosmovisão religiosa transmitida pela Igreja e pela família, baluartes da religiosidade. A luta revolucionária se dava justamente contra o monopólio da Igreja, transmitido pela família – daí a importância, inclusive, da Reforma Protestante que criava uma cisão entre famílias e Igreja na medida que o indivíduo poderia interpretar o texto. Permitir a família educar crianças sem a escola estatal, conflitando de forma paradoxal com o senso comum, o qual escola ensina e família educa, dogma do *Escola sem Partido*, consiste em dar o monopólio da educação à família, lócus de reprodução do senso comum, como na Idade Média europeia. É uma reafirmação do dogma obscurantista do *Escola sem Partido*, pois reforça a sua principal reivindicação: o monopólio da família sobre a criança em oposição ao alargamento da formação da criança e do jovem pelo Estado. Ora, se foi contra as ações estaduais do *Escola sem Partido*, porque a escola deve alargar os horizontes das crianças e jovens, sendo um direito subjetivo, por que serem educados estritamente pela família não seria um atentado contra esse direito? Em seu voto, não houve esse confronto teórico.

Permitir o *homeschooling* seria como permitir que escolas informais de pais com a mesma visão religiosa fossem criadas. Exigiria uma estrutura enorme de fiscalização das Secretarias de Educação; abriria um amplo mercado de apostilamento e poderia funcionar como óbice para a universalização do ensino, especialmente na educação infantil; de quebra, seria um tiro contra um espaço formal que procura, de forma limitada e reprodutora, transmitir a diversidade humana com todas as suas contradições. É uma medida obscurantista, porque é anti-iluminista. Felizmente Barroso, o autoproclamado iluminista, foi vencido,<sup>154</sup> inclusive pelos votos dos defensores da essência cristã, porém a corte abriu uma brecha jurídica da qual o *homescho-*

154 A incoerência epistemológica é uma das características do negacionismo, inclusive por aqueles que publicamente procuram não o ser.

olling seria legal caso uma lei fosse aprovada no Congresso Nacional, o que foi amplamente discutido no isolamento social, para o desespero de pais e responsáveis, mas retomado por Bolsonaro como uma das pautas prioritárias do governo quando da vitória de Arthur Lira, amplamente apoiada pela base evangélica – e definitivamente aprovada na Câmara dos Deputados em maio de 2022.

O falso debate se contrapõe a um dado da realidade: os estupros e abusos contra crianças e jovens. Como levantou o *Atlas da Violência de 2018*, para além da subnotificação alertada pelos próprios pesquisadores, há dois dados estupefacentes no estudo sobre estupro. O primeiro é a vinculação entre vítima de estupro e deficiência. Segundo as notificações, 10,3% das vítimas possuem alguma deficiência, sendo que destas, 31,1% apresentam alguma deficiência intelectual e 29,6% algum transtorno mental. O outro dado refere-se ao estupro familiar e de conhecidos da família. Conhecidos, amigos, cônjuge, ex-cônjuge, padrasto, pai, irmão, irmã e mãe totalizam 62,82% dos estupros contra menores de 13 anos. Após os 18 anos, a participação de desconhecidos chega a 53,52%. No *Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020*, os casos de abusos cometidos por parentes ou conhecido em jovens menores de 14 anos chegaram a 84%. Quando a vítima é adulta, ou mais próxima da fase adulta, maior a participação de desconhecidos. Quanto mais nova é a vítima, maior a participação de conhecidos e familiares. Esses dados desmontam o argumento de grupos religiosos sobre a educação escolar: a de que a família é um espaço de proteção contra a sexualização infantil supostamente empreendida pela escola. A intervenção para redução de vítimas de abusos sexuais deve se dar na família e não na escola, pois os dados explicitam que o abuso infantil é impetrado predominantemente por familiares, amigos e conhecidos desses familiares. A escola, portanto, é uma parceira para a elucidação de abusos sofridos. Mas o negacionismo cumpre a função de negar a existência do próprio dado, fazendo com que o negado seja comungado por alguns padres, pastores, Barroso e o STF.

Esse estado de coisas sobre o STF, em julgamentos que republicamente seriam simples, revela uma desordem teórica, política e institucional generalizada. Em pesquisa da *Oxfam Brasil* em conjunto com o *Datafolha*, publicada nos meios de comunicação em maio de 2019,<sup>155</sup> constatou-se que o brasileiro acredita que a desigualdade é

155 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/fe-religiosa-e-mais-importante-que-educacao-para-mudar-de-vida-diz-brasileiro-em-pesquisa.shtml>. Acesso em 02 de janeiro de 2020.

um empecilho ao progresso do país. Contudo, a causa primeira para superar a desigualdade seria o combate à corrupção, corroborando a vitória da perspectiva alencariana, udenista e lavajatista segundo a qual a corrupção seria o começo, o meio e o fim de todos os problemas sociais. Por conseguinte, os problemas e a complexidade brasileiras são reduzidos a uma matriz analítica monocausal e estéril. Esse empobrecimento analítico é um instrumento importante para a manutenção conservadora das relações de produção e das mobilidades como estão estruturadas e institucionalizadas. Longe de ser a exploração, o trabalho precarizado, a estrutura tributária, a sonegação e a transferência de renda de trabalho para rendas de capital, a corrupção remete à população a crença da tirania do *status quo* friedmaniano, na qual a corrupção viria necessariamente e exclusivamente do Estado. A solução seria a sua imediata redução ou até mesmo a sua extinção, mimetizada nos novos partidos e organizações surgidos das jornadas de 2013 e do impeachment de 2016, como o Partido Novo e o MBL. Como sintoma da hegemonia dessa matriz explicitava monocausal, a assistência social está em último lugar na pesquisa como medida prioritária para reduzir a desigualdade econômica.

Mas, segundo os entrevistados, o que poderia levar à melhoria da vida das pessoas? Em primeiro lugar, está a fé religiosa, seguida de estudos. Em antepenúltimo, em oito requisitos pré-definidos, está o acesso à aposentadoria. Esses dados corroboram uma pesquisa feita pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, intitulada *Percepção pública da C&T no Brasil – 2019* (2019). A pesquisa analisou a percepção da população sobre a imagem da ciência e do cientista. Em 2015, a mesma pesquisa constatou que 19% das pessoas enxergavam malefícios à ciência; já em 2019, saltou para 42%. Outro dado relevante é o percentual daqueles que consideram cientistas pessoas que servem a interesses econômicos e produzem conhecimento em áreas nem sempre desejáveis: saltou de 7% para 11% nas mesmas datas, sendo de 5% em 2010. Já o percentual de pessoas que consideram cientistas produtores de conhecimentos úteis à humanidade caiu de 52% para 41% nas mesmas datas, sendo 55,5% em 2010.

A percepção de que é possível romper a pobreza por meio da fé religiosa prosperou como nunca neste século. Um dos equívocos nas análises sobre conservadorismo contemporâneo, além de não analisar historicamente, dando a entender que surgiu exclusivamente de uma intervenção predominantemente estrangeira, ou que existiria um comportamento conservador imanente do brasileiro médio (o

chamado “Brasil profundo” da imprensa e de alguns analistas) transmitido às gerações seguintes, consiste em posicionar o fundamentalismo neopentecostal em um lugar-comum que estaria fora dos aparelhos do Estado. Essa é uma perspectiva que reconhece o óbvio: as alianças dos segmentos liberais-conservadores, até então mais voltadas à cúpula política e institucional, espalharam-se e popularizaram-se com o bolsonarismo. Dos militares aos religiosos, dos financistas à FIESP, de proprietários de emissoras de rádios e TVs à classe média tradicional e intelectuais.

Mas foquemos no neopentecostalismo, um novo ator dos grupos socialmente conservadores. Se o empreendedorismo é o projeto político do neoliberalismo para a classe trabalhadora, não há nenhuma outra organização que realiza melhor esse projeto de poder do que as igrejas neopentecostais. Ela substituiu os sindicatos. Por isso, é preciso compreender a sua principal teologia, a Teologia da Prosperidade.

A Teologia da Prosperidade não foi construída à luz do corolário neoliberal, não significando que não se vincule ontologicamente. Atualmente, se vincula como outro belo casamento cristão, pois foi construído sob a dinâmica do *self-made* estadunidense e do *american way of life*. O nascimento da Teologia da Prosperidade remonta a Essex William Kenyon e a seu seguidor Kenneth Hagin, os quais criaram a Confissão Positiva com base no Evangelho Segundo São Marcos 11:23-24.

Para compreender a Teologia da Prosperidade, é preciso discurrir sobre a Confissão Positiva. Em um país católico como o Brasil, é plenamente razoável que boa parte da população tenha passado por um confessionário, ou, se não, que tenha em mente a confissão católica. No confessionário o pecador confessa os seus pecados que, por serem pecados, são negativos. Pode-se dizer que é uma confissão negativa, segundo os preceitos de parte significativa do neopentecostalismo. A Confissão Positiva decorre da constatação de que qualquer sofrimento testemunhado expressa falta de fé; a lógica aqui é inversa ao catolicismo. Deve-se trazer à existência o que se testemunha, na medida em que a confissão é um ato de fé que se volta sobre a realidade. Testemunhar vitórias e conquistas é o principal corolário da Confissão Positiva. Logo, a característica do bom cristão é o sucesso, enquanto a pobreza e o fracasso são as faces da falta de fé, porque o testemunho do positivo é a base para a negação sobre o indesejado (SILVEIRA, 2007).

A descrição de Paulo Romero, então diretor do *Instituto Cristão de Pesquisas (ICP)*, uma espécie de organização com perfil acadêmico-teológico que realiza estudos na perspectiva evangélica, sintetiza conceitualmente a Confissão Positiva e a sua relação com a Teologia da Prosperidade:

Conhecido popularmente como a “teologia da prosperidade”, esta corrente doutrinária ensina que qualquer sofrimento do cristão indica falta de fé. Assim, a marca do cristão cheio de fé e bem-sucedido é a plena saúde física, emocional e espiritual, além da prosperidade material. Pobreza e doença são resultados visíveis do fracasso do cristão que vive em pecado ou que possui fé insuficiente (ROMERO, 1993, p. 5).

Paulo Romero reconstrói a importância de Kenneth Hagin para a construção teológica da Confissão Positiva,<sup>156</sup> apontando algumas abstrações sintetizadoras as quais conseguiu estabelecer, como a que boa parte do movimento da prosperidade declara que a enfermidade advém do “Diabo” (ROMERO, 1993, p. 33), os verbos “pedir, rogar e suplicar” foram substituídos por “exigir, decretar, determinar e reivindicar” (ROMERO, 1993, p. 36), e Deus sendo representado na prosperidade.

No livro *New Thresholds of Faith*, Hagin enuncia o raciocínio que fundamentaria a Teologia da Prosperidade. Diz Hagin (1990, p. 55):

Cristo nos redimiu da maldição da pobreza. Ele nos redimiu da maldição da doença. Ele nos redimiu da maldição da morte – morte espiritual agora e morte física quando Jesus voltar. Não precisamos ter medo da segunda morte.

(...)

<sup>156</sup> O autor é declaradamente evangélico. Embora apresente discordâncias, não nega “que o movimento de Confissão Positiva tem várias coisas a nos ensinar, tais como orar com fé, orar crendo nas promessas de Deus e ter uma mente positiva, evitando, assim, atitudes pessimistas” (ROMERO, 1993, p. 6). Também apresenta a história de vida de Hagin como fatos, inclusive todas as suas visões. No processo neopentecostal de mitificação de Hagin, Romero não os nega; portanto, não nega a relevância teológica da Confissão Positiva para os evangélicos, refutando a análise como se fosse erro, o que também será feito na presente análise. A observação objetiva situar e contextualizar o estudioso e a teologia.

A Escritura do Novo Testamento, Terceira Epístola de João 2,<sup>157</sup> concorda que Deus deseja que tenhamos prosperidade material, física e espiritual, porque diz: “Amado, desejo acima de tudo que você possa prosperar e ter saúde, assim como a sua alma”. Muitas pessoas têm a impressão de que qualquer promessa na Bíblia de bênção e prosperidade material se refere apenas aos judeus. No entanto, este versículo foi escrito para os cristãos do Novo Testamento.

E termina a lição com a seguinte afirmação: “Deus quer que Seus filhos comam melhor; Ele quer que usem as melhores roupas; Ele quer que dirijam os melhores carros; Ele quer que tenham o melhor de tudo” (HAVIN, 1990, p. 55).

A construção teológica consiste na edificação das práticas de fé em oposição à maldição. Essa construção permite que a Teologia da Prosperidade seja extremamente mundana, pois dialoga abertamente com os problemas e as vicissitudes do cotidiano. Em outras palavras, é uma construção de um projeto de sociabilidade, tendo um projeto de poder para os trabalhadores mais efetivo do que a *Encíclica Mater et Magistra*, defendida arduamente por Patrus Ananias e Júlio de Mesquita Filho, a qual estabelece que burguesia e trabalhadores devem viver em regime de solidariedade em que a propriedade privada é um direito natural pertencente à burguesia, devendo ser exercida para o bem de todos; e do que os sermões de Antônio Vieira para os escravizados, que glorifica o martírio para a chegada direta ao paraíso. É mais efetiva, porque viabiliza ideologicamente a saída dos trabalhadores da classe que sofre e oferece uma alternativa existencial ao martírio, aceitando ao acesso individual historicamente negado sobre as mobilidades econômica e simbólica. A ideia de Jesus ter sofrido pelo humano, não cabendo mais ao humano sofrer, expressa rigorosamente as agruras e os desejos dos trabalhadores submetidos à extrema exploração.

Hagin se fundamenta em Marcos 11:23 para dissociar o dizer do orar. Essa é uma dissociação importante seguida por boa parte das igrejas neopentecostais. Seguiremos rigorosamente o raciocínio do pastor em *A fé para remover montanhas*, especialmente no capítulo 6,

---

157 A terceira epístola de São João possui tradução ligeiramente diferente, dependendo da obra. O trecho em questão, na edição traduzida por Ludovico Garmus, está: “Caríssimo, desejo que prospere em tudo e que a tua saúde corporal esteja tão bem quanto a da tua alma” (BÍBLIA SAGRADA, 2010, p. 815). A tradução da obra de Hagin, na citação direta, é livre.

*A fé para finanças, só com uma palavra*, em que a palavra é a expressão, o meio e o fim da Confissão Positiva.

Em Marcos 11:23, na *obra de Hagin*, está: “Porque na verdade vos digo que qualquer que disser a este monte: Ergue-te e lança-te no mar, e não duvidar em seu coração, mas crer que fará aquilo que diz, tudo o que disser lhe será feito”. Hagin faz uma dissociação entre dizer e orar, especialmente no capítulo 5, no qual conclui que crer não é o suficiente. O crente deve falar, apalavrar, emitir o verbo a Deus, especificando o que deseja. Continua Hagin (s.d., p. 98): “quando você crê fortemente que Deus lhe dará alguma coisa, não a receberá necessariamente por isso. Jesus não disse: ‘... tudo o que crer lhe será feito’, mas: *tudo o que DISSER* lhe será feito” (grifos e caixa alta do autor).

O dito deve ser sempre positivo, seja um pedido ou um testemunho. Hagin (s.d., p. 100) recomenda não se dar mau testemunho, porquanto o “crente não deve ser traficante de dúvidas, assim como não deve ser traficante de drogas”. As dúvidas, por mais que *não sejam crimes, “não deixam de ser pecaminosas”*. *A dúvida aqui é transformada em pecado, ou algo* que pode levar ao pecado. De certa forma paradoxal à Reforma Protestante, é a reafirmação do dogma cristão na figura do pastor e de sua capacidade de interpretação e de imposição dogmática sobre as dúvidas. Por outro lado, a dissociação entre dizer e orar permite ao pastor saber da maior quantidade possível de detalhes dos fiéis. Não basta orar, mas falar abertamente o recebido ou o que deseja sobre os problemas pessoais, permitindo ao pastor arbitrar sobre a vida do fiel. Portanto, é preciso testemunhar, realizar a confissão da fé, “e não a confissão do pecado” que “deve ser esquecido, assim como Deus o esquece” (HAGIN. s.d., p. 107). É individualizante, porque possibilita a ascensão e a gestão da pobreza com maior racionalidade econômica, mas é coletivista, porque todas as demandas são intermediadas e arbitradas pelo pastor, aglutinando os fiéis em um sentimento de pertença sobre uma idiosincrasia religiosa semi-igualitária, pois os problemas são resolvidos dogmaticamente com lógicas semelhantes *no* coletivo por meio do testemunho, das orações e da expulsão dos males.

A quem assiste pela televisão os cultos ou simplesmente nota os colantes nos carros com os dizeres “Pertence a Deus”, “Presente de Deus”, “Nas mãos e nas palavras de Deus”, “Foi Deus que me deu”, entre outros, observa a um testemunho tão ou mais importante do que uma oração, testemunha um rito da fé, como os *War boys* de *Mad Max: estra-*

*da da fúria, que antes de fazerem o ato mais alto da vida, dá-la, precisam oferecer o testemunho aos colegas sob o risco de não entrar em Valhalla.* Hagin apresenta fatos pessoais como prova da Confissão Positiva, baseada em Marcos 11:23, transformado na principal característica ritualística do neopentecostalismo:

Certa vez, há muitos anos, precisava de \$1.500 até ao início do mês. Disse, portanto: “Antes do dia primeiro do mês que vem, terei \$1.500”.

Continuava dizendo assim, em várias ocasiões, na oração. Só repetia a mesma afirmação: “Antes do dia primeiro do mês de que vem, terei \$1.500”. Pois bem, chegada aquela data, eu tinha \$ 1.580 – oitenta dólares mais do que reivindicara!

Foi o Senhor quem me ensinou como aplicar a minha fé às finanças. Levei anos para perceber o fato. Como moço batista, tinha sido salvo, e depois curado pelo poder de Deus. Mas nunca pensei em usar a minha fé além da salvação e da cura (HAGIN, s.d., p. 108).

Hagin teria tido muitas complicações em sua infância e teria sido curado por intervenções divinas. Segundo o pastor norte-americano, em um determinado momento de sua vida, Deus havia lhe falado:

A fé é a mesma em todos os âmbitos e em todas as áreas. Mas você emprega a fé somente em se tratando da salvação, do batismo no Espírito Santo, e da cura divina. Mas a fé é a mesma também na área financeira.

(...)

Se você precisasse da cura para seu próprio corpo, você a reivindicaria pela fé, sairia para proclamar publicamente que você foi curado, e continuaria suas pregações. E, muitas vezes, no passado, todos os sintomas desapareceriam enquanto você pregava.

Você precisa fazer a mesma coisa quando se trata das finanças (HAGIN, s.d., p. 111).

Independentemente da matriz teológica da igreja, toda Teologia da Prosperidade faz uma divisão nítida e explícita. Ricos e pobres

sempre existiram e sempre existirão. Ricos são bem-aventurados, porque possuem a fé, porque foram agraciados. Miseráveis e enfermos vivem sem fé; podem mudar de vida se e somente se se submeterem ao império da fé cristã por meio da Confissão Positiva. Nesse sentido, a maldição como distanciamento da fé é um elemento fundamental da construção da fé.

A visão que parte das igrejas neopentecostais possui das religiões de matriz africana advém da ideia de que seus praticantes estão distantes da fé, em situação de amaldiçoamento. Da mesma forma, o continente africano, onde sobreviveria a maldição sobre Cam, como defendeu e defende o pastor e deputado Marco Feliciano.<sup>158</sup> A mesma visão racializada é verificada por estudos sobre a visão das igrejas neopentecostais acerca das religiões de matriz africana, acusadas de serem espaços ideais para a propagação de possessões demoníacas. Há a criação de um inimigo comum que unificaria os cristãos brasileiros, como atesta *Mãe-de-santo*, publicado por Walter Robert McAlister em 1968, fundador da Igreja Pentecostal de Nova Vida no Rio de Janeiro, e *Orixás, caboclos & guias. Deuses ou demônios?*, de Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus.<sup>159</sup> A exportação de igrejas neopentecostais ao continente africano não é mera coincidência, mas um elemento de um projeto político-teológico que enxerga o continente africano, o africano e o negro como elementos propícios à possessão demoníaca, na qual somente a fé cristã os livraria do amaldiçoamento e os transformaria em exemplo a ser testemunhado à fé neopentecostal.<sup>160</sup>

Para além do aspecto financeiro, a expulsão da Igreja Universal do Reino de Deus de Angola em 2020 foi um duro golpe à política

158 Feliciano chegou a responder inquérito no STF por homofobia. Não respondeu por racismo ou injúria racial porque o procurador entendeu que a afirmação de que os africanos são amaldiçoados por descenderem de um amaldiçoado seria uma interpretação bíblica. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/04/1257600-feliciano-volta-a-afirmar-que-africanos-sao-amaldiçoados.shtml>. Acesso em 03 de janeiro de 2020. Para um debate em que o pastor defende abertamente o amaldiçoamento, rebatido por um entrevistador, ver o vídeo do link <https://www.youtube.com/watch?v=w5XqfADjzJl>. Acesso em 03 de janeiro de 2020.

159 Para uma análise das duas obras, ver *Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo*, de Vagner Gonçalves da Silva (2007).

160 Sobre a relação promíscua entre Itamaraty e Igreja Universal no continente africano, ver <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50845597>. Acesso em 28 de dezembro de 2019. Para ver a questão do mercado do continente africano, ver <https://www.dw.com/pt-002/a-igreja-universal-do-reino-de-deus-e-o-mercado-da-f%C3%A9-em-%C3%A1frica/a-36930141>. Acesso em 28 de dezembro de 2019.

teológica da instituição, podendo ter o significado emblemático da vitória da maldição sobre a fé.<sup>161</sup> Vamos entender o modelo criado no Brasil e exportado, já que ele responde em boa medida pela ascensão do conservadorismo entre os trabalhadores.

Primeiramente, a pobreza é uma resultante da falta de fé. Com essa premissa, faz sentido as igrejas neopentecostais construírem alguma tecnologia para o enriquecimento para além do Dizer. Em um contexto de ascensão da autoajuda e do empreendedorismo, não é muito difícil irmanar o útil ao agradável na Teologia da Prosperidade.

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) tem uma sessão específica em seu jornal, *Folha Universal* – publicada periodicamente desde 1992 –, chamada *Sucesso Financeiro*. Na edição de 17 de novembro de 2019, a empresária Pamela Rivelles, que era empregada – o título é *De desempregada à empresária* – afirma que “escutava a Palavra e pensava que não poderia continuar pensando pequeno”, pois ela precisava “ter algo que glorificasse a Deus” (grifo meu).

A tecnologia desenvolvida pela IURD chama-se Fé Inteligente. Com base nas leituras de textos da igreja, é de difícil conceituação. O desapego à exatidão tem o ponto positivo de explicar o fracasso, já que sempre existirá algo que não foi feito por aquele não agraciado com dinheiro e sucesso. Para Edir Macedo, fé não é sentir, exacerbar a emoção em um show, sendo “possível ver vários exemplos de que a fé bíblica não tem nada a ver com sentimentos ou emoções”. Para o pastor, essas demonstrações de fé devem “ser descartadas, pois o que vale é a certeza na Palavra do Altíssimo”:

O Bispo acrescenta que esse é o motivo da vida de muitas pessoas que creem em Jesus ser devastada pelos fracassos. O problema está, justamente, na forma como conduzem sua fé e o relacionamento com o Altíssimo.

Enquanto estão na igreja, ficam felizes, pois, aparentemente, sentem a presença de Deus. Mas, quando

---

161 Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/11/04/revolta-contr-a-igreja-universal-gera-morte-e-cri-se-diplomatica-na-af-rica.amp.htm>. Acesso em 04 de novembro de 2019. Em 2021, a Igreja Universal iniciou processo de afastamento do governo Bolsonaro, sem rompimento, por entender que não houve empenho diplomático e político para evitar a expulsão e a nacionalização dos templos. No mesmo ano, temendo a sua expulsão da África do Sul e de Moçambique, a Igreja tentou emplacar Marcelo Crivella como embaixador no primeiro. O país anfitrião recusou a indicação, fazendo com que o Itamaraty a retirasse.

estão fora, sozinhas, caem em desespero porque só sentem os problemas e as tribulações.

“Por isso, não basta vir à igreja, você deve manter essa chama acesa, crer que Ele é com você. Essa fé é que faz a diferença e lhe sustenta. O mal não tem poder sobre a pessoa que carrega a certeza de que Deus é com ela”, ensinou.<sup>162</sup>

O fracasso daqueles que visivelmente possuem fé está explicado por uma conceituação heterodoxa e abstrata sobre o que é a expressão da fé, na qual o *fracassado* sempre pode ser convencido de que fez ou não fez algo para justificar o seu suposto *fracasso*. Por óbvio, os casos anunciados na *Folha Universal* são os de sucesso, unindo o corolário da Confissão Positiva com a necessidade do marketing.

A Fé Inteligente pressupõe o que a igreja chama de Aliança com Deus, segundo a qual seria uma sociabilidade ascética à luz da interpretação neopentecostal sobre a realidade e os escritos sagrados. De acordo com a edição de 10 de novembro de 2019 da *Folha Universal*, é baseada em sete pontos: 1) decidir entregar a vida a Deus; 2) cultivar disposição para pautar a sua vida na Palavra de Deus; 3) obediência à Palavra de Deus; 4) abandonar os antigos hábitos; 5) fortalecer a fé diariamente; 6) confiar em Deus em todos os “desafios”; e 7) praticar a fé inteligente.<sup>163</sup>

Como dito, não há uma explicação formal e conceitual sobre o que é Fé Inteligente. Normalmente, até mesmo pelos inúmeros vídeos disponíveis nos sites pertencentes à Igreja, há mais exemplos do que alguma conceituação clara e formal, a despeito do argumento de Edir Macedo sobre a polarização entre razão e emoção no âmbito da fé. Vamos ao exemplo da matéria em questão.

Um casal detentor de uma empresa de seguros teria voltado a atrair clientes após um período de crise, com o fechamento de um contrato com um condomínio e a atuação ativa da esposa, que conseguiu clientes para o marido em sua área de atuação, a advocacia. Ambos creditam a mudança ao uso da Fé Inteligente. Diz o marido: “Deus se manifestou a partir de nossas atitudes. Ela começou a se mover e já estão aparecendo clientes”. O semanário afirma que “as conquistas que ele e a esposa tiveram neste ano estão relacionadas à prática da

162 O que significa a fé com inteligência? em <https://www.universal.org/noticias/post/o-que-significa-a-fe-com-inteligencia/>. Acesso em 05 de janeiro de 2020.

163 Matéria de capa.

Fé inteligente”. Marcos confirma, assegurando que a visão dele mudou com “o Espírito Santo [...] comigo me dando direção”.

O Bispo Allan Sena relata a importância da Fé Inteligente em que a fé e o esforço, isoladamente, não são fatores suficientes para obter o sucesso financeiro, para os quais “o problema não é a falta de Fé”, mas o uso “de uma maneira inteligente e prática” da fé. Em suma, a “Aliança com Deus tem seus deveres e compromissos que devem ser obedecidos e é isso que ensinamos nas reuniões”, com base nas seguintes etapas:

Em primeiro lugar, a Fé nos ensina a acreditar em nossa própria capacidade. E, em segundo lugar, ela nos faz crer sobretudo em um Deus vivo que é maior do que toda má situação vivida. Por isso que, ainda que os problemas que enfrentamos sejam maiores do que a capacidade humana, sabemos que Deus tudo pode e tudo consegue.<sup>164</sup>

“Acreditar em nossa própria capacidade” é uma expressão consagrada da autoajuda e das pseudoteorias do poder da mente, extremamente abstrato e de difícil verificação sobre a realidade, mensurada na crença sobre a própria capacidade. A reportagem seguinte, após a reportagem de capa convidar a todos que desejam “firmar” um pacto com Deus a comparecerem a uma igreja, possui o título *Mais que a obrigação*. Essa reportagem pertence à sessão *Sucesso Financeiro*. O texto defende a ideia de que, para o indivíduo crescer no trabalho, seria preciso possuir uma postura que vá além da obrigação contratual. Para reforçar a ideia, usa a história de Greg Rogers, que teria criado uma bebida aumentando o faturamento da rede Starbucks, e o *pensamento* de dois professores da Universidade da Carolina do Norte e de Notre Dame, Thomas Bateman e J. Michael Grant, respectivamente.

Depois das supostas citações dos professores<sup>165</sup> cujo lugar-comum é o do empreendedorismo mais vulgar, como “o que faz mais que a obrigação promove reformas construtivas” ou “o que não faz segue o fluxo passivamente no piloto automático”, o texto afirma que a Bíblia confirma tais ensinamentos com a seguinte passagem de Mateus 25.14-30, conhecida como a Parábola dos Talentos:

164 *Folha Universal*, ano 27, n. 1.439, de 10 a 17 de novembro de 2019.

165 Não há referência direta, com obra e/ou contexto.

Nela, há a história de três servos que recebem de seu senhor – que ia viajar –, respectivamente, um, três e cinco talentos (moeda da época) para guardarem. Os dois que receberam três e cinco talentos dobraram a quantia com aplicações. O que recebeu um, com medo de perdê-lo, escondeu-o e não teve nenhum rendimento. Esse foi rejeitado pelo patrão quando ele voltou de viagem, enquanto os outros dois receberam privilégios e evoluíram no trabalho.

O Senhor Jesus dá novamente na Bíblia não só um conselho sobre como reagir diante das adversidades, mas sobre a importância de se esforçar para obter êxito: “E, se qualquer te obrigar a caminhar uma milha, vai com ele duas” (Mateus, 5.41).

### E chegamos à lição:

Quem faz algo passivamente, só por ter obrigação, cumpre a primeira milha como todos e não consegue se destacar no meio da multidão que disputa um espaço, mas é na segunda milha que quem tem mais a oferecer sobressai.<sup>166</sup>

Como visto, a teologia transformou-se em *coaching* ou fomentador da disputa entre trabalhadores no mundo do trabalho em que uns chegam à segunda milha e são agraciados com bens materiais, enquanto a maioria não passa da primeira milha. Lógico que, no exemplo sobre as moedas, caberia um questionamento sobre a distribuição desigual, assim como sobre o fato de ser mais fácil se desfazer de um talento quando se tem três ou cinco do que quando se tem apenas um.<sup>167</sup> Não obstante, a narrativa bíblica é encaixada para reforçar a verborragia da meritocracia e do empreendedorismo.

Por fim, a reportagem indaga: como se destacar da multidão? Segundo a reportagem, há seis itens que ajudariam a se destacar à luz da Aliança com Deus e da Fé Inteligente: foco, seja sempre ativo, perceber que alguém sempre repara em quem se esforça, explorar as qualidades e aprender sobre o trabalho. Há um que é destinado aos “empregadores”: a busca de funcionários com este perfil. Portanto, se o trabalhador não tiver esse perfil para um empregador vinculado à Fé

<sup>166</sup> *Folha Universal*, ano 27, n. 1.439, de 10 a 17 de novembro de 2019.

<sup>167</sup> Em essência, é a mesma falácia de Friedman quando ele comparou uma situação sem qualquer consequência grave com outra na qual há a possibilidade de morte por inanição em uma ilha.

Inteligente, será provavelmente preterido, restando os trabalhadores embebidos da necessidade de fazerem mais do que a obrigação exige. Com um pouquinho de tino, dá para montar um negócio em que o patrão escolhe todos os trabalhadores com o mesmo perfil e objetivo. Por que não todos evangélicos e leitores ávidos do *Sucesso Financeiro* cujos conflitos trabalhistas podem ser arbitrados pelo pastor?

A matéria de capa da edição da *Folha Universal*, de 17 de novembro de 2019, *Quem usa a fé no altar se torna um realizador de sonhos*, inicia-se com a mesma simbiose entre fé e empreendedorismo nas matérias já analisadas. O Bispo Odivan Pagnocelli faz a seguinte afirmação:

Desde a infância temos muitos sonhos, mas, à medida que vamos crescendo e nos tornamos adultos, nossos sonhos também amadurecem. E, se há muitos que dedicam boa parte da sua vida a alcançá-los, outros se frustram conforme o tempo passa e os sonhos se tornam cada vez mais distantes. Nos deparamos com vários tipos de sonhadores: os que têm sonhos e não fazem nada para concretizá-los e os que desistem no meio do caminho. Somente conseguem realizá-los os que perseveraram até o fim e não se importam com os sacrifícios que terão de fazer para isso.<sup>168</sup>

O bispo lembra que a Bíblia possui muitos homens que sonharam e se destacaram, como Moisés, que teria libertado o seu povo por ter sonhado e se sacrificado. Por conseguinte, “com a força do braço, o sonho está sujeito a todas as fragilidades terrenas”, mas se “os sonhos realizados no Altar são concretizados em parceria com o Altíssimo”, quem “poderá detê-Lo?”.

Seguindo o *modus operandi* de todos os artigos, o texto pula para os exemplos, os testemunhos da Confissão Positiva. São quatro ao todo, mas se citará apenas um em virtude da similaridade entre todos, o do empresário Samir Crema. Quando vendia consórcios, viu uma “oportunidade”, a do “Altar do Sacrífico”. Diz ele que a oportunidade superou uma sina bourdieuneana, digamos assim: “Ninguém na minha família tinha formação superior nem havia um empresário em quem eu pudesse me espelhar”; justamente por “essas razões, eu não

168 *Folha Universal*, ano 27, n. 1.440, de 17 a 23 de novembro de 2019.

tinha sonhos e tinha perdido expectativa de um bom futuro”. E continua:

Depois de ir para o Altar, eu tive a visão de ser grande, de me tornar um empresário. Abri uma loja de móveis para festas e, pouco tempo depois, me tornei fabricante. Hoje minha empresa atende todo o Brasil e fornece móveis para salões de festas, clubes, hotéis, bares, restaurantes e escolas.<sup>169</sup>

Ao longo da reportagem, fotos das pessoas, a maioria casais, ao lado das empresas e propriedades, como grandes casas com piscina, reforçam a ideia do casamento como elemento da prática da fé, sugestionando-se que a riqueza material é inerente a ela.

O fato incontestável é que a Teologia da Prosperidade é um projeto de poder e de sociabilidade extremamente efetivo, seja porque se coaduna com o neoliberalismo, seja porque apresenta um projeto de redenção à classe trabalhadora, segundo o qual os indivíduos podem se salvar da miséria por meio da fé, muitas vezes escapando de serem trabalhadores. Evidentemente, todos não poderão ficar ricos, mas a explicação do fracasso está dada pela subjetividade da aplicação equivocada ou insuficiente da fé sobre o cotidiano miserável e desigual. Em contrapartida, as igrejas criam um sistema coletivista semi-igualitário arbitrado pelo pastor que impõe uma ascese relevante para o cotidiano, possibilitando ao fiel e a sua família aumentarem as chances de terem menos problemas financeiros. Além do mais, possui espaços de sociabilidade para quem é historicamente alijado do acesso aos mecanismos e dispositivos vinculados às mobilidades, sobretudo social e simbólica, desvinculando-as de qualquer política pública.

Muitos cientistas sociais vêm se debruçando sobre a ascensão neopentecostal, notadamente desde a Constituinte, quando se viu pela primeira vez uma bancada religiosa abertamente vinculada aos evangélicos. A eleição presidencial de 2010 demonstrou cabalmente a toda a sociedade brasileira a capacidade de os religiosos conservadores cristãos pautarem o debate público, expressando-se em um crescimento vigoroso da atuação da bancada evangélica em pouco mais de 20 anos.

A partir de 2010, a *Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados* transformou-se em espaço de disputa e palanque para

169 *Folha Universal*, ano 27, n. 1.440, de 17 a 23 de novembro de 2019.

as pautas conservadoras, quase todas baseadas na contraposição à união homoafetiva, ao direito ao aborto e ao ensino de História da África e dos Afrobrasileiros, visto como uma porta de entrada para o que os neopentecostais chamam de “bruxaria”, “magia negra” e “possessões demoníacas”.<sup>170</sup> A oposição ao que chamam de “ideologia de gênero” mostrou uma organização nacional capilarizada o suficiente para conseguir retirar a palavra gênero ou qualquer menção assemelhada do *Plano Nacional de Educação*, em 2014, assim como dos Planos Estaduais e Municipais, subsidiando a construção e a aprovação de leis que vedavam expressamente materiais e práticas pedagógicas ligadas a gênero e educação sexual, todas anuladas por vício de inconstitucionalidade no STF, STJ e TJs.

Da criação das primeiras igrejas pentecostais – a Congregação Cristã do Brasil, em 1910, e da Assembleia de Deus, em 1911 – até 1982, houve apenas cinco deputados evangélicos. A Constituinte, contudo, foi um marco político para os evangélicos em que a cúpula da Assembleia de Deus, temendo de forma alarmista a oficialização da Igreja Católica como religião e igreja oficiais, a união homoafetiva e a descriminalização das drogas e do aborto, financiou a eleição de 13 deputados, os quais, juntando com os outros cinco deputados de outras denominações, fizeram com que os neopentecostais saltassem para 18 deputados, registrando um aumento de 900% (MARIANO, 2009). Somados aos protestantes, a quantidade de deputados evangélicos chegou a 32, congregados, em sua maioria, no Centrão.

Ao longo da década de 1990, a bancada aumentou progressivamente em tamanho e expressão política, a ponto de os partidos passarem a incorporar paulatinamente algumas de suas pautas. Após as derrotas na década de 1990, o PT refluíu-se politicamente e programaticamente incorporando as demandas da bancada evangélica e das igrejas na eleição de 2002, o que foi aprofundado na eleição de 2006 com base em uma alteração no Código Civil que concedia autonomia jurídica e administrativa total às igrejas sobre as atividades e o patrimônio. A bancada evangélica à época classificou esse processo político de liberdade religiosa, *slogan* internalizado pelo presidente

---

170 Marco Feliciano foi presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, eleito em 2013. A presidência ficou para o Partido Social Cristão (PSC) por acordos realizados pelo PT em comissões consideradas mais importantes, como a Comissão de Constituição e Justiça. Em 2014, Bolsonaro, membro notório da comissão que se transformou em palanque, quase se elegeu presidente, perdendo para Assis de Coute (PT) por 10 votos a 8, após críticas generalizadas de movimentos sociais sobre a prática de acordos do governo nas comissões.

Lula. Na sanção presidencial, o presidente fez um discurso curioso a 150 pastores evangélicos, relatado por Mariano (2006, p. 94):

Na cerimônia de sanção da nova lei, Lula discursou “para cerca de 150 religiosos, majoritariamente pastores evangélicos”, tendo a fala pontuada por gritos de “glória a Deus”. O Presidente da República referiu-se à Lei 10.825 como a “lei que torna livre a liberdade religiosa no país”. Enfatizou que “durante muitos e muitos anos eu encontrava com pastores, pelo Brasil afora, que perguntavam para mim: “Lula, é verdade que se você ganhar as eleições você vai fechar as igrejas evangélicas?” Em resposta às velhas e injustas acusações, asseverou: “E quis Deus que, no primeiro ano do meu governo, a última lei que sanciono, no ano de 2003, é exatamente para dizer que aqueles que me difamaram agora vão ter que pedir desculpas, não a mim, mas a Deus e à sua própria consciência.” Reafirmando seu compromisso com a liberdade religiosa, a qual dispôs ao lado das liberdades política e sindical como um dos principais pilares da democracia moderna, concluiu: “E fico mais feliz, ainda, quando posso no dia 22, às 16h, na frente de padres, bispos, pastores, deputados da comunidade religiosa brasileira, dizer para vocês: se alguém tinha dúvida, a dúvida acabou. É livre o direito de organizar uma Igreja e de praticar sua religião”. Nas eleições de 2006, Lula, em várias ocasiões, procurou tirar proveito eleitoral da sanção da lei que alterou o Código Civil, relembrando sistematicamente os evangélicos, durante encontros, comícios e em material da campanha presidencial, de que ele assegurou a liberdade religiosa no Brasil.

Em pesquisa baseada na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), da Receita Federal e em aplicação de algoritmos, os pesquisadores Charles Novaes de Santana, Tarssio Barreto, Fernando Barbalho, Leonardo Nascimento, Tomás Barcellos e Henrique Gomide demonstraram um aumento exponencial de abertura de igrejas evangélicas no segundo mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva e no primeiro de Dilma Rousseff.<sup>171</sup> Os autores demonstraram um crescimento em 2010 muito maior comparado a outros períodos, o que se permite concluir, em relação de causa e efeito, que a reforma religiosa desencadeou parte significativa do aumento verificado das

171 Pesquisa publicada na *Revista Fórum*, em 8 de outubro de 2019.

Igrejas, porque simplificou ao máximo a sua abertura e manutenção. Por outro lado, ajuda a explicar o caráter conservador e reacionário da eleição de 2010, sobretudo do candidato José Serra.

Mas a reforma não incidia somente sobre a abertura e a manutenção administrativa das igrejas; também facilitou enormemente a lavagem de dinheiro. É fundamental que registremos o motivo da celeuma que nada mais era a oposição à subsunção legal às normas do Estado brasileiro, impositivas a qualquer associação, entidade ou organização. Leiamos o motivo de um advogado evangélico que defendia a mudança:

O que não pode haver é discriminação. A igreja não pode ter nada contra o homossexual, mas pode ter contra a prática do homossexualismo. *Ela não é obrigada a tolerar* o que contraria as regras de fé e de prática que estão na Bíblia. Se a igreja tem um código de disciplina e lá tem uma cláusula dizendo que membros devem obedecer a regras de comportamento pautadas na Bíblia, aquele que violar a cláusula irá submeter-se a uma comissão de disciplina que vai graduar a penalidade, advertência, suspensão, exclusão. [...] Tenho o direito de discordar e condenar o homossexualismo. É uma liberdade de expressão. Não sou obrigado a concordar, não posso é discriminar (MARIANO, 2006, p. 86-grifos meus).

O “ela não é obrigada a tolerar” é um ato falho que diz muito sobre o papel político das igrejas neopentecostais. O direito a ser homofóbico viria à baila em julgamento no STF em 2019, que decidiu enquadrar homofobia em crime de racismo, ressaltando-se o direito religioso de afirmar que homossexualidade é pecado, o que na igreja neopentecostal é o mesmo que demonização. Tal qual Lula, STF concedeu uma passarela com tapete vermelho ao discurso discriminatório, peça fundamental à narrativa binária neopentecostal. É crime, mas o discurso que fundamenta o crime não, como no caso do pastor e deputado Marco Feliciano sobre o amaldiçoamento de africanos.

Desde a Constituinte o neopentecostalismo se forjou em oposição à ameaça comunista, transubstanciada em aborto, drogas, religiões afro-brasileiras, homossexuais e Estado, esse forte concorrente da Teologia da Prosperidade na visão político-teológica dos principais pastores. Em 2013, no ano das chamadas jornadas de junho, passou a existir uma vanguarda conservadora em movimentos sociais e no

mundo religioso. Uma delas foi o ativista Júlio Severo, que escreveu *Teologia da Libertação versus Teologia da Prosperidade*, com grande repercussão no meio evangélico. No livro, o ativista denuncia a relação de líderes evangélicos com a esquerda, com críticas à *Teologia da Missão Integral*, uma espécie de *Teologia da Libertação* no mundo evangélico.

Mesmo vendo problemas em certos líderes neopentecostais, o ativista diz preferir o neopentecostalismo e a Teologia da Prosperidade em função das igrejas apontarem para “*Jesus Cristo como Deus acima de tudo e de todos*, com direito e poder supremo de suprir todas as necessidades humanas” (SEVERO, 2013, p.17-grifos meus).<sup>172</sup> Do livreto fica a conclusão de que a Teologia da Prosperidade rompe com a ideia segundo a qual as políticas públicas diminuem ou alteram a desigualdade, pois é uma intervenção indevida, na qual resta a dedução de que a desigualdade é natural, como defendido por Friedman, Hayek e Mises, só podendo ser vencida individualmente com mérito e fé (“poder supremo de suprir todas as necessidades humanas”):

A salvação, em seu termo original, inclui o resgate espiritual e também emocional e físico. Os progressistas interpretam essa amplitude da salvação como pretexto para intervenções políticas, como se o Reino de Deus fosse apenas “comida, bebida” (Romanos 14:17) e assistência social do governo. Em contraste, Wagner interpretava que a igreja deve pregar e demonstrar o Evangelho do Reino de Deus, inclusive utilizando a autoridade de Jesus para curar enfermos e expulsar demônios. É uma demonstração em sintonia com os milagres que seguem os que creem (Marcos 16:16). Mas a demonstração do evangelho, para os progressistas, se limita apenas à ação social, muitas

---

172 O *slogan* de Bolsonaro na eleição de 2018, *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*, é uma construção ideológica eficiente sobre o dogma neopentecostal. No caso, Brasil e Deus passam a ser a mesma coisa, ao mesmo tempo que se confunde a pátria com a denominação religiosa em que a pátria somente pode ser plena se Deus agir sobre ela. Essa construção também dialoga com outro lema dos deputados evangélicos: transformar o Brasil em um país cristão. Transformou-se no *slogan* presidencial e governamental. O *slogan*, contudo, ainda sofre outra influência, o hino alemão. Por volta de 1914, quando a Alemanha havia definido o seu conceito de *Volksgemeinschaft* (comunidade alemã aariana) para a sua expansão territorial e para a expulsão de eslavos e poloneses, a população saía para cantar o hino imperial, o *Deutschland über alles*, cuja tradução é “A Alemanha acima de tudo”. Sem, surpresas, no final da década de 1960, no auge da repressão e da violência da Ditadura Civil-Militar, a Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército assumiu o grito “Brasil acima de tudo”. Bolsonaro juntou o lema nazi-brasileiro com o neopentecostal.

vezes em parceria com políticas e governos socialistas.  
Nada mais (SEVERO, 2013, p. 12).

Essa concepção é amplamente difundida na teologia neopentecostal em todos os espaços e momentos.<sup>173</sup> Contudo, diferente dos liberais da Faria Lima e da Berrini, os neopentecostais têm vida pulsante nas classes populares. Essa perspectiva de vida, historicamente centrada nas classes populares, como demonstra o *Datafolha*<sup>174</sup> em que mulheres correspondem a 58% e negros a 59% dos neopentecostais, expandiu-se em algumas parcelas da classe média, como demonstram Oro (2011), Lemos (2017) e Mariano (2006). Barbieri Júnior (2007, p. 37) traz o seguinte exemplo:

O perfil comum do fiel da IURD é o indivíduo pobre com baixa escolaridade, no entanto, nas correntes da prosperidade na chamada “vigília dos empresários com 318 pastores”, que ocorrem às segundas-feiras, o público-alvo passa a ser o da classe média, e são distribuídos objetos mágicos como um mezuzá (objeto judaico utilizado no batente da porta), portas plásticas para conter papéis de abertura de empresas e contratos e canetas, que devem ser utilizados na assinatura de papéis de negócio.

Há dois pontos a serem explicados: o primeiro é que a dinâmica para a classe média não é replicada às mulheres negras e pobres, demonstrando uma estruturação pedagógica entre classes e segmentos distintos. O discurso para mulheres negras e pobres, ou para todos os trabalhadores pobres, centra-se na ascensão individual da sobrevivência, *muitas vezes transformando discursivamente informalidade em empreendedorismo*, na solução de problemas familiares e nas curas, não significando que o enriquecimento, objeto da Teologia da Prosperida-

---

173 Em 2021, no auge do desemprego, do desalento e do avanço da fome na pandemia, pastores pediam aos fiéis pobres e miseráveis a doação do Auxílio Emergencial. Um deles foi o pastor e deputado David Soares, filho de R.R. Soares, um pastor midiático que fora intubado quando contraiu Covid-19 em junho, não obstante à oferta de “água milagrosa” aos fiéis para que não se contaminassem e/ou adoecessem. Em vídeo na mesma época, Edir Macedo indagava aos fiéis se preferiam “o auxílio emergencial ou o auxílio providencial”. A Providência substitui e se torna inimiga da Política Pública, podendo ser alcançada somente por meio da multiplicação de ofertas, como teria feito Cristo com os “peixes” e os “pães”. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/amp/mercado/2021/06/igrejas-criticam-restricoes-e-pressionam-ate-por-doacoes-do-auxilio.shtml>. Acesso em 05 de junho 2021.

174 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

de, não seja o objeto pedagógico e teológico da intervenção. Significa que a prosperidade aqui é um tanto quanto distinta da prosperidade para a classe média. Daí a existência de sessões distintas para públicos distintos, sob o risco de quebrar o coletivismo semi-igualitário arbitrado pelo pastor no culto. Para as mulheres negras e pobres, é uma gestão ascética sobre a vida, uma gestão teológica e econômica sobre a saúde e os problemas familiares que aumenta as chances de sobrevivência na perspectiva do trabalhador precarizado.

O segundo é a mediação com o universo das religiões afro-brasileiras, devendo o bispo ou pastor dominar o universo afro-brasileiro com o objetivo de cristianizá-lo. Em certo sentido, a apropriação vale também para o judaísmo. Contudo, em um provocativo artigo, *O neopentecostalismo macumbeiro* (2006), Ari Pedro Oro atenta para o fato de a Igreja Universal do Reino de Deus incorporar a tal ponto os símbolos candomblecistas e umbandistas que, paradoxalmente, transforma-se em uma igreja tipicamente nova e multifacetada, chamada por ele de macumbeira – um dos motivos de ela ser malvista por outras denominações evangélicas. Em suma, apropria-se do universo afro-brasileiro para posicioná-lo como o representante do mal. Ao colocá-lo como representante do mal, apropria-se do universo afro-brasileiro, criando rituais mais próximos às religiões de matriz africana do que as do tradicionalismo cristão.

A inserção dos neopentecostais na política colocou na ordem do dia a questão da laicidade, como apontam Mariano (2006) e Lages (2018). E, para além da laicidade, o neopentecostalismo reproduz o neoliberalismo na medida em que “as atividades religiosas passam a contar com um conjunto de procedimentos altamente comprometido com o desenvolvimento da sociedade de consumo”, fazendo com que a mídia se transforme em “um aparato indispensável para atingir o maior contingente possível de seguidores” (LEMOS, 2017, p. 84).

As concessões de rádio de TVs tornaram-se peças-chave no projeto de poder da bancada evangélica, a tal ponto de os evangélicos representarem 28% da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática no ano de 2019, órgão do legislativo responsável pela análise de concessões, partilhado com católicos, políticos donos de afiliadas e representantes de emissoras de rádio e TV.

Nos programas, as premissas são a da pobreza e a da doença como resultantes da falta de fé, *tratadas* quase sempre com exorcismos e exercícios de autoajuda religiosa baseados no poder da mente,

este pressuposto da Confissão Positiva, uma vez que “o poder da mente pressupõe que toda falta de fé necessariamente provoca miséria e doença, resultados do pecado” (LEMOS, 2017, p. 83). É o que se viu na pandemia em que pastores promoviam curas por intermédio de orações, induzindo o expectador a relacionar a cura da Covid-19 à fé. Os telespectadores enviavam mensagens relatando as curas (Confissão Positiva), como se viu todos os dias em “horário nobre” no programa do R. R. Soares, transmitido na TV Bandeirantes.

Como a negação da ciência é um elemento ontológico da sociabilidade liberal-conservadora, pois assim se nega todo e qualquer conhecimento relativo à desigualdade e à exploração, naturalizando-as, o casamento com as teorias do poder da mente e do neopentecostalismo radicalizou a sociabilidade liberal-conservadora na práxis popular. Os dados são abundantes e se expressam na ojeriza à ciência. A pesquisa *Wellcome Global Monitor 2018*, realizada pela *Gallup*, mostrou que 35% da população brasileira desconfia da ciência e 23% acreditam que a produção científica não beneficia a sociedade. Metade dos entrevistados afirmou que a ciência discorda da religião; destes, 75% optam pela religião. Quando da Covid-19, esse fenômeno se mostrou como nunca com a oposição de pastores a cientistas, fazendo com que o próprio Bolsonaro, a fim de conter a perda de popularidade da crise econômica de 2019 e começo de 2020, mitigasse as políticas de isolamento social estabelecidas por governadores e prefeitos em conluio com pastores e empresários, dialogando com essa base que desconfia da ciência.

No dia 04 de maio de 2020, na semana que o Brasil se tornava um dos países com a maior mortalidade por Covid-19 do planeta, pastores e presbíteros, reunidos em um grupo chamado *Coalização pelo Evangelho*, publicaram uma nota chamada *Pela Pacificação da Nação*, a qual embora bem-intencionada em suas orações, não deixou de criticar o “endeusamento da ciência”. Esse processo estava dado com a demonização da ciência e das universidades feita pelo bolsonarismo, realizada pelo então Ministro da Educação ao longo do ano de 2019.

Esse *diálogo* entre liberalismo, neoliberalismo, bolsonarismo e neopentecostalismo não seria possível se não houvesse outro elemento irmanado: o da economia. Como todas as políticas estabelecidas foram direcionadas para bancos privados, fundos de investimentos e grandes empresários, Bolsonaro se propôs a atrelar a negação da ciência com as medidas de isolamento social cujas re-

percussões negativas na economia seriam fruto de medidas extremadas de governadores, prefeitos e comunidade científica. Portanto, a fome dos trabalhadores somente poderia ser sanada com a volta à normalidade econômica. Como brinde, Bolsonaro elegeu um remédio salvador, como se fosse ungido, para “curar” os acometidos pela Covid-19: cloroquina. Esses fatores foram importantes para dialogar com os trabalhadores ávidos e empresários negacionistas, pois se já havia uma solução – e aqui a ciência é inimiga –, por que não sair do isolamento social? É praticamente um totemismo em que a cloroquina se transformou em totem dos negacionistas. E como relação mística, entre Bolsonaro e militantes, pastores e fiéis, empresários e youtubers, alimentaram-se os tabus, materializados em dogmas anticência.

Na crise da pandemia esse dogma foi captado pelo *Datafolha* em uma pesquisa publicada em 10 de abril de 2020.<sup>175</sup> Bolsonaro possuía avaliação mais positiva entre os evangélicos do que a população em geral (41% contra 33%). Algo em torno de 44% dos evangélicos consideravam que a população deveria sair do isolamento social. Como simbiose dessa irmanação, Bolsonaro propôs um jejum nacional contra a Covid-19, o que permitiu a mídia registrar pessoas ajoelhadas no meio das ruas em oração contra o vírus e em favor do presidente. As manifestações para a abertura do comércio pulularam, junto com alguma iniciativa jurídica solitária de algum prefeito para se desvincular da rejeição da decisão em um ano eleitoral, sabendo que algum juiz de plantão barraria. Em quase todas as manifestações, havia teorias conspiratórias sobre a criação de vírus em laboratório pela China, gerando uma crise diplomática entre os países, notadamente após o filho do presidente e o então Ministro da Educação publicarem ataques conspiracionistas e sinofóbicos. O *modus operandi* bolsonarista segue uma lógica que se coaduna com a ascensão das grandes igrejas neopentecostais, com simetria impressionante entre a política e a teologia.

Foi por essa simetria que o governo atuou no julgamento no STF da ação proposta por uma entidade de juizes e juristas evangélicos para proibir os decretos dos governadores e prefeitos que suspendiam temporariamente rituais religiosos presenciais. O ministro indicado por Bolsonaro, Kassio Nunes, concedeu a liminar, reproduzindo as três justificativas de pastores que se opunham à proibição das ati-

175 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/evangelicos-tem-tendencia-pro-bolsonaro-e-relativizam-mais-coronavirus-indica-datafolha.shtml>. Acesso em 10 de abril de 2020.

vidades presenciais: liberdade religiosa, classificação da atuação das igrejas em atividade essencial e constatação de que outras atividades propagavam a Covid-19, sobretudo festas, as quais eram, naturalmente, proibidas. O julgamento foi a plenário após decisão contrária de Gilmar Mendes em outra ação semelhante proposta pelo PSD, partido do centrão abarrotado de bolsonaristas e que apoiou Tarcísio de Freitas para o governo do estado de São Paulo. Nos dias 07 e 08 de abril de 2021, o STF julgou constitucional a proibição temporária de atividades presenciais na pandemia por prefeitos e governadores. O Advogado-Geral da União, André Mendonça, Ministro da Justiça na semana anterior e pastor, citou a bíblia algumas vezes para defender a liminar de Kassio Nunes, como o Evangelho de Mateus e o capítulo II de Atos, alegando que, à luz dessas passagens, a vida cristã se daria necessariamente em comunhão no templo. Terminou a sua defesa afirmando que “os verdadeiros cristãos não estão dispostos jamais a matar por sua fé, mas estão sempre dispostos a morrer para garantir a liberdade de religião e de culto”.<sup>176</sup> Na prática, em virtude de como a ação e o debate foram encaminhados, fundamentados na simetria entre neopentecostalismo e política, a ação afunilou o seu objeto nas igrejas evangélicas, de modo que como se a repercussão fosse específica às igrejas evangélicas, embora a ação, caso prosperasse, autorizaria a todas as religiões o retorno das atividades presenciais. Portanto, conforme foi resolvida, como sendo um ataque à liberdade religiosa evangélica, fez da ação um instrumento proselitista de coesão político-teológica de Bolsonaro sobre a sua base evangélica, promovido por pastores midiáticos, como Silas Malafaia.

Esse foi o arranjo político da classe dominante que envolveu os evangélicos. Às vezes o mercado se constringe, mas em grande parte das vezes não. Todavia, não se pode deixar de citar uma briga entre alguns pais liberais com o filho, o neofascismo. Como visto com o neopentecostalismo, a pauta própria se desgarrar dos interesses da classe dominante. O fascismo gerou um discurso eugênico universal, no qual se naturalizou a morte de idosos e portadores de algumas doenças consideradas prejudiciais (comorbidades). Ocorre que idosos existem proporcionalmente em maior quantidade entre os mais ricos devido à expectativa de vida. Portanto, o fascismo realizou um discurso eugênico que naturalizava a morte de entes familiares da burguesia e da classe média tradicional. Até a naturalização da morte de pobres e

---

176 Em julho, André Mendonça foi indicado por Bolsonaro para ocupar uma cadeira no STF. Após meses, foi aprovado, empossado com um culto evangélico.

negros, como fez Dória, estava tudo correndo bem no casamento. Mas o neofascismo avançou o sinal, fazendo com que a popularidade do presidente fosse arranhada em alguns setores dos extratos de renda A e B, com a naturalização da morte de doentes, velhos e pessoas independentemente do lugar de classe e da raça. Que crime!<sup>177</sup>

Concomitantemente, Bolsonaro procurou apelar à normalidade econômica por meio da relação complexa entre concessão de recursos e a dificuldade de sacar, provocando filas e transformando-as em vetores de interiorização do vírus em alguns estados. O bolsonarismo é um filho que se tornou rebelde, e deixará marcas profundas na sociedade brasileira, mesmo institucionalmente superado, pois é um movimento neofascista que trabalha o protofascismo, o medo e os ressentimentos da classe média e da burguesia como nenhum outro movimento na história do país. É o que se viu em janeiro de 2023, notadamente quando se analisa o perfil social dos presos após a invasão das sedes dos três poderes. Mas, como todo pai, em um momento de intensa disputa antes do rompimento, o liberal estendeu toda a proteção institucional e fraternal ao filho, como ficou patente quando da publicação do vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020 em que o mercado reagiu positivamente no fim da tarde do mesmo dia, porque analistas do mercado financeiro concluíram que o vídeo não era suficiente para um impeachment ou para o agravamento da crise institucional, principalmente para um presidente da Câmara filho pródigo do mercado financeiro e que acumulava pedidos de impeachment em sua gaveta.<sup>178</sup>

177 Após uma tentativa de intervenção na Petrobrás e o avanço da Covid-19, na segunda semana que o país ultrapassou a marca dos 4.000 mortos ao dia e na mesma semana do julgamento no STF sobre as atividades religiosas presenciais, Bolsonaro promoveu um jantar entre os empresários. Esse jantar foi feito após críticas do empresariado, financistas e industriais em cartas e comunicados públicos. Compareceram empresários que faziam parte do orbe bolsonarista, como Flávio Rocha, da Riachuelo, Tutinha Carvalho, da Rádio Jovem Pan, de extrema-direita, Alberto Saraiva, do Habib's, entre outros. Outros empresários desgostaram da atividade, por serem incluídos politicamente em um evento cujo título englobava o mundo empresarial, indistintamente. Fora anunciado como a reunião do PIB com o governo. Contudo, esse grupo de empresários desgostosos não se propunha a encampar maiores mobilizações, pois, segundo coluna de Maria Cristina Fernandes, do *Valor Econômico*, publicado em 08 de abril de 2021, os "CEOs críticos ao bolsonarismo" estavam "recolhidos em suas casas"; temiam a "agressividade da Covid-19". Quem imaginaria que o "PIB" teria medo da "gripezinha"? Disponível em <http://valor.globo.com/politica/noticia/2021/04/08/grande-empresariado-rejeita-percepcao-de-que-bolsonaro-tem-seu-apoio.ghtml>. Acesso em 08 de abril de 2021.

178 Fica a máxima do humanitismo: "– Bolha não tem opinião. Aparentemente, há nada mais contristador que uma dessas terríveis pestes que devastam um ponto do globo? E, todavia, *esse suposto mal é um benefício*, não só porque elimina os organismos fracos,

O mesmo ocorreu com a eleição de Arthur Lira e Rodrigo Pacheco para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente, garantindo de forma imediata, naquele momento, o afastamento do impeachment. A mídia, por seu turno, estabeleceu uma divisão da crítica: Bolsonaro, Weintraub (ex-Ministro da Educação) e Salles (ex-Ministro do Meio Ambiente) foram os objetos de crítica mais contundente na reunião; Guedes foi objeto de crítica mais amena, quando foi. Enquanto Salles foi criticado por defender que a pandemia fosse instrumento de aprovação de regras que flexibilizariam as normas ambientais (“passar a boiada”), o que foi atestado em investigação e ação da Polícia Federal em 2021, ligando-o ao tráfico de madeiras, Guedes defendeu agressivamente que o Banco do Brasil deveria ser vendido naquele momento, o que a rigor se fundamenta na mesma lógica da de Salles – é difícil acreditar que ignorasse a pandemia. A transcrição da reunião expõe um Guedes mais agressivo do que os outros ministros, colocando-os na parede: fez críticas ao investimento público como política pública; assumiu que somente as grandes empresas deveriam ser salvas, mesmo as pequenas e médias empresas detendo 70% dos empregos formais;<sup>179</sup> afirmou que servidores públicos são inimigos do governo, devendo-se “colocar uma granada no bolso deles”; defendeu a diminuição do benefício aos mais pobres e o recrutamento de jovens no exército para construir estradas por R\$ 300,00, lembrando de forma solar os planos aos jovens de Hitler. Para a burguesia e a classe média tradicional é prudente fazer críticas às relações do governo com o nazismo e movimentos neonazistas somente quando convém, em ministérios e secretarias de pouca relevância para o ordenamento econômico, como a feita à subpasta da Cultura ou ao assessor especial para assuntos internacionais de Bolsonaro, que fez gesto supremacista (Poder Branco) em sessão do Senado cujo fim era o de derrubar o ministro de Relações Exteriores em virtude de sua gestão olavista com a China, provocando atrasos para o envio de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA) para as vacinas da Fiocruz e do Butantã.

---

incapazes de resistência, como porque dá lugar à observação, à descoberta da droga curativa. A higiene é filha de podridões seculares; devemo-la a milhões de corrompidos e infectos. Nada se perde, tudo é ganho. Repito, as bolhas ficam na água (...)” (ASSIS, 1955b, p. 19-grifos meus). É o humanismo como política social que une os liberais ao bolsonarismo.

179 Em 07 de janeiro de 2022, Bolsonaro vetou um projeto de refinanciamento aprovado pelo Congresso para pequenas empresas. A recomendação foi da equipe econômica. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/843676-bolsonaro-veta-projeto-de-recuperacao-fiscal-para-micro-e-pequenas-empresas/>. Acesso em 07 de janeiro de 2022.

A agressividade de Guedes para com os outros ministros, os quais haviam anunciado um plano debilitado para mais investimentos públicos, garantiu que os grandes capitais posicionassem a bolsa de valores em alta, pois entenderam que Guedes tinha o timão do rentismo em meio aos “populistas”. O mercado, o qual conduz a mídia brasileira e outras instituições, é o protofascismo da elite, espelhando o protofascismo capitaneado pelo bolsonarismo, que é popular. Não existiria o fascismo bolsonarista sem o protofascismo dos liberais e do mercado financeiro, pois o bolsonarismo foi a popularização da violência institucional e não institucional para a aplicação das reformas do capital sobre o trabalho e o orçamento público.

Por isso que é importante compreender o papel do neoliberalismo sobre os trabalhadores em que a Teologia da Prosperidade, o Empreendedorismo e a Autoajuda se baseiam em pressuposto idêntico: o indivíduo pietróvitchiano, o poder da mente e a positividade das ações, as quais necessariamente ocorrerão caso se tenha, respectivamente, fé, foco e positividade, reforçando os mecanismos de reprodução econômica e social construídos pela classe dominante e garantindo a radicalização consensual da aplicação de dispositivos de violência institucional por meio da afirmação do eu-suficiente. Contudo, por óbvio, a Teologia da Prosperidade, o Empreendedorismo e a Autoajuda não eliminam a desigualdade, como demonstra a realidade, mas são os instrumentais que formam politicamente e subjetivamente a classe trabalhadora, com a formação de uma sociabilidade basilar para o avanço da sociabilidade conservadora e neoliberal entre os trabalhadores.

O que há é a naturalização da pobreza, seja pelo argumento explícito da meritocracia paulista, seja pela afirmação teológica do agradecimento divino que reafirma, sem grandes contradições, a meritocracia naturalizante, a ontologia da formação histórica da classe trabalhadora, a ideologia liberal-conservadora, a naturalização da violência e a negação da história das relações de produção. Há um evidente casamento entre liberalismo e neopentecostalismo como resultante quase que aritmética do casamento entre liberalismo e conservadorismo. E, da mesma forma, a linha que separa teologicamente a igreja monoteísta neopentecostal do proselitismo é muito tênue, a linha que separa o liberalismo político clássico do liberalismo econômico ou liberalismo utilitarista é tão tênue quanto. Somente pessoas dotadas de má-fé ainda insistem nessa separação em que quando uma coisa explicitamente vai mal, se veem obrigados a classificar o ato como *illi-*

*beralismo* ou a avaliar o quanto de liberalismo faltou a um governo para dar certo, como faziam os jornais e articulistas quando Bolsonaro recuava de alguma pauta de Guedes.

Mas a realidade nunca é tão simples. O empreendedorismo e a autoajuda pegam todos, da direita à esquerda. Como elemento superestruturante da realidade, incute nos trabalhadores a sua ideologia, mesmo que pareça desvinculada da forma defendida pelos conservadores. Os meios de comunicação possuem linhas editoriais que, à primeira vista, parecem contraditórias. Opõem-se ao Bolsonaro e as suas “incontinências verbais”, mas apoiam o Bolsonaro neoliberal, em uma espécie de oposição “para inglês ver”. A *oposição* da classe dominante ao bolsonarismo remete à *oposição* da classe dominante ao tráfico de africanos após 1831, bem como a *oposição* à Ditadura Civil-Militar, se para esta houve. Acusam Bolsonaro de não ser liberal, mas apoiaram (e apoiam ideologicamente) o Bolsonaro neoliberal – a linha tênue e, na prática, inexistente. Em editorial em 14 de fevereiro de 2020,<sup>180</sup> a *Folha de São Paulo* classificou a fala de Guedes sobre as empregadas domésticas, quando reclamou que estavam viajando demais, de “incontinência verbal”, título do editorial, apenas quatro dias antes do ataque à jornalista Patrícia Campos Mello, objetificada por Bolsonaro com insinuações de que teria negociado uma matéria jornalística por sexo. Em editorial em 05 de setembro de 2019, a *Folha* reclamou da forma como Bolsonaro fala e analisa casos particulares com termos que preferiu classificá-los como “destempero verbal”, alegando que essa abordagem “prejudica os negócios”. Em algum momento chama tudo de “estilo”.<sup>181</sup>

Os meios de comunicação estiveram afinados com Bolsonaro e com as reformas do Estado, pois seus donos possuem negócios voltados ao rentismo. A *Globo* não possui problemas com o contraditório e os supostos paradoxos. No dia 28 de outubro de 2018, após a vitória de Jair Bolsonaro, o jornal *O Globo* publicou o editorial *A hora do ro-*

180 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/02/incontinencia-verbal.shtml>. Acesso em 14 de fevereiro de 2020.

181 Sobre o ataque contra a jornalista, *A Folha de São Paulo*, entidades ligadas à mídia e outros meios de comunicação chamaram o caso de grave ataque à democracia. Até um manifesto de jornalistas mulheres foi feito, fundamentando-se em um feminismo que não admite um homem ser agressivo verbalmente contra uma mulher branca, mas admite que a chefia classifique de “incontinência verbal” uma fala classista e sexista sobre as empregadas domésticas, ou ignore a analogia entre negros e animais, e assim por diante. No governo Bolsonaro, a mídia corporativa teve, por muito tempo, predileção a eufemismos com o “verbal”.

*dízio democrático no poder*,<sup>182</sup> no qual defendeu que a derrota do PT para uma “direita assumida” realçava “o mecanismo de oxigenação do regime pelo voto”. Segundo o jornal, “com uma pauta conservadora, escolhida pelo eleitor, o novo governo, com militares em seus quadros – Bolsonaro, capitão, mas já um político profissional, porém com o vice e alguns possíveis ministros gerais –, será como todos os anteriores”, não importando “se contará com militares ou civis”, pois perante a “Constituição” não há “diferença”. Como elemento discordante, abraçou a pauta das opressões, mesmo com o candidato apoiado em editorial tenha falado que mulher feia “não merecia ser estuprada” e negros quilombolas poderiam ser pesados por “arrobos”. A *TV Globo* fez novelas, mudou o *staff* dos jornais e programas, procurando estabelecer uma imagem de pluralismo junto à opinião pública. Encampou a pauta contra o presidente da Fundação Palmares, o Ministro do Meio Ambiente e o Ministro da Educação. Para a *Globo*, essa é uma pauta fácil e, o mais importante, ideal, pois deixa intocado o aparato econômico de reprodução do racismo estrutural e institucional. Transmite a ideia da qual o racismo é uma questão ontologicamente cultural, produto exclusivo do legado da escravização de africanos, bastando apenas educação e “oportunidades” para as coisas se resolverem. Ou seja, com educação, tanto os negros, que ascenderiam, quanto os brancos da classe média e da burguesia, que se sensibilizariam, superariam naturalmente o racismo de mãos dadas sob um pôr do sol e um arco íris.

Qualquer reforma que leve à precarização da força de trabalho impacta muito mais os trabalhadores negros. É dado científico. Portanto, como é possível não ser racista e apoiar uma reforma da previdência cuja idade é inatingível para boa parte dos negros? Os negros sempre foram informais, e essa segmentação subordinada e precarizada da classe trabalhadora é um dos fatores que reproduz institucionalmente o racismo estrutural no mundo do trabalho. Como é possível não ser racista e apoiar uma PEC que flexibiliza o direito à saúde, afirmando que somente será oferecida se houver “equilíbrio fiscal intergeracional”? Como é possível afirmar, conservadoramente, que a educação transforma – não transforma – enquanto apoia a diminuição dos recursos constitucionais da educação pública por meio da Emenda Constitucional n. 95? Como é possível apoiar a informalidade do trabalho quando os trabalhadores negros lutam historicamente pela formalização do trabalho? Como é possível não ser racista e apoiar a

182 Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniao/a-hora-do-rodizio-democratico-no-poder-23193663>. Acesso em 28 de outubro de 2018.

guerra contra as drogas? Como é possível se preocupar com o avanço da Covid-19 e defender a Emenda Constitucional n. 95 e a Reforma Administrativa?

A *Globo* e os demais meios de comunicação, como *Estadão* e *Folha*, aplaudiram todas as políticas econômicas de Bolsonaro e Guedes. Como solução ideológica, tentam construir uma figura de progressista de centro democrático por meio de algumas posições sobre opressões. Destacam-se o “empreendedorismo negro”, variante do empreendedorismo como ideologia neoliberal, ao lado da Teologia da Prosperidade. Universalizar o empreendedorismo como resposta às consequências do neoliberalismo não possui grande diferença para com os pastores neopentecostais e a Teologia da Prosperidade. A bem da verdade, é uma face amena do empreendedorismo, da autoajuda e do poder da mente. É uma falácia pós-moderna da naturalização da pobreza que legitima o apoio a todas as políticas econômicas de concentração de renda, restritas justamente à burguesia e à classe média tradicional que perpetuam o racismo. O negro já é *empreendedor* desde sempre, e esse é um dos problemas desse segmento da classe trabalhadora.<sup>183</sup>

Por isso, a mediação do empreendedorismo negro é a ideal para a burguesia e para a classe média tradicional, pois vivem de renda, lucros, dividendos e especulação sobre títulos, e essa mediação não colide com a forma hegemônica de apropriação da renda de capital. O equívoco é o de se criar uma lógica universal de consumo e empreendedorismo para os trabalhadores, enquanto as políticas econômicas os jogam justamente para o não consumo e a fome. É um dos períodos da história brasileira mais difíceis aos trabalhadores, pois as políticas reais, aquelas não discutidas na mídia e em redes sociais, nada mais são do que contrarreformas do capital sobre o trabalho, estabelecidas e aplicadas por segmentos que drenam capitais nas bezenes do racismo estrutural e da estrutura fiscal e tributária.

---

183 Por óbvio, não se é contrário ao negro ter negócio próprio. Mas isso não pode ser universalizado no modo de produção capitalista, portanto, não pode ser uma política pública e universal. Ter mais negros em universidade não alterou a composição da classe média tradicional, já formada na industrialização do século passado. Ela não cedeu o lugar dos seus filhos em nome da Democracia Racial, e não cederá em nome do *empoderamento*, da *desconstrução* e do *pluralismo*. A formação social é mais complexa e difícil, cuja história prova que essa transferência de renda aos trabalhadores foi feita, onde foi feita, na base da luta aberta e explícita. Ninguém que ganha R\$ 500 mil ao mês está disposto a ser tributado em míseros R\$ 50 mil ao mês no imposto de renda. Aliás, como os dados comprovam, muitas vezes nem R\$ 2 mil. Não existe a elite do atraso e nem a do progresso. Existe a classe dominante.

No mês de novembro de 2019, *O Globo* produziu três editoriais sobre as reformas do Estado. O primeiro, no dia 13, relativo à reforma da previdência, possui o título *É relevante a promulgação da reforma*.<sup>184</sup> O segundo, no dia 21, denominado *Não se pode retardar a reforma administrativa*.<sup>185</sup> E, por fim, o terceiro, no dia 30, após a notícia consolidada de que a reforma não seria votada no ano de 2019, com o singelo título *Bolsonaro perde tempo ao retardar reformas*.<sup>186</sup> A reforma da previdência não foi o suficiente para o grande capital e, portanto, não o foi para *a Globo* e a família Marinho, como atesta a defesa monodiscursiva de todos os canais da *Globo* sobre a Reforma Administrativa em 2020 e em 2021. A *Globo* não tem problemas em se instrumentalizar como porta-voz dos oprimidos, desde que os oprimidos não especifiquem e denunciem o sistema econômico de reprodução da opressão. Se se tornarem somente consumidores privilegiados diante da massa, formando uma pequena elite de uma semiclasse média, melhor ainda.

Não há diferença econômica, política e ética entre o posicionamento de Bolsonaro e empresários para o fim do isolamento social, os quais cravavam nos “5.000 a 7.000” mortos em março de 2020 ante os 700.000 mortos,<sup>187</sup> e o posicionamento favorável à Emenda Constitucional n. 95, quando se sabe cientificamente que 48 mil prematuros morrerão (mortes evitáveis) até 2030 por diminuição orçamentária na saúde em virtude da Emenda Constitucional.<sup>188</sup> Qual é a diferença? Em ambos os casos, são mortes evitáveis aferidas antecipadamente por modelos estatísticos semelhantes e cientificamente válidos, provocadas pela ação humana de setores da classe dominante.

184 Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniao/e-relevante-promulgacao-da-reforma-1-24077576>. Acesso em 13 de novembro de 2019.

185 Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniao/nao-se-pode-retardar-reforma-administrativa-1-24090857>. Acesso em 21 de novembro de 2019.

186 Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniao/bolsonaro-perde-tempo-ao-retardar-reformas-24110043>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

187 Roberto Justos defendeu, em março de 2020, que o Brasil não poderia parar por 15 mil mortos, o seu chute inicial. Em maio de 2021, após ter se isolado em sua fazenda e em seu iate, sem dispensar os trabalhadores para fins nababescos, financiou a ida de sua família a Miami para que todos tomassem vacina. Segundo ele, o turismo da vacina se justificava porque “quanto mais os brasileiros tomarem nos EUA, melhor para o nosso país”. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/amp/colunas/monicabergamo/2021/05/quanto-mais-brasileiros-tomarem-vacina-nos-eua-melhor-diz-justus-imunizado-com-a-janssen-em-miami.shtml>. Acesso em 11 de maio de 2021.

188 Os dados e a projeção foram publicados em artigo na revista *BMC Medicine* pelos mesmos métodos científicos estabelecidos para as projeções de contaminados e mortos por Covid-19 (RASELLA, Davide; HONE, Thomas; SOUZA, Luís Eugenio de; TASCA, Renato; BASU, Sanjay; MILETT, Christopher, 2019).

A naturalização da morte é um dado do capitalismo e do neoliberalismo (MBEMBE, 2018). O avanço da Covid-19 demonstrou a naturalização da morte em todos os sentidos em níveis absolutamente explícitos, seja por ações de empresários naturalizando a morte de trabalhadores com o argumento de que os trabalhadores passariam fome, quando sabidamente nunca demonstraram qualquer interesse sobre a fome brasileira e a redução da desigualdade econômica, chegando muitas vezes a tecer críticas espúrias em oposição a programas focais de assistência contra a miséria, seja em função do boicote do governo federal em que a negação e a subnotificação geraram um atraso significativo na percepção sobre o avanço da contaminação e das mortes. Essa conjuntura promovida fomentou a visão místico-religiosa de que o vírus não existia e de que Deus protegeria os fiéis, a qual alcançou níveis intoleráveis para a realização efetiva de medidas para o isolamento social.

Os dois fatores comungados produziram atos contra o isolamento social e, aliados a ações de Bolsonaro, induziram as pessoas a deixarem de fazê-lo, potencializando ainda mais a propagação do vírus e as mortes, mesmo subnotificadas. Noticiado pela *Rede Atual Brasil*, a Secretaria Municipal de São Paulo divulgou, no dia 17 de abril de 2020, que a maioria dos casos de contaminação estava nos bairros mais ricos, como Morumbi, Vila Mariana e Jardim Paulista; porém, os bairros mais pobres lideravam as mortes por Covid-19, como Brasilândia, Sapopemba, São Mateus e Cidade Tiradentes. Há duas explicações simples. A primeira é que nos bairros mais ricos há quantidade maior de leitos por habitante, chegando a 30,98 leitos para 100 mil habitantes no Jardim Paulista, bairro com a segunda maior média de vida da cidade (79,85 anos), enquanto Brasilândia, com uma das mais baixas médias de vida da cidade (65,5 anos), possui 0,011 leitos por 100 mil habitantes, uma desigualdade de 2.816 vezes. A segunda é a subnotificação nos bairros mais pobres por falta de testes e equipes de atenção primária, desorganizadas nos últimos anos e em parte desmontadas pelas políticas fiscalistas. Se levássemos em consideração a quantidade de mortos por contaminados em Brasilândia na mesma época, 89 casos confirmados para 54 mortes, o índice de mortalidade seria de 60,67%, 30 vezes mais do que os 2% do bairro Morumbi, com 7 mortes sobre 297 contaminados. Em dados aproximados, os contaminados em Brasilândia à época deveriam estar por volta de 2.291 contamina-

dos, seguindo a mesma relação de mortos e contaminados do Morumbi.<sup>189</sup>

Esses elementos demonstram que a subnotificação foi uma aposta do governo Bolsonaro, agregada à rede de sugestionamento da realidade (*fake news*) de que não haveria uma epidemia, mas um complô chinês ou uma doença leve, devendo o brasileiro voltar a trabalhar. Sem contaminados confirmados, sem vírus. Essa foi a construção: eficiente porque é simples, palpável e fácil de ser trabalhada no imaginário social. Já no mês de maio de 2020, surgiram pesquisas estimando uma quantidade de contaminados que orbitaria próximo ao milhão.

Contudo, é óbvio que os mais ricos, detentores de bons aparelhos médicos e uma boa capacidade de detecção, além de terem mais meios de realizar o isolamento social, aplicariam com mais efetividade recomendações de isolamento social, como se evidenciou em algumas carreatas de empresários que assolou o país exigindo dos governadores e prefeitos o fim dos decretos de isolamento social e a abertura das atividades não essenciais. As mortes aconteceriam e a economia não poderia parar em função de “5.000 ou 7.000 mortes”. Como empresário não se locomove por metrô, trem e ônibus, apenas de carro com vidro escuro e ar-condicionado, os meios para manter o isolamento social na abertura das atividades não essenciais foram mais efetivos do que os meios disponíveis aos trabalhadores.

Essa desigualdade já se expressara com uma propagação mais rápida na terceira semana de abril. Em reportagem intitulada *Em 37 dias, vírus mata mais que bala e trânsito em um ano*, publicada no dia 25 de abril na *Revista Piauí*,<sup>190</sup> Camille Lichotti constatava uma estabilização das internações nos hospitais privados e uma explosão de casos e mortes nas regiões periféricas da cidade de São Paulo. Em 09 de abril, segundo a reportagem, havia 112 casos na unidade Morumbi e 66 em UTI. Em 20 de abril, passaram para 83 casos e 39 em UTI, registrando-se 260 altas.

Mas precisamos ir além da reportagem para entendermos o problema. Até 12 de março de 2020, havia algo em torno de 85 notificações de Covid-19. Contudo, somente o Hospital Albert Einstein

189 Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/casos-coronavirus-sao-paulo/>. Acesso em 18 de abril de 2020.

190 Disponível em <http://piaui.folha.uol.com.br/em-35-dias-virus-mata-mais-que-bala-e-transito-em-um-anoamp/>. Acesso em 26 de abril de 2020.

havia anunciado 98 casos supostamente não notificados ao Ministério da Saúde. O hospital recebe apenas pessoas da alta burguesia e da classe média tradicional, dos tais segmentos de renda A e B, e tem competição publicitária acirrada com o Hospital Sírio-Libanês em busca de novos *clientes*.

Quase todas as notificações até então se restringiam a pessoas dos segmentos de renda A e B, inclusive as feitas pelo SUS, salvo alguma exceção não noticiada, sendo o caso mais grave o da *Prevent Senior*, um plano de saúde mais acessível para idosos que realizou pesquisas mingelianas com o “Kit Covid” com os seus pacientes, sob o patrocínio do governo federal e do bolsonarismo. Passadas impressionantes duas a quatro semanas no mês de março com um vírus de fácil propagação, com transmissão comunitária (de brasileiros para brasileiros no território nacional), o vírus ainda continuava mais restrito aos segmentos de renda A e B, diferentemente de outros países.

Se o vírus registrou transmissão comunitária e continuou restrito a segmentos de renda que pertencem à burguesia e à classe média tradicional, conclui-se que esses segmentos, por meio das pessoas infectadas, não se relacionam habitualmente com pessoas (trabalhadores) de outras faixas de renda, as tais C, D e E, o que levanta algumas questões interessantes, ou melhor, algumas características tipicamente brasileiras que influenciaram, em um primeiro momento, até o vírus que tomou o mundo.

Primeiro, constata-se que quem é da faixa de renda C é socialmente pobre, pelo menos para as pessoas de faixa de renda A e B. A despeito de seus desejos, estão muito mais próximas das faixas de renda D e E do que da B, referindo-se ao compartilhamento de espaços de convivência (mobilidade simbólica) e mobilidade econômica. Segundo, é possível apreender perfeitamente a grita de pessoas da faixa de renda A e B quando se depararam com pessoas que *pareciam* pobres nos aeroportos (negros, não brancos, pessoas com bermudas etc.). É uma intrusão historicamente rara em um espaço de reafirmação simbólica das pessoas das faixas de renda A e B. Com o aumento da desigualdade econômica, o aeroporto voltou a ser um espaço de reafirmação simbólica da burguesia e da classe média tradicional. Logo, as faixas de renda A e B não cruzam nas ruas e shoppings com outras faixas de renda. A forma como a propagação do vírus se deu nesse momento demonstra que os espaços das faixas de renda A e B são territorializados e segregados para as outras faixas de renda.

Por fim, e a principal, conclui-se que a desigualdade econômica foi a principal medida de contenção de propagação do vírus nas primeiras semanas, a ponto de muitos acreditarem ser uma doença que acometeria mais ricos do que pobres. A desigualdade é tão grande no Brasil que o sujeito morador de Higienópolis, em São Paulo, não pisa na República. O sujeito residente na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, não pisa na Carioca. Não são periferia ou morro, mas os centros das cidades. Da casa em condomínio do Alphaville ao shopping que não possui acesso a pedestres nem ponto de ônibus. A desigualdade segrega tanto que conseguiu construir, por um determinado tempo, algum isolamento geográfico tal qual uma ilha, a qual, ironicamente, serviu para prolongar o tempo da propagação comunitária entre as classes sociais. Ainda ironicamente, a segregação espacial constituída pela desigualdade econômica e o aumento do tempo da propagação entre as classes deram algum tempo às secretarias de saúde e ao Ministério da Saúde para se prepararem a fim de evitar ou amenizar o início do pico de contaminação entre o grosso da população. Mas a desorganização e a desagregação das políticas públicas na saúde estavam em curso, com a aposta do bolsonarismo pela imunidade de rebanho por contaminação, conforme revelou a CPI da Covid-19 no Senado Federal, notadamente nos depoimentos de Mayra Pinheiro, apelidada de Capitã Cloroquina, Nise Yamaguchi e Osmar Terra.

A desigualdade brasileira é tão pornográfica e profunda que até um vírus teve dificuldade de superá-la – o que dirá uma criança vivendo em barraco sem saneamento básico. Mas a desigualdade é extraordinária aos olhos daqueles que concentram a riqueza nacional e ordinária com os pobres. O vírus conseguiria em algum momento contorná-la. O contorno fez com que os trabalhadores adoentados pela crise econômica, pelo definhamento do SUS e pelo aumento da desigualdade morressem mais do que os ricos. O isolamento geográfico estabelecido entre as classes sociais e os segmentos de renda, que dera tempo aos entes federados de se prepararem, se desfez. E, uma vez o vírus alastrado, o mesmo isolamento geográfico fez os casos entre os segmentos de renda A e B se estabilizarem concomitantemente ao alastramento entre os trabalhadores pobres e o caos nos hospitais públicos, sendo razoavelmente equalizado quando o negacionismo e o solipsismo tomaram corações e mentes dos jovens das elites brasileiras, especialmente no momento do espraiamento da cepa amazônica em 2021.

A transmissão dos segmentos de renda A e B para as outras faixas ocorreu por casos esdrúxulos tipicamente brasileiros. Um primeiro rompimento dessa barreira ocorreu com uma empregada doméstica de 63 anos portadora de problemas crônicos. A senhora percorria 120 quilômetros para trabalhar no Leblon e dormia em um quarto nos dias úteis. A dona do imóvel, chamada de “patroa” nas reportagens, uma substituição para sinhá, voltou da Itália com suspeita de Covid-19. Aguardou em seu confortável apartamento os resultados enquanto transmitia o vírus à senhora de 63 anos com problemas crônicos. Como não conseguiu se aposentar por problemas documentais e comprobatórios, trabalhava até o dia 16 de março de 2020, quando foi internada. Morreu trabalhando, interrompida quando a “patroa” chamou um táxi para que a levasse para a sua casa, a 120 quilômetros dos melhores hospitais do Rio de Janeiro. Essa foi uma das formas que o vírus conseguiu romper o cerco da desigualdade cristalizada na geografia das cidades; pelos trabalhos de serviços nababescos. Fora isso, dificilmente um trabalhador pobre encontra uma pessoa milionária no mesmo espaço. É provável que essas relações de serviço tenham sido determinantes para o alastramento entre as classes sociais.<sup>191</sup> Ou seja, os ricos (burguesia e classe média tradicional) trouxeram o vírus com o turismo familiar – uma banalidade – e o alastraram por meio de serviços não essenciais, ou melhor, transformados em essenciais a quem tem ojeriza ao trabalho manual.

Toda essa desigualdade passou a se expressar em uma evidente desigualdade racial, com pesquisas apontando que pretos e pardos possuíam mais chances de morrer do que brancos. Em pesquisa da epidemiologista e professora Karina Ribeiro, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, publicada no *G1*, no dia 28 de abril,<sup>192</sup> constatou-se que pretos possuíam 62% mais chances de morrer por Covid-19 do que brancos. O *Instituto Polis* constatou que, no fim de 2020, os óbitos em negros por Covid correspondiam a 250 a cada 100 mil, enquanto brancos registravam 174 óbitos. Em contrapartida,

---

191 As “patroas” encontraram uma solução para as empregadas domésticas. Ante o desemprego, obrigaram-nas a ficar em suas casas, trabalhando 24 horas por dia sem horas extras, “enquanto a pandemia durar”. Em reportagem do *O Correio*, jornal da Bahia, o Sindicato das Empregadas Domésticas do estado contabilizava 28 pedidos de socorro. Disponível em <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/empregadas-sao-obrigadas-a-ficar-na-casa-dos-patroes-enquanto-a-pandemia-durar/>. Acesso em 11 de abril de 2021.

192 Disponível em <http://g1.globo.com/google/amp/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/28/pretos-tem-62percent-mais-chance-de-morrer-por-covid-19-em-sao-paulo-do-que-brancos.ghtml>. Acesso em 28 de abril de 2020.

quando do início da vacinação, levantamento do *O Globo*, publicado em 21 de fevereiro de 2021, mostrava que apenas 19% dos vacinados até então eram negros. Calhou a desigualdade: negros não estavam nos grupos de riscos escolhidos, embora morressem mais, seja porque são minoria nas equipes médicas, seja porque possuem expectativa de vida menor do que a de brancos. Entre os segmentos que os negros eram mais vacinados, estavam moradores de rua, trabalhadores da limpeza hospitalar, quilombolas e guardas civis.

Mas nada disso se configurou em um problema para o bloco liberal-conservador. Em meio ao engajamento e ao empoderamento individual e comportamental, a defesa de projetos que reorganizam definitivamente o Estado para o atendimento da demanda dos mais ricos tornou-se cada vez mais explícita ao longo de 2020, até chegar às ações coordenadas entre secretários do Ministério da Economia, mercado e mídia para a defesa e o envio ao Congresso da Reforma Administrativa, em que secretários se exoneravam seguidos por alardes da mídia e do mercado de que Bolsonaro estaria rompendo com o “pacto liberal” – como se fosse um balé.<sup>193</sup> A Reforma Administrativa apontava para o recrudescimento da piora do cenário da Covid-19 e pós-pandemia, assim como das mortes futuras evitáveis em virtude da aplicação da Emenda Constitucional n. 95. Os editoriais dos anos de 2020 e 2021 do *Estadão*, *Globo* e *Folha* merecem ser tratados como tipos ideais do que é o liberalismo, e devem ser exaustivamente estudados a fim de compreender o que foi o ano de 2020, a forma como os liberais lidaram com o genocídio e como se engajaram para a aplicação de políticas tão genocidas quanto.

No editorial da *Folha de São Paulo* denominado *Rever a estabilidade*, publicado no dia 12 de setembro de 2020, após Bolsonaro enviar o projeto da Reforma Administrativa, cedendo às pressões, a família Frias defendeu que havia uma janela única para economizar recursos “da segunda despesa da União”, atrás dos “gastos previdenciários” – não é, é o serviço da dívida pública. A família Frias, que apoiou o Golpe de 1964 emprestando carros para a captura de opositores, tem quase todo o seu capital em investimentos no mercado financeiro e

193 Sobre Paulo Uebel, o homem do crescimento de 7%, ver <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/09/paulo-uebel-diz-que-sua-saida-do-governo-acelerou-a-reforma-administrativa.shtml>. Acesso em 12 de setembro de 2020. Sobre Salim Mattar, proprietário da *Localiza*, empresa que ganhou com a entrada de aplicativos de transporte individual e isenções para a compra de veículos, ver <https://www.infomoney.com.br/politica/secretarios-salim-mattar-e-paulo-uebel-pedem-demissao-do-ministerio-da-economia-guedes-admite-debandada/>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

no *Pagseguro*. Portanto, o uso do editorial é um uso pessoal, como sempre é. Chama-se esse processo de liberdade de imprensa, instrumento do famigerado Estado Democrático de Direito, que, como visto em Friedman e no editorial do jornal em março de 1974 em favor de Delfim Neto, jamais deve se fundamentar na igualdade material ou em qualquer medida de redução da desigualdade social. Faz sentido não enxergar o sistema da Dívida Pública como o principal gasto e transformar investimentos sociais em “gastos”. Faz sentido o bilionário conclamar ao establishment político para “não perder a grande oportunidade” (de negócio), como se fosse uma “boiada”. O ministro utilizou “boiada” e supostamente chocou o editorialista. Já o editorialista utilizou a expressão “não perder a grande oportunidade”, uma espécie colorida de “boiada”.

No começo de 2021, em meio à segunda onda e a uma cepa mais transmissível, a Reforma Administrativa foi abertamente pautada e defendida na Câmara dos Deputados por Arthur Lira, que controlou o Congresso e compartilhou a gestão do Executivo com Bolsonaro com as emendas parlamentares turbinadas. Em maio, já sob um processo de afastamento de grupos específicos da burguesia com o governo, dependendo da pauta, *O Estadão* publicou o escândalo do *trato*, que remetia à base aliada um orçamento paralelo (escondido) de R\$ 3 bilhões por meio de compra de tratores superfaturados. Bolsonaro dobrou a aposta. Colocou um projeto para a privatização da Eletrobrás logo em seguida, sendo aprovado em regime especialíssimo após mudanças feita por Lira no regimento interno para retirar o direito de obstrução da minoria e da oposição. *Folha de São Paulo* e *O Globo* publicaram editoriais defendendo que o Senado aprovasse com “celeridade”<sup>194</sup> a privatização, aperfeiçoando-a, ou retirando os “jabutis”, termo de predileção do *O Estado de São Paulo*.

Mas a crise era incontornável, com evidente diminuição da capacidade de controle dos meios de comunicação sobre a opinião pública. Na esteira das manifestações latino-americanas, especialmente a colombiana, no dia 29 de maio de 2021 ocorreram manifestações em mais de 200 cidades do país e do exterior, com ampla hegemonia da esquerda, pelo impeachment de Bolsonaro, por vacinas e denunciando as 450 mil mortes contabilizadas por Covid-19. No dia seguinte, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* ignoraram as manifestações, estampando manchetes na página principal sem relevância, inclusive jornalís-

---

194 Editorial da *Folha de São Paulo* de 23 de maio de 2021.

tica,<sup>195</sup> em formato idêntico ao que fizeram no escândalo do *Pandora Papers*. São os irrefutavelmente liberais.

A CPI descortinou um esquema sobre as vacinas. Bolsonaro criou dificuldades com o Butantã (Coronavac) e Pfizer e comprou o mínimo da cota do *Covax Facility*, a fim de viabilizar outras vacinas que pudessem proporcionar alguma propina por meio de atravessadores (importadores) ligados aos militares e ao Centrão. Em suma, todos os que morreram após fevereiro de 2021 morreram para que Bolsonaro, capitães, generais, empresários e Centrão faturassem. A sinofobia contra a Coronavac, os argumentos de “preços abusivos” e “cláusulas leoninas” contra a Pfizer e a acusação de a OMS (*Covax Facility*) ser um instrumento da China cumpriram função econômica. Mas Bolsonaro dobrou a aposta. Enviou ao congresso a privatização de 100% dos Correios, o que gerou apoio no dia seguinte no mercado e na mídia. Bolsonaro criou uma lógica bastante simples para manter a sua base de apoio: enviar, nos dias seguintes, projetos de privatização ou o que valha ao Congresso Nacional, controlado por Arthur Lira.<sup>196</sup> Não obstante, parte da burguesia brasileira, por meio de parte da imprensa e de entidades, passou a pautar a necessidade de impeachment, principalmente para viabilizar uma via eleitoral mais afeita aos interesses do mercado financeiro sem explicitação de elementos neofascistas, a famigerada terceira via.

Em novembro de 2020, o estado do Amapá sofreu um apagão de dias. A empresa de transmissão de energia havia sido privatizada para a Isolux (empresa espanhola), a qual não possuía plano de redundância e contingência. A Eletronorte, uma estatal, resolveu o apagão com os seus funcionários públicos. Enquanto isso, em manifestações por água, comida e energia, a polícia atacou os manifestantes, arran-

195 No jornal *O Estado de São Paulo*, a principal manchete foi “Cidades turísticas se reinventam para atrair o *home office*”; no *O Globo*, foi “PIB reaquece, e empresas desengavetam R\$ 164 bilhões em projetos”. No primeiro dia de setembro, o IBGE publicaria os dados do 2º trimestre: uma retração de 0,1% do PIB comparado com o trimestre anterior, mesmo com a abertura do comércio e dos serviços. Tudo recuou: o agronegócio diminuiu 2,8%, demonstrando que os altos lucros e a balança comercial estão reféns da volatilidade da moeda; a indústria retraiu 0,2%, a formação bruta de capital fixo despencou 3,6% e o consumo das famílias ficou em 0%. Os “projetos” desengavetados eram fumaça diversionista.

196 No dia 07 de julho, mesmo com o avanço da pauta do impeachment na sociedade, *O Globo* fez o editorial *Privatização dos Correios é mais que oportuna*. Disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniaopost/privatizacao-dos-correios-e-mais-que-oportuna.html>. Acesso em 07 de julho de 2021.

cando um olho de uma criança com bala de borracha.<sup>197</sup> Na dilapidação do patrimônio público, no caos produzido pelo liberalismo cru e antiestatal, a violência foi e é a saída da elite brasileira, sem a necessidade, por ora, de uma ditadura formal. Daí a relevância política do bolsonarismo.

No mesmo dia do início do *apagão*, o Senado estava aprovando a *autonomia* do Banco Central, pauta do mercado financeiro, sob a presidência de David Alcolumbre, senador do estado do Amapá. A autonomia do Banco Central foi definitivamente aprovada em fevereiro de 2021 pela Câmara dos Deputados, em contexto de piora e colapso da rede pública de saúde e universalização do caos no estado de Amazonas para outros estados, potencializado pela mutação ocorrida no estado e pela falta de oxigênio e insumos. Já sob o colapso nacional, com 4.000 mortos ao dia, o governo privatizou, na mesma semana do julgamento das atividades religiosas presenciais e do jantar de empresários, 28 portos, aeroportos e ferrovias pela bagatela de R\$ 3 bilhões. Esperava arrecadar R\$ 10 bilhões. *Errou* em R\$ 7 bilhões ou *deu* R\$ 7 bilhões? Esperava produzir 200 mil empregos baseado em algum *estudo* semelhante aos milhões que seriam criados com a Reforma Trabalhista e congêneres.

Em tal conjuntura, não é surpresa a ascensão do fascismo. Quem se surpreende ou é ingênuo ou é incauto. O protofascismo brasileiro, depois de muitas idas e vindas, foi definitivamente forjado pelo liberalismo brasileiro capitaneado por um movimento neofascista vinculado a grupos paramilitares de direita e fundamentalistas cristãos, fomentadores da desigualdade abissal que contemporaneamente somente pode ser controlada por meio da violência institucional. Esse é o projeto nacional que o protofascismo cumpre aos liberais. Quando o neofascismo se desvincular do projeto liberal de mercado, surfando nas premissas autoritárias do Golpe de 2016, por pragmatismo eleitoral e/ou por radicalização em momento inoportuno ao mercado, como no caso da criação do Auxílio Brasil e da PEC dos Precatórios, os liberais se voltarão contra o protofascismo, sem negar a sua essência. É o que se evidenciou no caso Petrobrás em fevereiro de 2021 em que o agente do mercado Roberto Castelo Branco, um *Chicago Boy*, foi exonerado da presidência da empresa por Bolsonaro, o qual via a sua base social ruir com o valor exorbitante do preço da gasolina, do diesel

197 Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/11/10/adolescente-e-atingido-por-bala-de-borracha-no-olho-durante-ato-contra-apagao-no-ap-pm-investiga.ghtml>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

e do gás de cozinha, empurrando milhões de brasileiros ao forno à lenha e deslocando os caminhoneiros e parte do agronegócio para uma posição de possível oposição amena. Nomeou um general que seguiu o mesmo caminho do antecessor, mas o anúncio fora suficiente para acalmar a sua base ao mesmo tempo que sinalizava com o mercado. Em 2022, os preços pioraram em virtude da política privatizada de preços; entretanto, Bolsonaro defendeu a privatização da Petrobrás. Para os liberais, que governam por procuração, interessa o agora, a dilapidação do patrimônio nacional e o butim sobre o orçamento público, devendo-se ter alguma previsibilidade e constância sobre a institucionalidade, mesmo sendo violenta e genocida contra os trabalhadores.

No momento em que o neofascismo e o protofascismo difuso se desvincularem de parte significativa da institucionalidade liberal e dos interesses do mercado, terão cumprido politicamente a sua missão, como certa vez defendeu Mises. É o que aconteceu na eleição e na tentativa de Golpe de Estado em 2023. Resta saber se algum dia os fascistas acumularão forças o suficiente para se apresentarem abertamente como um movimento fascista organizado, desfilando nas ruas e avenidas com os seus uniformes, seus exércitos paramilitares e sua simbologia cristã, como fez Bolsonaro no Rio de Janeiro com motoqueiros, generais e policiais na manifestação de 07 de setembro de 2021, logo após a chacina do Jacarezinho. Será que os policiais que participaram da chacina estavam desfilando na orla de Copacabana? Como constatou C. L. R. James (2000, p. 315) em seu magistral *Os jacobinos negros*, quando a burguesia marítima francesa exigia o retorno da escravidão no Haiti após o retorno em Martinica, Guadalupe e outras colônias por ordem de Napoleão, “os liberais ou social-democratas hesitam e se agitam até que o machado do fascismo caia em suas cabeças, ou um Franco comece a sua contrarrevolução cuidadosamente preparada”. O Haiti é aqui!



## REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *Iracema: a lenda do Ceará*. Introdução e comentários de José De Nicola. Notas ao texto de Dulce Seabra. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVES, Dina. *Rés negras, Judiciário branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo, Universidade Pontifícia Católica de São Paulo, 2015.

ALVES, José Eustáquio; CAVENAGHI, Suzana; BARROS, Luiz Felipe; CARVALHO, Angelita A. de. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. *Tempo Social*, v. 29, n. 2, São Paulo, 2017.

ANDRADE, Mário. *Ensaio sobre a Música Brasileira*. São Paulo. Livraria Martins Editora, 1972.

ANTONIL, André João (1650-1721). *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas: com várias notícias curiosas do modo de fazer o assucar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America Meridional da' ao reino de Portugal com estes e outros gêneros e contratos reaes*. Rio de Janeiro, Typ. Ip. e Const. de J. Villeneuve e Ca., 1837.

ARANHA, Graça. *Canaã*. Prefácio de Renato Pacheco. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre. W. M. Jackson Inc. Editores, 1955b.

AZEVEDO, Fernando de. *Um trem corre para o oeste: estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional*. 2ª edição. São Paulo: Editora Melhoramentos, s.d.

\_\_\_\_\_. *A educação na encruzilhada*. 2ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d.

\_\_\_\_\_. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

BARBIERI JUNIOR, Walter. *A troca racional com Deus: a Teologia da Prosperidade praticada pela Igreja Universal do Reino de Deus analisada pela perspectiva da Teoria da Escolha Racional*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência da Religião. São Paulo: PUCSP, 2007.

BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos e outras histórias*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Ministério da Cultura/Fundação Biblioteca Nacional (Departamento Nacional do Livro), s.d.

BASTIDE, Roger; FLORESTAN, Fernandes. *Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre os aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 4ª edição. São Paulo: Globo, 2008.

BÍBLIA SAGRADA. Coordenação e tradução de Ludovico Garmus. 10ª ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

BILAC, Olavo. *A defesa nacional (discursos)*. Rio de Janeiro: Liga da Defesa Nacional, 1917.

BOITO JUNIOR, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*. Campinas, nº 3, 1996.

\_\_\_\_\_. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica Marxista*. Campinas, nº 16, 2003.

\_\_\_\_\_. A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*. Campinas, nº 21, 2005.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Editora Cultrix LDTA, 1974.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Trad. Reinaldo Bairão. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Os três estados do capital cultural*. In: *Escritos de Educação*. Org. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. In: *Escritos de Educação*. Org. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BROCHA, Ereto (um diplomata desconhecido). *Um ornitorrinco no Itamaraty: crônicas do Itamaraty bolsolavista*. Brasília: Brochura Irreverente, 2020.

CAMPOS, Adrelino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. Volume I. 4ª edição. São Paulo: Martins Editora, 1971.

\_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira*. Volume II. 4ª edição. São Paulo: Martins Editora, 1971.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A universidade da Comunhão Paulista (o projeto de criação da Universidade de São Paulo)*. São Paulo: Editora Autores Associados/Cortez Editora, 1982.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CASTRO, Celso; D'Araújo, Maria Celina. *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CASTRO, Celso. *General Villas Bôas: conversa com o comandante*. Celso Castro (Org.). – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Percepção pública da C&T no Brasil – 2019*. Resumo executivo. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2019.

CONY, Carlos Heitor; Angeli. *O presidente que sabia javanês*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

COSENZA, Apoena Canuto; GRABOIS, Igor. O Brasil entre duas crises: crescimento econômico, desemprego e rearranjo político, 2010 e 2018. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 45, jan. de 2021.

COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Global, 1982.

CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo pós-abolição*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978). *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, vol. 22, n. 36: p. 517-536, Jul/Dez, 2006.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Crime e castigo*. Tradução Rosário Fusco. Volume I. São Paulo: Abril, 2010.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Crime e castigo*. Tradução Rosário Fusco. Volume II. São Paulo: Abril, 2010.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ELIS JÚNIOR, Alfredo. *Populações paulistas*. São Paulo: Editora Nacional, 1934

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Prefácio de Lewis R. Gordon. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEIJÓ, Diogo Antônio. *Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Organização, apresentação e notas de Jorge Caldeira. São Paulo: Editora 34, 1999.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2ª edição. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1974.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 12ª edição brasileira; 13ª edição em língua portuguesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Com a colaboração de Rose D. Friedman. Apresentação de Miguel Colasuonno. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Tiraniam do status quo*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Editora Record, 1983.

\_\_\_\_\_. *Livre para escolher: uma reflexão sobre a relação entre liberdade e economia*. Tradução de Ligia Filgueiras. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2015.

FREUD, S. Totem e Tabu. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Vol. XXI. Direção da Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GRABOIS, Igor; CONZENA, Apoena Canuto. Crescimento Dependente: aspectos do ciclo de crescimento econômico brasileiro entre 2001 e 2011. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 41, janeiro de 2019.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921). *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 25, n. 2., Rio de Janeiro, 2003.

HAGIN, Kenneth E. *New Threshold of Faith*. 2ª edição. RHEMA Bible Church, 1990.

\_\_\_\_\_. *A fé para remover montanhas*. Traduzido por Gordon Chown. Rio de Janeiro: Graça Editorial, s.d.

HAYEK, Frieddrich Auguste. *O caminho da servidão*. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura: Instituto Liberal, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

LAGES, José Antônio Correa. *A atuação das bancadas evangélicas nas casas legislativas frente à previsão de um Estado laico no Brasil*. Brasília (DF): Faculdade Unyleya, 2018.

LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição de renda: uma versão para a minoria. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 4, n. 1, fev., 1974.

\_\_\_\_\_. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Prefácio de Antonio Delfim Netto. 2ª edição. Rio de Janeiro: expressão e cultura, 1978.

LEMONS, Carolyne Santos. *Teologia da Prosperidade e sua expansão pelo mundo*. Revista Eletrônica Espaço Teológico, v. 11, n. 20, 2017.

LEVI-MOREIRA, Silvia (1984). *Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924)*. Trabalho baseado em Dissertação de Mestrado apresenta-

da ao Departamento de História da Universidade de São Paulo. Disponível em [http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61361/pdf\\_5](http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61361/pdf_5).

LOBATO, Monteiro. *O escândalo do petróleo e ferro*. Prefácio de Caio Prado Junior. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1959.

LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. Tradução de Giovanni Semeraro. Aparecida (SP): Ideias e Letras, 2006.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Testes ABC: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita*. 13ª edição. Brasília: INEP, 2008.

MALAN, Pedro. Ainda sobre a distribuição de renda. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 14, n. 2, 1974.

MALAN, Pedro; WELLS, John. Resenha bibliográfica: distribuição da renda e desenvolvimento econômico. *Pesquisa e planejamento econômico*, vol. 3, n. 4, 1973.

MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2021.

MARIANO, Cynara Monteiro. *Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre*. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 4, n. 1, jan./abr. 2017.

MARIANO, Ricardo. *Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista*. In: Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

\_\_\_\_\_. *A reação dos evangélicos ao novo Código Civil*. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 2, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. *Revista Rio de Janeiro*, n. 12, jan-abril, 2004.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Tradução de João Maia. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MESQUITA FILHO, Júlio. *Política e cultura*. São Paulo: Martins, s.d.

\_\_\_\_\_. *A comunhão paulista*. Revista do Brasil, 1922, ano VII, v. XXI, nº 84.

MISES, Ludwig. *Ação humana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Liberalismo – Segundo a Tradição Clássica*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises: Brasil, 2010b.

MONTEIRO, Tiago. Facções políticas civis nas ditaduras militares do Brasil e Chile: os homens do IPES e dos “Chicago Boys” (1955-1990). *Revista Ars Historica*, nº 8, Anais da VIII Jornada Discente do PPGHIS/UFRJ - 2013, p. 60-80

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil Negro*. 3ª Ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000. Disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br).

\_\_\_\_\_. *Minha formação*. Introdução de Gilberto Freyre. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Brasília: Senado Federal, 1998.

NETO, José Miguel Arias. *João Cândido (1910 – 1968): arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros*. PDF. Disponível em <http://www.uel.br/pessoal/jneto/arqtxt/JoaoCandido1910-1968.pdf>.

OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ORO, Ari Pedro. Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil. In: Dossiê: *Pentecostalismo no Brasil*, v. 9, n. 22, Belo Horizonte, 2011.

\_\_\_\_\_. O “neopentecostalismo macumbeiro”. *Revista USP*, n. 68, São Paulo, dez/fev., 2005-2006.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1983)*. 16ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

\_\_\_\_\_. *Estado e subdesenvolvimento industrializado: esboço de uma Economia Política Periférica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

\_\_\_\_\_. *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Presidência da República/Câmara da Reforma do Estado. Brasília, 1995.

\_\_\_\_\_. *Burocracia pública na construção do Brasil*. Versão ampliada do trabalho Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. In: *Revista de Sociologia e Política*, 2007, n. 28:9-30. Disponível em [www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br), Junho de 2008.

PEDROSO, Regina Célia. *Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes sociais e hegemonia da República Velha*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1994.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Tradução Monica Baumbarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, Márcio. *Desempregados no Brasil*. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. Ricardo Antunes (organizador). São Paulo: Boitempo, 2006.

PRADO, Antonio Arnoni. *1922 – itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRADO, Celso Sato; PRADO, Junko Prado. *Razias – incursões predatórias em terras indígenas no Vale do Paranapanema, a partir do Pardo santa-cruzense*. Clube dos autores, 2018.

RASELLA, Davide; HONE, Thomas; SOUZA, Luís Eugenio de; TASCAS, Renato; BASU, Sanjay; MILETT, Christopher. Mortality associated with alternative primary healthcare policies: a nationwide microsimulation modelling study in Brazil. *BMC Medicine*, v. 17, abr. 2019, p.111.

RINKE, Stefan. 2014. Trocas intelectuais entre Alemanha e América Latina: entrevista com Stefan Rinke. *Hist. Cienc. Saúde Manguinhos*, vol. 21, nº 1, Rio de Janeiro, 2014

ROCHA, Camila. O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. *MILLCAYAC – Revista Digital de Ciências Sociais*. Vol. IV, n. 17, pp. 95-120, 2017.

ROMERO, Paulo. *Supercrentes: o evangelho segundo Kenneth Hagin, Valnice Milhomens e os profetas da prosperidade*. Prefácio de Russell Shedd. São Paulo: Associação Religiosa Editora Mundo Cristão, 1993.

SACRAMENTO, Leonardo. *A reconfiguração do campo da pós-graduação e da pesquisa na universidade à luz de mudanças jurídico-políticas decorrentes das “políticas de inovação” no Brasil: o caso UFU*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. São Carlos: UFSCar, 2011.

\_\_\_\_\_. *A universidade mercantil: um estudo sobre a universidade pública e o capital privado*. Curitiba: Appris, 2019.

SALES, Alberto. *A pátria paulista*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

SEVERO, Júlio. *Teologia da Libertação versus Teologia da Prosperidade*. Disponível em <https://livros.gospelmais.com.br>.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez: Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. *Mana*, vol. 13, n. 1, Rio de Janeiro, apr., 2007.

SILVEIRA, Marcelo. *O Discurso da Teologia da Prosperidade em Igrejas Evangélicas Pentecostais: estudo da retórica e da argumentação no culto religioso*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Filosofia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, Adam. *Lectures on jurisprudence*. The Glasgow Edition of the works and correspondence of Adam Smith (1981-1987). Vol. V. Oxford University Press, 1976; Liberty Fund, Inc, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 10ª edição. Posfácio de André Moysés Gaio. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. *Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. São Paulo: Hucitec, 2018.

TEITELBAUM, Benjamin R. *Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Tradução de Cynthia Costa. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e o modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

VAIRÃO JUNIOR, Newton Sergio; ALVES, Francisco José dos Santos. *A Emenda Constitucional 95 e seus efeitos*. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, maio/ago., 2017.

VELASCO, Valquíria Cristina Rodrigues. *A geografia da repressão: experiências, processos e religiosidades no Rio de Janeiro (1890-1929)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

WELLE, Arthur; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de; GUIDOLIN, Ana Paula; ROZ, Felipe da; MELLO, Guilherme; ROSSI, Pedro; GONÇALVES, Ricardo. *Impactos da MP 936/2020 no rendimento dos trabalhadores e na massa salarial*. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia. Nota do Cecon, n. 11, abril de 2020.

WELLS, John. Distribuição de rendimentos, crescimento e a estrutura de demanda no Brasil na década de 60. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 14, nº 2, 1974.

WILLIAMSON, Jeffrey G. *Latin American inequality: colonial origins, commodity booms or a missed twentieth-century leveling?* NBER Working Paper Series (National Bureau of economic research), 2015.



